



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**ANICOLI ROMANINI**

**A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Florianópolis

2020

ANICOLI ROMANINI

**A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo (POSARQ) da Universidade  
Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de  
Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Adriana Marques Rossetto, Dra.

Coorientador: Prof. Vítor Manuel Araújo de Oliveira, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Romanini, Anicoli

A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS/SC / Anicoli Romanini ;  
orientadora, Adriana Marques Rossetto, coorientador, Vítor  
Manuel Araújo de Oliveira, 2020.  
206 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Investimentos públicos.  
3. Produção do espaço urbano. 4. Morfologia urbana. 5.  
Florianópolis. I. Marques Rossetto, Adriana. II. Araújo de  
Oliveira, Vítor Manuel. III. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo. IV. Título.

ANICOLI ROMANINI

**A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO  
EM FLORIANÓPOLIS/SC**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Almir Francisco Reis, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Maria Inês Sugai, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Andréa Quadrado Mussi, Dra.  
Faculdade Meridional - IMED

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Arquitetura e Urbanismo.

---

Prof. Paolo Colosso, Dr.  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Adriana Marques Rossetto, Dra.  
Orientadora

Prof. Vítor Manuel Araújo de Oliveira, Dr.  
Coorientador

Florianópolis, 2020.

Dedico este trabalho à minha família, aos meus amados pais **Alfeu e Lourdes**, e às minhas queridas irmãs **Graziela** e **Grasiane**, pelo amor, carinho e incondicional apoio.

## AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, professora e amiga Dra. **Adriana Marques Rossetto**, por ter aceito orientar o trabalho, pelos conhecimentos, pelo acolhimento, carinho e zelo demonstrados desde o início desta caminhada. Gratidão e felicidade por estar compartilhando esse momento ao seu lado. Competência e amor ao que fazes, me inspira.

Ao professor e amigo Dr. **Vítor Manuel Araújo de Oliveira**, meu coorientador, por ter aceito coorientar esse trabalho, pelo conhecimento transmitido e pela forma incentivadora e crítica com que conduziu a orientação. Agradeço pela realização do período de doutorado “sanduíche” e pelas oportunidades de pesquisas realizadas em conjunto na Universidade do Porto. Sou admiradora do seu trabalho.

Aos professores Dra. **Maria Inês Sugai** e Dr. **Almir Francisco Reis** membros da banca do exame de qualificação e defesa, pelo incentivo e carinho, e pelos ensinamentos, contribuições e questionamentos, que nos levaram a importantes reflexões.

À professora Dra. **Andréa Quadrado Mussi**, colega e amiga querida, por gentilmente aceitar em participar da banca de defesa.

Agradeço aos colegas, professores e funcionários do **POSARQ**, em especial aos professores **Dra. Soraya Nór** e **Dr. Sérgio Torres Moraes**, pela amizade e acolhida durante a realização do estágio docente na Instituição, compartilhando seus ensinamentos.

Aos queridos amigos e colegas, **Karine dos Santos Luiz** e **Bruno Gallina**, pelas importantes colaborações para essa pesquisa. Ao bibliotecário do arquivo da Diretoria de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), **Márcio Simas da Silva**, pela disponibilidade em facilitar a coleta de dados deste trabalho, tornando-se um amigo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O processo de produção do espaço urbano é realizado por intermédio da atuação dos diversos agentes produtores no espaço, sejam aqueles que dão ênfase ao capital imobiliário, como a sociedade civil ou os movimentos sociais organizados, seja por meio do Estado, com a localização, valor e tipo dos investimentos públicos realizados nos municípios brasileiros. Por ser o representante do poder público, responsável pela promoção do direito à cidade, o Estado deve prover condições favoráveis de acesso a essa infraestrutura urbana, aos serviços e equipamentos básicos comunitários, de maneira ampla, geral e irrestrita com o intuito de incluir a todos. Por meio de políticas públicas eficientes, deve buscar a implementação dos recursos de acordo com as necessidades individuais e coletivas de uma sociedade, visto que as disputas por estes recursos sempre existiram e continuarão existindo, mas é preciso considerar que estas devem minimizar o processo de acumulação de capital, como forma de facilitar o acesso às condições básicas de sobrevivência da população. O estudo de cunho teórico empírico, caráter exploratório e analítico, com abordagem qualitativa e estratégia de estudo de caso desenvolvido nesta tese, tem como objetivo geral analisar a influência dos investimentos públicos na produção do espaço urbano a partir da atuação dos Governos Municipal, Estadual e Federal em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no período de 2000 a 2018. Por trabalhar tanto os processos e agentes responsáveis pelo crescimento urbano quanto as formas urbanas resultantes, a pesquisa foi estabelecida em duas principais etapas: a primeira delas focada na investigação do mapeamento dos investimentos públicos realizados em todo o município de Florianópolis para que, em um segundo momento, com o levantamento da dinâmica urbana de crescimento sociodemográfico da população no período, possa ser estabelecido o estudo da forma urbana resultante dessa produção do espaço com o exame das transformações ocorridas no tecido, lotes e usos do solo de dois eixos, estudos de caso selecionados com base na identificação da atuação do Estado em áreas mais e menos beneficiadas. Os resultados encontrados confirmam os pressupostos da pesquisa de que o Estado, ao localizar espacialmente sua infraestrutura urbana ou seus equipamentos públicos em determinados locais da cidade, altera estruturas morfológicas existentes, que reforçam a articulação entre agentes do mercado imobiliário e o Estado, na valorização da terra urbana, bem como no direcionamento do crescimento urbano.

**Palavras-chave:** Investimentos públicos. Produção do espaço urbano. Morfologia urbana.

## **ABSTRACT**

The production process of urban space is carried out through the action of several production agents in the space either by those that emphasize the real estate capital, like civil society or organized social movements, or by the state, with location, value and type of public investments carried out in Brazilian towns. Because it is the public power representative, which is responsible for the promotion of the right to the city, the State must provide favorable conditions for access to this urban infrastructure, to community basic equipments and services, in such a wide, general and unrestricted manner, in order to include all of them. Through efficient public policies, it must seek the implementation of resources according to the individual and collective needs of a society, since disputes over these resources have always existed and will continue to exist, but it must be considered that these must minimize the accumulation process capital, as a way of facilitating access to the basic conditions of survival of the population. The objective of the theoretical-empiric study, which has an exploratory and analytical character, and a qualitative approach and strategy case study developed in this work, is to evaluate the influence of these public investments in the production of urban space from the action of the Municipal, Federal and State governments of Florianópolis, capital of Santa Catarina state, in the period from 2000 to 2018. For working both the processes and agents responsible for urban growth and the resulting urban morphology, this research was determined in two stages: the first one, focused on the investigation of public investment mapping carried out in the entire city of Florianópolis so that, in a second stage, with the survey of urban dynamics of sociodemographic growth of the population over that period, it may be established the study of urban morphology resulting from this space production with the evaluation of changes that occurred in the urban mesh, lots and land use of two axes, case-studies which were selected based on the State's action identification in areas which are more and less benefitted. The results found confirm the research assumptions that the State, when locating spatially its urban infrastructure or its public equipments in specific locals in the city, changes existing morphological structures, which reinforce the articulation between real estate agents and the State, to improve both urban land and the direction of urban growth.

**Keywords:** Public investments. Urban space production. Urban morphology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Problemática. ....	23
Figura 2. Abordagem de análise da pesquisa.....	25
Figura 3. Regiões morfológicas de Alnwick.....	51
Figura 4. Interações entre as forças criativas do tecido urbano.....	58
Figura 5. Mapa das Obras - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	76
Figura 6. Mapa das Obras - Portal da Transparência do Poder Executivo de SC.....	76
Figura 7. Mapeamento dos investimentos no software QGIS.....	77
Figura 8. Baía Norte em 1954 antes de ser aterrada para a construção da Avenida Beira-Mar. .....	82
Figura 9. Investimentos viários significativos – 1960-2002. ....	85
Figura 10. Áreas verdes, Áreas de Preservação Permanente e Edificações Públicas – Região administrativa Sede – Ilha e Continente – 2000. ....	87
Figura 11. Vista aérea de parte dos trechos estudados das SC-401 e SC-404.....	132
Figura 12. Vista aérea da SC-401, região próxima ao Primavera Garden Center. ....	135
Figura 13. Vista aérea da SC-401, região próxima ao Centro Comercial Square SC. ....	136
Figura 14. Vista aérea do Centro Administrativo.....	136
Figura 15. Vista aérea da SC-404, região próxima ao Jardim Botânico de Florianópolis.....	145
Figura 16. Vista aérea da SC-404, região próxima a UDESC.....	145
Figura 17. Cemitério São Francisco de Assis e elevado da SC-404. ....	147
Figura 18. UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina).....	147

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Contribuição dos atributos morfológicos para a caracterização da paisagem urbana. ....	57
Quadro 2. Mapa conceitual das etapas da pesquisa - Procedimentos, método e resultados esperados. ....	69
Quadro 3. Síntese referencial teórico – Autores chaves da pesquisa. ....	70
Quadro 4. Mapa conceitual das duas linhas metodológicas utilizadas na pesquisa. ....	72
Quadro 5. Pré-existências naturais da Ilha e a acomodação da população em diferentes bairros. ....	130
Quadro 6. Síntese dos principais pontos realizados nas análises das SC-401 e SC-404. ....	155
Quadro 7. Síntese do uso do solo e da atuação dos agentes no entorno imediato dos principais investimentos públicos realizados nas SC-401 e SC-404 – dados por ano. ....	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Banco de dados dos investimentos no software QGIS.....	77
Tabela 2. Novos investimentos realizados em Florianópolis.....	90
Tabela 3. Total dos novos investimentos Federais em Florianópolis – dados por Ministério.	91
Tabela 4. Total das obras públicas no Estado de Santa Catarina – dados de 2008-2017.....	96
Tabela 5. Total dos novos investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por Secretaria. .....	97
Tabela 6. Investimentos Estaduais realizados para a implantação do Centro Administrativo. .....	98
Tabela 7. Total dos Investimentos Municipais em Florianópolis.....	104
Tabela 8. Total dos novos Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por Secretaria. .....	111
Tabela 9. Crescimento demográfico e renda média x novos investimentos públicos – 2000- 2010.....	118

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por ano – 2007-2013. ....	93
Gráfico 2. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por Região. ....	93
Gráfico 3. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por Região. ....	101
Gráfico 4. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por ano – 2008-2017. ....	102
Gráfico 5. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por ano – 2000-2017. ....	106
Gráfico 6. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por região – 2000-2017. ....	107
Gráfico 7. Investimentos em Florianópolis – dados por esfera atuante – 2000-2017. ....	113
Gráfico 8. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por região – 2000-2017. ....	114
Gráfico 9. Investimentos Municipais Totais em Florianópolis – dados por região – 2000-2017. ....	114
Gráfico 10. Investimentos realizados em Florianópolis – dados por ano – 2000-2017. ....	116
Gráfico 11. Investimentos realizados em Florianópolis – dados por região – 2000-2010. ...	118
Gráfico 12. Classificação do uso do solo na SC-401. ....	139
Gráfico 13. Percentual dos agentes da produção do espaço da SC-401, desde 2000, e da futura ocupação, a partir da posse das parcelas sem uso. ....	141
Gráfico 14. Classificação do uso do solo na SC-404. ....	148
Gráfico 15. Percentual dos agentes da produção do espaço da SC-404, desde 2000, e da futura ocupação, a partir da posse das parcelas sem uso. ....	152
Gráfico 16. Investimentos realizados nos Eixos das SC-401 e SC-404, desde 2000. ....	156
Gráfico 17. Percentual dos agentes na produção do espaço das SC-401 e SC-404, desde 2000. ....	159
Gráfico 18. PGV x Investimentos anuais das SC-401 e SC-404. ....	160

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Regiões Administrativas de Florianópolis.....	78
Mapa 2. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por Ministério – 2007-2016. ....	92
Mapa 3. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por ano – 2007-2016.....	94
Mapa 4. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por valor – 2007-2016.....	95
Mapa 5. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por Secretaria – 2008-2017.....	99
Mapa 6. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por valor – 2008-2017. ....	100
Mapa 7. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por ano – 2008-2017. ....	103
Mapa 8. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por ano – 2000-2017.....	105
Mapa 9. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por valor – 2000-2017.....	109
Mapa 10. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por Secretaria – 2000-2017. .....	110
Mapa 11. Investimentos em Florianópolis – dados por região e valor – 2000-2017. ....	115
Mapa 12. Investimentos Públicos em Florianópolis – dados por ano – 2000-2017.....	117
Mapa 13. Taxa de crescimento demográfico x novos investimentos públicos – 2000-2010.	119
Mapa 14. População por extremos de renda em 2010. ....	121
Mapa 15. População por extremos de renda em 2000. ....	121
Mapa 16. Renda média do responsável em 2010 x novos investimentos públicos – 2000-2010. .....	123
Mapa 17. Taxa de crescimentos demográfico x novos investimentos públicos – Sede – 2000- 2010.....	126
Mapa 18. Renda média do responsável x novos investimentos públicos – Sede – 2000-2010. .....	126
Mapa 19. Demarcação das regiões selecionadas para a análise morfológica.....	132
Mapa 20. Demarcação dos bairros e eixos selecionados para a análise da forma urbana...	133
Mapa 21. Renda média do responsável x novos investimentos públicos nos trechos estudados. .....	134
Mapa 22. Investimentos públicos por ano de implantação versus aprovação dos projetos.	137
Mapa 23. Uso do solo na SC-401 versus investimentos por Secretaria Pública. ....	138
Mapa 24. Tipo de parcelas existentes até 2001.....	140
Mapa 25. Desmembramentos das parcelas a partir de 2001.....	140
Mapa 26. Atuação dos agentes na aprovação dos projetos da SC-401 a partir de 2000. ....	142

Mapa 27. Valor venal do m <sup>2</sup> territorial x agentes das parcelas sem uso na SC-401.....	143
Mapa 28. Investimentos públicos por ano de implantação versus aprovação dos projetos.	149
Mapa 29. Uso do solo na SC-404 versus investimentos por Secretaria Pública. ....	150
Mapa 30. Tipo de parcela existente até 2006.....	151
Mapa 31. Desmembramento de parcela a partir de 2006. ....	151
Mapa 32. Atuação dos agentes na aprovação dos projetos da SC-404 a partir de 2000. ....	152
Mapa 33. Valor venal do m <sup>2</sup> territorial x agentes das parcelas sem uso na SC-404.....	153

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACI – Áreas Comunitárias Institucionais  
AMC – Áreas Mistas de Serviços  
AMS – Áreas Mistas de Serviços  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APL – Áreas de Preservação com Uso Limitado  
APP – Áreas de Preservação Permanente  
ARE – Áreas Residenciais Exclusiva  
ARP – Áreas Residenciais Predominante  
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina  
CEPON – Centro de Pesquisas Oncológicas  
CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina  
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
COMCAP – Autarquia de Melhoramentos da Capital  
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.  
CTAI – Campus Tecnológico Avançado da Indústria  
CTReS – Centro de Transferência de Resíduos Sólidos  
DC – Diário Catarinense  
EEB – Escola de Educação Básica  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FONPLATA – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata  
GGIS – Quantum GIS  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística  
LabUrb – Laboratório de Urbanismo  
MCDA – Multi-Critério de Apoio Decisão  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Proknow-C – Knowledge Development Process – Construction  
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
SAR – Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SES – Sistema de Esgotamento Sanitário  
SICPO – Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas  
SIGEF – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

SIGEP – Sistema de Gestão Patrimonial

SIGRH – Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos

SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SMF – Secretaria Municipal da Fazenda

SMO – Secretaria de Obras

SMTO – Secretaria de Transportes e de Obras

TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina S/A

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I   INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA .....	19
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA.....	21
1.3 OBJETIVOS.....	26
1.3.1 Objetivo geral .....	26
1.3.2 Objetivos específicos .....	27
1.4 JUSTIFICATIVA E ASPECTOS DE INEDITISMO .....	27
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	30
<b>CAPÍTULO II   A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: PROCESSOS, AGENTES E FORMA URBANA</b> .....	<b>32</b>
2.1 INTRODUÇÃO .....	33
2.2 O PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA .....	33
2.2.1 Agentes Sociais e a Produção do Espaço .....	39
2.2 O ESTADO E OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS .....	43
2.3 A FORMA URBANA .....	47
2.3.1 Abordagens Morfológicas, com enfoque na Histórico-Geográfica .....	50
2.3.2 A Forma Urbana e o seu Processo de Produção.....	59
<b>CAPÍTULO III   METODOLOGIA</b> .....	<b>65</b>
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA.....	66
3.2 MÉTODO .....	68
3.2.1 Etapa 01 – Aporte Teórico.....	70
3.2.2 Etapa 02 – Identificação dos investimentos Públicos .....	71
3.2.3 Etapa 03 – Caracterização da Produção do Espaço Urbano .....	72
3.3 OBJETO E RECORTE DO ESTUDO.....	73
3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	75
<b>CAPÍTULO IV   A ATUAÇÃO DO ESTADO E DE SEUS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS</b> .....	<b>80</b>
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA .....	81
4.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO EM FLORIANÓPOLIS NO SÉCULO XXI .....	89
4.2.1 A Atuação do Estado em nível Federal .....	91
4.2.2 A Atuação do Estado em nível Estadual.....	96
4.2.3 A Atuação do Estado em nível Municipal .....	104
4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	112

<b>CAPÍTULO V   A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS .....</b>	<b>129</b>
<b>5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>130</b>
<b>5.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO EIXO NORTE – SC-401 .....</b>	<b>135</b>
<b>5.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO EIXO LESTE – SC-404 .....</b>	<b>144</b>
<b>5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....</b>	<b>154</b>
<b>CAPÍTULO VI   CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>
<b>6.1 DAS ABORDAGENS DA PESQUISA E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS.....</b>	<b>163</b>
<b>6.2 DA RESPOSTA AOS OBJETIVOS E ÀS PERGUNTAS DA PESQUISA .....</b>	<b>164</b>
<b>6.3 LIMITAÇÕES DO TRABALHO .....</b>	<b>168</b>
<b>6.4 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS .....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE 01 .....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE 02 .....</b>	<b>184</b>

# INTRODUÇÃO

**APRESENTAÇÃO DO TEMA**

**PROBLEMATIZAÇÃO E  
PRESSUPOSTOS DA PESQUISA**

**OBJETIVOS**  
**OBJETIVO GERAL**  
**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

**JUSTIFICATIVA E  
ASPECTOS DE INEDITISMO**

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**



## 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O arranjo social do trabalho definido pelo modo de produção capitalista, articulou a acomodação das sociedades em territórios, de acordo com as suas práticas sociais de produção e reprodução do espaço. Nessa construção coletiva, em que o espaço é visto como um local de conflito e de lutas entre as classes que nele habitam, esses territórios vão além da condição de produto, ou seja, do ambiente construído, refletindo debates cotidianos entre os diversos atores que atuam na produção material do espaço urbano.

“Se produzimos coletivamente a cidade, temos também o direito de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar das cidades de forma igualitária” (Instituto Pólis, 2020, n.p). Nessa visão, compreender a forma urbana da cidade como resultado dos processos e dos agentes responsáveis pelo crescimento urbano, é entendê-la no mundo moderno vinculada à “produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinada” (CARLOS, 2016, p. 61).

“O ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além do modo de apropriação” (CARLOS, 2016, p. 63), que se expressa em dois modos: o individual e o coletivo, ou o privado e o público. O primeiro, referindo-se basicamente ao habitar, e o segundo relativo às práticas da sociedade que, segundo Deák (2001, p. 85) “do ponto de vista da organização espacial, constituem o uso do solo” e, por sua vez, “requerem uma localização”. “Entre essas localizações se estabelece uma interconexão de acordo com a interação entre aquelas atividades<sup>1</sup>. Tal interconexão é o próprio estofo, matéria constituinte do espaço e define como o espaço está estruturado” (DEÁK, 2001, p. 85).

Sob a “égide” (grifo nosso) da mercadoria, o espaço urbano representa o meio favorável à produção socializada e à apropriação individual que “aparece no uso do solo, pois para viver o indivíduo ocupa determinada parcela de espaço”, ou um “pedaço de terra” que é comprado ou alugado, geralmente para a construção da moradia” (CARLOS, 1994, p. 22).

Além de um meio de produção, Lefebvre (1991 [1968], p. 26) expõe que o espaço “it is also a means of control, and domination, of power”<sup>2</sup>. Nestas disputas pelo poder, está o controle da terra urbana enraizada às complexidades presentes na construção das cidades contemporâneas, bem como assumindo “seu papel de gestor e articulador de políticas públicas por meio de instâncias político-administrativas” (VITTE, 2003, p. 232) está o Estado, um importante agente desta produção e organização, responsável pela garantia de acesso

---

<sup>1</sup> Atividades, isto é, processos de produção e reprodução (DEÁK, 2001, p. 85).

<sup>2</sup> É também um meio de controle e, portanto, de dominação, de poder (tradução livre da autora).

universal a uma rede de infraestrutura e serviços básicos, adequados e distribuídos de maneira igualitária, com uma habitação com preços acessíveis.

Por atuar em um ambiente urbano já habitado e em constante transformação, questões sociais, políticas e econômicas atuais relativas à sua forma física têm, nos últimos tempos, conduzido a debates essenciais sobre o espaço urbano, entre eles, os que se referem aos investimentos públicos realizados nos municípios brasileiros por reforçar lógicas excludentes, tal como demonstra Sugai (2015) em seu livro “Segregação Silenciosa: Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970 – 2000)”<sup>3</sup>. A autora profere que tais investimentos vêm determinando a consequente e excessiva capacidade de valorização da terra urbana do município, Florianópolis em especial, com uma dinâmica intraurbana de formação de desigualdades socioespaciais.

Carlos (1994, p. 192) percebeu, por meio de reflexões sobre a cidade e o urbano no seu livro “A (re)produção do espaço urbano”<sup>4</sup>, assim como em seus estudos que “o Estado se alia ao capital e, ao mesmo tempo em que ele atende aos interesses da classe dominante, atende aos seus próprios interesses, já que atua diretamente no processo produtivo” e que “tal fato se expressa no espaço de forma diferenciada”. Conforme a autora, essa produção espacial é desigual na medida em que “expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza [...]” (CARLOS, 1994, p. 23).

As duas autoras, Carlos e Sugai, fundamentam suas pesquisas no processo de produção e reprodução do espaço urbano por meio da atuação do Estado, mas não abordam diretamente com base neste processo a resultante na forma física do tecido urbano, discussão que está sendo proposta nesta tese de doutorado.

Defende-se essa posição, pois se entende que o estudo da forma urbana “moldada por uma rede complexa de fatores, dos quais os investimentos públicos capturados pelos interesses das classes dominantes são parte importante” (SABOYA, 2020, p. 8) tem no tecido urbano o resultado das transformações econômicas promovidas pelo Estado (investimentos públicos) e da relação da legislação pertinente (Planos Diretores), em que “o estudo do solo urbano, dos traçados, do cadastro e da ocupação construída” (LAMAS, 2014 [1990], p. 114) são aspectos traduzidos em morfologias urbanas que possuem, no reconhecimento dos seus elementos, o processo histórico de construção de uma sociedade.

Entendendo o espaço geográfico como concepção social e histórica, a preocupação e a necessidade de se compreender o processo de produção de uma determinada parcela urbana

---

<sup>3</sup> O livro originou-se da sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 2002.

<sup>4</sup> O livro originou-se da sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Geografia Humana) da Universidade de São Paulo, em 1987.

e de como a implantação dos investimentos públicos realizados pelo Estado interfere na produção deste espaço, torna-se uma linha de estudo importante para a compreensão dos processos de constituição do espaço urbano.

A partir do momento em que o Estado “desloca” (grifo nosso) infraestrutura urbana e/ou seus aparelhos para novas áreas ou para aquelas já passíveis de investimentos anteriores, está incidindo na estruturação e valoração da terra urbana daquele lugar e, com isso, alterando lógicas voltadas para melhoria das condições de vida, em especial das populações mais frágeis, menos empoderadas.

Villaça (2001 [1998]) demonstra que no Brasil, historicamente, a atuação do Estado na construção do espaço urbano e no controle do mercado imobiliário ocorre por meio da localização de seus aparelhos que, acompanhando as camadas de mais alta renda, são seguidos pelo comércio ou serviços privados. Em segundo plano, então, vem a produção da infraestrutura distribuída de acordo com os seus edifícios institucionais, beneficiando novamente as regiões que concentram a população com mais poder aquisitivo e, por último, mas não menos impactante, está a legislação urbanística. Os Planos Diretores Municipais, por conseguinte, representam a interferência do Estado no planejamento urbano em diferentes períodos de análise, refletem a sua atuação na lógica de implantação dos investimentos públicos realizados no município, bem como as diretrizes para o desenvolvimento urbano.<sup>5</sup>

Portanto, para que se estabeleçam territórios urbanos qualificados, é importante estudar o investimento público não de forma isolada, mas avaliar a sua inserção no território e o modo como o conjunto de formas e estruturas urbanas se constitui a partir deste, identificando o quanto a influência de outros agentes, sejam eles o Estado ou o Mercado Imobiliário, interferem na formação e/ou transformação urbana.

## 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Ao figurar como fruto de um sistema político-econômico, a cidade reflete a reprodução das relações sociais, em determinado tempo e espaço, realizadas a partir da atuação de diferentes agentes produtores deste espaço. Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos solidificam suas ações na estrutura urbana como modos de apropriação, individuais e coletivos.

---

<sup>5</sup> Somente no início dos anos 2000, com a implementação do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257 de 10 de julho de 2001) e a obrigatoriedade do Plano Diretor Participativo, “começaram a surgir questionamentos e ações mais incisivas dos movimentos sociais, das organizações populares e das associações de moradores, os quais começaram a obter resultados positivos nessas disputas. Deve-se ressaltar, portanto, a importância da participação da população nas decisões sobre a alocação dos recursos e dos investimentos como garantia de um espaço intraurbano mais justo equilibrado, pois, como análise desse processo evidenciou, mas o que decisões técnicas, a localização e a distribuição dos investimentos públicos nas áreas intraurbanas envolvem decisões políticas” (SUGAI, 2015, p. 188).

Mas o Estado, ao identificar um equipamento público em determinado local da cidade, seja este um edifício administrativo, educacional ou outro voltado à saúde, assim como ao promover a duplicação de uma rodovia, a construção de um viaduto, por exemplo, está produzindo a cidade na medida em que está optando por valorizar lugares específicos. Determinando diferenciações quanto ao uso do solo e caracterizando certos impedimentos a partir de Planos Diretores, a gestão está da mesma forma valorizando alguns lugares e desvalorizando outros. Portanto, atuando como agente do poder público, o Estado, ao produzir infraestrutura urbana, serviços básicos e edifícios públicos, está atuando diretamente na organização de um sistema articulado de partes da cidade sobrepostas, que podem ser definidas em três lógicas (PANERAI CASTE DEPAULE 2013[2009], p. 202): “ a lógica das vias, dentro de seu papel duplo de movimento e de distribuição a lógica do parcelamento do solo, que define as questões fundiárias e onde as iniciativas privadas e públicas se manifestam e a lógica das edificações que acomodam diferentes atividades”.

Então, “com que frequência os projetos de desenvolvimento são subsidiados pelo Estado em nome do interesse comum quando, na verdade, os verdadeiros beneficiários são alguns proprietários de terras, financistas e empreiteiras” (HARVEY, 2014, p . 154).

Para Lima (2011, p. 256):

A transformação do preço do solo advindo das “ações provedoras” do Estado é objeto de interesse dos especuladores, na medida em que antecipa as áreas a serem beneficiadas e, portanto, onde haverá possibilidade de ganhos extras através da valorização do solo. Quando esta antecipação não é possível, o capital imobiliário atua adquirindo grandes áreas adjacentes ao perímetro urbano, com pouca acessibilidade, e comercializa para população de baixa renda, deixando para ela a tarefa de pressionar o poder público no sentido de viabilizar essa acessibilidade. Dessa forma, cresce a demanda por bens e serviços nas áreas periféricas carentes, ao mesmo tempo que ocorre a subutilização da infraestrutura central já existente, gerando ônus para o município.

Sob esse enfoque, proprietários de terras da periferia urbana e rural, mas principalmente os promotores imobiliários, mantêm as suas propriedades ociosas aguardando a reprodução do valor. Silva (2016, p. 6) “confirma que o solo urbano tem que cumprir uma função social”, mas, segundo ele, “é lucrativo para os proprietários esperarem, sem ônus nenhum, a valorização de seus terrenos e, para isso, basta esperar porque o valor da propriedade aumenta à medida que a cidade vai se consolidando e valorizando uma determinada localização”.

Esta localização está vinculada à acessibilidade em relação aos lugares considerados privilegiados na cidade, como escolas, centros de saúde, áreas de lazer, ou pela rede de

infraestrutura urbana básica existente no local (rede de água, luz, esgoto, pavimentação e transporte, entre outros). Então, a disputa por essa localização é uma disputa pelo controle do tempo de deslocamento gasto e pela energia para realizar determinada atividade, ou seja, de valor. Questão indispensável na busca por melhores práticas de intervenção nos processos que os configuram, visto que a partir destas localizações<sup>6</sup>, modificações ocorrem na forma urbana do lugar, bem como no valor do uso da terra (Figura 1).

Figura 1. Problemática.



Fonte: Elaboração própria.

Nestas intervenções, os terrenos adquirem “preços diferentes porque têm valores diferentes, e não por que produzem rendas diferentes” (VILLAÇA, 2001 [1998], p. 78). Para Villaça (2001 [1998], p. 79), “a valorização do terreno vago é acréscimo de valor resultante da produção da cidade e na cidade. Terreno vago não gera renda diferencial”. Ou seja, dificilmente a parcela urbana irá passar por um processo de valorização por si só. Esse aumento do valor no preço do terreno, possivelmente ocorrerá em virtude da valorização da cidade, realizada pelas melhorias no seu entorno imediato, ou entorno próximo. Essas questões reforçam as diferenças sociais e provocam a exclusão territorial a partir do momento em que o indivíduo não pode pagar por sua localização.

De acordo com Carlos (2007, p. 17), a valorização ou a desvalorização são fatores relacionados às funções que o espaço assume no tocante à localização: “o residencial (improdutivo)” ou espaço enquanto valor de uso, e o “de negócios (produtivo)” considerado o espaço enquanto valor de troca. Tomando por base os valores que essas terras adquirem, expressivas mudanças ocorrem na vida dos moradores, pois impõem “seu deslocamento para outras áreas da metrópole” em que a renda – fruto do seu trabalho – possa pagar, “ou, para aqueles que

<sup>6</sup> “A localização urbana é determinada por dois atributos: por uma rede de infraestrutura (vias, redes de água, esgotos, pavimentação, energia) ou pelas possibilidades de transporte de produtos de um ponto a outro, de deslocamento de pessoas e de comunicação” (VILLAÇA, 2001, p. 22).

ficam, uma nova relação com o bairro profundamente transformado com a explosão dos diferenciais a partir dos quais se realiza a vida cotidiana dos moradores [...]”.

O valor de uso do espaço é representado pelas localizações nele contidas – mas, por sua vez, uma localização, sendo uma posição no espaço, não pode ser produzida enquanto tal. Qualquer intervenção numa particular porção do espaço resulta numa transformação do espaço como um todo e, em última instância, de todas as localizações nele contidas. O que é produzido é o espaço, enquanto localizações – valores de uso – resultam coletivamente (DEÁK, 2001, p. 94).

Para Deák (2001, p. 77), a localização e o espaço “só adquirem especificidade enquanto suporte às atividades econômicas e, inversamente, as leis econômicas que governam a produção e reprodução social permanecem incompletas a não ser que levem em conta, desde sua inceptção, a dimensão espacial da economia”.

Portanto, a localização do investimento “é uma variável econômica” (MARICATO, 2016, n.p), porque ela transfere renda e valor para o preço dos terrenos. Em um País no qual as desigualdades sociais, estruturais, prevalecem de forma significativa, “tal comportamento se expressará na segregação espacial, fruto da diferenciação de classe de seu poder econômico, político e social” (CARLOS, 1994, p. 88).

Por refletir diretamente nas relações sociais, o acesso a um “pedaço de terra” dependerá da possibilidade de pagamento da localização da área de terra que determinada população poderá custear. “Mas como ultrapassar a ideia de localização, de modo a perceber que as modificações que a sociedade imprime no espaço geográfico pressupõem transformações da própria sociedade, na medida em que o espaço reproduz-se concomitantemente a reprodução da própria realidade” (CARLOS, 1994, p. 22).

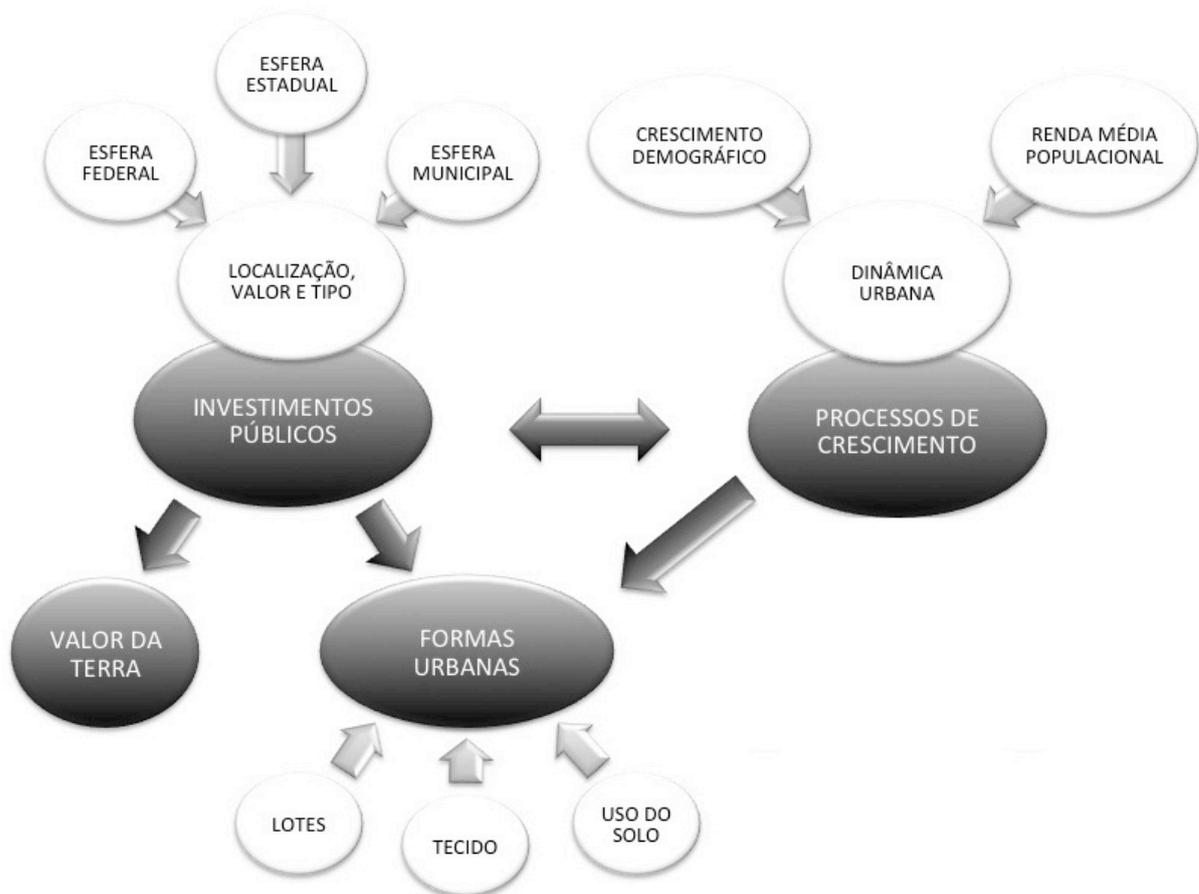
Nesse raciocínio, “afirma-se o espaço como condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade” (CARLOS, 2016, p. 63). O Estado, como entidade promotora e reguladora dos direitos à cidade, tem um importante papel na definição e na produção dessa estrutura espacial urbana, porque é exatamente com o desequilíbrio nessa distribuição que ocorre uma das grandes disfuncionalidades do mercado, que produz a exclusão, e que produz, portanto, a informalidade.

Mas como mudar o padrão de financiamento e de provisão espacial da infraestrutura e dos serviços/equipamentos urbanos que busque equalizar essa desigualdade

Somente por intermédio de uma distribuição mais ampla, geral e irrestrita dos recursos públicos e da promulgação, publicação das leis, por exemplo, é que o Estado cria condições favoráveis à viabilização do processo de acumulação, dominação e reprodução das classes sociais. A sua presença ou a sua ausência são as características mais evidentes que definem as desigualdades do espaço urbano.

Sendo assim, o problema desta pesquisa (Figura 2) busca compreender como a forma urbana e o valor de uso da terra são influenciados pelas relações que se estabelecem entre a ação efetiva do Estado (poder público) a partir dos seus investimentos públicos e o processo de crescimento urbano.

Figura 2. Abordagem de análise da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

Com base nessas afirmações, tem-se como **perguntas da pesquisa**:

Como o Estado interferiu (ou não) a partir da implantação dos investimentos públicos nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal) na produção socioespacial do município de Florianópolis Houve uma distribuição de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, justa e igualitária para todos

Quais aspectos da implantação desses investimentos públicos geram mais impactos na produção desse espaço

Como foram impactados os fatores de localização e atração de uso em relação à valorização do preço da terra

Como foram impactados fatores da forma urbana, tecido urbano e uso do solo

Como se configurou a distribuição sociodemográfica a partir desta atuação

Houve mudança de direção do crescimento da mancha urbana e/ou nos padrões de estruturação do tecido urbano Bem como nos padrões de localização dos diferentes estratos sociais que vivem na cidade e/ou na distribuição do uso do solo

A implantação destes novos investimentos implicou alterações nos padrões socioespaciais identificados no período anterior ao estudado (Século )

Assim sendo, o estudo sustentou-se no **pressuposto** de que o Estado, ao investir, altera estruturas morfológicas existentes e que estas, quando implementadas, reforçam a articulação entre agentes do mercado imobiliário e Estado na valorização da terra e direcionamento do crescimento urbano à revelia, muitas vezes dos próprios planos urbanos (Planos Diretores) agora feitos sob a égide do Estatuto da Cidade e, desta forma, “supostamente” (grifo nosso) participativos (resultado do anseio da população).

Considerando tais reflexões e inquietações, o estudo aqui apresentado é encaminhado, pois entende-se que esta seria a contribuição para o escopo dialético. Quando o Estado investe em determinada região da cidade, o resultado na estrutura morfológica é encarregado de manter a “roda de valorização girando” (grifo nosso) a partir de pressões dos grupos favorecidos e não favorecidos (seja por meio de demandas legítimas ou da necessidade de acesso aos espaços mais “infraestruturados” e que contêm os serviços, o trabalho, o aparato institucional) sobre o Estado. Com isso, é possível buscar tanto novos investimentos quanto a incorporação de tais espaços como focos de atenção.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

Analisar a influência dos investimentos públicos na produção do espaço urbano a partir da ação dos governos Municipal, Estadual e Federal em Florianópolis no período de 2000 a 2018.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- a) Verificar como a localização dos recursos advindos do Estado em Florianópolis no período de 2000 a 2017 interfere na lógica das movimentações demográficas e socioeconômicas da população e nos padrões socioespaciais em que a cidade vinha se transformando
- b) Avaliar a relação da implantação dos investimentos públicos com as transformações morfológicas resultantes no tecido urbano e uso do solo em dois eixos de grande inversão de recursos em Florianópolis no período de 2000 a 2018
- c) Examinar como os investimentos públicos interferiram na, ou reforçaram a lógica de valorização da terra urbana.

### 1.4 JUSTIFICATIVA E ASPECTOS DE INEDITISMO

Ao pesquisar a lógica de localização dos investimentos públicos, busca-se compreender como ocorreram os desdobramentos socioespaciais e o crescimento do tecido urbano da cidade a partir disso. Ademais, pretende-se entender como esse processo é refletido na forma urbana por meio das alterações nas configurações espaciais e de uso do solo dos lotes, no valor da terra urbana, nas regiões mais beneficiadas e menos favorecidas pelo Estado verificando, ainda, o quanto o poder público está influenciado pelas disputas e interesses na ocupação do território em razão das localizações.

Como contribuição científica e social, considera-se esta a lacuna do conhecimento que a Tese aqui apresentada busca dirimir, ao investir a pesquisa em duas diferentes vertentes responsáveis pela produção do espaço urbano: processos e agentes. Em sua maioria, estudos desta natureza investem seus conhecimentos em apenas um destes campos teóricos, como Carlos (2007) e Paiva (2013), que focam suas pesquisas na atuação do Estado e seus investimentos públicos, Sugai (2002) nas desigualdades socioespaciais resultantes do processo da atuação do Estado, ao passo que outros se preocupam somente com as abordagens morfológicas como Rosaneli (2009), Skalee (2008), Schfer (2012), entre outros que tratam especificamente da abordagem histórico-geográfica em seus trabalhos, mas sem envolver a problemática dos agentes, como Lopes (2019) e Saraiva (2014).

Em Florianópolis, cidade objeto de estudo da tese, a atuação dos órgãos públicos das três esferas de poder influencia o planejamento urbano da cidade, desde a década de 1970<sup>7</sup>, em uma sucessiva concentração de investimentos públicos e privados, especificamente na região Insular de Santa Catarina, quando o Governo, por intermédio de recursos próprios realizou no município uma série de obras para a implantação de seus equipamentos administrativos,

---

<sup>7</sup> Conforme demonstrado por sugai (2015) em seu livro – fruto da tese de doutorado – Segregação Silenciosa: Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970 – 2000).

educacionais e de saúde, por ser a capital do Estado. Mas foi nas obras de infraestrutura viária que o maior montante foi implementado, priorizando determinadas áreas da Ilha.

Então, pergunta-se: no Século I essa contínua concentração de investimentos em Florianópolis se manteve. Mas em quais áreas elas foram priorizadas? Manteve-se o ocorrido no Século I (prioridade para as obras de infraestrutura viária) ou os novos recursos foram disponibilizados para o atendimento às demandas comunitárias relativas à educação e saúde, por exemplo?

Por todas as condições anteriormente identificadas, Florianópolis figura como um lugar propício para o estudo, não por ser necessariamente o seu âmago, mas por ser o meio possível de gerar o conhecimento que se está identificando.

Saboya (2020, p. 8) descreve em recente publicação que os:

Estudos com esse perfil ainda são raros em Santa Catarina e representam uma linha de investigação que merece ser aprofundada, especialmente com a utilização de descrições mais apuradas e detalhadas da forma urbana. O trabalho de Kronenberger Saboya (2019) [...] avança nessa direção sob uma perspectiva configuracional. Entretanto, outros aspectos morfológicos ainda são pouco explorados, tais como as características do parcelamento do solo, os sistemas de espaços livres e as tipologias arquitetônicas em áreas de pobreza e segregadas. Outro aspecto que merece maior atenção são os efeitos da forma urbana segregada sobre as condições de vida da população, uma vez que tanto o trabalho de Sugai (2015) quanto o de Kronenberger Saboya (2019) se concentraram mais nos processos que resultaram na forma do que nas consequências desta para a qualidade de vida urbana.

Ao avaliar por meio das diferentes esferas governamentais (União, Estado e Município) a localização, o valor e o tipo de investimento implantado em determinado lugar da cidade, identifica-se o quanto cada esfera pública, e o quanto o conjunto desta atuação, intervêm na produção da forma urbana, no valor da terra, bem como na dinâmica de crescimento demográfico e de renda desta população. Ao relacionar nas análises o interesse pela forma urbana moldada por este processo, assim como o estudo de seus elementos físicos (lotes, tecido urbano e uso do solo), a pesquisa revela o seu aspecto diferencial.

Portanto, para que se estabeleçam territórios urbanos qualificados, é imprescindível estudar o investimento público não de forma isolada, mas avaliar a sua inserção no território e o modo como o conjunto de formas e estruturas urbanas se constitui a partir deste, identificando o quanto a influência de outros agentes, sejam eles o Estado ou o Mercado Imobiliário, interfere na formação e/ou transformação urbana.

Justifica-se, assim, que as reflexões apoiadas em análises com abordagens morfológicas são apresentadas como uma importante ferramenta de pesquisa que busca identificar as dinâmicas demográficas e econômicas, a partir das transformações na estrutura física das cidades com a investigação dos agentes responsáveis por esse processo.

Com o intuito de compreender o conteúdo do processo espacial da produção capitalista urbana e sua importância na vida cotidiana, serão analisadas aqui a produção do espaço urbano a partir da abordagem morfológica histórica-geográfica desenvolvida pela Escola Inglesa de morfologia urbana, bem como as questões relativas à valorização da terra urbana, enquanto produto do processo de reprodução dos agentes produtores do espaço urbano. Saboya (2020, p. 14) reforça a escolha do método apontado por esta tese:

Os estudos sobre a forma urbana em Santa Catarina são numerosos e variados em suas abordagens, temas e conteúdo, o que dificulta a obtenção de conclusões que capturem aspectos em comum entre eles ao mesmo tempo que contemplem suas peculiaridades. Entretanto, algumas considerações gerais sobre o conjunto dos trabalhos incluídos nesta revisão podem ser feitas. Chama a atenção, por exemplo, a quase completa ausência de autores internacionais importantes para a morfologia urbana, tais como Michael Conzen, Saverio Muratori, Gianfranco Caniggia, Jeremy Hitehand, Giancarlo Cataldi e Gian Luigi Maffei.

A análise da produção do espaço urbano a partir do estudo da forma urbana, em especial pela abordagem histórico-geográfica desenvolvida por autores como Conzen (1960, 2004) e Hitehand (2011), promove a leitura da cidade por meio das suas características físicas e espaciais. Esses estudos são importantes, pois revelam a relação existente entre o plano ou a planta da cidade, o tecido edificado e o uso do solo urbano, assim como a indicação dos atores e dos processos responsáveis pela sua transformação.

É importante salientar também que não há dúvidas acerca da interferência do Estado no resultado desta construção, mas é importante destacar que essas relações são mais complexas do que uma relação linear, ou seja, o entendimento do entrelaçamento destas variáveis é importante. As influências de outras questões da própria estrutura urbana já existente, de outras localizações, talvez até fruto da ação do Estado, mas de pré-existências também determinam resultados, algumas vezes desvirtuando intenções do Estado no papel de promotor do interesse do mercado, dos promotores imobiliários, das elites, entre outros.

Os resultados encontrados no estudo possibilitarão a compreensão dos reflexos da ação do Estado na construção do espaço urbano a partir de suas políticas públicas e se este processo ocorreu alinhado aos planos propostos para organização do território e como isto se refletiu na implementação destes. Mais que permitir a reflexão sobre o próprio processo de planejamento, busca-se identificar as interfaces entre as diferentes esferas de intervenção no

espaço da cidade e em que medida o poder local tem autonomia para determinar modelos territoriais ignorando a dependência dos processos políticos.

Se parte do entendimento de que os agentes governamentais não tenham que assumir todo o espectro de questões sociais, políticas e econômicas que fazem parte e se materializam no espaço da cidade, mas de identificar as necessárias articulações e meios para esclarecer e melhorar a operacionalização destas inter-relações.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A busca por respostas ao tema proposto na pesquisa e que estão conduzindo o estudo foi organizada em capítulos, conforme segue:

O **Capítulo I – INTRODUÇÃO** apresenta o tema a ser estudado e as principais propostas que regem o trabalho, com as relações que se pretende obter a partir da problematização e dos pressupostos da pesquisa, dos objetivos geral e específicos. São apresentadas ainda a justificativa e os aspectos de ineditismo do estudo, fundamentados de acordo com as discussões propostas.

O **Capítulo II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** trata das questões teóricas que trazem embasamento ao trabalho, dividido em três grandes áreas de estudo: a produção do espaço urbano, a atuação do Estado quando da implementação dos investimentos públicos e, por último, a identificação das principais abordagens morfológicas. O capítulo apresenta os principais conceitos e autores que tratam destes assuntos, e apresenta as relações que se estabelecem entre eles.

No **Capítulo III – METODOLOGIA** apresenta-se a descrição da abordagem da pesquisa, com o método utilizado e a forma de desenvolvimento das análises, identificadas no trabalho em etapas: aporte teórico, atuação do Estado e caracterização da produção do espaço urbano. São ainda salientados o objeto e o recorte do estudo, bem com os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento das investigações.

O **Capítulo IV – A ATUAÇÃO DO ESTADO E DE SEUS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS** aplica a metodologia concebida no Capítulo III. Faz primeiro o resgate da atuação do Estado e dos Investimentos públicos realizados por ele até a década de 2000, em Florianópolis, e as consequências destas ações na produção do espaço urbano do município. No decorrer, destaca-se o estudo desenvolvido como resposta ao primeiro objetivo proposto no trabalho: verificar como a localização dos recursos advindos do Estado em Florianópolis no período de 2000 a 2017 interfere na lógica das movimentações demográficas e socioeconômicas da população e nos padrões socioespaciais em que a cidade vinha se transformando. Com o levantamento e mapeamento

dos investimentos Federais, Estaduais e Municipais em todo o município a partir de 2000, obteve-se a identificação das regiões com a maior e a menor representatividade das ações do Estado no território urbano de Florianópolis. A partir destas, e ao lado da identificação dos locais que obtiveram mais crescimento e maior dinâmica urbana, foram estabelecidos os dois recortes de estudos de caso para a análise da produção do espaço urbano.

O **Capítulo V – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS**. Traz as respostas para os outros dois objetivos propostos no trabalho: avaliar a relação da implantação dos investimentos públicos com as transformações morfológicas resultantes no tecido urbano e uso do solo em dois eixos de grande inversão de recursos em Florianópolis no período do estudo e examinar como os investimentos públicos interferiram, ou reforçaram, a lógica de valorização da terra urbana. Ambos objetivos foram aplicados na análise dos dois eixos previamente definidos no Cap. IV, e compreenderam um período de análise de 2000 a 2018. Apoiado nas abordagens de Milton Santos e histórico-geográfica da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, foram identificadas o quanto e como as parcelas, o uso do solo e o valor venal dos lotes que margeiam as SC-401 e SC-404 foram impactados pela localização dos investimentos públicos.

O **Capítulo VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS**. Faz o fechamento do trabalho, findando as questões que o estudo tentou esclarecer, com as sugestões elaboradas para futuras pesquisas e trabalhos desenvolvidos sobre o assunto.



**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO:  
PROCESSOS, AGENTES E  
FORMA URBANA**

**INTRODUÇÃO**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO  
CAPITALISTA  
AGENTES SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

**O ESTADO E OS  
INVESTIMENTOS PÚBLICOS**

**A FORMA URBANA  
ABORDAGENS MORFOLÓGICAS, COM  
ENFOQUE NA HISTÓRICA-GEOGRÁFICA  
A FORMA URBANA E O SEU PROCESSO DE  
PRODUÇÃO**



Fonte: Própria (2019)

## 2.1 INTRODUÇÃO

A fundamentação aqui apresentada faz uma contextualização teórica que perpassa, primeiro, uma reflexão sobre o processo de produção capitalista, seguida pela identificação dos atores encarregados por essa produção, assim como chega ao Estado, órgão de natureza política e promotor do direito à cidade, agente responsável pelo controle do capital por meio da implantação dos investimentos públicos. Posteriormente, fundamenta-se o enfoque da forma urbana em especial na Escola Inglesa de Morfologia Urbana e sua abordagem histórica-geográfica, por ser este o enquadramento adotado na pesquisa e, por fim, relaciona-se este conceito com a produção do espaço urbano.

## 2.2 O PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O espaço urbano é o ambiente no qual acontecem as relações sociais advindas da urbanização das cidades. Neste sentido, faz-se necessário compreendê-lo como forma, processo e função, mas, acima de tudo, entendê-lo como espaço do conflito a partir do qual diversos atores são articulados, lutando por interesses próprios.

A produção do espaço é condição da realização do processo produtivo por meio da produção de mercadorias e do trabalho, assim como das funções do habitar e do lazer que se materializam em infraestrutura e equipamentos. Entretanto, de acordo com Carlos (2016, p. 56), o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além de sua sobrevivência [...] a produção do espaço, nesta visão, não se reduz a uma produção material do mundo.

Contribuições de autores como Henri Lefebvre e David Harvey e, posteriormente, Manuel Castells, seguidores do pensamento marxista, representam aportes importantes para as questões relativas à dinâmica urbana de produção do espaço.

Para Lefebvre (2017 [2003], p. 238), a compreensão da produção do espaço perpassa pela necessidade de esclarecer o modo de produção capitalista, a partir das relações sociais:

[...] the mode of productions organizes – produces – at the same times as certain kinds of social relations, its space (and its time). That is how it works. [...] The mode of production projects these relations on to the terrain, which reacts whit them. Thought there is no exact, previously assigned correspondence between social and spatial (or spatio-temporal) relations. [] The new mode of production (the new society) appropriates, that is to say, adapts to its own ends, pre-existing space, whose patterns

had been previously formed. [] The previous organization disintegrates and the mode of production absorbs the results.<sup>8</sup>

Pelas ações do mercado imobiliário, essa apropriação do espaço produzido socialmente expõe de forma privada uma produção que “só ocorrerá se permitir a valorização do capital, [...] visto que reproduzir a sociedade não reconstitui apenas as suas condições materiais de existência, mas também suas relações sociais” (CARLOS, 1994, p. 99). Como consequência destas relações capitalistas:

[...] a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital - o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário a realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria (CARLOS, 2016, p. 60).

Nessa produção, social e capitalista, mediada pelo mercado imobiliário, a lógica do valor de troca se sobrepõe à lógica do valor de uso. No entanto, Harvey defende que, em posição contrária, deveria ocorrer a priorização dos valores de uso aos valores de troca nas cidades, porque, para ele, “a cidade é muito mais do que o direito de acesso aos recursos da cidade, é o direito coletivo de reinventar a cidade. “É o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2012, p. 74).

Nota-se que persiste, desde os anos 70 até os dias de hoje, a especulação imobiliária, uma vez que a terra se mantém como produto de mercado e de acumulação do capital, que transforma a cidade em mercadoria. “A necessidade perpétua de encontrar terreno lucrativo para a produção e absorção de excedente de capital molda a política do capitalismo e, também, confronta os capitalistas com várias barreiras à contínua e problemática livre expansão” (HARVEY, 2012, p. 74).

Para alguns estudos da sociologia urbana, os problemas que permeiam a realidade da cidade - como segregação, adensamento e insalubridade - foram, a partir do surgimento da cidade industrial, funcionalmente potencializados e expandidos junto com a lógica de acumulação de capital. Nesse sentido, além de ser constituída pela atividade industrial, sendo a expressão mais visível da lógica capitalista, a cidade, ou

---

<sup>8</sup> [] o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo em que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações sem, todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). O novo modo de produção (a nova sociedade) se apropria, ou seja, adapta-se a seus próprios fins, espaço pré-existente, cujos padrões foram formados anteriormente. [] A organização anterior se desintegra e o modo de produção absorve os resultados. (Tradução livre da autora).

melhor, a produção social do seu espaço, também tem como agentes o capital imobiliário, o Estado, e a população, que, de maneira distinta, (seja complementar ou contraditória, e com diferentes “pesos”) desempenharam o seu papel na cena urbana (SILVA, 2011, p. 233).

Buscando a valorização de suas glebas, proprietários de terras da periferia rural urbana deixam suas áreas agricultáveis improdutivas à espera de valorização para fins de loteamento, da mesma forma como fazem empresas industriais ou ligadas à promoção imobiliária, que também são possuidoras de áreas ociosas e mantêm as suas propriedades aguardando a reprodução do valor.

Diante da reflexão do território urbano enquanto peça-chave nas disputas por apropriação de bens e serviços (BOURDIEU, 1997), o mercado de terras, como qualquer expediente capitalista, tem na expansão da oferta, entre outros fatores, a dinamização de sua renda. A posse do capital permite a liderança na disputa pela localização, expandindo a fronteira do espaço imobiliário segundo as flutuações do mercado. E aqueles desprovidos de capital se “assentam” em regiões até então à margem dos interesses especulativos. Assim, a expansão do mercado de terra se relaciona ao processo de crescimento urbano, ambos como forma de dominação das classes dirigentes (SILVA, 2011, p. 233).

Ao figurar como produto do capital, a terra urbana passa a ser, então, objeto de interesse do Estado que, por meio dos investimentos públicos realizados, promove da mesma forma a valorização de determinadas áreas. Nesse processo, “o valor de uso do espaço urbano, essência do encantamento da cidade, parece um atributo cada vez mais efêmero ou mesmo obsoleto face às engrenagens da valorização imobiliária” (MENDONÇA COSTA, 2011, p. 9).

Harvey afirma que o capital não tem interesse em construir cidades para pessoas, mas somente para o lucro. O capital “gosta” (grifo nosso) de megaprojetos com taxas de retorno bastante altas, em parcerias público/privados, nas quais o público arca com todos os riscos e os privados ficam com os lucros. Geralmente, os imóveis são adquiridos com a oportunidade de especulação e valorização da área.

Por essa intermediação, a produção da cidade ganha uma nova perspectiva e as estratégias dos empreendedores imobiliários, dos bancos e do Estado orientam suas estratégias de acumulação na produção da mercadoria-espaço. Generaliza-se, assim, a produção do espaço na determinação do “mundo da mercadoria”. Trata-se, também, do momento histórico em que a expansão da mercadoria penetra profundamente a vida cotidiana, reorientando-a sob sua estratégia. É quando a propriedade privada invade de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, numa prática socioespacial limitada pela norma, como maneira legítima de garantir acessos diferenciados. Portanto, trata-se do momento histórico em que a existência generalizada da propriedade privada reorienta e organiza o uso do lugar. Assim, o espaço mercadoria se propõe para a sociedade como valor de troca,

destituído de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social (CARLOS, 2016, p. 61).

Deste modo, o capital está construindo um tipo de cidade na qual os ricos querem e podem morar, em que “o resgate do direito à cidade parece tornar-se uma bandeira de luta necessária, mas crescentemente abstrata” (MENDONÇA COSTA, 2011, p. 9), visto que as classes mais populares têm direito à moradia, mas não o direito à cidade.

Para Castells (2000, p. 52), “a produção é um processo social complexo, porque cada um de seus elementos é diferenciado internamente. Assim, a humanidade como produtora coletiva” representa uma força de trabalho “muito diferenciada e estratificada de acordo com o papel de cada trabalhador no processo produtivo”. Estas se espacializam no meio urbano em relações de disputas e de poder.

O direito à cidade deve remeter a um direito cidadão de encontros e vivências, com valores de uso livres para a habitação, saúde, educação, lazer e segurança, mas, acima de tudo, um direito à igualdade de valores. Todavia, é preciso encontrar alternativas de apropriação e uso dos espaços capitalistas pelas diferentes classes sociais, na busca de superação das condições de exclusão e desigualdades urbanas. Neste sentido, Sugai (2015, p. 41) diz que:

A análise espacial marxista, por sua vez, ao inserir as lutas de classe nas contradições configuradoras do espaço urbano, ampliou a compreensão da problemática socioespacial do capitalismo. E isso ocorreu, certamente, porque através das disputas e dos conflitos socioespaciais, as classes sociais tornam-se concretas, com ações que objetivam a reprodução específica de seus interesses. A análise das ações da classe dominante no espaço urbano permite não apenas evidenciar o poder de decisão e de opressão dessa classe e o seu papel fundamental na estruturação do espaço, como, também, determinar a localização precisa dos espaços por ela apropriados, auxiliados pelos indicadores de faixa de renda.

De acordo com Villaça (2001, p. 334), existem dois valores a serem considerados no espaço urbano:

O primeiro é o valor dos produtos em si - os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração, dado pela localização dos edifícios, ruas e praças, pois essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta, assim, como valor de uso da terra - dos lotes, das ruas, das praças, das praias -, o qual, no mercado, se traduz em preço da terra.

Sugai (2015, p. 40) defende que a localização é um importante elemento na dinâmica socioespacial dos investimentos públicos nas cidades, pois a sua espacialidade vai refletir no valor final da propriedade: “Em linhas gerais, pode-se dizer que a localização, definida pela acessibilidade intraurbana<sup>9</sup> e serviços públicos disponíveis, determina o preço da terra que, por sua vez, repercute na dinâmica imobiliária e na própria segregação espacial”.

Déak (2001, p. 91) relembra que essa é uma questão histórica a partir do momento em que as “localizações têm tido por suporte a terra, e talvez mais importante que isso, porque no feudalismo a terra era a única fonte de riqueza’, isto é, o suporte da forma dominante de produção de excedente” e, com isso, “o pagamento pela localização passou a ser confundido com o pagamento pela terra”.

Carlos (2016, p. 59) complementa e afirma que “a preocupação com a localização das atividades humanas definiu o espaço como palco da ação do homem”. E que

Não resta dúvida de que a evolução do conceito de espaço como localização dos fenômenos, para aquele de produção social é um salto expressivo em direção à compreensão do mundo através da geografia, permitindo-nos pensar na passagem de uma concepção a outra, como momentos de transformação da realidade. É assim que da simples constatação da localização das coisas no espaço passa-se a descoberta da organização do espaço pelos grupos humanos e, desta elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço (CARLOS, 2016, p. 59).

Sugai (2012, p. 37) reforça a colocação ao afirmar que “a localização dos investimentos públicos no espaço intraurbano não ocorre de forma aleatória, mas está intermediada pela maneira como as classes sociais estão distribuídas espacialmente” e que “a disparidade na localização dos investimentos públicos contribui para consolidar os processos segregativos e para reproduzir as relações de poder e as desigualdades socioespaciais”.

À medida que o direito à cidade considera a sua localização na cidade, ou seja, morar em áreas centrais com grande oferta de equipamentos coletivos e infraestrutura urbana, o Estado tem um importante papel na definição e produção dessa estrutura espacial urbana. Por intermédio dos investimentos públicos e da legislação, por exemplo, o Estado cria condições favoráveis à viabilização do processo de acumulação, dominação e reprodução das classes sociais. A sua presença ou a sua ausência são as características mais evidentes que definem as desigualdades do espaço urbano.

---

<sup>9</sup> O Espaço intraurbano é, portanto, produzido pelo conflito social, na disputa pelo controle da produção e estruturação interna do espaço e, como enfatiza Villaça, é onde se estabelece a disputa entre as classes sociais para a produção e o consumo de localizações privilegiadas (VILLAÇA apud SUGAI, 2015, p. 35).

Considerando o Estado também como expressão de classe, interessa conhecer desse processo de produção das localizações e do espaço intraurbano: os conflitos e as disputas geradas pelos diferentes interesses o papel e a pressão exercida pelas organizações populares as divergências entre as frações do capital e os confrontos ou alianças entre governantes de diferentes esferas, que podem beneficiar ou privilegiar determinadas ações ou municípios dentro de áreas conurbadas (SUGAI, 2015, p. 36).

Somente em 2001, com a implantação do Estatuto da Cidade, que regulamentou os art. 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira, é que as cidades tiveram a garantia da sua coletividade. Com o intuito de estabelecer as normas de ordem pública e o interesse social da população, o Estatuto é o primeiro instrumento urbano a regular o “uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

Como cita Rodrigues (2006, n.p), o Estatuto da Cidade não atua “contra la lógica de acumulación capitalista, reconoce la propiedad privada de la tierra y habitación, pero impone algunos límites a la especulación inmobiliaria urbana”.<sup>10</sup>

Isso significa que, além da função social da propriedade, o Estatuto trata da gestão democrática da cidade, ao dar ênfase que a participação popular é obrigatória na gestão e administração municipal. Participação esta como um meio para se alcançar determinados fins, mas não um fim em si mesmo, ou seja, “o direito à participação, por si só, é incapaz de definir o direito à cidade no plano do ordenamento jurídico-legal” (TRINDADE, 2012, n.p).

Além do governo, a comunidade deve estar presente nas decisões sobre a destinação dos recursos públicos para garantir um espaço urbano mais justo e equilibrado, pois as análises desses processos demonstram que, além das “decisões técnicas, a localização e a distribuição dos investimentos públicos nas áreas intraurbanas envolvem decisões políticas” (SUGAI, 2015, p. 188) afetando diretamente a população local.

Somente com a participação comunitária, haverá a construção de uma política urbana municipal com o sentimento de pertencimento à comunidade, no sentido de que o indivíduo se sinta conectado e exerça de forma integral o seu papel de cidadão, seja por meio de seus direitos individuais (liberdades), seja em razão dos seus direitos sociais (poderes).

---

<sup>10</sup> Contra a lógica da acumulação capitalista, reconhece a propriedade privada da terra e da habitação, mas impõe alguns limites à especulação imobiliária urbana (tradução livre da autora).

### 2.1.2 Agentes Sociais e a Produção do Espaço

A produção urbana compreendida pela atuação de diferentes agentes sociais revela o processo de transformação do espaço desenvolvido pelas relações sociais e práticas espaciais tomadas para construir ou renovar os territórios, em diferentes escalas.

Apoiados em diferentes meios, sejam eles regulamentares ou de gestão, financeiros ou imobiliários, esses atores representam “pessoas e instituições que possuem um papel importante na organização do espaço, que intervêm direta ou indiretamente na elaboração dos projetos de planejamento. Esses atores utilizam mecanismos de gestão urbana a fim de responder aos interesses da produção da cidade contemporânea” (TEIEIRA FONSECA MAENOD, 2016, p. 160). Para isso, é preciso entender as categorias utilizadas nas análises urbanas, e verificar as visões que mais se aproximam com a proposta de pesquisa aqui apresentada.

Segundo Grafmeyer (1995, p. 117), ator é aquela “pessoa que está envolvida em relações de papéis com um ou vários protagonistas”. Conforme Brunet, Ferras e Théry (1993), o indivíduo, o grupo, as empresas, a coletividade local e o Estado. Os últimos três autores consideram o Estado como um ator social, da mesma forma que Touraine (1973, p. 249) o apresenta como sendo “ao mesmo tempo, uma organização, um sistema institucional e um ator nas relações de classe”. O mesmo autor concebe o Estado ainda como um agente social complexo, cuja “ação se estende sobre o campo da historicidade, sobre as instituições, sobre a organização social” (TOURAINÉ, 1973, p. 255). E complementa: “Ele não poderia ser reduzido ao papel de agente de uma força social e política” (TOURAINÉ, 1973, p. 259).

Vasconcelos (2016, p. 76), a partir do levantamento exposto por Brunet, Ferras e Théry, no dicionário “*Les Mots de la Géographie*” apresenta o que os autores descreveram como “agente”:

O geógrafo Jacques Lévy foi responsável pelo verbete “agente” no dicionário que editou junto com Lussault em 2003. Ele considera que o agente é um indivíduo ou um coletivo capaz de ações voluntárias ou de iniciativas próprias. Porém, Lévy também limita a noção: “ele é o realizador concreto da ação, mas não aquele que decide, menos ainda aquele que concebeu” (tradução do autor). [...] Lévy levanta os seguintes autores que preferem utilizar os agentes, negando o ator individual: Marx, Bourdieu, Durkheim e Lévi-Strauss, enquanto outros autores dariam mais destaque à autonomia dos indivíduos, como Weber, Simmel, Elias, Giddens, Berger e Luckman.

Além disso, para Vasconcelos (2016, p. 86), Horácio Capel foi “um dos primeiros autores a introduzir a noção de agentes sociais”, em 1974, utilizando inclusive do termo “agentes da produção do espaço”, referindo-se às diferentes estratégias que estes apontariam: os proprietários dos meios de produção (ou as grandes empresas industriais e de serviços), os

proprietários do solo (com destaque para os pequenos proprietários), os promotores imobiliários e as empresas de construção, assim como os organismos públicos (ou o Estado como agente da produção do espaço).

Form (1954) não utiliza a noção nem de agentes, nem de atores, mas descreve os grupos sociais e organizações que agem no mercado. São eles: o imobiliário (os negócios imobiliários e da construção), as grandes empresas (as grandes indústrias), os negócios em infraestruturas, os residentes (os proprietários industriais e outros pequenos consumidores), e o Governo (governo local). Para Corrêa (2016, p. 43):

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da mão invisível do mercado, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supra orgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade

A análise de Roberto Lobato Corrêa (1995) segue a organização mercadológica proposta por Form, porém apresenta três dimensões de análise das redes geográficas, organizacional, temporal e espacial. Para o autor (CORRA , 1995), na dimensão organizacional são considerados os agentes sociais, os seguintes agentes produtores do espaço:

**a) Os proprietários dos meios de produção:** são as grandes indústrias e empresas comerciais que, em função de suas atividades, necessitam de grandes glebas e facilidade de acesso e deslocamento. Por isso, situam-se geralmente em áreas mais periféricas das cidades, onde os terrenos são mais baratos. “A especulação imobiliária não é assim de interesse dos proprietários dos meios de produção” (CORRA , 1995, p. 14), mas interfere nos lucros das empresas, visto que a partir de sua implantação, retêm as terras próximas, provocando escassez de terrenos e, conseqüentemente, o aumento dos preços das terras, que, por conseguinte, respingam diretamente nos custos dos proprietários. Ainda segundo o autor, “a solução desses conflitos se faz através de pressão junto ao Estado para realizar desapropriações de terras, instalação de infraestrutura necessária às suas atividades e para a criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho” (CORRA , 1995, p. 14). “Nas grandes cidades, onde a atividade fabril é expressiva, a ação espacial dos proprietários industriais leva à criação de amplas áreas fabris em setores distintos das áreas residenciais nobres, onde mora a elite, porém próximo às áreas proletárias. Deste modo, a ação deles modela a cidade, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra” (CORRA , 1995, p. 15).

**b) Os proprietários fundiários:** são os proprietários de terras, que mantêm suas propriedades (geralmente utilizadas com fins residenciais<sup>11</sup> e comerciais), para fins de troca e não para uso, até quando obtiverem o maior rendimento possível da área. Valorização esta, muitas vezes, financiada pelo Estado com a aplicação de investimentos públicos em infraestrutura, limítrofes ou próximos, principalmente o viário. Há ainda aquelas que já são bem localizadas e “valorizadas por amenidades físicas, como mar, lagoa, sol, verde”. Nestas, os proprietários “agem pressionando o Estado visando à instalação de infraestrutura. Tais investimentos valorizam a terra e campanhas publicitárias exaltando as qualidades da área são realizadas ao mesmo tempo e conseqüentemente seu preço sobe” ( CORRA , 1995, p. 18).

**c) Os promotores imobiliários:** conjunto de agentes que realiza as operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro que, por sua vez, vai instigar diferentes outros tipos de agentes a produzirem de forma mais audaciosa: o proprietário construtor do terreno, aquele agente que ainda constrói em pequena escala – pequenos imóveis, empresas exclusivamente incorporadoras, outras que se especializaram na construção civil, entre outros. Para Corrêa (1995, p. 23), a dinâmica imobiliária dominante neste caso se faz correlacionada à demanda de habitações para uma população que dispõe de meios para pagar a sua moradia. Diante disto, “o preço elevado da terra e alto *status* do bairro, acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte, amenidades naturais ou socialmente produzidas e esgotamento dos terrenos para construção, e as condições físicas dos imóveis anteriormente produzidos”, possuem significativo rebatimento no espaço urbano que, de modo desigual, provocam e reforçam “a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista”.

**d) O Estado:** é o agente mais central da produção do espaço urbano. Por ser o promotor dos investimentos públicos, suas intervenções afetam diretamente a organização espacial dos demais atores no ambiente urbano. “Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte”. Como “consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário”, ao dispor da implantação de algum investimento público, o Estado está interferindo diretamente na dinâmica do espaço urbano daquele lugar. “No entanto, é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc., que a atuação do Estado se faz de modo mais coerente

---

<sup>11</sup> As terras da periferia são destinadas à população de *status*. Como se trata de uma demanda solvável, é possível aos proprietários tornar-se também promotores imobiliários loteiam, vendem e constroem casas de luxo. E , com isso, os bairros fisicamente periféricos não são mais percebidos como estando localizados na periferia urbana, pois, afinal de contas, bairros de *status* não são socialmente periféricos. Como exemplos, as cidades litorâneas como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza são frutos das valorizações fundiárias. Naquelas mal localizadas e sem amenidades, serão realizados os loteamentos: as habitações serão construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado, que aí implanta enormes e monótonos conjuntos habitacionais, que ocasionam vários distúrbios sociais (CORRA , 1995, p. 18).

e esperado”. O autor ainda complementa: “E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população, que o Estado se torna o alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana” (CORRA , 1995, p. 24).

**e) Os grupos sociais excluídos:** os grupos sociais que não detêm renda para pagar um aluguel ou comprar um imóvel são considerados excluídos do mercado imobiliário. De acordo com Corrêa (1995, p. 29), em uma “sociedade de classes”, capitalista, com significativas diferenças sociais e acessos aos bens e serviços, “a habitação é um desses bem cujo acesso é seletivo”. Assim, em busca de moradia, essas pessoas encontram em cortiços, conjuntos habitacionais providos pelo Estado, autoconstrução e favelas, a alternativa para terem onde morar. Destas, porém, somente “na produção das favelas, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes” (CORRA , 1995, p. 30).

Corrêa (1995, p. 30) salienta que o acesso à moradia por meio de cortiços, conjuntos habitacionais providos pelo Estado e pela autoconstrução “não transforma, em princípio, a população excluída em agente modelador do espaço urbano”, visto que essas transações pressupõem um vínculo para um agente social, como o proprietário de imóveis, o proprietário fundiário da periferia e o Estado.

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade especialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (CORRA , 2016, p. 43).

“O uso da noção de agentes sociais parece ser bastante rico para o entendimento das cidades brasileiras, na medida em que agentes’ não capitalistas podem ser incluídos nas análises, o que permite, entre outras possibilidades, a sua utilização no presente e no passado” (VASCONCELOS, 2016, p. 92). Vitte (2003, p. 233) complementa que:

[...] a ideia de gestão urbana que vem se consolidando é de intervenções no ambiente construído, na forma física da cidade, enquanto gestão de cidades seria entendida como a administração da cidade, que além de também resultar em intervenções no ambiente construído define-se por um conjunto múltiplo de ação coletiva entre agentes, instituições e organizações, em complexa rede de interações, na qual o governo é uma das peças do jogo de poder, já que lhe cabe liderar o processo, mas também partilhar, delegar e interagir.

É justamente nesse contexto da gestão democrática que “há o deslocamento de um pensamento que produz a compreensão da cidade como um ato de planejá-la e de geri-la” (CARLOS, 2010, p. 26) quando o Estado, cumprindo uma multiplicidade de papéis, “insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa (SAMSON, 1980 apud CORRA , 2016, p. 45).

Corrêa (2016, p. 46) ainda afirma que:

Essa multiplicidade de papéis também se efetiva na escala da rede urbana. Tanto nessa escala como na do espaço intraurbano estabelecem-se relações com outros agentes sociais, como empresas industriais e de consultoria, bancos, empreiteiras, universidades e proprietários de terra.

Os grandes proprietários industriais e as empresas comerciais, grupos sociais excluídos e ordens religiosas, investidores, entre outros, atuam já há algum tempo, de forma mais ou menos intensa, como produtores do espaço urbano. “A ação desses agentes sociais [...] está inserida no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada” (CORRA , 2016, p. 46).

Da mesma forma, a produção de um “espaço vernacular” (grifo do autor), promovido por novos agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados, em terras públicas e privadas, na produção de favelas ou loteamentos populares nas periferias urbanas, estabelecem uma tensão em torno da terra urbana e da habitação (CORRA, 2016, p. 47). Nessas disputas, “a observação da complexidade dos papéis urbanos das cidades gera um nível de análise bastante próprio para a leitura econômica das dinâmicas, a partir das quais se configuram as redes urbanas”.

Diversos agentes sociais podem atuar nas mais diferentes escalas da cidade, seja na rua, no bairro ou na cidade, de forma decisiva na produção do espaço, mas o Estado, “impregnado de interesses seus, cria infraestrutura viária e energética que lhe é benéfica, ainda que possa servir a muitos outros agentes sociais e individuais” (CORRA , 2016, p. 48).

## 2.2 O ESTADO E OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

O espaço produzido a partir das ruas, bairros, áreas residenciais, comerciais, de uso público, impregnados de materialidade, refletem as relações sociais de uma comunidade. É assim que o Estado, como uma organização de natureza política e promotora do direito à cidade, precisa de uma nova forma de atender às demandas e de fazer políticas contínuas e articuladas em governos sucessivos, decisivas e incisivas nas questões inerentes à população. Políticas estas

que asseguram o cumprimento da função social da propriedade, em que os investimentos públicos, “além de evidenciarem a lógica de sua distribuição, que cria e reproduz as desigualdades sociais, indiquem também as diferenças entre a característica e o papel que esses investimentos assumem no processo de produção e nas disputas no espaço intraurbano” (SUGAI, 2015, p. 183).

Sob essa perspectiva, o Estado é visto “como ator estratégico fundamental em qualquer processo que se queira de desenvolvimento, pois é este ente, em última instância, o responsável por garantir a segurança interna, ordenar o uso sustentável do território, regular, enfim, a atividade econômica e promover políticas públicas” (CARDOSO JUNIOR, 2014, p. 86).

Para Samson (1980) apud Corrêa (2016, p. 46), a ação do Estado na produção do espaço pode ocorrer de diversas formas no mercado fundiário. Algumas delas são apresentadas abaixo:

- Atuar nas condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistema de energia, esgotamento sanitário, assim como no próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento
- Como proprietário de glebas, atuando como controlador do mercado fundiário, que poderão ser permutados com outros agentes sociais
- Como promotor imobiliário, interferindo na produção de móveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais
- Como produtor industrial, intervindo na produção do espaço com a implantação de unidades fabris, e dos impactos causados em outras áreas, próximas ou longínquas, de suas instalações industriais, por exemplo, de conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas, originadas em decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço na divisão social do espaço da cidade.

Por isso, o entendimento da sua atuação é tão importante nestes debates. O Estado “deve compreender sua dimensão política e, portanto, suas contradições, além de seu caráter institucional” (SILVA, 2011, p. 233), porque, ao aliar-se ao capital, o Estado “regula o processo do trabalho e a vida da sociedade, criando normas e Leis que permitam o desenvolvimento, ininterrupto da acumulação” (CARLOS, 1994, p. 195). Assim, por intermédio das políticas públicas urbanas “tem o papel de tornar o espaço da cidade programado pela lógica da circulação subjugada a uma racionalidade que vai produzir a infraestrutura, que vai permitir a migração de capital do setor a outro na economia [...]” (CARLOS, 2010, p. 27), entre outros.

As políticas urbanas orientam os investimentos em determinados setores e áreas da cidade com a produção na infraestrutura necessária essa acumulação nova. É assim que se muda a lei de zoneamento, que se faz o reparcelamento das terras, que se mudam os gabaritos dos prédios, que se muda o adensamento e que se requalificam áreas inteiras, numa orientação política que produz parcerias com o setor privado (CARLOS, 2010, p. 27).

“E nessa parceria – entre o que é do público e o que é do privado – que se dá a orientação dos projetos transformadores da cidade, em função dos objetivos de realização desse privado” (CARLOS, 2010, p. 27). Por meio da construção das infraestruturas e da implantação de equipamentos urbanos, do planejamento do uso e ocupação do solo, bem como influenciando ou condicionando decisões coletivas, o Estado, com base nas ações das políticas públicas previstas no planejamento urbano, está intervindo no espaço urbano induzindo e regularizando o investimento privado nas mais diversas áreas (ROSSETTO, 2011).

Logo, a produção do espaço urbano no contexto atual tem no Estado, “por meio de políticas públicas e sua estrutura de regulação, a função primordial de prover as condições gerais de produção e garantir o processo ampliado de reprodução do capitalismo” (MENDONÇA COSTA, 2011, p. 8).

O Estado atua nas cidades por meio dos planos estratégicos municipais desenvolvidos e das políticas públicas implementadas. A materialização dessas ações e estratégias ocorrem em um espaço herdado, que é constituído por uma história local, um padrão de organização do território e da força de trabalho e por um dado grau de desigualdade sociais (VITTE, 2003, p. 232).

Para Pintaúdi (2003, p. 231), “[...] todo Estado Nacional tem uma concepção de espaço, o que implica a existência de uma estratégia de construção desse mesmo espaço. As políticas públicas resultantes de projetos políticos trazem consigo uma concepção de espaço”. Trata-se de considerar “de um lado o urbano como condição geral de realização do processo de reprodução do capital e, de outro, o produto deste processo, como fruto de contradições emergentes do conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo” (CARLOS, 1994, p. 14).

Maricato (2001, p. 48) evidencia que o “planejamento é competência do Estado e este é a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário”. Por ser um processo racional e que pressupõe escolhas e decisões, “a atividade do planejamento é indissociável de quem a exerce, posto que está comprometida com o grupo social que a formula e executa” (KOHLSDORF, 2002, p. 3).

Neste comprometimento, há um descompasso entre o planejado e o implementado, porque nem sempre as esferas Estadual, Federal e Municipal atuam no espaço urbano de forma articulada e igualitária. Entende-se, então, que nessa gestão governamental o controle do capital é fundamental. A determinação do “uso do solo pelos organismos de planejamento, instituições municipais, estaduais e federais, as intervenções políticas” provocam colisões “com os anseios e as necessidades da sociedade, o que gera a luta. Tais lutas podem levar a uma mudança ou alteração das políticas que influenciam, ou determinam, o uso do solo, ou ainda a mudança de usos de sua redistribuição” (CARLOS, 1994, p. 97).

Portanto, nessa relação Estado/espço “construindo a infraestrutura necessária e as condições fundamentais para realização das novas atividades econômicas” (CARLOS, 2007, p. 16), o Estado passa a dirigir, por meio das políticas públicas, “investimentos para determinados lugares na cidade sobre o pretexto da necessidade coletiva” (CARLOS, 2007, p. 17).

Pour donner son sens sociologique à cette analyse de l'articulation spatiale entre structure d'équipement et structure sociale, l'un des points fondamentaux à éclairer est celui des rapports, variables selon les classes sociales, entre deux catégories de déterminations des pratiques, celles qui sont indépendantes de l'espace et celles qui tiennent à la localisation de l'objet dont la pratique est l'enjeu ( PINÇON-CHARLOT *et al.*, 1982, p. 669).<sup>12</sup>

Isso porque, para Pinçon-Charlot *et al.* (1982, p. 682)<sup>13</sup>: “les notions de ségrégation spatiale et de ségrégation sociale désignent des réalités distinctes”<sup>14</sup>. Ou seja, não se pode garantir que com a equidade na distribuição dos equipamentos urbanos e comunitários haverá “justiça social” para todos. Em tal contexto, “la suppression de la ségrégation spatiale liée à la répartition géographique des équipements suffirait à abolir la ségrégation sociale elle-même, pour autant que celle-ci puisse être définie comme linéarité des valeurs d'usage urbaines accessibles aux différentes classes sociales”<sup>15</sup> (PINÇON-CHARLOT *et al.*, 1982, p. 682).

Segundo Sugai (2015, p. 19):

para se conhecer o processo de segregação urbana, é fundamental que se aprenda historicamente os interesses de ocupação urbana das camadas sociais, assim como a localização dos investimentos públicos, a sua repercussão na valorização da terra urbana, na dinâmica intraurbana e na formação de desigualdades socioespaciais.

Ainda para a autora,

---

<sup>12</sup> Para dar um sentido sociológico a essa análise da articulação espacial entre estrutura de equipamentos e estrutura social, um dos pontos fundamentais a serem esclarecidos é o das relações, que variam de acordo com a classe social, entre duas categorias de determinações de práticas: independentes do espaço e relacionados à localização do objeto cuja prática está em jogo.

<sup>13</sup> Está em andamento a avaliação das pesquisas de Pinçon-Charlot *et al.* (1982) sobre segregação na região parisiense. Suas investigações têm por objetivo constatar uma correlação entre a segregação e a ação do Estado na produção de equipamentos coletivos. Para Villaça (2001, p. 155), “esta correlação certamente existe no Brasil”.

<sup>14</sup> As noções de segregação espacial e segregação social fazem referência a realidades distintas.

<sup>15</sup> A eliminação da segregação espacial ligada à distribuição geográfica do equipamento seria suficiente para abolir a própria segregação social, na medida em que pode ser definida como a desigualdade dos valores de uso urbano acessíveis às diferentes classes sociais.

Uma das características mais evidentes que define as desigualdades dos espaços intraurbanos, e a presença ou a ausência do Estado, diz respeito à distribuição e à localização diferenciadas dos investimentos públicos, em especial os relativos ao sistema viário. Qualquer análise superficial dos investimentos públicos nas cidades brasileiras revela duas características: 1) que os investimentos públicos não se distribuem uniformemente no espaço intraurbano 2) que é uma relação direta entre as periferias pobres e a ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. [...] as repercussões na dinâmica urbana e imobiliária, entre outros aspectos, precisam ser analisadas e explicadas no tempo e no espaço. Sendo assim, as investigações sobre as características, a distribuição e a localização dos diversos investimentos públicos são imprescindíveis para que se possa conhecer como são produzidas as localizações privilegiadas e os espaços urbanos desiguais, [...] (SUGAI, 2015, p. 36).

Essa dinâmica, conseqüentemente, afetará o seu sistema de trânsito e transporte, na ampliação necessária da quantidade de equipamentos urbanos comunitários, nos custos da urbanização e no meio ambiente, entre outros. “Daí a importância dos equipamentos urbanos comunitários nas cidades, no que se refere ao seu formato, dimensão e localização” (GOUDARD *et al.*, 2008, p. 100). Para Villaça (2001, p. 334), “a localização se apresenta, assim, como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias –, o qual, no mercado, se traduz em preço da terra”, em que o poder encontrado nos espaços públicos urbanos, é fruto da intencionalidade dos investimentos públicos. “Nesse sentido, a organização territorial está condicionada ao processo de concentração do capital *versus* a concentração da população em determinados pontos” (CARLOS, 1994, p. 91).

Nesta abordagem territorial que privilegia as estratégias de organização do espaço urbano condicionada à “análise das lógicas dos atores e dos meios que eles mobilizam aplicados à cidade” (TEIEIRA FONSECA MAENOD, 2016, p. 174), torna -se imprescindível o entendimento do papel do Estado como elemento estruturador das dinâmicas que configuram e geram tais espaços.

### 2.3 A FORMA URBANA

Possuindo o estudo da forma urbana o “interesse pela dimensão física da cidade” (PANERAI CASTE DEPAULE 2013[2009], p. 1), Lamas (2014 [1990], p. 26) “parte do princípio de que a forma (física) do espaço é uma realidade para a qual contribui um conjunto de fatores socioeconômicos, políticos e culturais”, mas “é também, ou deverá ser, resultado da produção voluntária do espaço”. Isso porque, segundo o autor (p. 28 da obra referida), “as formas não têm apenas a ver com concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitetônicas, mas estão indissociavelmente ligadas aos comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e à vida comunitária dos cidadãos.

Logo, a forma urbana influencia de diferentes maneiras a vida social, os comportamentos e o bem-estar de todos os cidadãos. Nesse sentido, a morfologia urbana auxilia tais estudos, pois

“provides a range of concepts and tools that articulate the different aspects and elements of urban form, the relations between them and our role as the agentes who create, use and transform them”<sup>16</sup> (KROPF, 2017, p. 9). Deste modo, alcança-se por meio da morfologia urbana reflexões sobre a forma física ou edificada das cidades, bem como das pessoas e dos processos que a moldaram, pois, como define Kropf (2017, p. 9): “urban morphology is the study of human settlements, their structure and the process of their formation and transformation”.<sup>17</sup>

Larkham e Jones (1980) e Conzen (1986), na década de 1980, já definiam o termo morfologia urbana como o estudo da estrutura física da forma urbana e das pessoas, com o entendimento dos processos que a moldaram. Gebauer e Samuels (1981) utilizam o termo em desenho urbano, como um método de análise básico, mais utilizado por geógrafos, que busca compreender o estudo das características físicas e espaciais da estrutura urbana e, por fim, os princípios ou regras para o urbanismo. Moudon (1997) entende a morfologia urbana como o estudo da cidade enquanto habitat humano, apoiado em Leví-Strauss (1955), que considerava esse habitat como a mais complexa das invenções humanas. Para Levy (1999), o estudo da forma urbana está relacionado com o estudo da forma do tecido urbano.

Os primeiros trabalhos da Escola Inglesa de Morfologia Urbana surgem no final do Século I na geografia urbana, com os trabalhos desenvolvidos pelo geógrafo alemão Otto Schlter, considerado “the father of urban morphology”<sup>18</sup> (HITEHAND , 2007). Com foco na abordagem histórica-geográfica, a morfologia urbana começou a ser estruturada como um campo de conhecimento por meio de pesquisas sobre a paisagem urbana apresentadas por ele em 1899 e 1903.

É também no fim do Século I, início do Século , que vários estudos abordam as análises morfológicas para planos’ de cidades (no sentido de plantas). Dentre eles, o historiador Johannes Fritz, em 1894, como exceção disciplinar em um contexto dominado por geógrafos, trouxe a percepção do potencial da análise histórica dos planos urbanos e da cartografia. Com essa classificação, buscou a identificação dos traçados regulares e irregulares das cidades estudadas. Otto Schlter (1899), seguindo Fritz, utilizou os mapas históricos como fonte de interpretação e análise, com Meier (1907) por meio da identificação e classificação descritiva de quatro tipos de planos das cidades alemãs, e Graddmann (1928) descrevendo os planos urbanos das cidades localizados ao sudoeste da Alemanha, como espinha de peixe, ou malhas ortogonais, por exemplo (COSTA NETTO, 201 5, p. 44).

---

<sup>16</sup> Fornece um conjunto de conceitos e ferramentas que articulam diferentes aspectos e elementos da forma urbana, a relações entre eles e nosso papel como agentes que criam, usam e os transformam. (Tradução livre da autora).

<sup>17</sup> A morfologia urbana é o estudo dos assentamentos, sua estrutura e o processo de sua formação e transformação. (Tradução livre da autora).

<sup>18</sup> O pai da morfologia urbana. (Tradução livre da autora).

Os preceitos desenvolvidos por Schlter, em 1899, e Geisler e Dorries, em 1929, redefiniram a cidade sob o ponto de vista geográfico, respectivamente, “reconhecendo a cidade como órgão econômico e vivo no sistema econômico regional” e “como um grande assentamento representando o universo econômico, político e centro cultural comunitário de uma área limitada, indistinta que possui uma forma construída com característica própria que tende a se intensificar na direção do centro (COSTA NETTO, 2015, p. 45).

Em 1918, Geisler apresenta um estudo morfológico sobre a cidade portuária polonesa de Danzig, que “se destaca não só pelos aspectos específicos investigados, como também pela sua representação, pois é todo ilustrado em minuciosos detalhes, fato inédito que ainda não havia sido visto em ciclos acadêmicos” (COSTA NETTO, 2015, p. 43). O trabalho destaca ainda um registro fotográfico com a análise de cada edifício evidenciado em uma planta cadastral na escala 1:10.000 sobre a área central da cidade e, de forma pioneira, representa a partir da cor os diferentes aspectos do uso do solo e do número de pavimentos dos edifícios residenciais estudados.

Com tais publicações, “o estudo de Danzig e o estudo comparativo das três cidades alemãs permitem a Geisler se estabelecer como uma figura central da morfologia urbana alemã no período” (COSTA NETTO, 2015, p. 43). Oliveira e Monteiro (2014, p. 40) ressaltam que elas fazem, tal como Ftitz e Schlter, com que “o trabalho dos geógrafos alemães no início do Século tenha uma importância fundamental para o estabelecimento da morfologia urbana como ciência que estuda a forma física das cidades, bem como os atores e os processos que a moldam”.

Costa e Netto (2015, p. 43) apontam que, em 1924, Geisler “publica o livro considerado o melhor trabalho morfológico do período, que consiste num estudo comparativo contendo a visão tripartite morfológica, ou seja, os assentamentos, os planos urbanos e os tipos de edifícios das cidades alemãs”. Da mesma forma, estudos relacionados à paisagem urbana “nos países de língua inglesa e francesa passam a ser objeto de atenção, [...] destacando Blanchard (1912), na França Fleure (1920), na Gra -Bretanha e Leighly (1928), nos EUA” (COSTA NETTO, 2015, p. 46).

Vindo de uma tradição regional historicista, somente na década de 1960, “se cuestionó dicha concepción y se presentaron alternativas neopositivistas y cuantitativas que, sin embargo, fueron limitadas, y pronto quedaron rebasadas por nuevos enfoques que ponían énfasis en la producción social de las formas urbanas”<sup>19</sup> (CAPEL, 2002, p. 23).

---

<sup>19</sup> Essa concepção foi questionada e foram apresentadas alternativas neopositivistas e quantitativas que, no entanto, foram limitadas e logo ultrapassadas por novas abordagens que enfatizavam a produção social das formas urbanas. (Tradução livre da autora).

### 2.3.1 Abordagens Morfológicas, com enfoque na Histórico-Geográfica

Em meados do Século , o geógrafo Michael R. G. Conzen, seguidor dos ensinamentos de Schalter, passa a atuar como um dos principais promotores da abordagem histórico - geográfica no Reino Unido. No seu trabalho sobre a Alnwick, Conzen (1960) apresenta a divisão tripartida da paisagem urbana, incluindo o plano' / planta de cidade, o tecido edificado e o uso do solo.

Em um de seus primeiros trabalhos, Conzen faz a análise de 48 tipos de ocupação do solo e 59 tipos edilícios da cidade de hitby (localizado a leste do condado de Yorkshire - Inglaterra). Procurando representar os maiores períodos de significação social e econômica, ou cada período de formação da cidade, Conzen promoveu o cruzamento da forma original da cidade com a respectiva época de origem, definindo de 1 a 5 grupos edilícios. "In his map of the building types of this town, priority is given to historical periods, and these are morphological periods – periods having unity in terms of the physical forms that were created" <sup>20</sup> (HITEHAND , 2007, p. ii-2).

A partir de então, em 1949, quando já atuava na Universidade de Newcastle upon Tyne, Conzen:

[...] publicou uma monografia sobre os assentamentos urbanos da região Nordeste na Inglaterra, para o qual apresenta o mapa dos assentamentos dos tipos e edilícios de toda a região, mostrando, simbolicamente, a variação completa dos tipos morfológicos desde as fazendas isoladas a subdivisão de áreas urbanas (incluindo milhares de assentamentos no total) (COSTA NETTO, 2015, p. 52).

Em 1960, Conzen publica um dos principais estudos da área da morfologia urbana, centrado em Alnwick, pequena cidade localizada ao norte de Northumberland (Inglaterra), que resultou em "um dos livros mais importantes em morfologia urbana publicados até hoje" (OLIVEIRA, 2018, p. 18). Conzen apresenta, de forma minuciosa, a análise morfológica do plano urbano destacando primeiro o arranjo viário e, logo após, o padrão das edificações semelhantes que formam uma unidade tipológica. Para Oliveira (2015, p. 18):

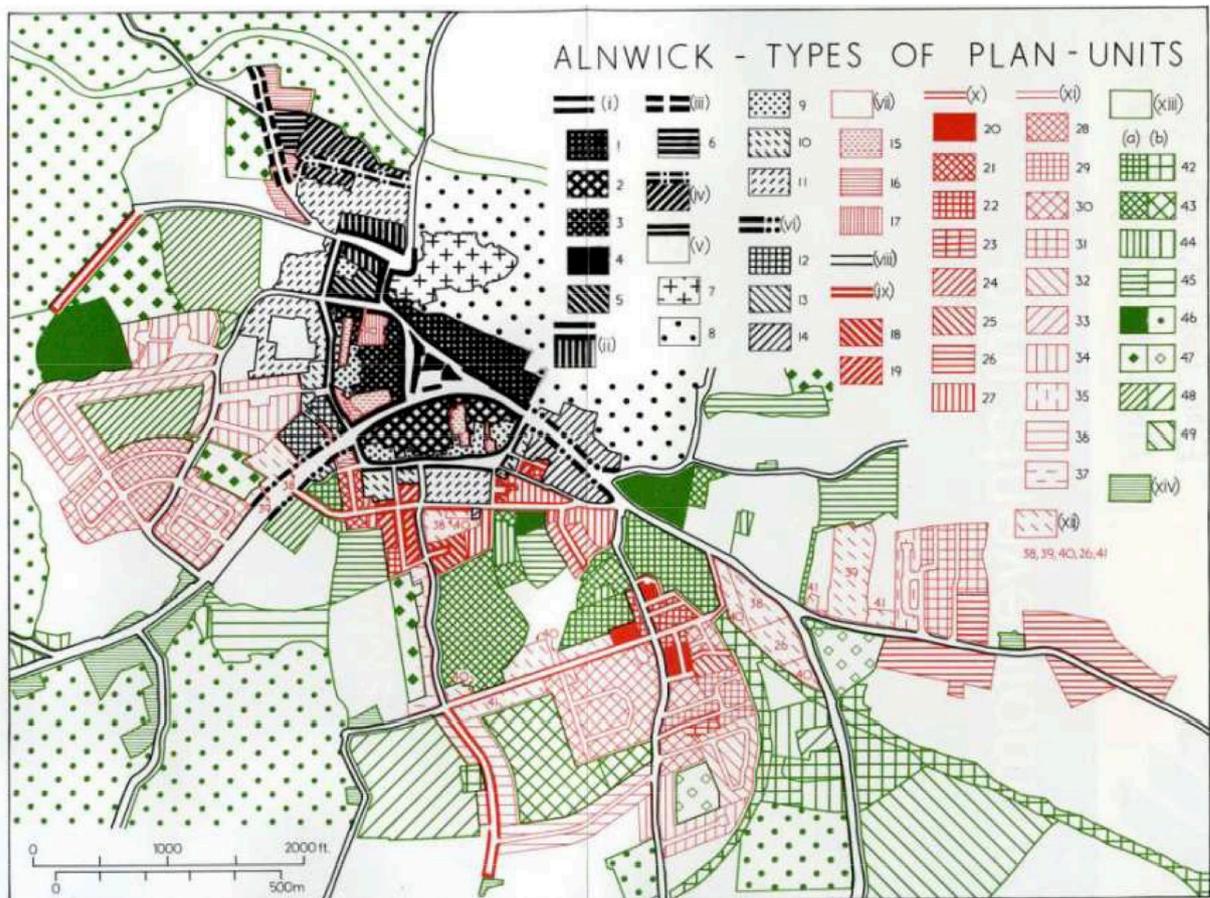
O livro constitui uma tentativa de preencher um vazio em morfologia urbana, sendo motivado pelos seguintes problemas fundamentais: como é que o plano de uma cidade existente adquire a sua complexidade geográfica, que conceitos podem ser deduzidos de uma investigação sobre uma cidade em particular para a análise dos planos de cidade em geral e, por fim, que contributo dá o desenvolvimento do plano para a estrutura regional de uma cidade.

---

<sup>20</sup> Em seu mapa dos tipos de construção desta cidade, a prioridade é dada aos períodos históricos, e estes são períodos morfológicos - períodos de unidade em termos das formas físicas que foram criadas. (Tradução livre da autora).

Com o referido mapeamento, Conzen consegue identificar os períodos morfológicos de cada época levantada, bem como verificar de que forma ocorreram as transformações nas formas edificadas e, assim, o padrão de crescimento urbano da cidade (Figura 3). Por último, “são evidenciados os tipos de unidades de planejamento e a estrutura geográfica da paisagem urbana de Alnwick” (COSTA NETTO, 2015, p. 52).

Figura 3. Regiões morfológicas de Alnwick.



Fonte: Conzen (1960).

Conzen was interested not just in the layout of towns and cities but also in their other form complexes', as he called them. He disaggregated the urban landscape into its component parts. One of the places in which he did this was the English market town of Ludlow. Like Alnwick, Ludlow retains many medieval features, including a historic castle. Based on field surveys and archival research, Conzen mapped three form complexes (Conzen, 1975). The maps were of first, plan type areas (that is areas delimited according to their ground plan) secondly, building type areas (focusing on the 3-dimensional physical form of the buildings) and thirdly, land and building utilization areas. In each map a hierarchy of areas, or units, was recognized that articulated the development of that particular form complex, in the first two cases historical development being integral to the patterns delineated. Not surprisingly, the

patterns were by no means the same for the different form complexes <sup>21</sup>  
(HITEHAND , 2007, p.ii-5).

Nesse sentido, no estudo desenvolvido em Alnwick, Conzen “identificou uma hierarquia de quatro ordens de regiões baseadas principalmente no plano de cidade (uma leitura bidimensional)” (OLIVEIRA, 2016, p. 66). Além destes, Conzen “[...] chama a atenção sobre o papel do contexto físico da ação humana na formação, desenvolvimento e transformação do plano urbano e explica que, sem essa percepção, os planos tornam-se incompreensíveis” (COSTA NETTO, 2015, p. 52).

Conforme hitehand (2007, p.ii -4):

The analysis was at various resolutions down to the level of individual plots and buildings. Unlike in the majority of conservation documents, the maps he produced were not concerned with showing the location of historically and architecturally notable buildings or special areas for conservation. Instead they showed how the layout of the town had come into existence and changed over time, and how the various components of that layout fitted together.<sup>22</sup>

De forma resumida, as principais qualidades do estudo da cidade de Alnwick fazem referência: à formação de uma estrutura básica dos princípios da morfologia adoção de uma abordagem técnica para uma análise cartográfica detalhada, em várias escalas de alta resolução, precisa, conjugada com os trabalhos de campo, e documentada por fotos por último, à constatação de que esses resultados refletidos na paisagem urbana são resultantes dos conceitos germânicos de onde provêm.

A partir desta abordagem, Conzen identificou ainda que os elementos urbanos que oferecem o menor grau de transformação em sua estrutura são os planos urbanos, mais concretamente

---

<sup>21</sup> Conzen estava interessado não só no *layout* das cidades, mas também em suas outras “formas complexas”, como ele as chamou. Desagregou a paisagem urbana em suas partes componentes. Um dos lugares em que ele fez isso foi o mercado inglês da cidade de Ludlow. Como Alnwick, Ludlow mantém muitas características medievais, incluindo um castelo histórico. Com base em pesquisas de campo e pesquisa de arquivos, Conzen mapeou três formas complexas (CONEN, 1975). Os mapas foram os primeiros, as áreas do tipo plano (áreas que são delimitadas de acordo com o plano da cidade) em segundo lugar, as áreas do tipo de construção (focando a forma física tridimensional dos edifícios) e, em terceiro lugar, as áreas de utilização de terrenos e construção. Em cada mapa, foi reconhecida uma hierarquia de áreas, ou unidades, que articulava o desenvolvimento desse complexo particular, nos dois primeiros casos, o desenvolvimento histórico sendo parte integrante dos padrões delineados. Não surpreendentemente, os padrões não eram, de modo algum, os mesmos para as diferentes formas complexas. (Tradução livre da autora).

<sup>22</sup> A análise ocorreu em várias resoluções até o nível de parcelas e edifícios individuais. Ao contrário da maioria dos documentos de conservação, os mapas que ele produziu não estavam preocupados em mostrar a localização de edifícios historicamente e arquitetonicamente notáveis ou áreas especiais para conservação. Em vez disso, eles mostraram como o layout da cidade surgiu e mudou ao longo do tempo, e como os vários componentes desse layout se encaixaram. (Tradução livre da autora).

as ruas, em função de serem estas as que permanecem por mais tempo na estrutura urbana, sendo as mais custosas em um processo evolutivo de modificação e readequação do espaço urbano.

Deste modo, em suas pesquisas, Conzen reforça a importância de se considerar as questões históricas como forma de representação da vida e da cultura de determinada região, registradas nos seus arranjos físicos e nas áreas edificadas da população ali enraizada. Para ele, “quando um período supriu o auge das suas necessidades nos padrões de uso do solo, ruas, lotes e edificações, outro o sobrepõe. [...]” (COSTA NETTO, 2015, p. 53).

Em 1962, Conzen (2004, p. 51) já associava igualmente a ideia de gravações em camadas (ou seja, que vão se acumulando ao sítio natural) na formação das cidades, como registro da sua história. Para ele, quanto maior o número de períodos morfológicos envolvidos nos centros históricos, mas períodos sucessivos inscrevem suas formas na paisagem urbana e parcialmente apagam o registro dos períodos anteriores por meio de um grupo variado de processos morfológicos. Nesse sentido, a paisagem urbana se torna um palimpsesto, cujos registros são distribuídos desigualmente sobre a retífica, o que exige uma análise morfológica cuidadosa.

Assim, por intermédio de dois aspectos, formal (primeiro) e temporal (segundo), em que os reflexos da ação da sociedade atuam na paisagem, Conzen (2004, p. 30) faz referência à paisagem como produto, “na qual as dinâmicas sociais ao longo do tempo tornam-se os elementos condicionadores da forma da paisagem urbana”. Com isso, a partir da análise do sistema viário, quadras, lotes e a edificação, é possível avaliar as transformações morfológicas ocorridas no meio urbano, em diferentes períodos temporais.

As principais características da abordagem morfológica histórico-geográfica de Conzen (2004, p. 30) são: “(1) in its analysis of townscapes it is not descriptive or morphographic, but morphological and morphogenetic (that is, problem-orientated and focused on the identification of formative processes and their geographical results in the townscape)” e “(2) it insists on close attention being paid to all significant townscape detail, since experience has shown that formative process cannot be adequately investigated without such detail”.<sup>23</sup> O autor ainda completa:

To do this, it is essential to distinguish the three physical element complexes of the townscape for the initial step of their separate analysis: namely, (a) the land utilization

---

<sup>23</sup> (1) a sua análise das cidades não é descritiva ou morfográfica, mas morfológica e morfogenética (ou seja, orientada para o problema e focada na identificação de processos formativos e seus resultados geográficos na paisagem urbana) (2) insiste em prestar atenção especial a todos os detalhes significativos da cidade, uma vez que a experiência mostrou que o processo formativo não pode ser investigado adequadamente sem tais detalhes. (Tradução livre da autora).

pattern, which is an essential bridge phenomenon between morphology and functional investigation, (b) the existing geographical town plan, as distinct from the intended town plan of the town planner, a complex the analysis of which includes the investigation of site, and (c) the existing building fabric in terms of building types and their distribution pattern.<sup>24</sup>

Nessa abordagem, Conzen (1960, p. 4) salienta os aspectos-chave para o estudo e o desenho da forma física das cidades por meio da divisão tripartida da paisagem urbana:

A town plan can be defined, therefore as the topographical arrangement of an urban built-up area in all its man-made features. It contains three distinct complexes of plan elements: (i) streets and their arrangement in a street-system (ii) plots and their aggregation in street-blocks and (iii) buildings or, more precisely, their block-plans. The term street here refers to the open space bounded by street-lines and reserved for the use of surface traffic of whatever kind.<sup>25</sup>

Para Danthon (2013), “Les systmes parcellaire et viaire forment un couple appelé mode de distribution de l’espace urbain, tandis que les systmes du bâti et des espaces libres forment le couple dit mode d’occupation du territoire urbain”<sup>26</sup>. Como descreve o autor, “Le premier se présente dans un espace à deux dimensions mais le second nécessite une représentation tridimensionnelle”.<sup>27</sup>

Nesta distribuição bidimensional do espaço urbano, Conzen define o lote como o “elemento essencial do plano urbano e representa o aspecto funcional da cidade, porque expressa a lógica da gênese do assentamento geográfico” (COSTA NETTO, 2015, p. 222).

“Outro aspeto fundamental na obra de Conzen é o desenvolvimento de conceitos sobre o processo de desenvolvimento urbano [...]: cintura periférica, região morfológica e ciclo de parcela burguesa” (OLIVEIRA, 2016, p. 65).

---

<sup>24</sup> Para fazer isso, é essencial distinguir os três elementos físicos da paisagem urbana para o passo inicial de sua análise separadamente: (a) o padrão de utilização da terra, que é um fenômeno de ponte essencial entre morfologia e investigação funcional (b) o plano da cidade geográfica existente, distinto do plano de urbanismo pretendido do urbanista, cuja análise inclui a investigação do sítio, e (c) o tecido de construção existente em termos de tipos de construção e seu padrão de distribuição. (Tradução livre da autora).

<sup>25</sup> Um plano da cidade pode ser definido, portanto, como o arranjo topográfico de uma área urbana construída em todos os seus recursos artificiais. Apresenta três elementos diferentes: (i) ruas e seus arranjos em um sistema de ruas (ii) lotes e sua agregação em quarteirões e (iii) edifícios ou, mais precisamente, sua implantação. O termo rua aqui faz referência ao espaço aberto delimitado por linhas de rua e reservado para o uso do tráfego de superfície de qualquer tipo. (Tradução livre da autora).

<sup>26</sup> Os sistemas de parcela e rua formam um par chamado modo de distribuição do espaço urbano, enquanto os sistemas do edifício e os espaços livres formam o casal dito modo de ocupação do território urbano.

<sup>27</sup> O primeiro está em um espaço bidimensional, mas o segundo requer uma representação tridimensional.

Em síntese, “uma cintura periférica tende a formar-se na franja urbana durante um período em que a área construída não está a crescer ou que está a crescer muito lentamente” (OLIVEIRA, 2018, p. 19). Nestas estão incluídas, “relatively open areas, often vegetated, such as parks, sports grounds, public utilities and land attached to various institutions”<sup>28</sup> (HITEHAND, 2007, ii-3).

Já a região morfológica, conforme Oliveira (2016, p. 66), “é uma área que tem uma unidade em relação à sua forma que a distingue das áreas envolventes”. E o ciclo da parcela burguesa ou *burgage cycle* é “o ciclo de vida de uma parcela que é propriedade de um burguês” (OLIVEIRA, 2018, p. 19).

Da mesma forma, ao investigar outros estudos, como o parcelamento e as modalidades de loteamento, remembramento e desmembramento dos lotes burgueses, a investigação sobre as cinturas periféricas e as regiões morfológicas originam uma série de novas abordagens de relevante importância para as pesquisas morfológicas aprofundadas posteriormente pelo professor Jeremy Hitehand, um dos principais promotores dos ensinamentos de Conzen. Seguindo a abordagem Conzeniana, Hitehand preocupa-se em definir os objetos de estudo e conceituá-los com importantes reflexões acerca da aplicação dos conceitos morfológicos em bases práticas. Como descreve Oliveira (2019), “J.R. Hitehand structured an innovative and comprehensive school of urban morphological thought grounded in the invaluable basis provided by Conzen”.<sup>29</sup>

Em 1974, Hitehand funda um dos principais grupos de morfologia urbana do Reino Unido, o *Urban Morphology Research Group (UMRG)*. No referido laboratório, o professor desenvolve, desde então, pesquisas sobre os aspectos histórico-geográficos da forma urbana de maneira interdisciplinar entre diversos pesquisadores da área: Karl Kropf, Keith Lilley, Ivor Samuels, Peter Larkham, Michael Barke, Susan Hitehand, Terry Slater, Tolga Nil e Tony Hall (OLIVEIRA, 2015, p. 23).

De acordo com Costa e Netto (2015, p. 57), “a pesquisa do professor Hitehand sobre a forma urbana pode ser resumida em três categorias: o estudo da morfogenética urbana, a integração das concepções morfogenéticas e a economia das cidades, e o estudo dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento da paisagem urbana”. Com isso, Hitehand passa a explorar “a relação entre este conceito morfológico e conceitos da economia urbana, incluindo ciclos de construção” (OLIVEIRA, 2018, p. 25).

---

<sup>28</sup> Áreas relativamente abertas, muitas vezes cobertas de vegetação, como parques, campos desportivos, equipamentos públicos e terrenos de diversas instituições. (Tradução livre da autora).

<sup>29</sup> J.R. Hitehand estruturou uma Escola inovadora e abrangente de pensamento morfológico urbano, fundamentada na base inestimável fornecida por Conzen. (Tradução livre da autora).

A partir da década de 1980, há nas pesquisas de hitehand o interesse pelos “agents responsible for the urban landscape – for example, the property owners, architects and developers”<sup>30</sup> (HITEHAND, 1992, p. 626).

Deste modo, diferentes estudos da morfogenética urbana realizados por ele na Europa Central relatam a preocupação, “particularly among geographers, for the agents responsible for the forms created in the landscape has its strongest antecedents in economic and social history”<sup>31</sup> (HITEHAND, 1992, p. 620).

Nestas pesquisas, hitehand identifica distintas constatações no desenvolvimento das paisagens em áreas residências e comerciais, “in residential areas, the lifecycles and other circumstances of owneroccupiers are significant influences. In commercial cores, timing has been particularly influenced by economic factors, many of which are cyclical in character”<sup>32</sup> (HITEHAND, 1992, p. 626). E verifica ainda que, nas últimas décadas, “disputes between developers and local planning authorities have been particularly prevalent in areas where there is strong development pressure. But in virtually all residential areas there is a wider conflict between the forces of preservation and change-including [...]”<sup>33</sup> (HITEHAND, 1992, p. 627).

Em áreas residenciais e comerciais, os planos de desenvolvimento começam e terminam conforme o programado, pois são geralmente executados pelo mercado imobiliário, mas, em áreas públicas ou institucionais, nem sempre o projeto é implementado tal como o planejado, em função das circunstâncias e dos agentes que mudam frequentemente. Isso porque, “the sequence of events between initial thoughts about a project and completion of works on the ground is rarely a number of independent events”<sup>34</sup> (HITEHAND, 1992, p. 627). Portanto, a paisagem urbana se revela como o resultado da interação da tomada de decisão de diversos agentes, por um longo período de tempo.

Com base no estudo de caracterização das paisagens urbanas, hitehand (2007) e Conzen (1988) encontram “grande coincidência entre o plano da cidade, tecido edificado e usos do solo” (HITEHAND, 1998 apud OLIVEIRA, 2015, p. 27) identificando o quanto tais elementos

---

<sup>30</sup> Agentes responsáveis pela paisagem urbana, por exemplo, os proprietários, arquitetos e incorporadores. (Tradução livre da autora).

<sup>31</sup> Particularmente entre os geógrafos, os agentes responsáveis pelas formas criadas na paisagem têm seus antecedentes mais fortes na história econômica e social. (Tradução livre da autora).

<sup>32</sup> Em áreas residenciais, os ciclos de vida e outras circunstâncias dos ocupantes dos proprietários são influências significativas. Nos núcleos comerciais, o tempo tem sido particularmente influenciado por fatores econômicos, muitos dos quais de caráter cíclico. (Tradução livre da autora).

<sup>33</sup> As disputas entre planejadores e autoridades locais de planejamento têm sido particularmente predominantes em áreas onde há forte pressão sobre o desenvolvimento. Mas em praticamente todas as áreas residenciais há um conflito mais amplo entre as forças de preservação e as que querem mudança [...]. (Tradução livre da autora).

<sup>34</sup> A sequência de eventos entre pensamentos iniciais sobre um projeto e a conclusão de trabalhos nas parcelas raramente é uma série de eventos independentes. (Tradução livre da autora).

são permanentes nos tecidos urbanos (Quadro 1). Ao levar em conta “que a transformação é o processo natural de evolução das paisagens urbanas”, a sua permanência é “que deve ser pensada, analisada e eleita, de maneira a preservar seu valor cultural e ambiental” (COSTA NETTO, 2015, p. 222).

Quadro 1. Contribuição dos atributos morfológicos para a caracterização da paisagem urbana.

Atributo	Persistência	Contributo para a hierarquia (ordem)
Plano de cidade	Elevada	Principalmente elevada e intermédia
Tecido edificado	Variável (mas frequentemente considerável)	Principalmente intermédia e reduzida
Uso do solo	Reduzida	Principalmente reduzida e intermédia

Fonte: Oliveira (2015, p.28), adaptado de hitehand (2007).

Ao fazer menção ao plano urbano da cidade, os autores enfocam a leitura da planta da cidade por meio de seus elementos bidimensionais, que incluem as ruas, as parcelas e/ou lotes com a planta de implantação dos edifícios. Para Conzen (1988) e hitehand (2007), tais elementos possuem uma persistência elevada para as modificações, ao passo que o tecido edificado inclui o tipo do edifício e a sua idade possui persistência média variável, de acordo com o uso do solo instalado. O último tipo de solo citado, no caso, tem possibilidade de mudança ainda maior em decorrência da capacidade fácil adaptação a qualquer edifício. Para isso, “M.R.G. Conzen développera son analyse en schématisant les interactions entre les forces créatrices du tissu urbain de la façon suivante”<sup>35</sup> (Figura 4):

Danthon (2013, n.p) explica que:

Selon les sociétés, ce sera ainsi le parcellaire qui structurera le systme viaire ou l'inverse, selon l'importance donnée respectivement à la propriété foncière et à la circulation. Les espaces libres, espaces sociaux par excellence, sont dessinés en fonction des types d'interactions sociales désirés (processions, grands rassemblements, formation de petits groupes, séparation ou inclusion des types d'usagers).<sup>36</sup>

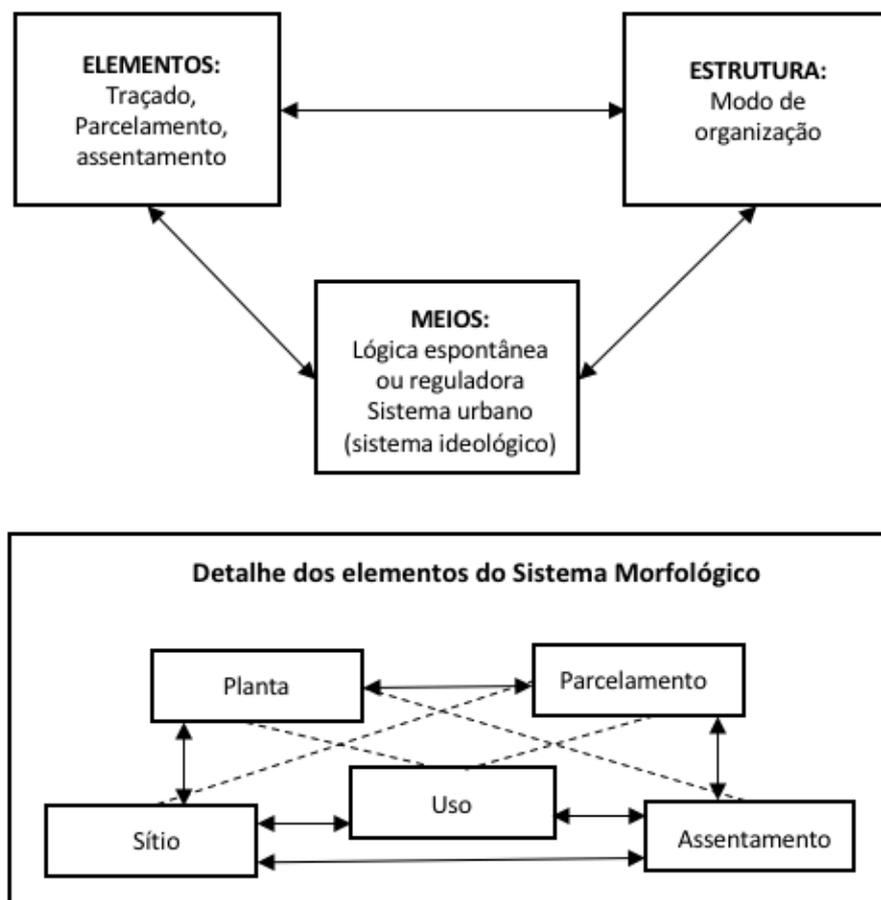
Os elementos, a estrutura e os meios são as práticas que estão diretamente relacionadas entre si, na busca de um espaço socialmente mais justo e igualitário, a partir do momento que envolve os elementos do sistema morfológico, planta, parcelamento, sítios, assentamentos e

<sup>35</sup> Desenvolvera sua análise esquematizando as interações entre as forças criativas do tecido urbano da seguinte forma. (Tradução livre da autora).

<sup>36</sup> Segundo a sociedade, este será o parcelamento que irá estruturar o sistema viário ou vice-versa, dependendo da importância atribuída, respectivamente, à propriedade da terra e ao tráfego. Espaços livres, espaços sociais por excelência, são desenhados de acordo com os tipos de interações sociais desejadas (procissões, grandes reuniões, formação de pequenos grupos, separação ou inclusão de tipos de usuários ...). (Tradução livre da autora).

o uso do solo. Ao combinar as características dos diferentes sistemas, serão obtidos diversos tipos de tecidos urbanos, socialmente criativos, definidos de acordo com as vivências de cada lugar.

Figura 4. Interações entre as forças criativas do tecido urbano.



Fonte: Adaptado e traduzido de Danthon (2013, n.p).

Nesse sentido, a abordagem histórico-geográfica praticada pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana, ou Escola Conzeniana, como é descrita por muitos autores, tem nos sistemas e elementos urbanos, estudos sobre a morfologia urbana, a “how things fit together on the ground”<sup>37</sup> (hitehand, 2001, p. 108). Por isso, buscou-se estudá-la aqui, pois, como afirma hitehad (2001, p. 108): “some of the most exciting developments in urban morphology more generally are those at the interfaces of geographical urban morphology and architecture and planning”.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Descrição de como as coisas se encaixam no solo. (Tradução livre da autora).

<sup>38</sup> Alguns dos desenvolvimentos mais interessantes na morfologia urbana são, em geral, aqueles com interfaces na morfologia urbana geográfica e arquitetura e planejamento. (Tradução livre da autora).

### 2.3.2 A Forma Urbana e o seu Processo de Produção

Se a morfologia urbana é o estudo da forma urbana, deve-se considerá-la como “um produto físico das ações da sociedade sobre o meio, que vão edificando-o, ao longo do tempo [...], pois ao ser associada ao solo edificado está intrinsecamente relacionada às construções, às edificações, aos parcelamentos e aos espaços livres” (COSTA NETTO, 2015, p. 31). “Estas vão proporcionar as bases para a interdependência do plano, do tecido urbano e do uso do solo, como também as fontes das abordagens funcionais e morfológicas” (COSTA NETTO, 2015, p. 53), conforme descreve Michael R. G. Conzen.

Por estabelecer a relação entre forma e função, os estudos da morfologia urbana estabelecem importantes meios de entendimento dos processos de produção do espaço urbano, visto que analisam “la combinación de fenómenos en la superficie terrestre se traduciría en diferentes tipos de paisajes, de morfologías territoriales”<sup>39</sup> (CAPEL, 2002, p. 19). Nestas combinações, a morfologia urbana é apresentada como “[...] o sentido da articulação entre as formas, os processos e as lógicas que ensejam as dinâmicas de estruturação, segundo as quais podemos compreender essas relações” (SPOSITO, 2016, p. 137).

“Los aspectos fundamentales del estudio geográfico de la morfología han sido el plano, los edificios, los usos del suelo y el estudio morfológico integrado de áreas concretas de la ciudad”<sup>40</sup> (CAPEL, 2002, p. 22), em que as relações promovidas entre as edificações e a sua implantação no solo urbano: “ocorrem em decorrência de uma ação social, por meio do seu parcelamento, dos diversos tipos de arranjos que este ato implica, tanto no traçado das vias, das praças, como no traçado das quadras, na sua subdivisão em quarteirões e lotes” (COSTA NETTO, 2015, p. 31).

Colella (2013, p. 1) identificou, em um estudo realizado a partir da década de 1990, importantes mudanças territoriais relacionadas à forma urbana na região metropolitana de Buenos Aires que produziram, “novos cenários que requerem novas abordagens e ferramentas para analisá-las e transformá-las”. Para a autora (2013, p. 3):

The recent metropolitan changes, shift from urban to territorial issues, with new regional infrastructure and new typologies for residential, commercial and service uses. At the same time, the existing city changes reveal, in their scale, impact and planning logic, transformations not only in the private sphere (plots) but also in large areas and public spaces (streets, parks, riverbanks, central areas) (Ryan, 2005). Therefore, its complexity involve a necessary perspective, to integrate spatial, cultural, economic and social processes. Understanding the logic of construction behind a territory and the quality and character of its urban space allows an explicit

<sup>39</sup> A combinação de fenômenos na superfície terrestre se traduziria em diferentes tipos de paisagens, de morfologias territoriais. (Tradução livre da autora).

<sup>40</sup> Os aspectos fundamentais do estudo geográfico da morfologia têm sido o plano, os edifícios, os usos da terra e o estudo morfológico integrado de áreas específicas da cidade. (Tradução livre da autora).

link between the urban structure, -its dynamics of uses, flows, and socioeconomic elements-, and the social meanings, imaginaries and the experiences of those who built it and inhabit it (Feldman, 2002 Lynch, 2006).<sup>41</sup>

O aspecto dinâmico da sociedade produz e altera a paisagem urbana ao longo do tempo por meio da compreensão dos mecanismos que refletem a sociedade urbana local. Assim, o sentido estritamente morfológico é concentrado na diversificação das formas visíveis na configuração da paisagem urbana a partir do plano urbanístico e do uso e ocupação do solo, assim como as transformações ocorridas ao longo do tempo.

O tempo é a grandeza física que nos permite medir a duração das coisas sujeitas a alterações, ou eventualmente à ausência de alterações. Isto é, o tempo permite-nos perceber o período percorrido entre dois ou mais momentos de um determinado fato, permitindo-nos assim ordenar de forma sequencial os processos de transformação da forma urbana, possibilitando uma cronologia para os fatos registrados. O uso do tempo permite-nos enriquecer o conhecimento sobre os processos de transformação e de permanência das formas urbanas, uma vez que nos permite exercício de análises comparativas entre o antes e o depois, entre o hoje e aquilo que já foi, mas também entre distintas ações que possam ter ocorrido no mesmo período temporal (MARAT-MENDES, 2015, p. 133).

Santos (2014, p. 36) defende a organização do espaço pela dimensão histórica ou temporal, uma vez que:

O comportamento do novo sistema está condicionado pelo anterior. Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos outros elementos resistem à modernização em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem sucessor e elementos completamente novos podem se estabelecer. O espaço, considerado como mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade.

---

<sup>41</sup> As recentes mudanças metropolitanas, mudança de questões urbanas territoriais, com novas infraestruturas regionais e novas tipologias para uso residencial, comercial e de serviços. Ao mesmo tempo, as mudanças urbanas existentes revelam, na sua escala, impacto e lógica de planejamento, com transformações não só na esfera privada (parcelas), mas também em grandes áreas e espaços públicos (ruas, parques, rios, áreas centrais) (Ryan, 2005). Portanto, sua complexidade envolve uma perspectiva necessária para integrar processos espaciais, culturais, econômicos e sociais. Compreender a lógica da construção por trás de um território, a qualidade e o caráter do seu espaço urbano permite um vínculo explícito entre a estrutura urbana, suas dinâmicas de usos, fluxos e elementos socioeconômicos, os significados sociais, imaginários e experiências desses que o construiu e o habita. (Tradução livre da autora, 2018).

É o “movimento histórico do processo de produção espacial que desvenda o fato de que o espaço geográfico não é nem eterno, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas” (CARLOS, 1994, p. 33).

Isso porque, ao se fazer a cidade, a trama urbana que a compõe e a identifica vai se alterando conforme o modo de vida de sua população, em suas expectativas e desejos. Estas mudanças, além de exercerem substanciais influências na vida socioeconômica da comunidade, influenciam também a:

[...] forma de apropriação do espaço urbano produzido, a partir do momento que concentra uma determinada população, mas também é um mercado, com matérias primas, mercadorias e força de trabalho, e com atividades de apoio à produção, através dos serviços, escritórios, entre outros, ou seja, com instrumentos de produção que se expressam através do uso do solo (CARLOS, 1994, p. 84).

Carlos (1994, p. 97) ainda complementa que “a dinâmica das mudanças do uso do solo urbano está no cerne do processo de reprodução espacial, vinculada às contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as antigas relações de produção (e entre a superestrutura da sociedade e sua base econômica)”.

Nesse processo, a análise do plano urbano a partir da estrutura formal da cidade e suas subdivisões, traçados viários e quadras, quadras em lotes, lotes e as suas edificações, retratam o planejamento das cidades. Devem ser analisadas com as características provenientes do passado e as possibilidades futuras de transformação.

Parte de la relación entre forma y función y muestra como ésta acaba determinando la estructura de la ciudad, presentando a continuación las etapas de la evolución histórica hasta la época moderna. Insiste en que el estudio de la ciudad debe partir ante todo de la estructura física, es decir, de la agrupación de edificios y de calles luego de la organización social y económica de la ciudad y finalmente del desarrollo histórico, teniendo en cuenta las fases de su evolución y, sobre todo, su Estado actual<sup>42</sup> (CAPEL, 2002, p. 27).

Compreende-se, assim, que “o passado e o presente estão materializados nas cidades e remetem à cronologia das construções e das transformações que vão se acumulando em camadas, sob o solo edificado” (COSTA NETTO, 2015, p. 32). Logo, se o fenômeno temporal é

---

<sup>42</sup> Parte da relação entre forma e função mostra como ela acaba por determinar a estrutura da cidade, apresentando, então, os estágios da evolução histórica para a era moderna. Ele insiste que o estudo da cidade deve começar em primeiro lugar com a estrutura física, isto é, com o agrupamento de edifícios e ruas após a organização social e econômica da cidade e, finalmente, do desenvolvimento histórico, levando em consideração as fases de sua evolução e, sobretudo, seu estado atual. (Tradução livre da autora).

apresentado como a ação do tempo sobre o espaço urbano, o seu emprego na morfologia urbana é o que o diferencia, pois com a “aplicação de seus métodos é possível disseminar as camadas da forma urbana e os diversos aspectos estruturantes das ações da sociedade ao longo do tempo, para se estabelecer um determinado produto, a forma urbana e o seu dinamismo” (COSTA NETTO, 2015, p. 32).

Essa relação entre dinamismo e a forma são descritos por Conzen sob dois aspectos:

- Morfológico: “A natureza material e a complexidade da forma urbana estabelecem a composição formal da paisagem urbana (o plano urbanístico, o uso e a ocupação do solo), e a variação do comportamento desses elementos na paisagem urbana se refere às transformações ocorridas ao longo do tempo” (COSTA NETTO, 2015, p. 33)
- Dinâmico: “Os fatores dinâmicos da paisagem urbana são os mecanismos da sociedade urbana local. Deste modo, a necessidade de compreender a sociedade urbana e a variação dos diferentes grupos locais como agentes na participação do processo decisório, o que afeta a paisagem urbana, cuja identidade é o reflexo da sociedade urbana local” (COSTA NETTO, 2015, p. 33).

Como resultado de um processo evolutivo, os tecidos urbanos retratam as transformações socioeconômicas e culturais que ocorrem no espaço e no tempo, conforme os anseios da sociedade. Para Carlos (2007, p. 17), caracterizam o “modo de reprodução da vida através dos modos de apropriação do espaço realizado como atividade dos habitantes no seio do cotidiano que age, significativamente, na construção da identidade”.

O homem habita seus espaços como atividade de apropriação (mesmo comprando um valor de troca, como uma casa, por exemplo, em que a importância para seu habitante recai sobre o uso que se faz dela para realização da vida e a partir dela para apropriação dos lugares da cidade), o que significa que esta se refere a um lugar determinado espaço, a uma localização e distância construída pelo indivíduo e a partir da qual que se relaciona com outros lugares da cidade, atribuindo-lhes qualidades específicas” (CARLOS, 2007, p. 12).

Quando o indivíduo opta por residir ou estabelecer a sua atividade em determinado lugar, está automaticamente se apropriando daquele espaço por meio do uso. Então, as relações que se estabelecem entre o uso do solo e a sociedade “deixa marcas profundas no espaço, cria traços que organizam comportamentos, determinam gestos, explicitando-se através das formas de apropriação dos lugares da metrópole [...]” (CARLOS, 2007, p. 14).

A rua é um dos elementos mais permanentes e identificável na forma da cidade, pois “assenta um suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade [...] O traçado estabelece a relação mais direta de assentamento entre a cidade e o território” (LAMAS, 2014 [1990], p. 100). Já “o lote é um

princípio essencial a relação dos edifícios com o terreno. A urbanização implica parcelamento, quer subdividindo os parcelamentos rurais quer impondo nova divisão cadastral” (LAMAS, 2014 [1990], p. 86).

Mesmo que ocorram mudanças na aparência das cidades, em relação ao seu sistema viário e ao parcelamento do solo, a investigação da transformação do lote demonstra a capacidade das ruas de se adequarem a evolução urbana, ao longo dos Séculos. Nesse sentido, a manutenção das formas representa o caráter das paisagens urbanas, estabelecido por meio das permanências, fruto das decisões humanas. O caráter da paisagem abrange todos os aspectos que a identificam e que a tornam única (COSTA NETTO, 2015, p. 222).

Assim, a parcela ou o lote, mantenedora de um uso específico em um ou diferentes períodos de tempo, revela a “condição, meio e produto da ação humana” no espaço urbano (CARLOS, 2007, p. 11). Isso significa que, no espaço urbano, o uso é o aspecto que determina a qualidade da região, como resultado da ação de um ator, seja ele qual for: o proprietário fundiário, o Estado, o promotor imobiliário, entre outros.

Essa escolha é significativa, pois, para Conzen (1960), a parcela ou o lote é o elemento, a unidade base da organização das funções da cidade por representar o uso do solo ou a função de uma porção territorial. Sendo o menor elemento existente no processo de ocupação urbana, é nele que se manifestam, de modo mais evidente, todos os processos de transformação de uma sociedade ao longo do tempo.

A eleição do lote e o estudo da sua transformação é, então, emblemática por ser considerado a menor célula resultante do ato de parcelar e de se estabelecer a forma urbana. Acrescido a isto, o lote é o local onde o homem se estabelece na urbe e define os seus limites individuais no todo coletivo.

Para Panerai, Castex e Depaule (2013 [2009], p. 204), “os lotes apenas fazem sentido de acordo com uma relação dialética com a rede viária”. Conforme os autores, nessa lógica elementar do tecido urbano:

Seja preexistente (um caminho não pavimentado) ou proveniente de um traçado novo, é a rua que distribui, alimenta e ordena a edificação. A relação dialética entre rua e lote edificado cria o tecido urbano, e é na permanência desta relação - que permite modificações, ampliações e substituições de prédios - que reside a capacidade de uma cidade em se adaptar às mudanças demográficas, econômicas e culturais que marcam sua evolução. O traçado viário determina a relação com o terreno, o centro da cidade e a possibilidade de expansão urbana. A largura dos lotes (sua testada) e sua profundidade condicionam os tipos de edificações que podem ser implantados e são condicionadas por elas. O lote estreito corresponde a uma casa em fita ou um edifício de pequena altura (o lote gótico), os lotes maiores permitem as vilas e os pavilhões, as casas com pátio interno e os edifícios de apartamentos. O

remembramento de pequenos lotes ou o desmembramento de grandes, quando as condições históricas o exigem, permite a inclusão de novos tipos edificação. Uma quadra pode acomodar diferentes tipos de prédio e densidades. Pátios internos e jardins podem coexistir com lojas e pequenas indústrias, e várias funções podem estar lado a lado (PANERAI CASTE, DEPAULE, 2013[2009], p. 209).

Logo, o tecido edificado caracterizado pelas edificações está condicionado à forma do lote e diretamente relacionada com o uso do solo, seja ele residencial, comercial, institucional, administrativo, entre outros. Este último é considerado de persistência reduzida em razão da constante possibilidade de mudança e atualização que possui. O uso do solo é o elemento mais variável e adaptável do espaço urbano, pois se acomoda em construções já existentes ou em lotes ainda disponíveis à ocupação. Para Panerai, Castex e Depaule (2013 [2009], p. 157):

Ainda que se manifeste por meio dos fenômenos de apropriação dentro das situações concretas ou da configuração do espaço onde tem importância, o uso está vinculado a costumes ou conjuntos de disposições que são típicos das formas de sociabilidade que dependem das peculiaridades sociais e das culturas regionais ou nacionais.

As formas de sociabilidade dependem dos diferentes tipos de relações e modos de vida que se estabelecem no ambiente e/ou que são transformados em decorrência do uso que é feito do espaço. Assim, é importante conhecer “[...] se um elemento da cidade identificado por meio da análise morfológica cobre um conjunto de usos identificáveis e, portanto, quais possibilidades de uso são oferecidas que tipo de articulação o elemento permite com outros, analisando-os em diferentes níveis” (PANERAI CASTE, DEPAULE, 2013[2009], p. 157).

Para Oliveira (2018, p. 27), em “um nível de resolução mais geral, um tecido urbano pode ser descrito com um determinado padrão de organização de ruas e quarteirões”, ou seja:

Neste conceito de tecido urbano, os diferentes elementos (ruas e quarteirões, parcelas, edifícios, espaços, estruturas, materiais) relacionam-se numa hierarquia. Usando esta hierarquia como estrutura de enquadramento é possível descrever os tecidos urbanos de modo sistemático a diferentes níveis de resolução (OLIVEIRA, 2018, p.27).

O tecido urbano resultante em determinada cidade dependerá da importância atribuída à parcela e ao sistema de ruas que envolve, portanto, os sistemas de espaços livres e sociais, fruto das relações e vivências humanas, que são moldadas como suporte às atividades daquele lugar.



## **METODOLOGIA**

### **ABORDAGEM DA PESQUISA**

#### **MÉTODO**

**ETAPA 01 – APORTE TEÓRICO**

**ETAPA 02 – IDENTIFICAÇÃO DOS  
INVESTIMENTOS PÚBLICOS**

**ETAPA 03 – CARACTERIZAÇÃO DA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

### **OBJETO E RECORTE DO ESTUDO**

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**



Fonte: Própria (2020)

### 3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Tendo em vista o objetivo central da pesquisa proposta, quando busca estabelecer relações entre aspectos que atuam nas dinâmicas urbanísticas, bem como resultam na construção do espaço urbano e sua estrutura, configura-se a investigação como um estudo teórico empírico que terá caráter exploratório<sup>43</sup> e analítico<sup>44</sup>, assim como uma abordagem qualitativa com estratégia de estudo de caso.

Justifica-se a escolha deste tipo de pesquisa em função de suas características e das possibilidades de relações que estas promovem, como é o caso das interações entre as políticas públicas e a construção dos espaços públicos urbanos, a partir da identificação do reflexo da atuação do Estado em Florianópolis.

A abordagem qualitativa compreende todas as etapas de desenvolvimento da Tese, em função das particularidades estabelecidas: o estudo decorre da investigação dos investimentos públicos realizados pelo Estado no município de Florianópolis/SC, no período de 2000 a 2017, com a posterior seleção de duas áreas demarcadas para avaliação da forma urbana antes dos investimentos identificados. Godoy (1995, p. 25) destaca que esse tipo de pesquisa “tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real. Enquanto técnica de ensino, procura estabelecer relação entre a teoria e a prática”.

Para estudar o comportamento dos agentes públicos e, por consequência, o entendimento dos processos de crescimento e transformação da forma urbana, a pesquisa aqui apresentada também sugere o entendimento da relação entre os investimentos públicos implantados no município e o perfil resultante da dinâmica sociodemográfica do mesmo período (crescimento demográfico e renda média populacional). Essa correlação é necessária, visto que se torna possível estabelecer uma relação de interferência do Estado na dinâmica, na forma urbana e na valorização dos lugares.

Como proposição inicial, ponto de partida para a busca das categorias analíticas a serem utilizadas na investigação destas relações que abrangem a produção do espaço urbano, destaca-se tanto o processo de formação do espaço urbano quanto a forma urbana. Duas

---

<sup>43</sup> Pesquisa Exploratória: levantar dados sobre o objeto do estudo, seu contexto, as dimensões e as variáveis envolvidas. Esta abordagem é recomendada quando há pouco conhecimento sobre o problema estudado (CERVO BERVIAN, 1996).

<sup>44</sup> Analítica: observar, registrar, analisar e correlacionar fatos e variáveis, procurando descobrir a frequência, as relações, as conexões de fenômenos, sua natureza e características (CERVO BERVIAN, 1996; GODOY, 1995; TRIVINS, 1995).

linhas metodológicas complementares que proporcionaram ao estudo a compreensão da produção do território.

Santos (2014 [1985], p. 67) revela que o “espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. Assim, para estudá-lo, “cumprir apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço”.

Os estudos relacionados ao território, propostos por Milton Santos, consideram que “a sociedade só pode ser definida por meio do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, 2014 [1985], p. 68).

Neste estudo, optou-se por uma aproximação que avalia a distribuição dos objetos no território que, em conjunto com os “processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento, [...] resolvidos em funções, realizam-se através de formas” (SANTOS, 2014 [1985], p. 12). Para Lefebvre (1991 [1968], p. 147), “form, structure, function”<sup>45</sup>, quando combinados aos processos<sup>46</sup> e relacionados entre si, “constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (SANTOS, 2014 [1985], p. 71). Por isso, este estudo buscou discutir, a partir da identificação da produção física dos espaços urbanos e de características sociodemográficas, como os fenômenos espaciais foram materializados em territórios em que o Estado atuou diretamente como agente produtor.

Em um segundo momento, foram exploradas as relações da forma urbana como resultante da produção do espaço a partir das práticas exercidas na Escola Inglesa de Morfologia Urbana com sua abordagem Histórico-Geográfica, em duas amostras escolhidas por intermédio da incidência dos investimentos públicos. A abordagem histórico-geográfica figura como eficiente nos estudos que envolvem a identificação das formas resultantes da produção da atuação de diferentes agentes, por proporcionar a leitura e o exame do plano da cidade por meio da visão tripartida da forma urbana (o plano<sup>47</sup>, o tecido edificado e o uso do solo). Além disso, reflete as estruturas que moldam o tecido urbano de determinada cidade, bem como a atuação dos atores e processos responsáveis por essa transformação.

---

<sup>45</sup> Forma, estrutura, função. (Tradução livre da autora).

<sup>46</sup> Processo pode ser definido como uma ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 2014 [1985], p. 69).

<sup>47</sup> Ou planta de cidade - ao se referir em leitura do “plano” urbano da cidade, está-se referindo a leitura da planta da cidade.

Com base nestas perspectivas, a morfologia urbana é considerada eficiente para estudos de escalas do espaço urbano em que situações geográficas<sup>48</sup> “precisam ser revalorizadas e repensadas a partir das relações espaço e tempo” (SPOSITO, 2016, p. 135). Assim, compreender a cidade como acumulações de tempo faz com que seja possível reconhecê-la por meio dos processos sociais que ocorreram tanto nas questões presentes quanto naquelas que dão sentido às formas que ali estão, ou seja, nas questões do passado.

Com a metodologia proposta, busca-se, além do que já foi apresentado, inferir a caracterização dos planejamentos urbanos Municipais com base na identificação das variáveis que sofreram mais alterações e geraram impactos no tecido urbano no tocante à atuação do Estado.

### 3.2 MÉTODO

O método tem na pesquisa a finalidade “de aumentar o saber, de chegar ao conhecimento verdadeiro [...] dentro dos limites de nossas capacidades e das condições da pesquisa” (LAVILLE DIONNE, 1999, p. 11).

Nesse sentido, fundamentando-se no atendimento aos objetivos propostos no trabalho e nas respostas às perguntas da pesquisa, o método de pesquisa aqui adotado pode ser dividido em duas abordagens metodológicas distintas, mas interdependentes, primeiro por intermédio do estudo dos processos vistos a partir da abordagem geográfica de Milton Santos e, posteriormente, pelo estudo da forma urbana com base na abordagem morfológica histórico-geográfica da Escola Inglesa de Morfologia Urbana.

Mesmo que seja no primeiro momento com uma visão macro, eles apresentam uma certa separação, pois, durante toda a análise, ambos foram utilizados de modo complementar e interdependente.

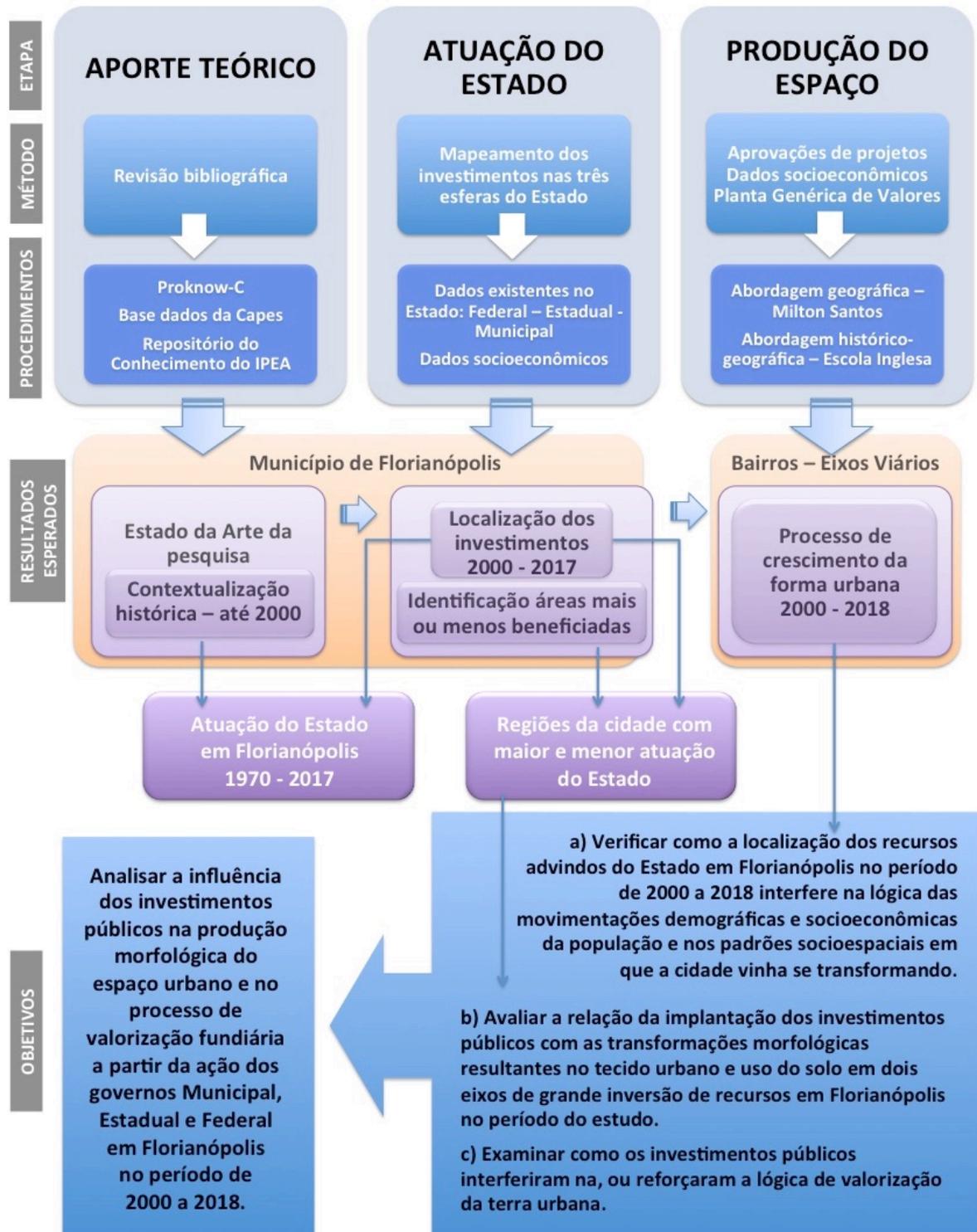
Utilizando os constructos de Lefebvre, “forma, estrutura e função”, como o escopo principal do trabalho, o método de Milton Santos encaminha para a identificação de um processo específico em um dado contexto espacial, complementado nesta pesquisa pela abordagem histórica-geográfica com as questões relativas à forma urbana. A abordagem de Milton Santos faz referência à construção da relação existente entre os processos que constituem a produção do espaço urbano, determinada a partir dos conceitos de forma, função, estrutura e processo que, associados, formam um contexto mais amplo acerca da discussão dos fenômenos espaciais.

---

<sup>48</sup> O conceito adotado largamente pela geografia francesa já pressupõe o movimento, dado o caráter relacional do espaço que ele procura revelar, uma vez que cada localização é vista, a partir deste conceito, no contexto de outras localizações que ensejam suas possibilidades de integração (SPOSITO, 2016, p. 135).

A abordagem histórico-geográfica trouxe informações referentes à direção do crescimento urbano e aos padrões socioespaciais estabelecidos, a partir do estudo da forma dos lotes, do tecido urbano e do uso do solo. “O estudo do solo urbano, dos traçados, do cadastro e da ocupação construída permite verificar que determinados elementos morfológicos ou arquitetônicos persistem em qualquer cidade” (LAMAS, 2014 [1990], p. 114).

Quadro 2. Mapa conceitual das etapas da pesquisa - Procedimentos, método e resultados esperados.



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, as etapas da pesquisa preveem revisão de literatura e pesquisa documental, o mapeamento da implantação dos investimentos públicos realizados no município e dos dados socioeconômicos de população e renda, assim como análises da forma urbana classificadas em três etapas principais (Quadro 2): Aporte teórico, Identificação da atuação do Estado e Caracterização da produção do espaço urbano resultante.

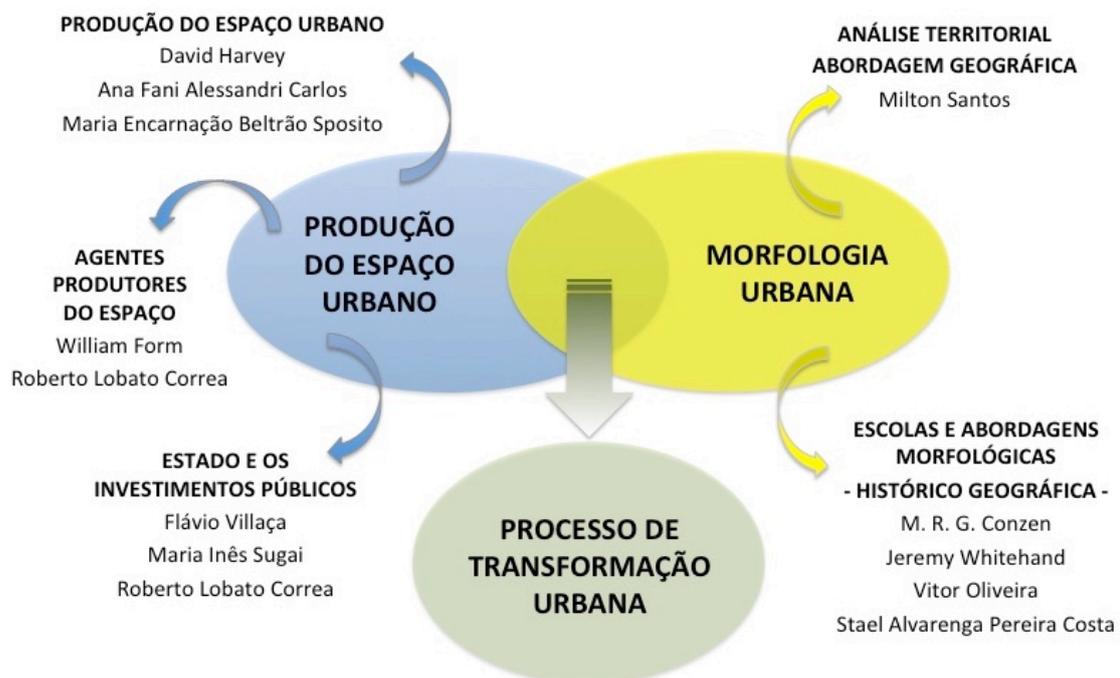
Por isso, seguindo uma linha de estudo já desenvolvida anteriormente e pela complexidade de outras variáveis que podem estar interferindo neste processo, as categorias de análise foram complementadas com base na revisão de literatura para elucidar as relações que se estabeleceram entre os aspectos estudados, em busca de respostas mais consistentes aos objetivos da pesquisa (Quadro 2).

### 3.2.1 Etapa 01 – Aporte Teórico

No referencial teórico, foram utilizadas como bibliografia básica fontes diretas dos autores-chave que integram as áreas temáticas trabalhadas na Tese, em duas grandes áreas: Produção do Espaço Urbano e Morfologia Urbana, conforme apresentado no Quadro 3.

Relacionada à primeira grande área, foram estudadas as questões referentes à produção do espaço urbano, à atuação dos agentes neste processo e a sua relação com os investimentos públicos. As questões relacionadas com a morfologia urbana forma apoiadas nas análises das transformações territoriais e suas relações com a forma urbana.

Quadro 3. Síntese referencial teórico – Autores chaves da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

Além destas, para buscar o Estado da arte das pesquisas que estão sendo desenvolvidas mais recentemente, foram utilizadas fontes diretas e indiretas baseadas na seleção de um portfólio bibliográfico, utilizando o método *Proknow-C (Knowledge Development Process – Construction)*.<sup>49</sup>

### 3.2.2 Etapa 02 – Identificação dos investimentos Públicos

A partir do levantamento e mapeamento dos investimentos Federais, Estaduais e Municipais em todo o município, obteve-se a espacialização completa dos investimentos realizados no município, assim como a identificação das principais ações do Estado no território urbano por meio das Políticas Públicas Setoriais.

Optou-se por considerar nas análises apenas os novos investimentos, pelo entendimento que promovem a abertura do capital no território, bem como a consequente valorização da terra urbana. Isso não significa que obras de reformas e manutenção, por exemplo, não se apresentem como formas de promoção do capital. Entretanto, entende-se que estas são reincidência de investimento, ou seja, o Estado está atuando neste território pela segunda vez e, desse modo, as transformações ocorridas na produção do espaço urbano já podem ter sido influenciadas por ele em momento anterior.

O período de levantamento dos investimentos públicos correu de 2000 até o ano de 2017. O recorte temporal do levantamento dos investimentos públicos foi estabelecido por dois motivos. Primeiro, por ser este o período em que há uma lacuna no mapeamento dos investimentos públicos no município e, segundo, por ser um período de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país por meio do “planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética” (PAC, 2017).

A avaliação dos investimentos públicos abrangeu um período mais amplo. Tomou-se por base os estudos realizados por Sugai (2015) em sua tese de doutorado, a qual resultou no livro “Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)”. A autora investigou as desigualdades sociais com base na localização dos investimentos públicos (hospitais públicos, instituições estatais, praças, parques urbanos, áreas arborizadas e jardins, além dos investimentos viários mais significativos e sua pavimentação) executados no período de 1970 a 2000, nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal) nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

Sendo assim, utilizou-se como ponto de partida a base do trabalho elaborado por Sugai (2015) para obter um levantamento histórico como forma de entendimento inicial de todo o

---

<sup>49</sup> Mais informações das buscas realizadas a partir do método Proknow-C estão disponíveis no Apêndice.

processo construído na produção do espaço urbano de Florianópolis até o ano de 2000, assim como a relação com os agentes produtores do espaço até este período. Os conhecimentos a respeito de tal período foram consolidados e, inclusive, podem ser encontrados de forma introdutória e como contextualização histórica do processo de produção do espaço urbano no município de Florianópolis no Capítulo IV.

### 3.2.3 Etapa 03 – Caracterização da Produção do Espaço Urbano

Com base nos mapeamentos realizados na etapa anterior, foram identificadas e selecionadas duas áreas de estudo específicas, de forma amostral, nas quais foram estabelecidas as análises da produção do espaço urbano. A seleção das referidas áreas foi delimitada em função da presença ou não do Estado, ou seja, em uma região na qual houve uma significativa implantação dos investimentos públicos, e outra em que tal atuação não se fez presente, carente de investimentos. Entretanto, a escolha foi resultado da análise da estrutura urbana atual do município em relação aos investimentos públicos, isto é, evidenciando as áreas da cidade que obtiveram maior dinâmica urbana e crescimento no mesmo período.

A partir dessas leituras, foram consideradas para o estudo das amostras a forma, função, estrutura e o processo de produção do espaço urbano, seguindo os métodos propostos por Milton Santos e pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana, conforme Quadro 4.

Quadro 4. Mapa conceitual das duas linhas metodológicas utilizadas na pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

Para a observação da forma urbana como resultante da produção do espaço, a abordagem histórico-geográfica desenvolvida pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana, a partir da leitura das variáveis dos elementos físicos da forma urbana, foi utilizada em conjunto nas duas amostras selecionadas. Esse levantamento permitiu a identificação da forma e variação do formato dos lotes que foram implantados a partir de 2000 nos eixos, observando a escala de diferenciação aplicada para a parcela mínima de organização espacial por ser o elemento primário da forma urbana.

O estudo do uso do solo foi demonstrado pela sua modificação, ocorrida durante o período da análise, assim como a avaliação do mercado do solo a partir do exame das duas Plantas Genéricas de Valores elaboradas no município nesse período. A primeira, Lei Complementar n 97, implementada em 28 de dezembro de 2001, e a segunda, Lei Complementar n 480, aprovada em 20 de dezembro de 2013<sup>50</sup>. Com isso, foi possível identificar, por intermédio do valor venal dos imóveis do município, a valorização ou não do lugar pela concentração de investimentos.

O levantamento dos valores venais territoriais dos terrenos ainda sem uso e de seus respectivos valores do m<sup>2</sup>, identificados no estudo nos dois eixos detalhados, foram mapeados a partir das informações fornecidas pela Secretaria Municipal da Fazenda. Conforme informações apresentadas pelo órgão público, nestes dados, os imóveis contíguos podem ter valor do m<sup>2</sup> territorial diferente em virtude da fórmula de aplicação do limitador de elevação do IPTU prevista na Lei Complementar n 480, a qual determina que o patamar de aumento observará o IPTU como um todo e não somente o próprio valor do m<sup>2</sup>, como deveria ser.

### 3.3 OBJETO E RECORTE DO ESTUDO

A pesquisa tem como objeto de estudo o município de Florianópolis<sup>51</sup> (SC), definido como seu espaço geográfico em razão das condições anteriormente identificadas, isto é, o contexto histórico que já apresentava em relação aos investimentos públicos realizados no município e a atuação do Estado, desde a década de 1970.

O recorte temporal adotado no trabalho se deu a partir da disponibilidade dos dados nas plataformas online e na pesquisa de campo realizada in loco nos órgãos municipais de Florianópolis. Com exceção ao período que precede o Século I, em que a revisão bibliográfica foi o método adotado, do ano de 2000 a 2017 identificou-se a localização, valor e tipo de investimento realizado em todo o município (com abrangência das porções Ilha e

---

<sup>50</sup> De acordo com o Trabalho de Conclusão de Curso realizado pela acadêmica de direito Thais Toledo Rigotti, na aprovação do Projeto da Lei houve “ausência da publicação e disponibilização da metodologia utilizada para a avaliação dos imóveis pela empresa [...]” (RIGOTTI, 2014, p. 65).

<sup>51</sup> As análises se restringem ao município de Florianópolis, não incluindo os outros municípios do aglomerado urbano.

Continente). De 2000 a 2018 foram mapeadas as alterações de uso do solo realizadas em dois eixos específicos do estudo, escolhidos com base nos investimentos realizados no Século I , e àqueles implementados no período anterior a este.

A taxa de crescimento básica do período foi identificada com base nos dados de população disponibilizados nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por meio das informações do número médio de habitantes dos bairros do município em cada censo, tal como evidenciado a seguir:

$$\text{Taxa de crescimento} = \frac{\text{Média populacional 2010} - \text{Média populacional 2000}}{\text{Média populacional 2000}}$$

Nesse sentido, a partir dos locais nos quais o investimento público esteve presente, assim como naqueles onde houve mais crescimento e dinâmica urbana, foi feito o recorte para as análises morfológicas. Por compreender que “as modificações da forma urbana são consequências da vitalidade social econômica das sociedades”, a partir do confronto das variáveis socioeconômicas (rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios) e demográficas com a incidência dos investimentos públicos, definem-se as áreas de estudo das aproximações morfológicas.

Lamas (2014 [1990], p. 111) enfatiza que a “evolução das formas urbanas” é demonstrada em regiões nas quais o desenvolvimento urbano esteve presente, ponderando que “o estudo morfológico pressupõe a consideração do crescimento urbano [...]”, visto que “o desenvolvimento urbano é o conjunto de processos que conduz ao crescimento das cidades, por expansão ou por alterações no seu interior”, mas também “tem a ver com a reutilização das partes da cidade”.

“As transformações da forma sobrevêm quando esta se revela inadaptada ao contexto. A permanência das mesmas formas urbanas foi possível porque o contexto no qual essas formas foram produzidas não se modificou”, tal como fora especificado por Lamas (2014 [1990], p. 114).

Para a escala da rua, as transformações são facilmente detectáveis e podem ser muito rápidas. [...] A dimensão urbana - escala do bairro -, o tipo de modificações é mais lento, e de maior profundidade. [...] À dimensão territorial, as modificações mais significativas ligam-se ao crescimento da cidade: novas zonas urbanas, infraestruturas, serviços, equipamentos e grandes intervenções (LAMAS, 2014 [1990], p. 116).

eiss (2016, p. 203) concorda que o sistema viário, por ser o elemento principal das conexões da cidade, e das funções de “circulação diária das pessoas entre trabalho, casa e lazer”, possui uma “relação direta nas transformações e nos processos de crescimento urbano [...]”. Pela sua

importância, vinculada pelas políticas urbanas brasileiras em diferentes épocas, é peça propulsora por demanda de terras, estando entre os fatores que mais afetam a dinâmica urbana”.

Portanto, por se estar trabalhando em um curto intervalo de tempo (2000-2018), tem-se na escala da rua, mais rapidamente, a identificação das transformações do território do período, a partir do estudo de suas parcelas adjacentes. A fim de esclarecer as relações da produção do espaço, como reflexo da atuação ou não do Estado nestes locais, optou-se por trabalhar na pesquisa os eixos que fazem as ligações para as regiões mais e menos atendidas, influenciados pela dinâmica urbana e crescimento positivo.

### 3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a **ETAPA 1 – Aporte teórico**– o método científico utilizado para a revisão bibliográfica da tese foi baseado no método *Proknow-C* desenvolvido pelo Laboratório MCDA da Universidade Federal de Santa Catarina, que permite a busca das principais fontes de informação da pesquisa bibliográfica da Tese. O instrumento *ProKnow-C* operacionaliza:

[...] a busca e análise bibliométrica de artigos sobre o tema da avaliação da produção científica de pesquisadores, a fim de que outros pesquisadores possam fazer uso desse instrumento e, assim, conseguir selecionar um portfólio bibliográfico relevante e alinhado ao tema de pesquisa que estiverem investigando (FERREIRA YOSHIDA apud AICYK ENSSLIN, 2014, p. 99).

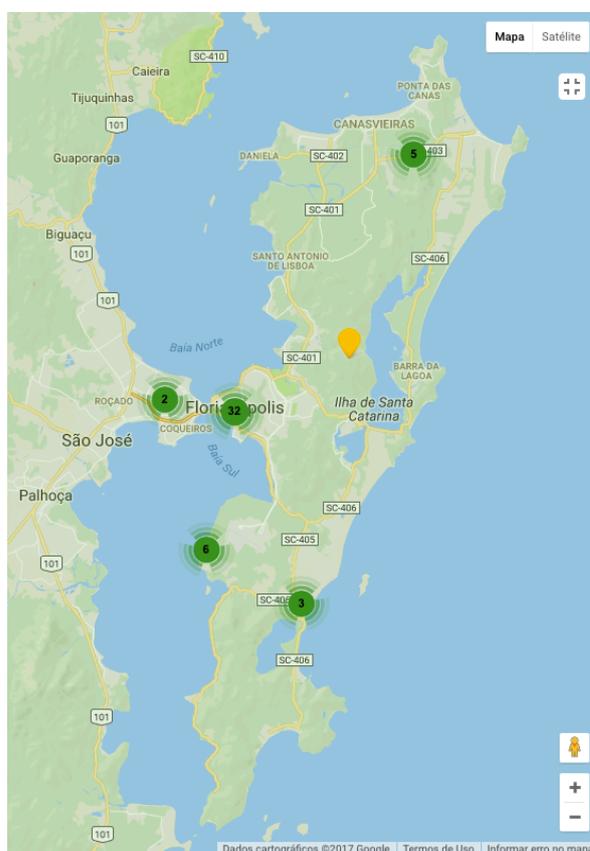
Estruturado em quatro etapas, o método inclui primeiro a seleção do portfólio bibliográfico, que apresenta, de acordo com a delimitação da busca, o conjunto de publicações com reconhecimento científico, alinhado ao tema da pesquisa. Em um segundo momento, é feita a análise bibliométrica que consiste na contagem quantitativa do conjunto de artigos selecionados em cada assunto pesquisado, bem como a análise sistêmica e, por fim, a formulação da pergunta e objetivos da pesquisa<sup>52</sup> (TASCA *et al.*, 2010 BORTOLUI *et al.*, 2011 LACERDA ENSSLIN ENSSLIN, 2011 AEVEDO *et al.*, 2011).

Para a **ETAPA 2**, de levantamento, **identificação** e mapeamento **dos investimentos públicos** implantados no município, foram feitas consultas on-line nos órgãos de planejamento urbano (tratando-se das obras Federais e Estaduais) e nas Secretarias de Infraestrutura e da Fazenda, ao fazer menção às obras Municipais. A coleta de dados dos investimentos públicos Federais ocorreu por meio de consulta on-line no site do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Mapa das Obras (PAC Mapa, 2017) (Figura 5).

---

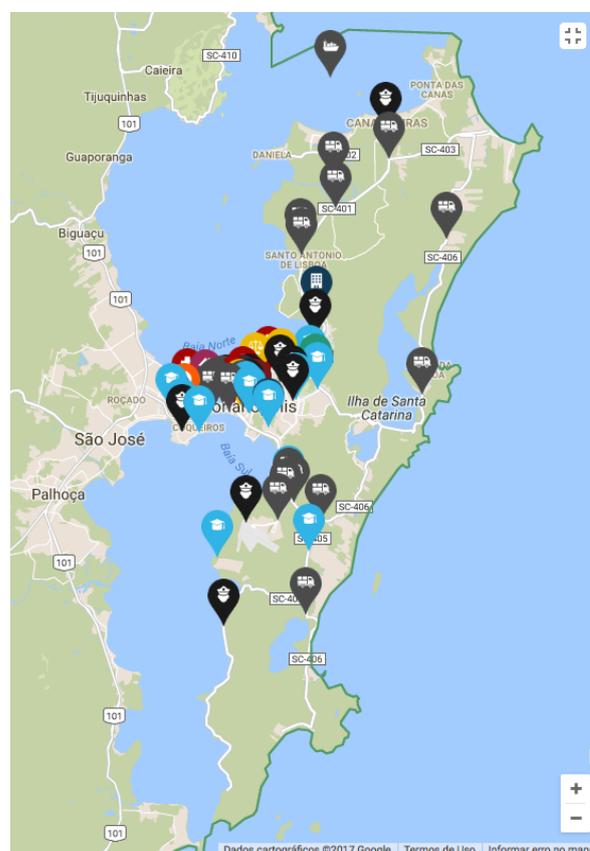
<sup>52</sup> Os resultados encontrados para a pesquisa estão disponíveis no Apêndice.

Figura 5. Mapa das Obras - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Fonte: PAC - Mapa (2017).

Figura 6. Mapa das Obras - Portal da Transparência do Poder Executivo de SC.



Fonte: SICOP/SC - Mapa (2017).

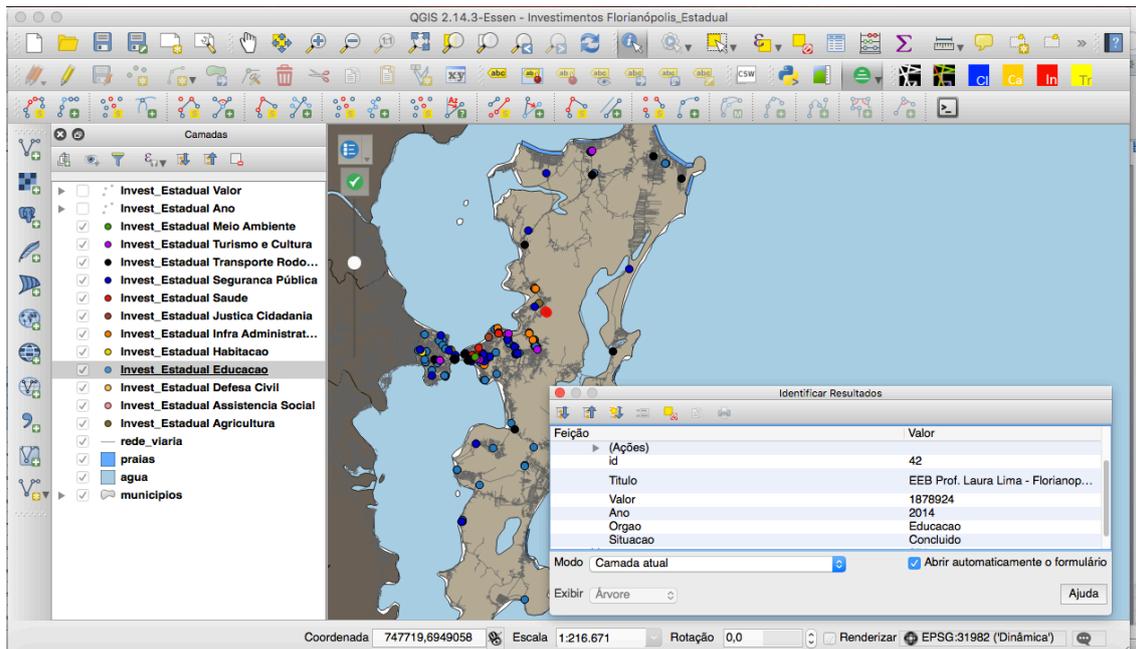
As obras Estaduais estão disponíveis para consulta on-line por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina – Mapa da Transparência (SICOP/SC, 2017) (Figura 6).

Os investimentos públicos Municipais foram disponibilizados em tabelas, *in loco*, pela Secretaria de Infraestrutura do Município.

Todo o levantamento foi compilado em arquivos de Geoprocessamento – no software QGIS<sup>53</sup>. Foram criadas camadas vetoriais do “tipo ponto” (grifo nosso) para cada tipo de investimento realizado no município, ou seja, para cada Ministério do Governo Federal ou Secretarias, dos Governos Estaduais e Municipais (Figura 7) com as devidas descrições no banco de dados próprio do software (Tabela 1).

<sup>53</sup> Neste trabalho, foi utilizado o software gratuito Quantum GIS – QGIS – versão 2.14.3.

Figura 7. Mapeamento dos investimentos no software QGIS.



Fonte: Elaboração própria.

Posteriormente, fez-se a união destas camadas, em três *shapes*, com a informação geral de cada órgão atuante (Federal, Estadual e Municipal) para se ter a informação individual do quanto cada órgão em específico contribuiu com o desenvolvimento ou não de determinadas áreas da cidade. Áreas que foram divididas em quatro regiões administrativas do município, conforme Mapa 1 – dos Distritos Administrativos, adaptado de PMF (2018).

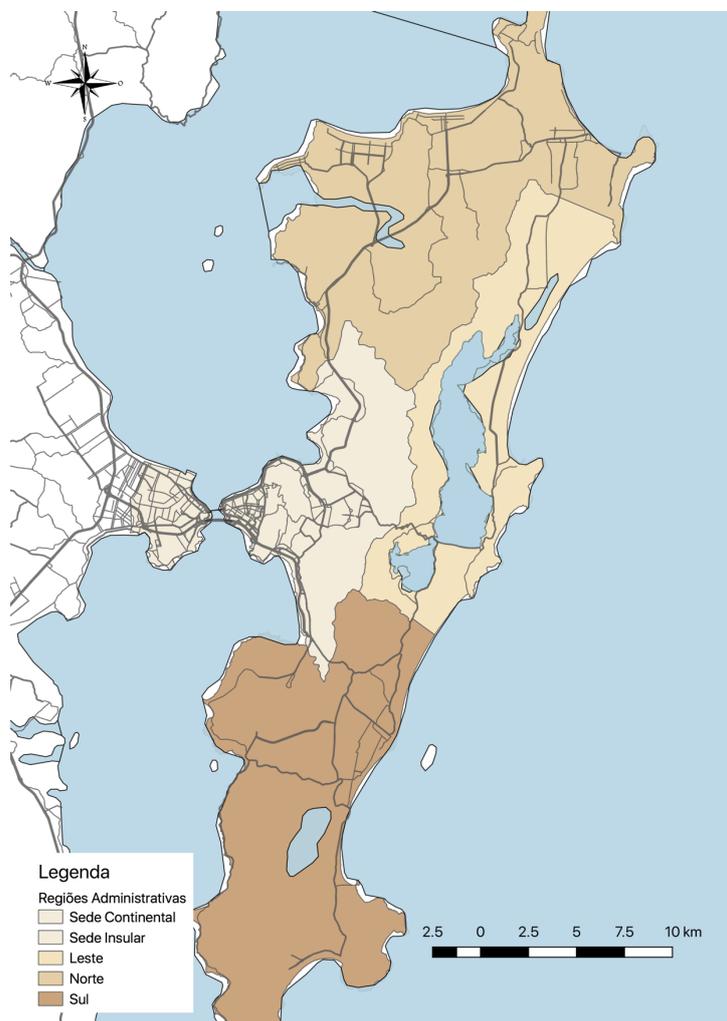
Tabela 1. Banco de dados dos investimentos no software QGIS.

id	Titulo	Valor	Ano	Orgao	Situacao
20	956 Ampliacao do Campus I da Udesc - Florianopolis	1261300	2014	Educao	Andamento
148	1558 Ampliacao do CETAS do Parque Ambiental do Rio Vermelho	496847	2014	Seguranca Publica	Andamento
197	405 Ampliacao do Colegio Feliciano Nunes Pires - PMSC	45000	2011	Seguranca Publica	Concluido
4	973 Ampliacao e Reforma na EPAGRI	64923	2014	Agricultura	Concluida
53	40 Ampliacao EEB Prof. Padre Anchieta	41478	2012	Educacao	Concluido
87	975 Ampliacao na EEB Rosa Torres de Miranda	20500	2014	Educacao	Concluido
256	720 Aumento de capacidade da via municipal de acesso ao Costao do San...	1335795	2014	Transporte Rodoviario	Concluido
296	NULL Centro de Eventos Governador Luis Henrique da Silveira	69205978	2014	Turismo, Cultura e Esporte	Concluida
8	731 Centro de Referencia Especializado de Assistencia Social-CREAS	8737239	2014	Assistencia Social	Andamento
94	362 Cercamento de terreno da Cohab em Florianopolis	25220	2015	Habitacao	Concluido
127	29 Conservacao terreno do IPREV	103809	2013	Infraestrutura Administrativa	Concluido
161	1559 Const. de acesso martimo p/ embarcacoes da 1 Cia/BPMA e reforma d...	115657	2014	Seguranca Publica	Andamento
14	482 Constr. Centro Integrado Gerenciamento Riscos e Desastres e Refor. ...	23318554	2014	Defesa civil	Andamento
188	425 Construcão da base do Pelotao de Choque da PMSC.	620476	2012	Seguranca Publica	Concluido
196	409 Construcão da Creche PMSC em Florianopolis	104032	2011	Seguranca Publica	Concluido
59	20 Construcão da Escola Jovem do sul da Ilha	7420517	2010	Educacao	Concluido

Os valores discriminados na tabela, são inteiros, sem os numerais após a vírgula.

Fonte: Elaboração própria.

Mapa 1. Regiões Administrativas de Florianópolis.



- **Sede:** abrangendo as regiões Insular e Continental
- **Norte:** abrangendo os Distritos de Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Ratoes, Santo Antônio de Lisboa e São João do Rio Vermelho
- **Sul:** abrangendo os Distritos de Campeche, Pântano do Sul e Ribeirão da Ilha
- **Leste:** abrangendo os Distritos da Barra da Lagoa e Lagoa da Conceição.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do geoprocessamento – PMF (2018).

A identificação da dinâmica urbana ocorrida no município no período de análise foi realizada com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). Foram considerados os dados populacionais e o rendimento nominal médio mensal das responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento), por setor censitário.

Para a execução da **ETAPA 3 – Caracterização da produção do espaço urbano** – foi realizada a coleta de dados *in loco* nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e da Fazenda. Foram verificadas informações relativas às aprovações de projetos realizadas nas parcelas dos eixos de dois estudos de caso definidos na etapa anterior: ano de aprovação, uso do solo e agente responsável pela nova construção. Ocorreu, ainda, a identificação de possíveis remembramentos e desmembramentos dos lotes.

Considerando os dois recortes definidos, fez-se como primeira atividade o estudo morfológico destas duas regiões, com o levantamento dos elementos primários da forma urbana, utilizando a abordagem histórico-geográfica da Escola Inglesa:

- a. Forma e variação do formato de lote, observando a escala de diferenciação empregada para a parcela mínima de organização espacial, em razão de sua forma
- b. Uso do solo: identificar as modificações de uso ocorridas nos lotes
- c. Dimensão relativa, forma, localização (relação formal com o todo urbano) e implantação (relação física com o sítio) dos espaços livres: averiguar as soluções utilizadas para estes nos planos.

Neste levantamento realizado a partir da ficha cadastral de aprovação de projeto da Secretaria, foi possível identificar, também, o agente atuante em cada nova solicitação. Foram apontados seis diferentes tipos de agentes que, em dois grandes conjuntos, representaram de um lado o Mercado Imobiliário e de outro o Estado.

A atividade 2 realizou o estudo do mercado do solo com a identificação das modificações e movimentações que ocorrem no tecido urbano analisado durante o período de investigação, bem como a valorização fundiária ocorrida a partir da observação das duas Plantas Genéricas de Valores elaboradas no município nesse período. Nesta, foram considerados:

- a. Dados socioeconômicos da população – a partir do levantamento dos dados populacionais e de renda dos residentes nas áreas analisadas, disponibilizadas nos Censos Geográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2000 e 2010
- b. Planta Genérica de Valores – com a identificação do valor venal dos imóveis prediais, e consulta in loco (Secretaria Municipal da Fazenda) dos valores venais territoriais e seus respectivos valores do m<sup>2</sup> para cada imóvel ainda sem uso nos dois eixos identificados, para fins de verificação da valorização ou não dos imóveis.

As informações recolhidas foram compiladas em arquivos de Geoprocessamento – no software QGIS, para fins de análise. Optou-se pelo uso da cartografia digital, em função da possibilidade de integração que essa técnica apresenta, com a possibilidade de “amarração das informações contidas em um banco de dados que, por conseguinte, deve apresentar uma estruturação espacial definida [...]” (FIT, 2008, p. 108).

# IV

## A ATUAÇÃO DO ESTADO E DE SEUS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

#### A ATUAÇÃO DO ESTADO EM

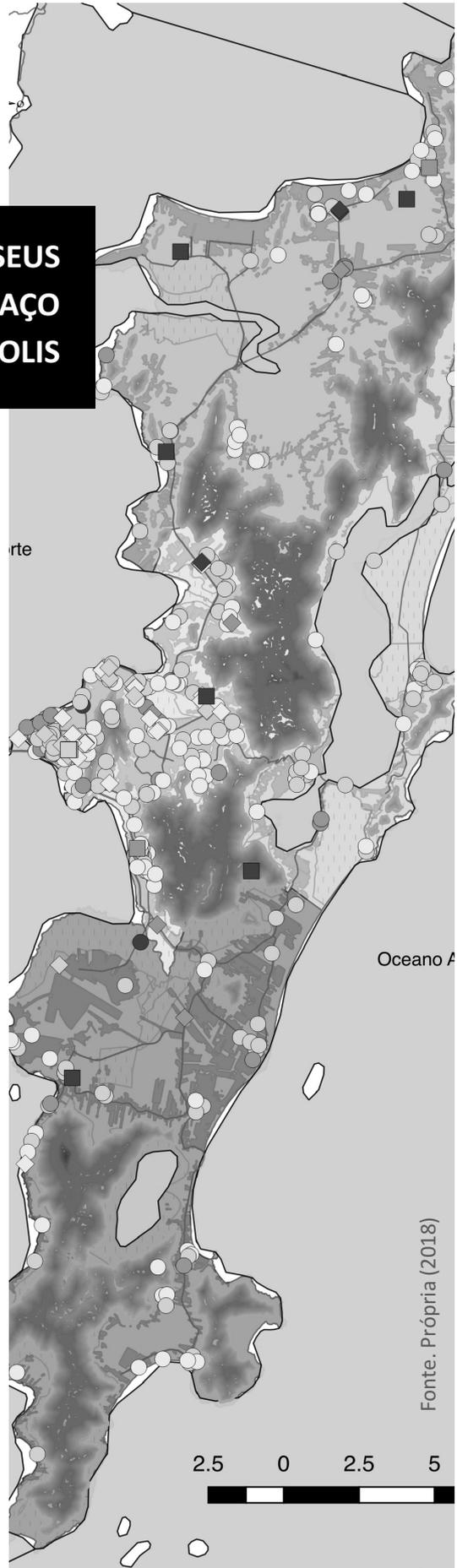
#### FLORIANÓPOLIS NO SÉCULO XXI

#### A ATUAÇÃO DO ESTADO EM NÍVEL FEDERAL

#### A ATUAÇÃO DO ESTADO EM NÍVEL ESTADUAL

#### A ATUAÇÃO DO ESTADO EM NÍVEL MUNICIPAL

### CONSIDERAÇÕES PARCIAIS



#### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Em 1920, com uma população de pouco mais de 40 mil habitantes, Florianópolis apresentava um cenário que refletia a predominância da ocupação na área continental do município. A “população de mais baixa renda que ocupava as encostas dos morros próximos à cidade” (SUGAI, 2015, p. 69), e os setores das elites adquiriam glebas de terra ao norte da área continental. Mas ao assumir a posição de capital do Estado de Santa Catarina, trouxe consigo uma mudança quanto à localização e expansão da cidade, a partir da construção da ponte Hercílio Luz, importante obra do Governo do Estado, que facilitou a ligação entre Ilha e Continente.

A partir de 1930, a Ilha já contava com uma série de investimentos públicos ou instalações de serviços consideradas atividades depreciativas (Cemitérios, Penitenciária, Depósito de lixo), que evidenciava e confirmava em um primeiro momento os interesses imobiliários das camadas de alta renda em constituir suas residências na porção continental de Florianópolis (resultando na anexação de 12 km<sup>2</sup> de terras pertencentes ao município de São José – hoje bairro Estreito). Essa medida estratégica levava em conta o acréscimo significativo de população (25) que se localizava naquela parte continental e “envolvia grandes interesses políticos e econômicos representados pelos setores fundiários, imobiliários e, também, madeireiros e exportadores” (SUGAI, 2015, p. 72).

Entretanto, no final da década de 1940, modificado pela dinâmica de crescimento urbano, em um período de ações sanitaristas na cidade, iniciava-se um momento de transição dos investimentos urbanos para o continente, resultantes de interesses das elites burguesas pelo mercado imobiliário da Ilha. Para Peluso Júnior (1991), em um processo completamente alterado, Florianópolis observava o potencial representado pelas praias situadas ao norte da Ilha, em função da perspectiva do desenvolvimento turístico e dos investimentos em infraestrutura urbana efetuados no município. Com isso, os setores hegemônicos das elites retomavam seus interesses pelas terras situadas ao norte do núcleo urbano central da Ilha que, em décadas seguintes, direcionariam o processo de expansão de suas áreas residenciais e de veraneio no sentido Norte da Ilha.

Dessa forma, em um processo lento, a classe dominante retornaria a morar na Ilha, nos bairros centrais e em áreas de passagem obrigatória para as praias do Norte (interessavam mais em função de suas águas mais quentes). Conforme Pimenta (2005, p. 38), durante os períodos de 1930 a 1950, houve um crescimento populacional na cidade que chegou a quase 6, totalizando 67.630 habitantes, visto que a predominância de ocupação ainda se mantinha no Continente. De acordo com Sugai (2015, p. 77), dos 107 loteamentos aprovados em Florianópolis, 53 estavam localizados na área continental e somente 16 na península central da Ilha.

Assim, buscando “o desenvolvimento socioeconômico, para a reestruturação viária e para a ocupação dos vazios urbanos centrais de Florianópolis” (SUGAI, 2015, p. 73), em 1952 houve o início de elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, pelos arquitetos e urbanistas Edvaldo Pereira Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Albuquerque Graeff, aprovado em 1955, Lei n 246/55.

Paralelamente ao desenvolvimento do Plano Diretor, nas décadas de 1950 e 1960, “ampliavam-se os interesses das elites pelos balneários situados no norte da Ilha, em especial, Canasvieiras”. Com isso, “o Estado retoma investimentos que visavam à valorização dessa área da cidade, invertendo o processo que ocorrera em décadas precedentes, quando foram executadas no local atividades indutoras de desvalorização imobiliária” (SUGAI, 2015, p. 75). Em 1954, o Estado faz outro importante investimento na Beira-Mar Norte com a instalação da Casa oficial do governador.

Figura 8. Baía Norte em 1954 antes de ser aterrada para a construção da Avenida Beira-Mar.



Fonte: Rovai (2012).

Previstas então no Plano Diretor da cidade, foram instituídas as rodovias que facilitariam a acessibilidade à orla ao norte da península: Avenida Beira-Mar Norte (Figura 8), e a conexão entre a Avenida Rio Branco e a Avenida Hercílio Luz. E em 1958 foram implantadas a Avenida Othon Gama DEça em continuidade a Avenida Prefeito Osmar Cunha, ligação importante entre as orlas Norte e Sul da Ilha.

Com o crescimento do advento do Estado, em 1960, Florianópolis apresenta uma taxa de urbanização atingindo quase 80 de um notável aumento populacional, o que acabou ocasionando significativas mudanças na morfologia urbana da Capital:

Além das subdivisões de grandes áreas na Ilha e dos loteamentos semelhantes no Estreito, a Capital começou a ser dotada de edifícios de oito andares e mais, conforme gabaritos aprovados pela Prefeitura Municipal, prédios destinados a escritórios e apartamentos no centro e somente a apartamentos nas outras áreas. Este desenvolvimento da indústria da construção atraiu numerosos moradores da zona rural, que aumentaram os bairros da população de baixa renda (PELUSO JNIOR, 1991, p.319).

Nesse mesmo período, um importante investimento foi realizado, impactando consideravelmente o processo de crescimento da Ilha – a construção do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina no bairro da Trindade. Em oposição àqueles que previram sua instalação no Plano Diretor de 1955 em uma área central da cidade, em 1962, “o Conselho Universitário conseguiu, depois de conflituosos e prolongados debates, com repercussão fora da área acadêmica, deliberar sobre a localização do campus: deveria ser no bairro da Trindade” (SUGAI, 2015, p. 80), em terras doadas pelo Governo Estadual, apropriadas em 1934 “das áreas de uso comum existentes nos campos da Trindade” (SUGAI, 2015, p. 81).

A instalação do Campus na Trindade confirmou os interesses do capital imobiliário pela área, em função do número de loteamentos aprovados. Até a década de 1950 havia no bairro um percentual de 15 nestas aprovações, após a instalação da Universidade, em 1960, houve praticamente o dobro (PIMENTA, 2005, p. 41). Sugai (2015, p. 126) afirma da mesma forma que:

A transferência das instituições e empresas estatais para a região situada nas adjacências da Trindade facilitou a comercialização e a ocupação dos loteamentos que vinham sendo aprovados desde as décadas anteriores nessa região e também nos balneários situados ao norte e a leste da Ilha. O processo de ocupação e crescimento populacional gerou novas e constantes ações do Estado, que beneficiaram esses setores da cidade, seja pela ampliação da infraestrutura local, dos serviços urbanos ou mesmo através de planos e legislações urbanas que pretendiam normalizar a ocupação do solo e promover a preservação dessas áreas que vinham sendo ocupadas pelos setores populacionais de mais alta renda.

Então, o que se percebe é que “mesmo indiretamente, as disputas que já vinham ocorrendo entre frações das elites locais, em especial vinculadas ao capital imobiliário, à localização dos equipamentos e na distribuição dos grandes investimentos urbanos” (SUGAI, 2015, p. 83), interfeririam decisivamente no processo de produção do espaço urbano de Florianópolis.

Somente no final da década de 1960, “Florianópolis tem ligação asfáltica com o restante do país, sendo que a BR-101 fora primeiramente asfaltada no trecho entre Joinville e Curitiba e entre Criciúma e Porto Alegre revelando a pouca importância econômica da cidade” (RIO, 2005, p. 66). Por meio do DER-SC (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina), o Governo Estadual concluiu e pavimentou a Avenida Beira-Mar Norte ao longo da orla da Baía Norte, sobre o aterro já consolidado, promovendo a conseqüente valorização da área Norte da península, diferenciando-a como um marco da modernidade no setor residencial.

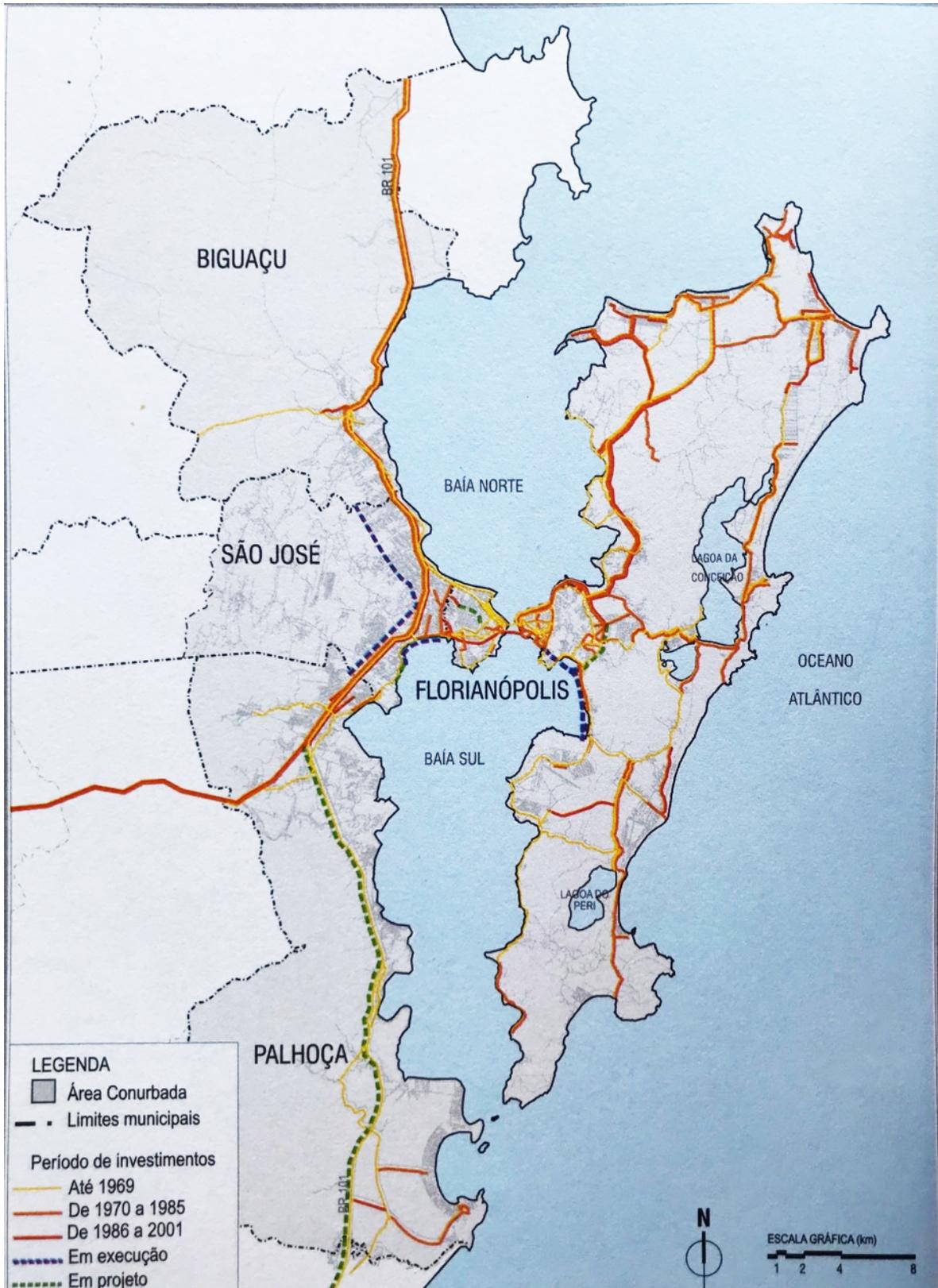
No início dos anos 1970, planejava-se a região Metropolitana de Florianópolis que, na época, seria composta de 21 municípios, mas por não ter população suficiente, não foi aprovada pelo Governo Federal. Dessa forma, entre 1969 e 1971 começa a ser elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da área Metropolitana de Florianópolis. Reconhecendo-a como Centro Metropolitano, o Plano tinha como premissa organizar a região metropolitana e o conjunto de investimentos viários (Figura 9) que deveriam ser feitos, priorizando duas áreas de expansão urbana: “uma área ao longo da BR-101, no trecho dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu e a outra, a mais importante, na costa Leste da Ilha, chamada de setor oceânico turístico da Ilha, na área do Campeche” (SUGAI, 2015, p. 97). Neste período, a rodovia BR-101 já estava concluída e se apresentava como uma importante ligação da região de Florianópolis às demais cidades do País, e ao processo de conurbação e desenvolvimento do turismo tanto do município, quanto do litoral catarinense.

A implantação da BR-101 exerceu grande influência no plano urbano de Florianópolis. Os seus acessos constituíram artérias nas quais se instalaram depósitos, oficinas e pequenas atividades industriais, ao redor dos quais se reuniu muitos trabalhadores. Os loteamentos surgiram por toda parte, inclusive de vilas do BNH, que nas margens da rodovia e sua vizinhança conta com diversos núcleos (PELUSO JNIOR, 1991, p.320).

O Plano de Desenvolvimento Integrado tinha como intervenção prioritária o desenvolvimento do sistema viário interurbano e intraurbano, além dos já citados. Com isso, buscava o desenvolvimento de um “complexo rodoviário em toda a área da microrregião de Florianópolis e conexões com outras rodovias estaduais e federais de SC”, com uma rede de vias (Figura 9) que “cruzava e contornava a área central da península e a base do Morro da Cruz, através de um anel viário formado pela continuidade da Avenida Beira-Mar Norte existente”, e com um “circuito viário proposta ao redor da Ilha”, o Governo Estadual direcionava os investimentos para a Ilha, com um total de 116 km de Rodovias Estaduais (SUGAI, 2015, p. 98).

Desde a década de 1970, com a sua inclinação ao turismo, Florianópolis exerce características administrativas por ser a capital do Estado e, assim, concentra cerca de um terço de seus servidores públicos. A partir de então, iniciou -se uma sequência de construções de novas sedes de diversos edifícios públicos, em especial, do Governo do Estado e da União” (SUGAI, 2015, p. 125). Para Sugai (2015, p. 125), “esses novos edifícios públicos foram localizados, em sua absoluta maioria, nos bairros situados na área de influência da Via de Contorno Norte, na Ilha [...]”.

Figura 9. Investimentos viários significativos – 1960-2002.



Fonte: Sugai (2015).

A expansão das empresas estatais no País durante a segunda metade dos anos 70 resultou na implantação de algumas importantes em Florianópolis, como a ELETROSUL, a TELESP, a CELESC, entre outras. As duas Universidades Públicas, a UFSC e a UDESC, cresceram bastante no período. Ao mesmo tempo, o turismo de veraneio começou a se expandir, com o número de visitantes crescente a cada ano e com grande fluxo de turistas dos países vizinhos, particularmente da Argentina. A situação, aqui resumida, fez com que surgisse um debate sobre a “vocação” de Florianópolis [...] (RIO, 2005, p.68).

Além destas, “as três grandes obras dos anos 70 – a ponte Colombo Machado Salles, o aterro da baía Sul e a via expressa em continuação à avenida Rubens de Arruda Ramos – fizeram desaparecer os entraves à ocupação dos terrenos oferecidos à expansão urbana” (PELUSO JUNIOR, 1981, p.321). Expansão esta que, segundo Peluso Júnior, procurava se instalar nos bairros da Trindade, Itacorubi, Córrego Grande e Pantanal, como uma das “áreas mais procuradas para o crescimento da cidade”.

Assim, as probabilidades de deslocamento associadas com alguns pontos do território urbano, promoveram em Florianópolis, segundo Sugai (2015, p. 106), “transformações urbanas decorrentes dos intensos investimentos viários na Ilha<sup>54</sup>” que, além da região da Trindade, significaram “a solidificação das áreas da Beira-Mar Norte e os Balneários ao Norte da Ilha, respectivamente, como áreas residenciais e de lazer do setor hegemônico das elites”.

[...] A partir de 1980, a expansão residencial urbana dirigia-se para o Sul, onde serão as localidades de Ribeirão da Ilha, Campeche e Pântano do Sul as grandes receptoras populacionais. As áreas próximas como Lagoa da Conceição e Santo Antônio de Lisboa continuam sendo favorecidas enquanto o Distrito Sede apresenta de declínio de suas taxas de crescimento, sobretudo entre 1970-1991 (PIMENTA, 2005, p. 41).

Nos anos 1990, seguindo as particularidades da década de 1970, mas em um período de maior pressão social e de maior controle no uso dos recursos públicos disponíveis, os principais investimentos ocorridos foram a construção da Ponte Governador Pedro Ivo Campos, obra do Governo Estadual concluída em 1991, que se constitui numa duplicação da ponte governador

---

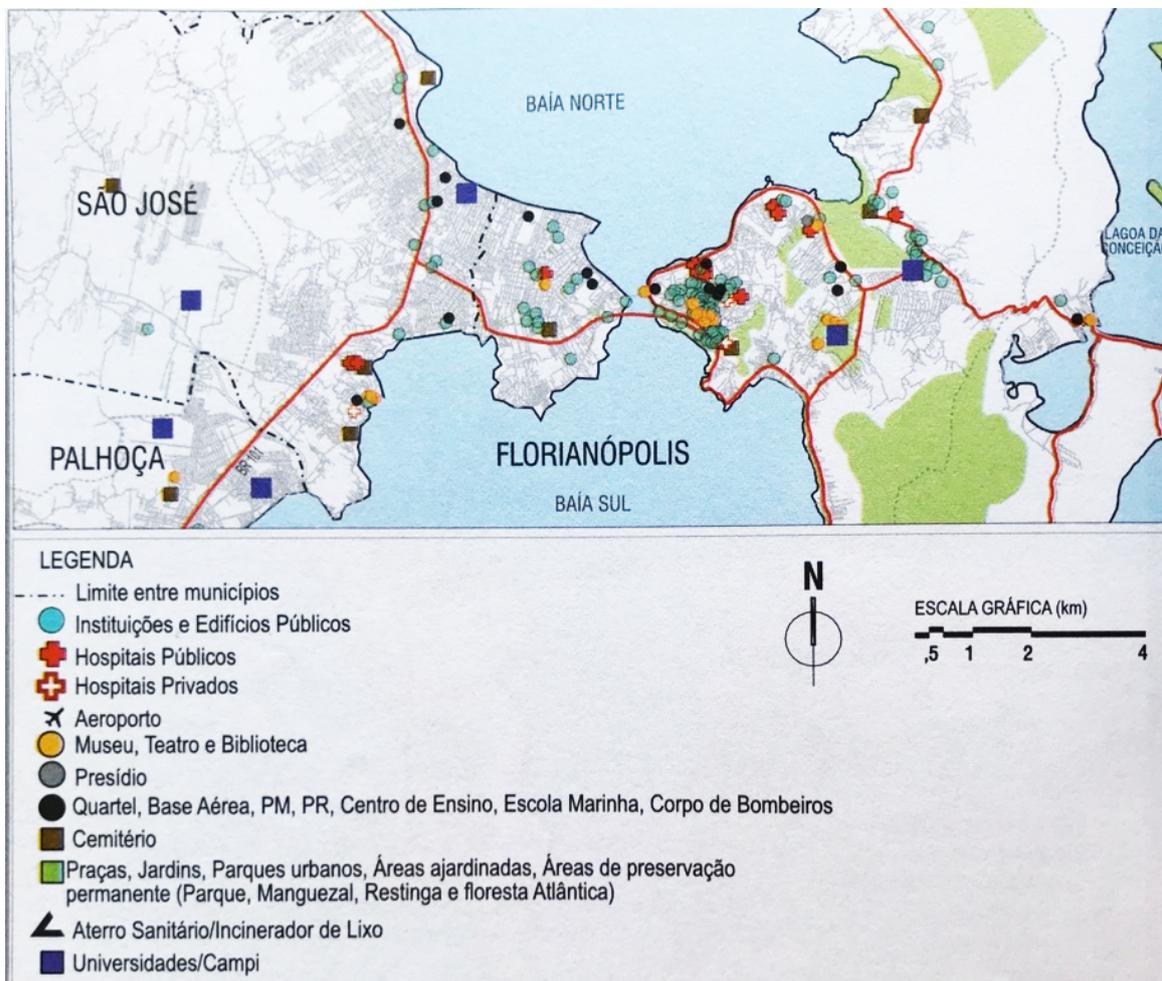
<sup>54</sup> A sua localização espacial determinou intensas repercussões: garantiu a acessibilidade rodoviária para a maior parte das localidades, em especial na metade norte da Ilha incentivou e consolidou o uso do veículo automotor como meio de transporte privilegiado e dominante abriu imensas frentes para o capital imobiliário e a especulação imobiliária em toda a área conurbada (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu) incentivou a ocupação de áreas urbanas sem a infraestrutura necessária definiu e limitou a estrutura viária, que foi direcionada e polarizada para a área central da Ilha criou uma estrutura viária afunilada, com acesso único para a Ilha, que exigirá indefinidamente constantes investimentos viários para ampliar os fluxos locais contribuiu para acirrar a separação espacial Ilha-Continente e os desequilíbrios de investimentos determinou, com as vias expressas e rodovias nas áreas urbanas, irreparáveis rupturas e danos à continuidade do tecido urbano, à segurança e à qualidade paisagística e ambiental acelerou o processo de ocupação espacial descontrolado com graves danos ao patrimônio ambiental e cultural, entre tantas outras consequências. (SUGAI, 2015, p. 105).

Colombo Salles, de ligação Ilha-continente, a duplicação da SC-401 (ligação para o Norte da Ilha), a obra do Governo Estadual que efetua a conexão entre a Via de Contorno Norte-Ilha, na área central e os balneários ao Norte da Ilha, além de diversos elevados e prolongamentos viários executados principalmente na Ilha (SUGAI, 2015, p. 156 e 157).

Nesse período, conforme dados do IBGE, entre 1991 e 2000, Florianópolis obteve o segundo maior crescimento populacional entre as capitais, atingindo 20,18. Com uma população de 342.315 habitantes (IBGE, 2000), “o limite de 230.000 pessoas encontra-se já ultrapassado”, cita Reis (2012, p.222). O autor ainda complementa: “Pelo Censo de 2000, habitavam o interior insular 113.040 habitantes, os quais, somados à população temporária possível de ser abrigada pelos 24.505 domicílios temporários (128.876 pessoas), atingem um total de 242.916 pessoas” (REIS, 2012, p.222).

Em 2000, a localização dos aparelhos do Estado continua concentrada na área central da cidade, e os novos investimentos públicos além da região administrativa Sede - Insular, começam a ocupar os eixos de ligações para as regiões Norte e Leste da Ilha (Figura 10).

Figura 10. Áreas verdes, Áreas de Preservação Permanente e Edificações Públicas – Região administrativa Sede – Ilha e Continente – 2000.



Fonte: Sugai (2015).

Entende-se, que a análise da lógica dos investimentos públicos na cidade de Florianópolis, objeto de estudo da tese, efetuada a partir das pesquisas de Victor Antônio Peluso Júnior, Margareth de Castro Afeche Pimenta, Paulo Marcos Borges Rizzo, Almir Francisco Reis e principalmente Maria Inês Sugai, demonstrou que a década de 1970 representa um “divisor de águas no espaço intraurbano”, “definindo e consolidando processos que vinham sendo gestados, havia pelo menos meio Século” (SUGAI, 2015, p. 104), em função da série de investimentos realizados no município, pois “muitos dos processos socioespaciais que se consolidaram na década de 1970 já se evidenciavam, mesmo que timidamente, nas décadas precedentes, e definiam a estruturação do espaço urbano de Florianópolis” (SUGAI, 2015, p. 105).

Assim, vindo de um período de intensos investimentos, em que as obras em infraestrutura viária foram sem dúvida o principal meio de atuação do Estado, Florianópolis enfrentou, no Século , “alguns dos seus desafios mais prem entes construindo sucessivas obras emblemáticas, todas ligadas ao sistema viário” (PMF, 2014), que determinaram a consequente e excessiva capacidade de valorização da terra urbana por meio dos conflitos socioespaciais de apropriação do solo urbano.

Nesse sentido, tal como descreve Sugai (1995, p. 195), é preciso uma nova forma de atender às demandas e de se fazer política, com políticas de Estado, contínuas e articuladas em governos sucessivos, decisivas e incisivas nas questões inerentes à população, que assegurem o cumprimento da função social da propriedade, em que os investimentos públicos, para a autora (2015, p. 183), “além de evidenciarem a lógica de sua distribuição, que cria e reproduz as desigualdades sociais, indiquem também as diferenças entre a característica e o papel que esses investimentos assumem no processo de produção e nas disputas no espaço intraurbano”.

Os conhecimentos produzidos até o momento auxiliaram a pesquisa, pois contextualizam a questão da localização dos investimentos públicos em um período de pelo menos 50 anos em Florianópolis, 1950 - 2000. No entanto, além do recorte temporal apresentado até aqui, este estudo apresenta a complementação das análises da atuação do Estado no município, abrangendo o período posterior, 2000 – 2017, e traz como diferencial, os aspectos relacionados à interferência destes investimentos na produção do espaço urbano, tanto na estrutura física quanto nas relações socioeconômicas, a partir de análises que se apoiam em abordagens morfológicas do território, em um período que chega até o ano de 2018<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> O estudo dos investimentos foi realizado até o ano de 2017, momento da qualificação. O estudo da forma urbana, realizada no período posterior a este, abrangeu um período maior, até o ano de 2018.

#### 4.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO EM FLORIANÓPOLIS NO SÉCULO XXI

A partir do Século I, o Brasil passa a ter uma série de políticas públicas e programas anunciados pelo Governo que seriam destinados principalmente às demandas sociais, a fim de promover a redução da pobreza e a inclusão social.

Entre essas políticas e ações pode-se citar: as políticas de valorização real do salário mínimo, da previdência social rural e urbana, Regime Geral de previdência social e do trabalho (RGPS) e do trabalho (seguro-desemprego e abono salarial) os programas de transferência de renda como programa Bolsa Família programas de assistência como o benefício de prestação continuada (BPC) para idosos e deficientes as políticas de ação afirmativa, como o sistema de cotas sociais e raciais para acesso as instituições federais de ensino superior o Pronatec o PROUNI o programa minha casa minha vida o PRONAF, programa de fortalecimento da Agricultura Familiar o programa mais luz, o Programa Mais Médicos, o Programa Farmácia Popular, entre outros (SUGAI, 2015, p.191).

Em 2007, o Governo Federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, por meio de um planejamento estratégico, buscou promover a “retomada de investimentos em setores estruturantes do país”, em um momento de estagnação do crescimento e do desenvolvimento brasileiro, provocado “pela crise financeira mundial entre 2008 e 2009” (PAC, 2017).

O programa visa promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Consiste em três medidas: i) incentivar o investimento privado ii) aumentar o investimento público em infraestrutura e iii) remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento (PGO CAMPOS NETO, 2008, p.7).

Para isso, essas três medidas foram organizadas em cinco blocos: i) investimento em infraestrutura ii) estímulo ao crédito e ao financiamento iii) melhora do ambiente de investimento iv) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e v) medidas fiscais de longo prazo. “Seus fundamentos econômicos estão baseados na estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e baixa vulnerabilidade externa” (PGO CAMPOS NETO, 2008, p.7).

Com isso, o PAC<sup>56</sup> “previa investimentos de R 656,5 bilhões até 2010 em três grandes áreas de infraestrutura: transportes energia e rede social e urbana” (SOUA NETO, 2010, p. 17).

---

<sup>56</sup> Grande parte dos recursos dos investimentos realizados neste Século são provenientes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mas no caso de Florianópolis, além deste, o município teve como fonte de arrecadação, segundo informações dos dados disponibilizados pela Secretaria de Infraestrutura do município: recursos próprios, próprios/vinculados/extraordinários, Próprios (Contrapartida Pró-Infra), BADESC, BNDES, Convênio Embratur, FLORAM, FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, FMS - Fundo Municipal de Saúde, FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, Governos Estadual e Federal,

Deste valor, mais da metade seria investido em energia – petróleo, gás natural, energia elétrica e combustíveis renováveis – (54,5), 33,9 disponibilizado para infraestrutura social e urbana e 11,6 para o setor de transporte e logística, tal como descrevem Pêgo e Campos Neto (2008, p. 10). “As fontes destes recursos preveem R 436,1 bilhões (86,5) oriundos das estatais federais e das demais fontes, e R 67,8 bilhões (13,5) do Orçamento Fiscal e da Seguridade” (PGO CAMPOS NETO, 2008, p. 10).

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, com mais recursos e mais parcerias com Estados e Municípios, para a execução de obras estruturantes que pudessem melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. (PAC, 2017).

“Neste novo período, destaca-se como um programa consolidado, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo” (PAC, 2017). Um de seus desafios é manter a “conclusão dos projetos e obras de infraestrutura em todos os setores” durante os anos de seu desenvolvimento.

Especialmente no município de Florianópolis, e no período compreendido entre 2000 e 2017, ocorreu a destinação de investimentos muito expressivos. Foram mais de três mil obras destinadas ao município (3.009 obras) promovidas pelas três esferas públicas (Governos Federal, Estadual e Municipal) que totalizam um recurso disponibilizado no valor aproximado de três bilhões de reais (R 2.975.817.953,70).

Para a pesquisa, foram consideradas nas análises a identificação e o mapeamento de 386 novos investimentos públicos implantados no município de Florianópolis, e concluídos até o período estudado, conforme informado na metodologia, que somam quase R 600 milhões de reais investidos na Ilha e na porção continental de Florianópolis, implementados de acordo com as esferas públicas apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2. Novos investimentos realizados em Florianópolis.

<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Total</b>
17 novas obras	69 novas obras	300 novas obras	386 novas obras
R 138.205.335,00	R 209.356.044,00	R 249.477.194,00	R 597.038.573,00

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.2.1 A Atuação do Estado em nível Federal

Em Santa Catarina, o Governo Federal promoveu a implantação de 1.096 empreendimentos do PAC. Destes, 65 estão localizados em Florianópolis, bem como já foram implantados ou estão em fase de licitação, contratação e/ou ação premonitória, durante o período de 2007 a 2016. Todos eles fazem referência tanto às novas demandas do município, executadas principalmente pelos Ministérios de Educação, Saúde e das Cidades, quanto à reincidência de novos investimentos por intermédio das obras de restauração de prédios públicos, pavimentação e duplicação de vias, assistência técnica e obras de urbanização em áreas residenciais, carentes de infraestrutura, como aberturas de ruas, escadarias e rampas, pavimentação de vias existentes, muros de contenção, drenagem, regularização nas ligações de esgoto, luz e água, entre outros, financiadas pelos Ministérios das Cidades, da Cultura, da Educação, da Saúde, dos Transportes e do Turismo.

A pesquisa evidenciou que, considerando apenas os novos investimentos, todos totalizam 17 obras concluídas até o período do estudo. Assim, a partir de 2007, os recursos Federais advindos do PAC<sup>57</sup> destinados ao município de Florianópolis, permitiram a execução de obras de saneamento, de Unidades Básicas de Saúde (UBS), Creches e Pré-Escolas com a urbanização e assistência técnica de assentamentos precários, entre outros, que buscaram melhorar as condições de vida dos seus moradores (Mapa 2 e Tabela 3). Além disso, 97 dos recursos foram implementados pelo Ministério das Cidades com 14 obras, enquanto os Ministérios da Educação e da Saúde tiveram, com duas obras cada um, respectivamente, 2 e 1 dos investimentos.

Tabela 3. Total dos novos investimentos Federais em Florianópolis – dados por Ministério.

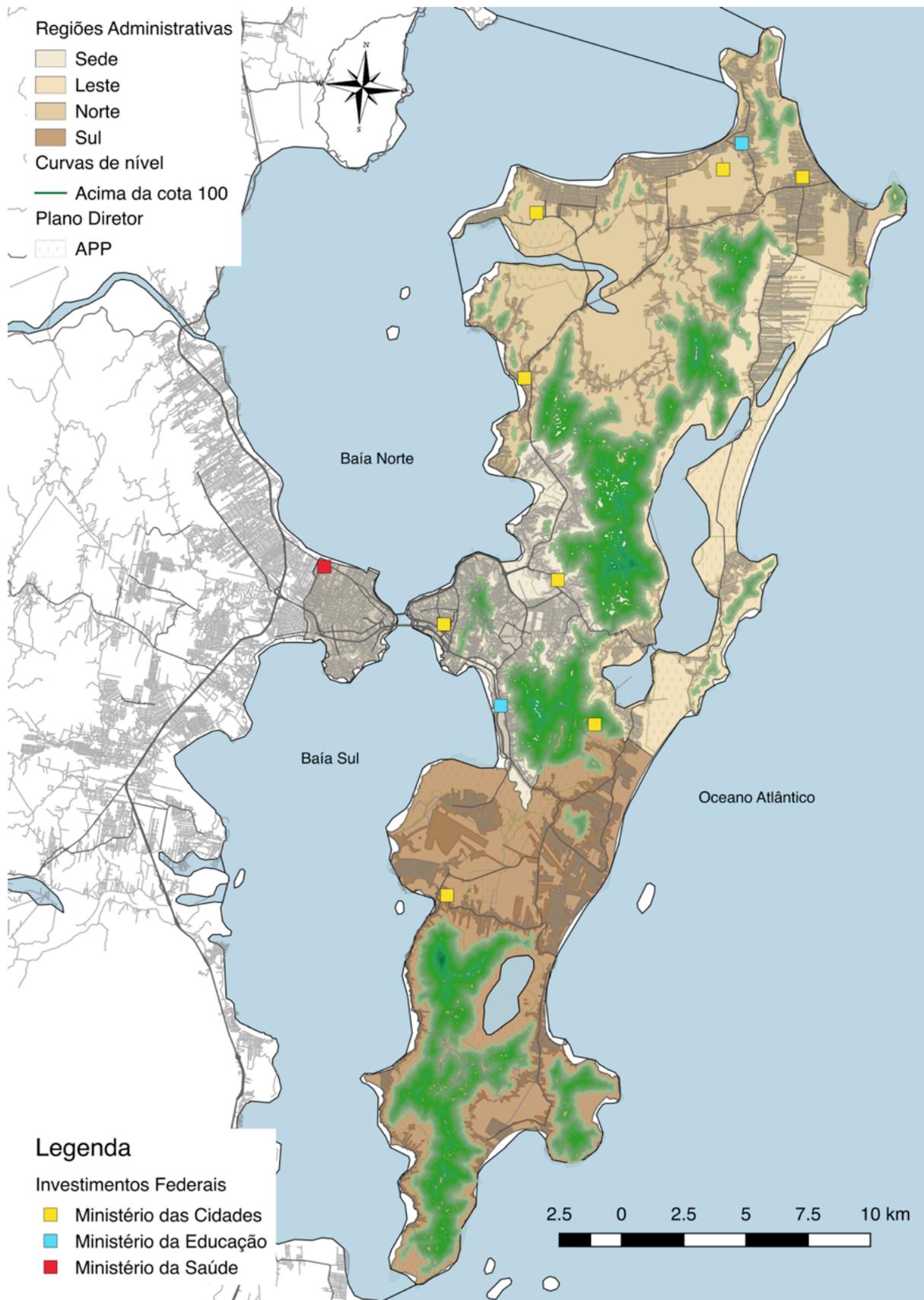
Órgão	Quantidade	Valor	
Ministério das Cidades	14 investimentos	R 134.189.440,00	97
Ministério da Educação	2 investimentos	R 3.282.562,00	2
Ministério da Saúde	1 investimento	R 733.333,00	1
<b>TOTAL</b>	<b>17 investimentos</b>	<b>R\$ 138.205.335,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Dos investimentos realizados pelo Ministério das Cidades, destacam-se as seis obras de implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do município, avaliadas em mais de R 100 milhões de reais, que em conjunto somam 87 do valor total dos recursos implantados pelo Ministério. Essas obras foram realizadas nos bairros localizados nas regiões Administrativa Sede Norte e Sul da Ilha.

<sup>57</sup> Os dados referentes aos investimentos Federais são do Portal da Transparência, disponíveis no site do Ministério do Planejamento.

Mapa 2. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por Ministério – 2007-2016.

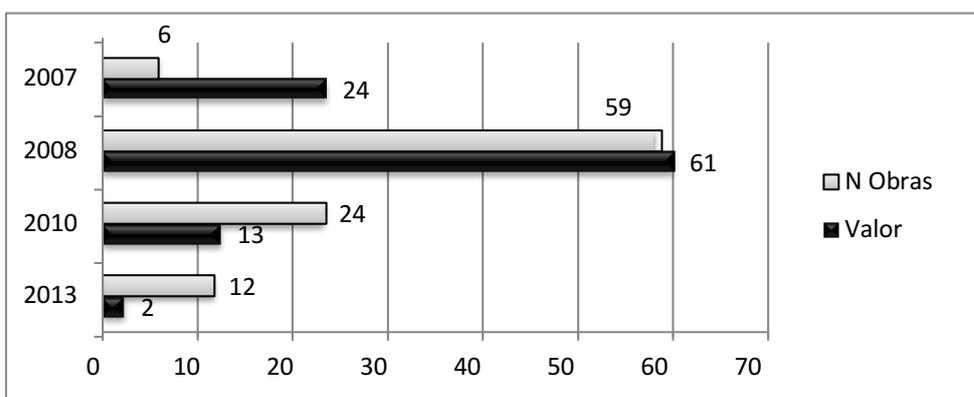


Fonte: Elaboração própria.

Ao avaliar o ano de implantação destes novos investimentos (Mapa 3 e Gráfico 1), constatou-se que em quantidade e valor, mais de 50 das obras implantadas em Florianópolis pelo Governo Federal ocorreu em 2008. São todas as obras de Assistência Técnica realizadas nas comunidades com as obras de implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do município.

Em segundo lugar, com 24 dos recursos investidos, a obra de implantação do SES no Bairro de Campeche, realizada em 2007. Em terceiro lugar, em 2010, com 13 em valor investido está a ampliação de uma Estação de tratamento de Água (ETA), a urbanização da área de Interesse Social denominada Recanto dos Ingleses e a implantação de duas Unidades Básicas de Saúde (UBS), na Ilha e no Continente. Com apenas 2, encontram-se as obras de implantação de duas creches e pré-escolas realizadas em 2013.

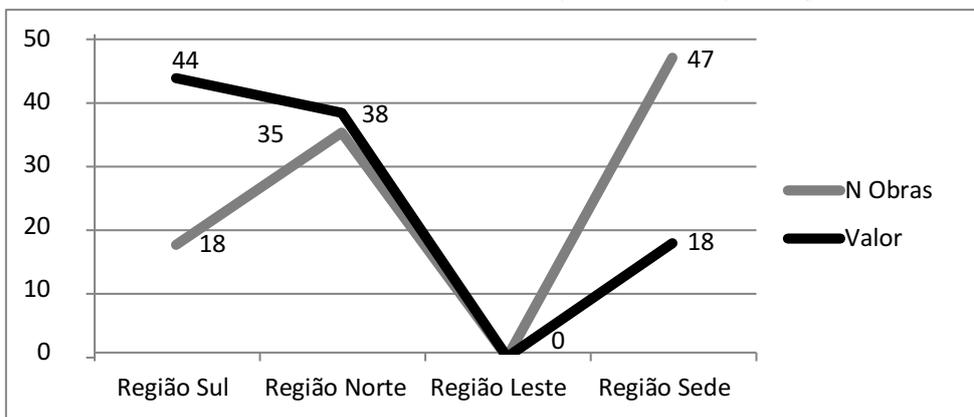
Gráfico 1. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por ano – 2007-2013.



Fonte: Elaboração própria.

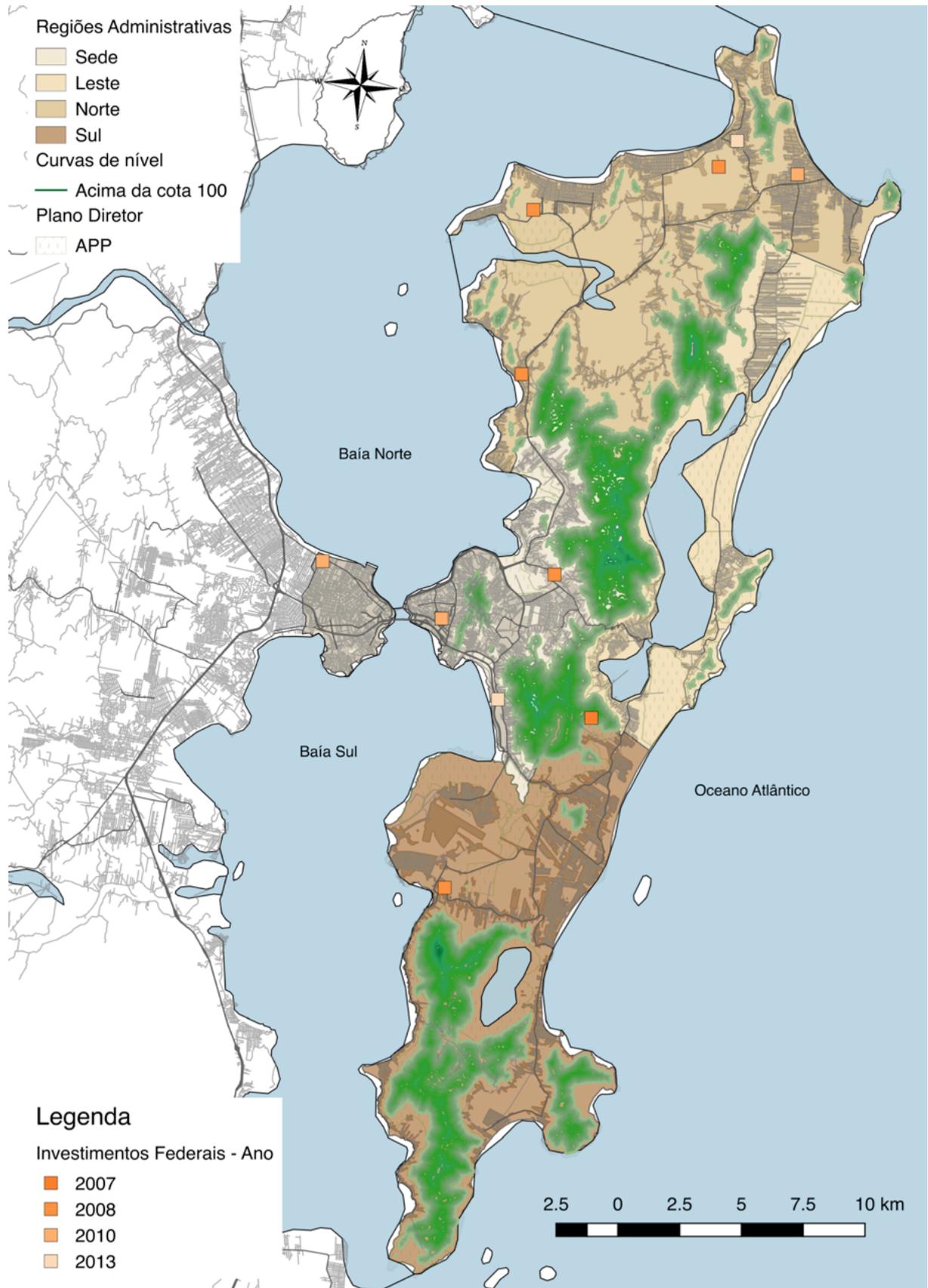
Analisando as localizações dos novos investimentos realizados pelo PAC e concluídos até o período estudado (Mapa 4 e Gráfico 2), identificou-se que a região Sul, com três obras, foi a que obteve o maior valor investido, 44, e a região Norte, a segunda maior, com 38. Em número de obras, a região Sede foi a mais beneficiada. A região Leste foi a menos atendida, com nenhuma nova obra realizada.

Gráfico 2. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por Região.



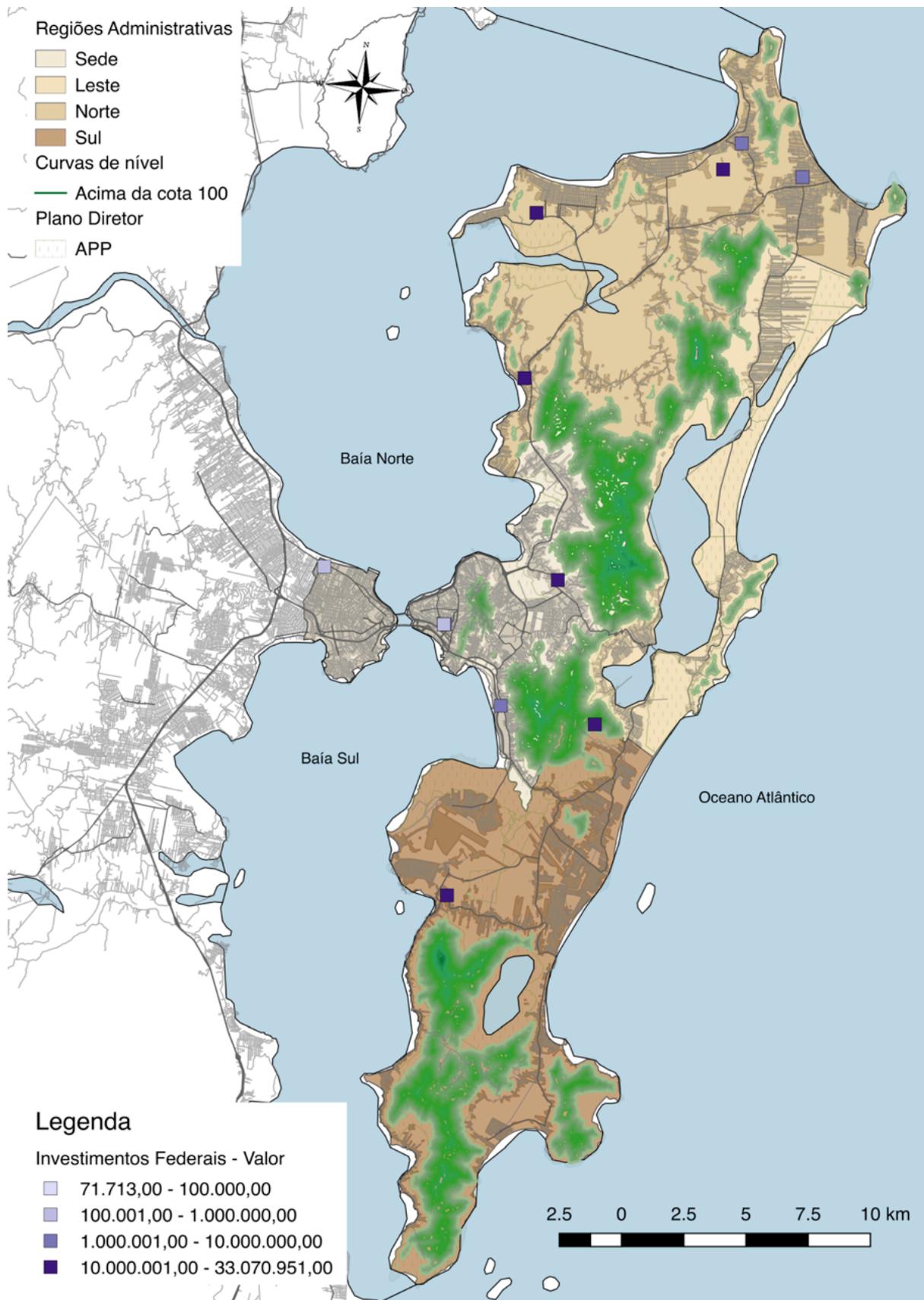
Fonte: Elaboração própria.

Mapa 3. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por ano – 2007-2016.



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 4. Investimentos Federais em Florianópolis – dados por valor – 2007-2016.



Fonte: Elaboração própria.

#### 4.2.2 A Atuação do Estado em nível Estadual

Das obras do Governo Estadual, houve uma significativa incidência de investimentos tanto no Estado de Santa Catarina quanto na Capital, Florianópolis. No mapa da transparência do Poder Executivo, estão disponíveis para consulta um total de 3.600 obras Estaduais distribuídas da seguinte forma (Tabela 4):

Tabela 4. Total das obras públicas no Estado de Santa Catarina – dados de 2008-2017.

3600 Obras Públicas				
Valor contratado: R 8.100.501.045,87				
79 Obras a iniciar	472 Obras em andamento	2958 Obras concluídas	55 Obras paralisadas	36 Obras rescindidas
R 91.484.428,73	R 4.172.593.658,61	R 3.463.153.830,39	R 343.610.472,11	R 29.658.656,03

Fonte: SICOP/SC (2018).

Com base nas informações do site SICOP/SC (2017):

O Portal é atualizado diariamente com os dados do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), de onde são extraídas diretamente as informações da execução orçamentária. Outros sistemas completam a base de dados do portal: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH), Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP), Sistema de Gestão Patrimonial (SIGEP), entre outros.

Dessa forma, foram mapeados para o estudo 69 novos investimentos concluídos até 2018, pois, tal como descrito na metodologia, entende-se que são estas as obras que podem trazer respostas satisfatórias para a pesquisa, em função de já estarem implementadas (Mapa 5). As obras a iniciar são apenas 14: quatro obras de reformas nas Escolas de Educação Básica (EEB), uma obra de sondagem e uma para elaboração de um projeto de melhorias nas Escolas, cinco obras na área da Saúde (reformas no Hospital Governador Celso Ramos e no Ed. Halley para implantação do CONECTA SUS, e elaboração de projetos para o Hospital Infantil Joana de Gusmão), uma obra de Reforma do Prédio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, e uma obra rodoviária no Continente. No norte da Ilha, ainda estava previsto o início da execução dos serviços de batimetria com levantamentos hidrográficos monofeixes nas áreas para fundeio de navios de cruzeiro, como incentivo ao Turismo. Conforme as informações do DC – Diário Catarinense (2017b), a Secretaria de Infraestrutura concluiu os estudos ainda em 2017: “o estudo durou cerca de quatro meses e confirmou que os pontos podem receber transatlânticos”. Entretanto, como a pesquisa considera as informações descritas no site do Portal da Transparência, e lá as informações ainda constam como “a iniciar” (grifo nosso), esses dados não foram ponderados.

Das 69 novas obras concluídas, os investimentos em Transporte Rodoviário atingiram quase 50 de todo o valor investido no município no período examinado (46) por meio da implantação de 11 novas obras voltadas a revitalização de trechos da SC-406 (ligações para o Leste e Sul da Ilha), aumento da capacidade de vias, implantação de passarelas, ciclovias e calçadas. Mas foi com as obras de duplicação das SC-401 e 403 e execução do elevador de Canasvieiras e do acesso ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira que a Secretaria investiu no Norte da Ilha 90 dos seus recursos.

Todas essas obras viárias concentradas na região Norte da Ilha fazem parte de um conjunto maior de investimentos, que promoveram a abertura de frente de capital a partir da decisão de implantação do Projeto Sapiens Parque em um terreno localizado no Balneário de Canasvieiras pertencente “originalmente à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e ao Governo do Estado de Santa Catarina” (SILVA, 2011, p. 168). Silva (2011, p. 168) descreve que:

A opção pela implantação do empreendimento nessa zona da cidade é atribuída principalmente aos índices de crescimento imobiliário que tem apresentado a região, à infraestrutura urbana existente e à diversidade ambiental que favorece as atividades de lazer. Os idealizadores do projeto alegam que foram estudadas outras possibilidades de localização para a implantação do empreendimento, descartadas devido a justificativas diversas.

Somente com a construção do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, também em Canasvieiras, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte investiu 33 de todos os recursos disponibilizados pelo Estado no município (Mapa 5 e Tabela 5).

Tabela 5. Total dos novos investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por Secretaria.

Órgão	Quantidade	Valor	
Agricultura	2 investimentos	R 79.863,00	0
Assistência Social	4 investimentos	R254.578,00	0
Educação	13 investimentos	R 15.542.133,00	7
Infraestrutura Administrativa	15 investimentos	R 20.467.878,00	10
Justiça e Cidadania	5 investimentos	R 1.753.807,00	1
Saúde	4 investimentos	R 1.450.602,00	1
Segurança Pública	14 investimentos	R 4.976.561,00	2
Transporte Rodoviário	11 investimentos	R 95.624.644,00	46
Turismo, Cultura e Esporte	1 investimento	R 69.205.978,00	33
<b>TOTAL</b>	<b>69 investimentos</b>	<b>R\$ 209.356.044,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

A construção do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em Canasvieiras, avaliada em R 69.205.978,00 com os investimentos relativos à instalação do Centro Administrativo do Estado, representa duas grandiosas obras financiadas pelo Governo Estadual implantadas na SC-401, importante eixo de ligação para o Norte da Ilha. Sugai (2015, p. 197) corrobora com as informações levantadas e complementa que, beneficiando as camadas de mais alta renda, todas essas obras localizadas no Norte da Ilha, “abriram novas frentes para o capital imobiliário” promovendo “alterações na legislação urbana, entre outras ações”.

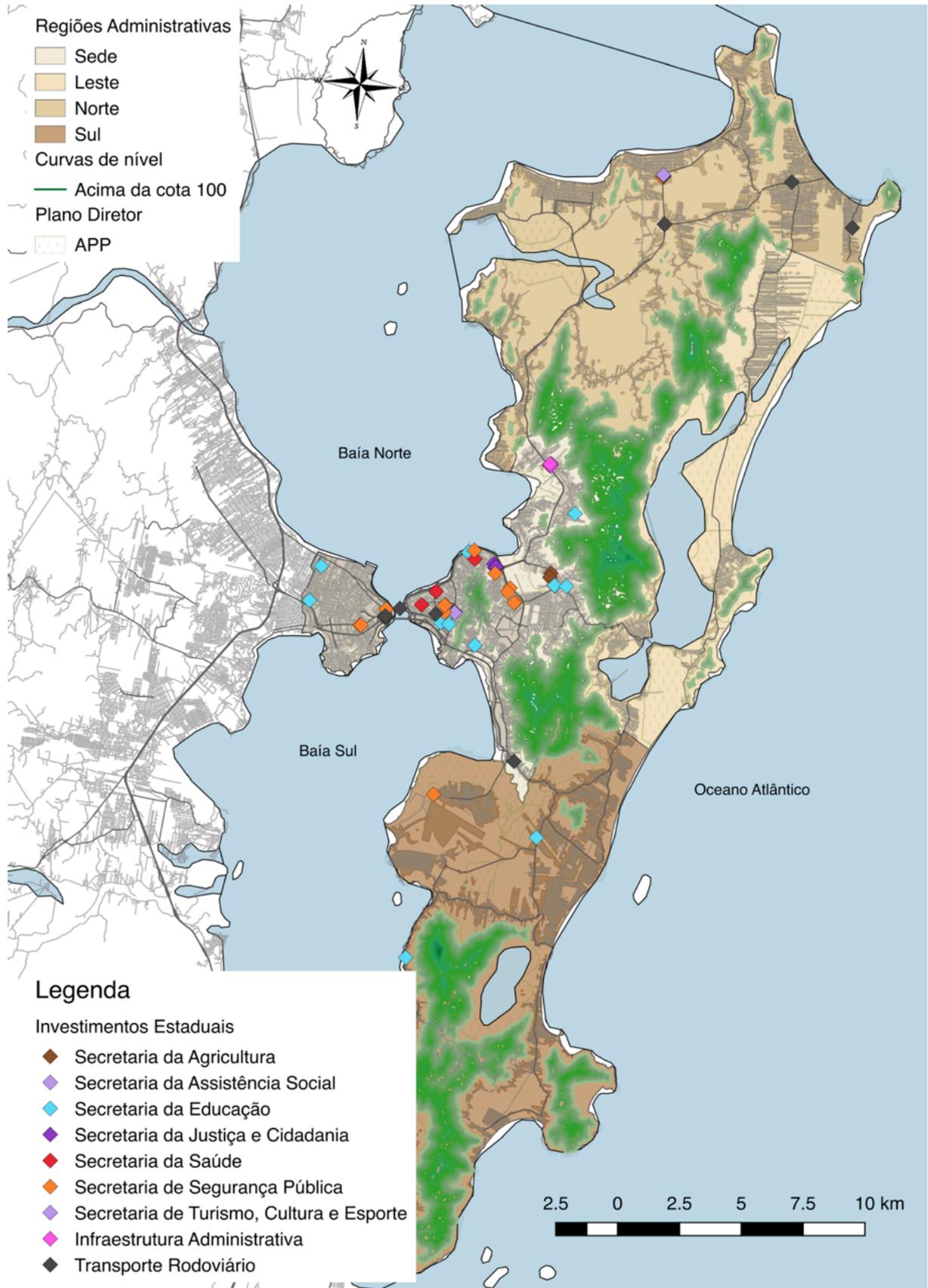
As 15 obras de reforma e manutenção do Centro Administrativo foram todas consideradas no estudo em função do valor investido e da sua importância, enquanto bem público. Com a elaboração dos projetos, às obras de reforma, manutenções e revitalizações do antigo complexo onde estava instalada a Sede do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) foram investidos mais de R 20 milhões na atual Sede do Governo do Estado (Tabela 6). Esses investimentos fizeram com que a Secretaria da Infraestrutura Administrativa, com 10 do total dos recursos disponibilizados pelo Estado, representasse o terceiro lugar no ranking Estadual de investimentos (Mapa 6).

Tabela 6. Investimentos Estaduais realizados para a implantação do Centro Administrativo.

ID	Obra	Valor	Ano
4	Elaboração de projetos para Construção e reforma de prédios públicos	R 14.474.910,00	2008
322	Reforma do Centro Administrativo do Governo	R 224.913,00	2011
355	Reforma da Secretaria de Estado da Fazenda - Centro Administrativo	R 107.703,00	2012
369	Reforma do Centro Administrativo do Governo	R 79.075,00	2012
155	Manutenção do Centro Administrativo do Governo	R 76.864,00	2013
313	Reforma do Centro Administrativo - bloco III	R 21.895,00	2013
314	Reforma do Centro Administrativo do Governo do Estado de SC	R 421.025,00	2013
1212	Manutenção do Centro Administrativo do Estado	R14.819,00	2014
1464	Reforma da Secretaria de Estado da Fazenda - Centro Administrativo	R 462.871,00	2014
196	Manutenção do Centro Administrativo do Estado	R 252.657,00	2015
308	Reforma do Centro Administrativo do Estado	R 172.116,00	2015
145	Reforma da Secretaria de Estado da Fazenda - Centro Administrativo	R 3.918.726,00	2016
450	Reforma do Centro Administrativo	R 20.8769,00	2016
390	Projeto Preventivo - bloco V - Centro Administrativo	R 12.880,00	2017
319	Revitalização das fachadas e cobertura do Teatro Pedro Ivo Campos	R 18.655,00	2017
<b>Total</b>		<b>R\$ 20.467.878,00</b>	

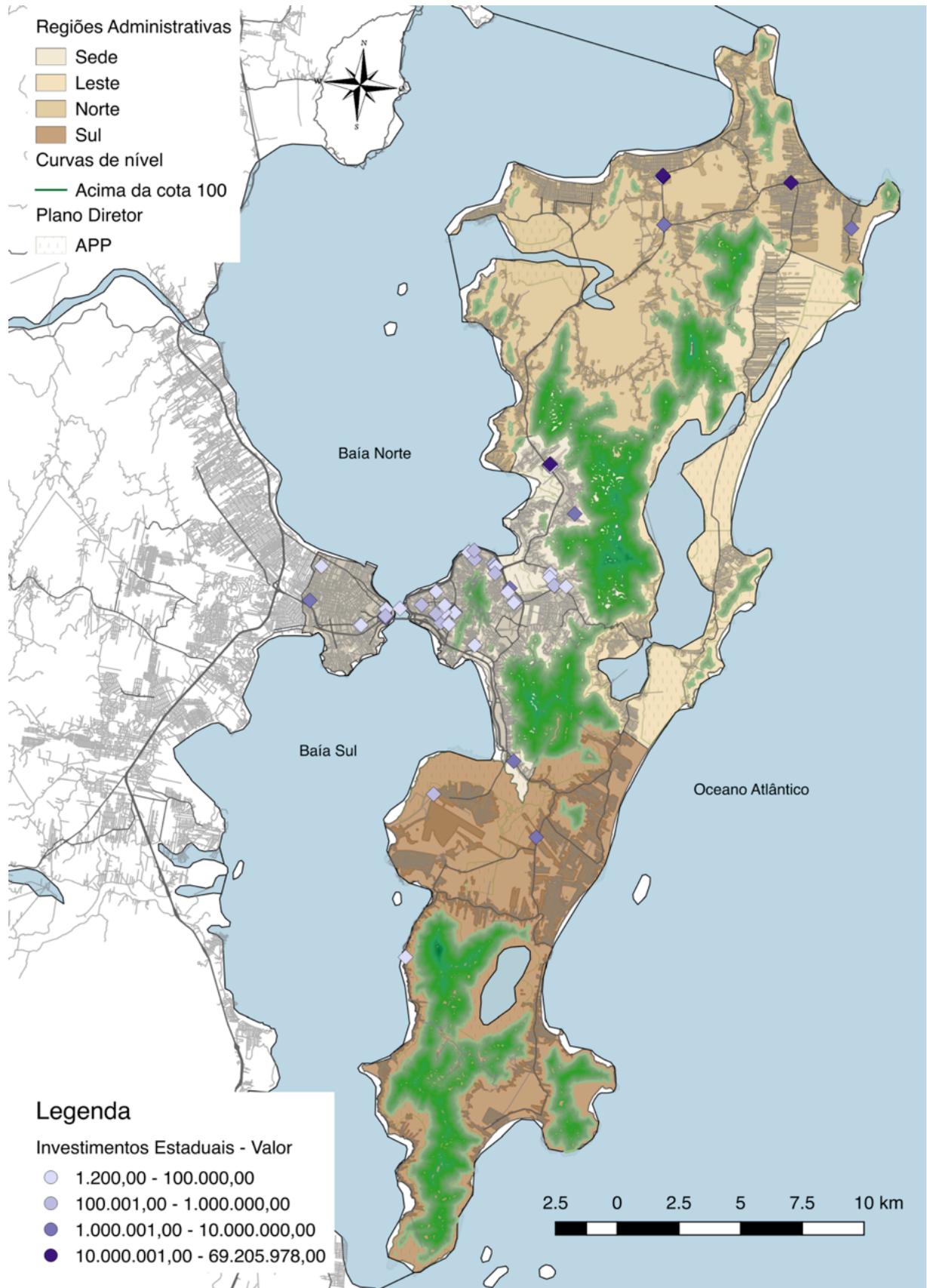
Fonte: Elaboração própria.

Mapa 5. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por Secretaria – 2008-2017.



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 6. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por valor – 2008-2017.

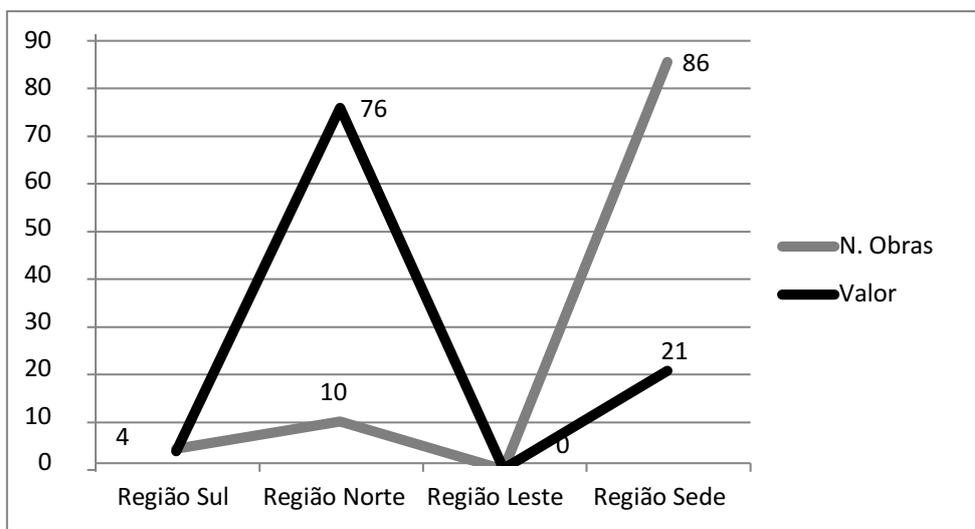


Fonte: Elaboração própria.

Com 9 dos recursos, encontram-se as obras da Secretaria da Educação, em 13 novas obras destinadas à ampliação do Campus I da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), construção de cinco novas escolas no município e ampliação de outras duas, bem como a implantação da identidade visual nas escolas Estaduais, restauração e ampliação do Museu de Comunicação e Casa do Jornalista. As Secretarias da Justiça e Cidadania promoveram basicamente obras de ampliação da Penitenciária da Grande Florianópolis, e a Secretaria da Saúde, obras de ampliação do Hospital Infantil Joana de Gusmão e construção da subestação e da nova UTI no Hospital Governador Celso Ramos, investimentos localizados todos na região administrativa Sede – Ilha.

Deste modo, com 59 novas obras, a região administrativa Sede foi a que teve o maior percentual realizado, mas em valor investido, a região administrativa Norte, com apenas sete obras, foi a que apresentou o percentual mais expressivo (76) dos investimentos do Governo Estadual. Nesta região, estão as obras de duplicação das SC-401 e 403, execução do elevador de Canasvieiras e do acesso, como também a construção do edifício do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, citado acima (Gráfico 3).

Gráfico 3. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por Região.



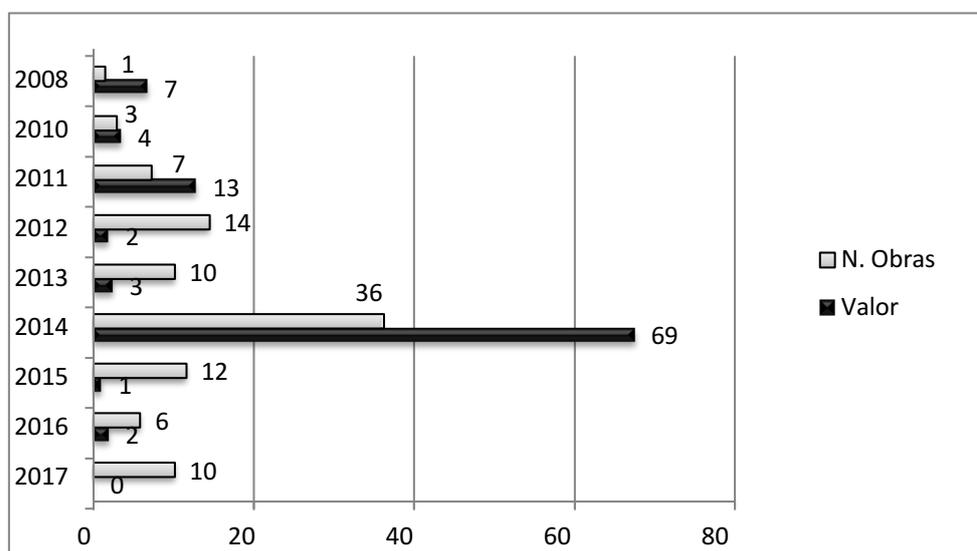
Fonte: Elaboração própria.

Ao fazer referência à região administrativa Sede, são considerados também os investimentos realizados na parte continental da cidade, mas essa é minimamente beneficiada. Das 59 obras disponibilizadas na região administrativa Sede, apenas 8 (14) com 15 do total dos recursos investidos estão localizadas na área Continental. Isso representa, com os dados apresentados para a região Leste, a pouca atuação do Estado nestes locais. Sugai (2015, p. 197) já declarava que, na região Continental: “essa ininterrupta concentração de investimentos públicos e privados, além de ampliar as desigualdades socioespaciais, também vem determinando a valorização excessiva do solo urbano da Ilha, impedindo cada vez mais a permanência dos pobres em Florianópolis”.

A região Sul apresentou índices muito baixos tanto em número de obras quanto em valor investido, com a implantação de uma Escola Estadual, a construção da Escola Jovem do Sul da Ilha e a ampliação Batalhão de Operações Aéreas de Florianópolis. A região administrativa Leste não foi beneficiada pelo Estado.

Identificando os investimentos por ano de implantação (Gráfico 4 e Mapa 7), o levantamento constatou que praticamente 70 deles foram instituídos em 2014. Somente neste ano foram desenvolvidas 25 obras distribuídas especialmente em duas grandes áreas: Transporte Rodoviário (47) e Turismo, Cultura e Esporte (48). Nestas estão novamente as obras destacadas acima, relativas ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, com a duplicação da SC-403 e revitalização da SC-406.

Gráfico 4. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por ano – 2008-2017.



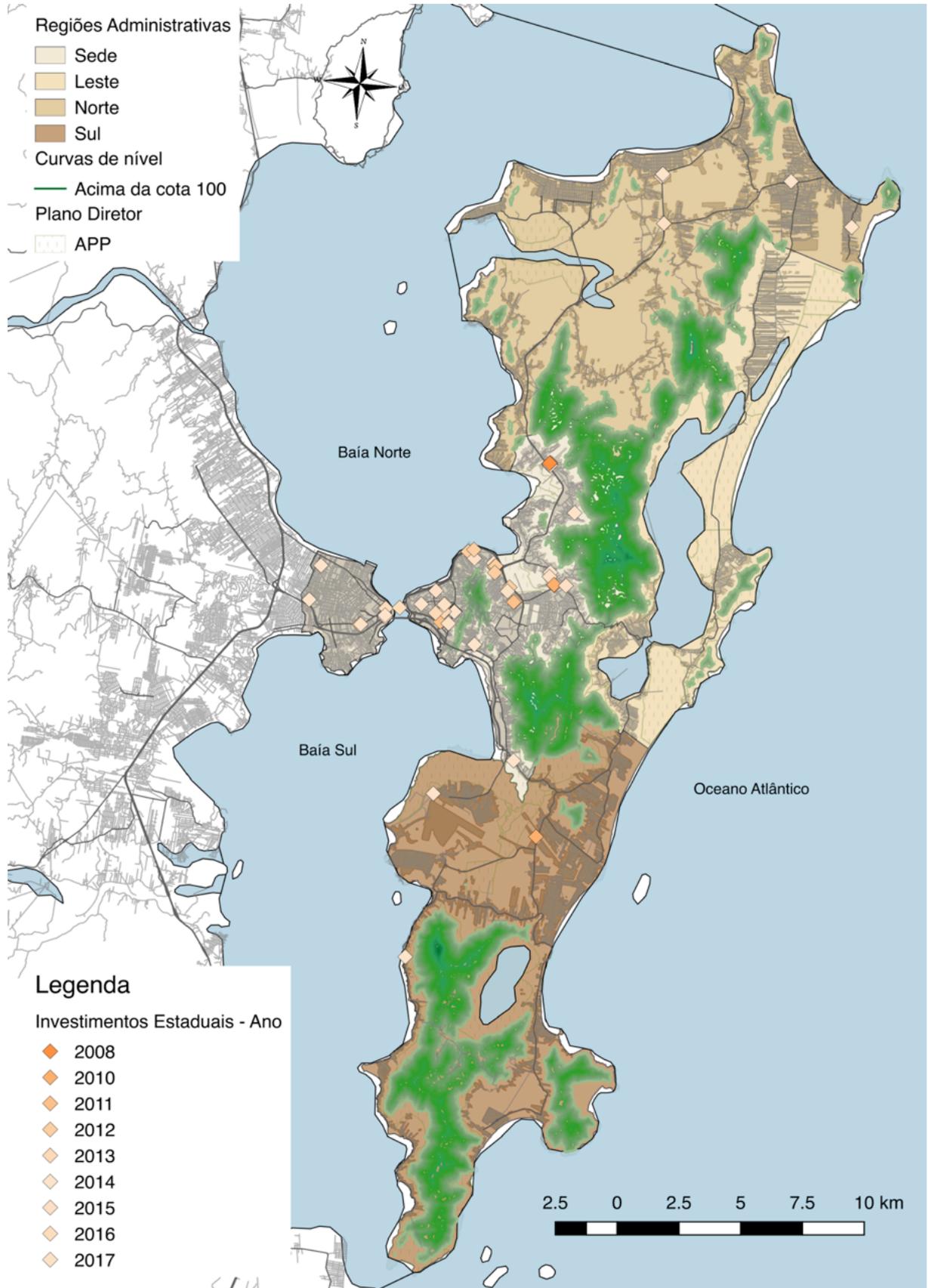
Fonte: Elaboração própria.

Em número de obras no ano de 2014 se destacam a Secretaria da Educação, com a implantação de quatro novas Escolas Estaduais e a ampliação de uma. Na Secretaria de Assistência Social, vale salientar que as quatro obras realizadas foram destinadas à implantação do Banco de Alimentos, das unidades de apoio e distribuição de alimentos, de três cozinhas comunitárias e do Restaurante Popular.

Em segundo lugar, com 13 em valor investido, estão os investimentos realizados em 2011, especialmente com a duplicação da SC-401. Em terceira posição, com 7 encontram -se as obras realizadas em 2008, essencialmente pela elaboração dos projetos para a construção e reforma dos prédios públicos do Centro Administrativo.

Considera-se, então, a Sede como a região administrava com o maior número de obras implantadas, ao passo que a Norte é tida como a região administrativa com o maior valor investido.

Mapa 7. Investimentos Estaduais em Florianópolis – dados por ano – 2008-2017.



Fonte: Elaboração própria.

### 4.2.3 A Atuação do Estado em nível Municipal

Por último, avaliando as obras do Governo Municipal, o estudo identificou o maior número de investimentos se comparado com as outras duas esferas (Estadual e Federal). No período estudado, foram levantados 2.522 investimentos no município. Como a pesquisa está trabalhando apenas com novos investimentos, foram identificadas para o mapeamento 300 novas obras concluídas até o período estudado, conforme Tabela 7 e Mapa 8.

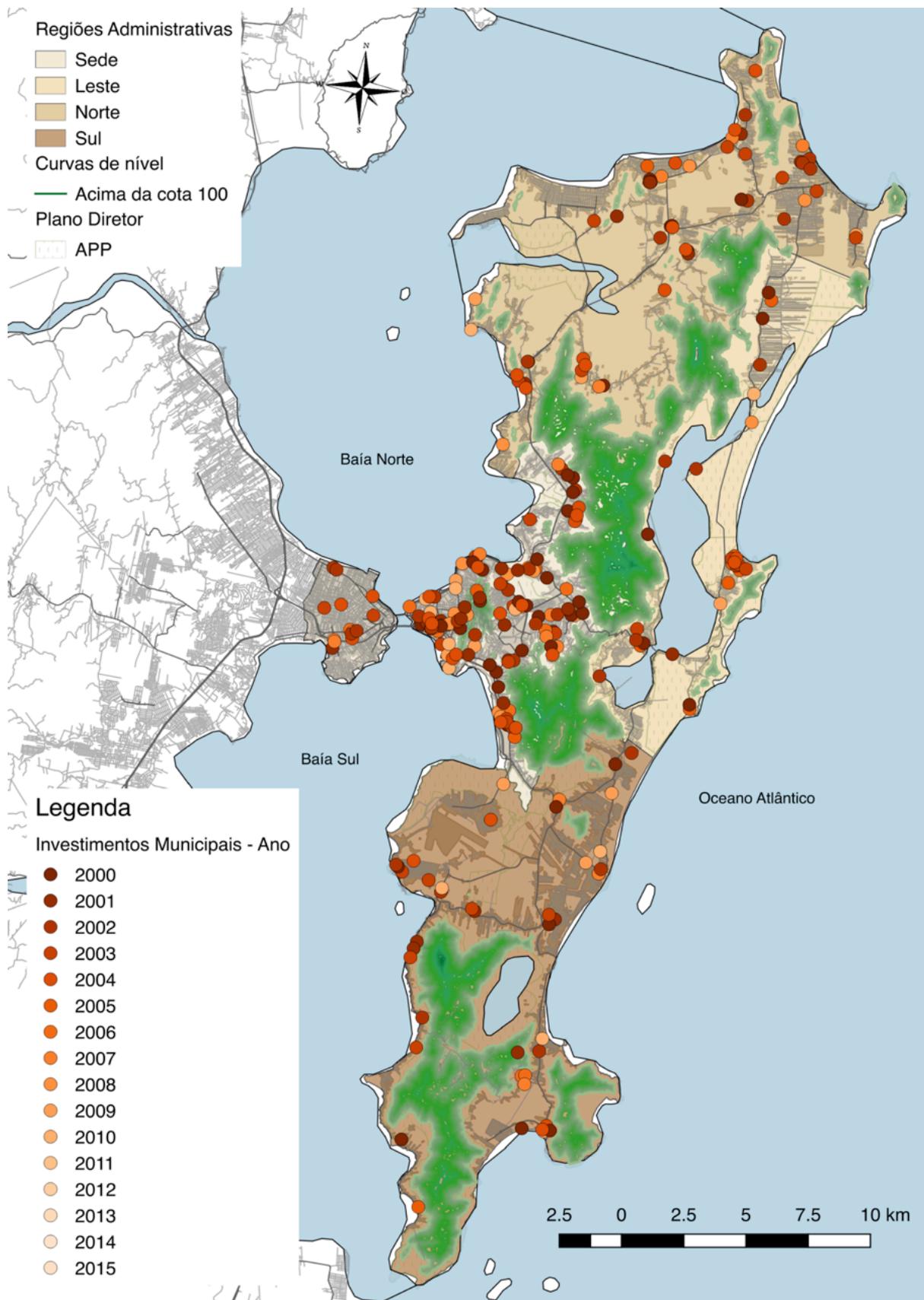
Tabela 7. Total dos Investimentos Municipais em Florianópolis.

Ano	Total de Investimentos		Novos Investimentos	
	Valor do Contrato	Quantidade	Valor do Contrato	Quantidade
2000	R 26.339.677,00	192	R 16.475.230,00	45
2001	R 23.370.395,00	162	R 13.461.996,00	31
2002	R 26.586.608,00	1398	R 17.722.097,00	35
2003	R 14.188.340,00	102	R 7.622.393,00	30
2004	R 84.680.786,00	138	R 64.907.823,00	31
2005	R 28.018.985,00	38	R 4.647.494,00	12
2006	R 18.914.081,00	29	R 16.181.397,00	14
2007	R 9.839.667,00	24	R 6.545.605,00	18
2008	R 19.051.496,00	78	R 4.846.006,00	13
2009	R 20.926.220,00	37	R 17.271.642,00	11
2010	R 49.974.007,00	108	R 34.209.190,00	13
2011	R 11.620.946,00	46	R 1.973.743,00	6
2012	R 54.522.099,00	82	R 15.981.210,00	17
2013	R 3.332.960,00	21	R 2.127.795,00	9
2014	R 47.176.389,00	30	R 18.335.915,00	9
2015	R 35.268.637,00	16	R 7.381.446,00	6
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 543.671.865,00</b>	<b>2522</b>	<b>R\$ 249.477.194,00</b>	<b>300</b>

Fonte: Elaboração própria.

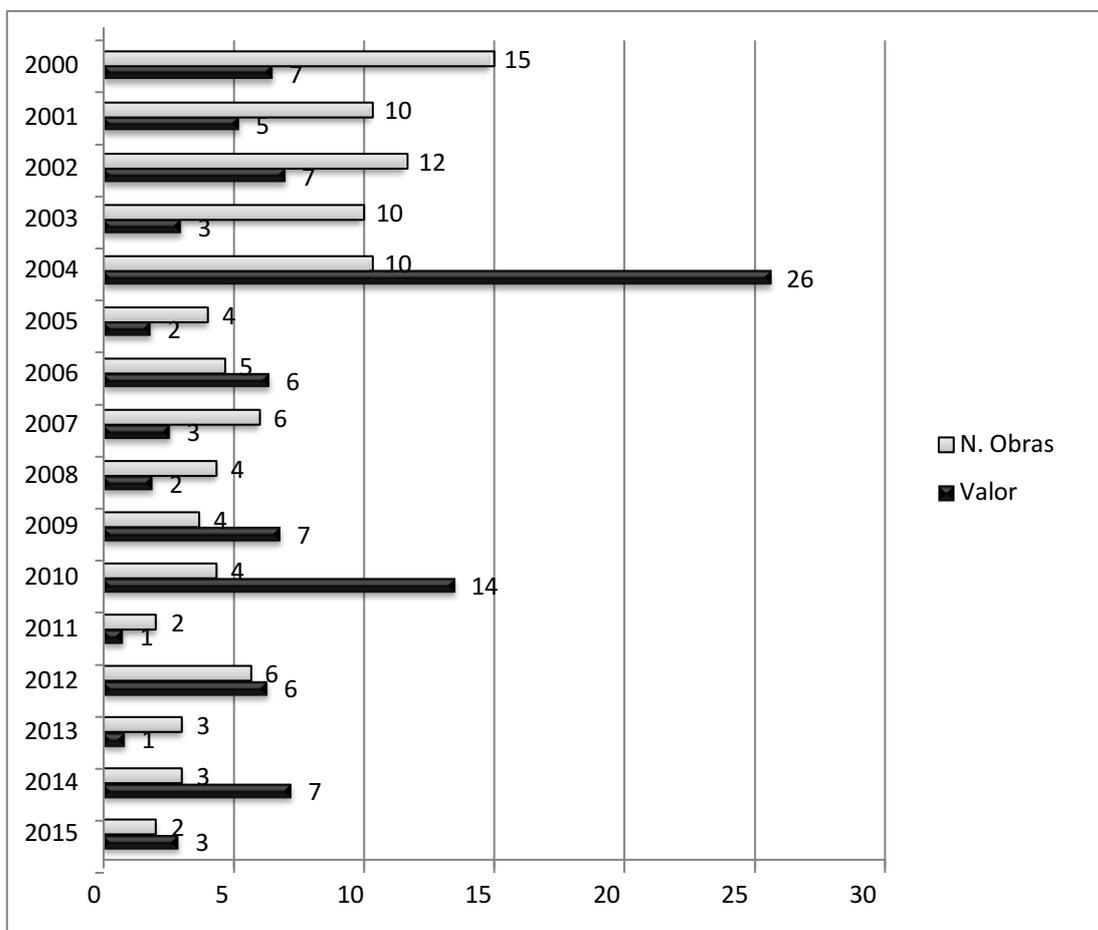
Analisando os investimentos Municipais por ano de implantação, de acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Infraestrutura (SMI) do município, identificou-se que, quanto ao recurso disponibilizado, 50 deste ocorreu nos cinco primeiros anos da análise, entre 2000 e 2005, e que somente o ano de 2004 recebeu o maior percentual do estudo, 26, com a implantação de 31 obras (Gráfico 5). O período de 2000 a 2004 concentra também o maior número em recurso realizado (174). De 2005 a 2015, apresenta-se um momento com um índice mais baixo, porém significativo, com uma média de 12 obras por ano (uma por mês).

Mapa 8. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por ano – 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 5. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por ano – 2000-2017.



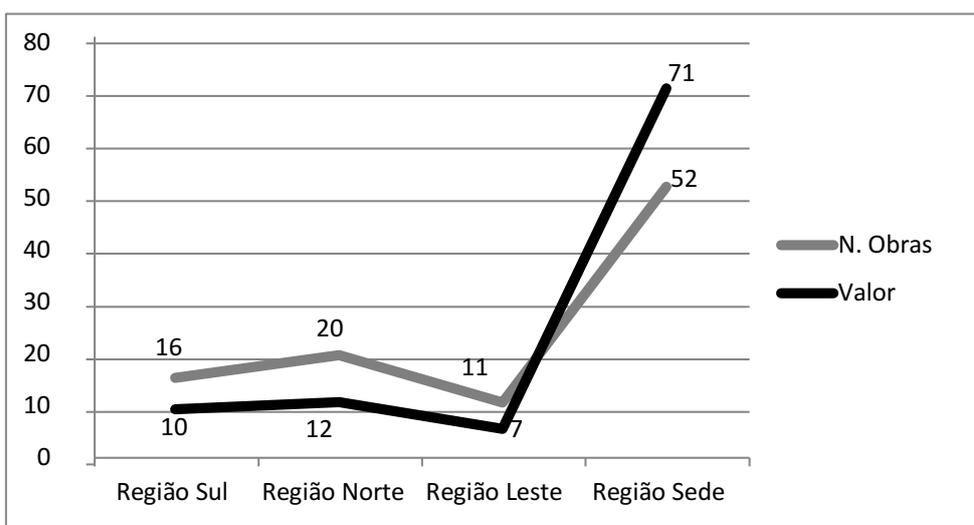
Fonte: Elaboração própria.

Avaliando a localização destes novos investimentos por região administrativa (Mapa 9 e Gráfico 6), verificou-se que a região Sede foi a mais beneficiada com a implantação dos novos investimentos municipais, tanto em número de obras, pois foram 157 novos recursos disponibilizados (52) para a região, quanto em valor investido (71). Aqui, a região administrativa Continental teve apenas 24 obras implantadas, mas com quase 50 do valor investido, chegando a um índice de 47 do valor total.

O principal investimento da região Sede - Insular foi a obra de construção do elevador na interseção da Avenida Paulo Fontes com a Rua Antônio Pereira Oliveira Neto, incluindo melhorias viárias no Centro (Elevado Rita Maria), em 2010, avaliada em R 10 milhões de reais. Em 2010, foram disponibilizados também recursos de quase R 20 milhões de reais para duas obras na Avenida Beira-Mar Norte. Em janeiro, foram elaborados os projetos executivos e a execução da obra de urbanização, revitalização da avenida. Em outubro, foi prevista a restauração do pavimento da via.

Outros importantes investimentos disponibilizados na região administrativa Sede – Insular e desenvolvidos pelas Secretarias de Obras (SMO) e de Transportes (SMTO) foram as obras de Revitalização das vias do centro Norte (R 8 milhões de reais), bem como as obras dos sistemas de acesso integrantes do chamado Complexo Viário “Rita Maria”, em 2000. Em 2006, há ainda a construção do elevador sobre a SC-401, no cemitério do Itacorubi, trecho que compreende a Rodovia Ademar Gonzaga até a Avenida da Saudade, ambas avaliadas em mais de R 7 milhões de reais cada uma.

Gráfico 6. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por região – 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria.

Na região administrativa Sede – Continental, o principal investimento realizado foi a implantação da via Marginal (da principal coletora) na Beira Mar Continental, em 2004, compreendendo os serviços preliminares, terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de artes correntes, obras complementares e de iluminação, executada pelo valor de aproximadamente R 42 milhões de reais com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF e do contrato de financiamento com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, já concluída. Somente nesta obra, foram disponibilizados mais de 50 dos recursos para a região.

As Secretarias de Obras e de Transportes também disponibilizaram recursos, em 2002, na porção continental para a construção dos Terminais de Integração de Capoeiras e Jardim Atlântico, com a execução da infraestrutura viária e projeto executivo. Em 2015, para a implementação da obra de restauração e adequação da geometria da Avenida Ivo Silveira, avaliadas em conjunto em mais de R 13 milhões de reais. Ademais, com a construção dos Terminais de Integração de Capoeiras e Jardim Atlântico foram implementados mais de R 5 milhões de reais na porção Continental, assim como a revitalização de inúmeras Ruas e Avenidas, especialmente nos Bairros Estreito, Capoeiras, Canto, Coqueiros e Itaguaçu, foram investidos outros R 5 milhões de reais. Além das obras rodoviárias, o Programa Habitar Brasil

(BID)<sup>58</sup> disponibilizou na região Continental um importante recurso para a Secretaria de Habitação objetivando o remanejamento, construção de habitação, equipamentos e infraestrutura nas Comunidades de Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, denominado Projeto Região Amostra.

Com 61 novos investimentos, a região administrativa Norte foi a segunda região mais bem atendida pelo município, com 20 no número de obras e 12 se considerado o valor disponibilizado. Destas, as principais obras desenvolvidas na região foram os investimentos na implantação e ampliação da infraestrutura complementar das praças de integração dos terminais de ônibus avaliadas em mais de R 8 milhões de reais, obras de revitalização em Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui, nas Rodovias Gilson da Costa avier e Rafael da Rocha Pires, e nas Ruas V de Novembro e Osni Barbato, orçadas em 2009 em quase R 4 milhões de reais, com a construção de uma Escola na localidade do Santinho – Ingleses, em 2003, avaliada em quase R 2 milhões de r eais.

A região administrativa Sul foi beneficiada com 48 novos investimentos, atingindo o indicador de 16 em número de obras e 10 em valor disponibilizado. A Secretaria Municipal de Obras foi responsável pela principal obra executada na região, em 2009, com a construção do elevador na interseção da Via Expressa Sul com a Rodovia SC-405 e Diomício Freitas, incluindo melhorias no bairro Costeira do Pirajubaé, avaliadas em mais de R 11 milhões de reais e, em 2002, houve na Armação Pântano do Sul, a construção da Escola Básica avaliada em quase R 2 milhões de reais (Mapa 10).

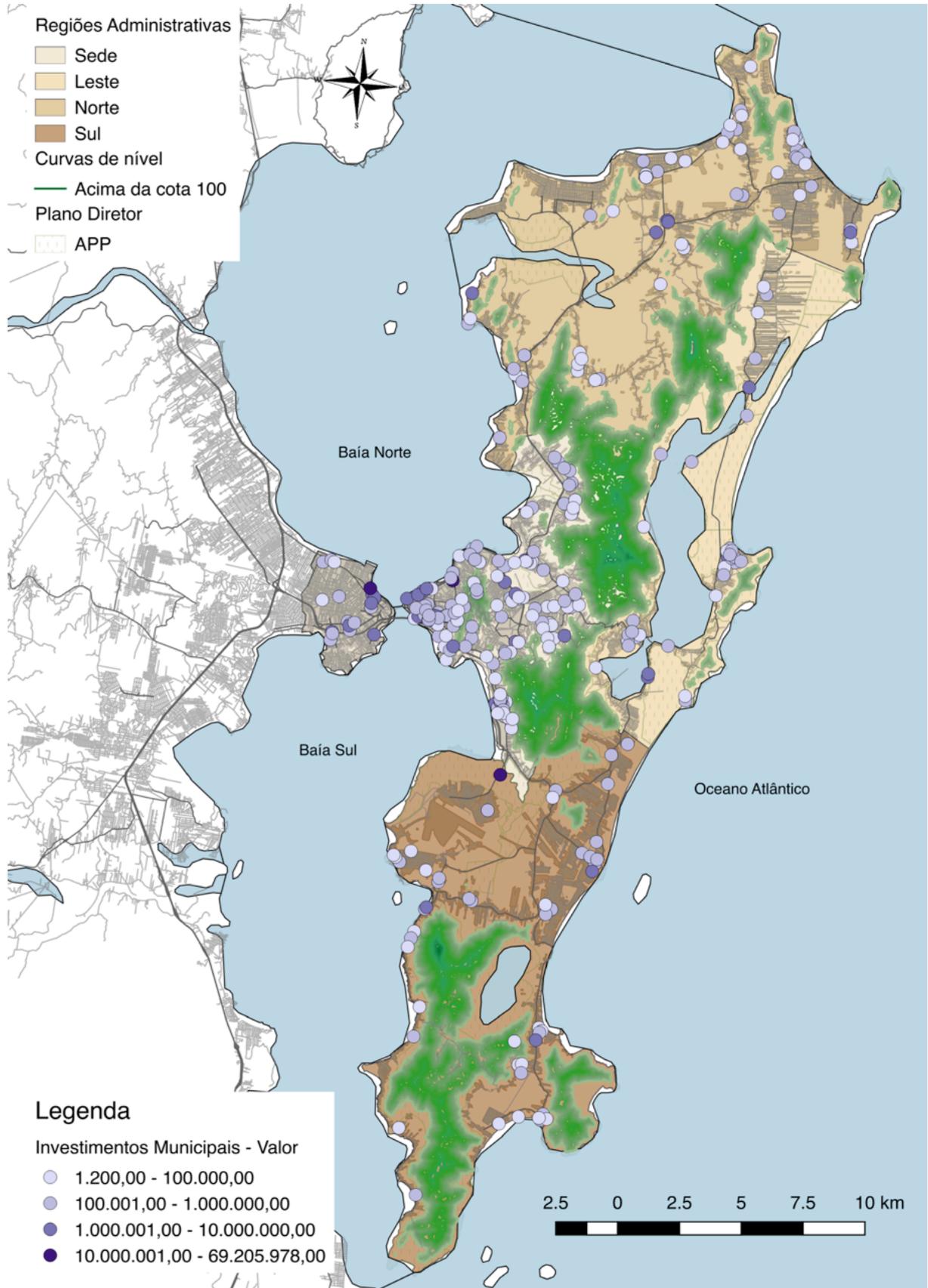
Já a região administrativa Leste, da mesma forma que identificado nas avaliações anteriores, foi a região menos beneficiada, mas diferentemente das demais foi atendida de alguma forma, com 11 em número de obras e 7 em valor investido. Foram 34 novos investimentos realizados, sendo a revitalização da Rua João Gualberto Soares – trecho Rodovia Intendente João Nunes Viera/Servidão Mercedes Maria Luiza – Rio Vermelho executada em 2010, por quase R 3 milhões de reais, com a obra de revitalização da Rua Osni na Ortiga Lagoa da Conceição que buscava incluir passeio e ciclovia na via, avaliada em 2014 em mais de R 3 milhões de reais, foram as principais obras desenvolvidas na região pela Secretaria de Obras do município.

A Secretaria Municipal de Obras (SMO) teve o maior valor investido em 131 obras e a Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana (SMTO) com um total de 133 obras foi a que promoveu o segundo maior investimento em Florianópolis. As duas secretarias investiram 92 do total dos recursos disponibilizados no município (Tabela 8).

---

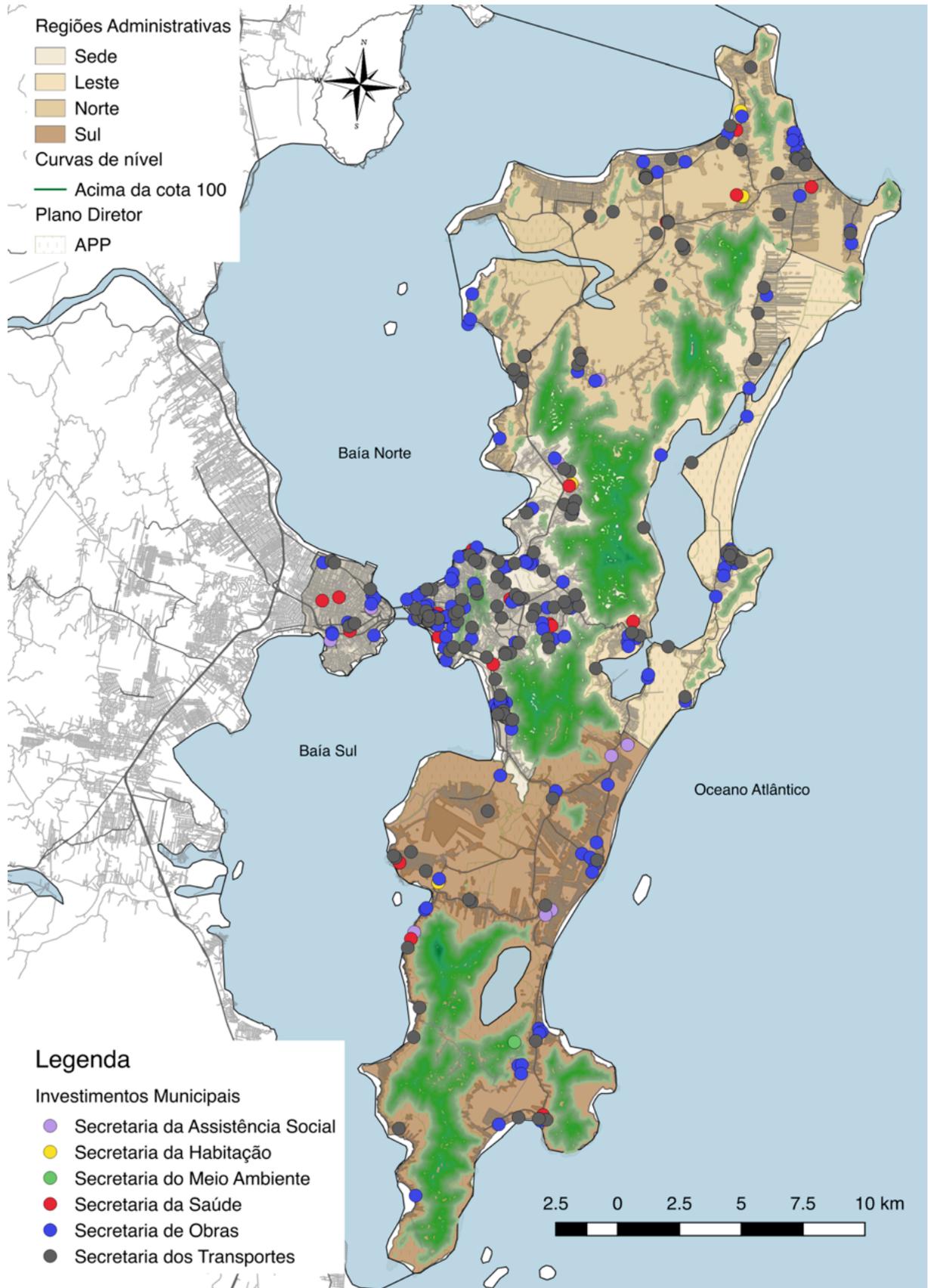
<sup>58</sup> O Programa Habitar Brasil (BID) incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas para melhorar as condições habitacionais. São promovidas, por exemplo, as seguintes ações: construção de novas moradias, implantação de infraestrutura urbana e saneamento básico, e recuperadas áreas ambientalmente degradadas (CAIA, 2018).

Mapa 9. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por valor – 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 10. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por Secretaria – 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8. Total dos novos Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por Secretaria.

Órgão	Quantidade	Valor	
Assistência Social	10 investimentos	R 1.748.676,00	1
Habitação	6 investimentos	R 9.711.546,00	4
Meio Ambiente	1 investimento	R 22.999,00	0
Saúde	19 investimentos	R 7.271.183,00	3
Obras	131 investimentos	R 130.017.641,00	52
Transportes	133 investimentos	R 100.705.149,00	40
<b>TOTAL</b>	<b>300 investimentos</b>	<b>R\$ 249.477.194,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

As obras relativas à Secretaria Municipal de Obras<sup>59</sup> (SMO) e a Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana (SMTU) se sobrepõem em alguns momentos, com diversos investimentos urbanos de construção, ampliação e revitalização de praças e equipamentos públicos, principalmente em Escolas e Creches), execução de passeios, decks, ciclovias, terminais rodoviários, urbanizações e revitalizações, bem como inúmeras obras relacionadas ao sistema viário, executados por ambas secretarias. Assim, pode-se concluir que estas são as principais promotoras da atuação do Estado no município, concentrando-se prioritariamente na Ilha de Santa Catarina, principalmente na região administrativa Sede. Esse dado corrobora em partes, com o que ocorreu no Século anterior, em que os investimentos viários e de infraestrutura urbana, predominavam na inversão de recursos públicos para melhorias urbanas.

Em contrapartida, as demais Secretarias Municipais da Assistência Social, Habitação, Meio Ambiente e da Saúde somam juntas a implantação de 36 obras, em um valor aplicado de apenas 8. A Secretaria Municipal de Habitação, com apenas seis obras, ficou com um baixo percentual em recurso disponibilizado também, não atingindo a casa dos 10 milhões, com 4. Habitar é uma importante função na organização do espaço urbano e deixá-la quase que exclusivamente por conta do mercado imobiliário gera desequilíbrios importantes na distribuição da população e influencia muito os processos de valorização fundiária, bem como avanços nas ocupações ilegais e de risco com a ampliação da vulnerabilidade socioespacial.

A Secretaria Municipal de Saúde apresentou um número um pouco maior de investimentos, 19 obras (6), mas também com um valor de recurso investido muito baixo, de apenas 3. A Secretaria da Assistência Social teve apenas 1 dos recursos investidos, enquanto a Secretaria do Meio Ambiente teve um único investimento com a construção de um mirante e abrigo no Parque Municipal da Lagoinha do Leste, Sul da Ilha.

<sup>59</sup> Atualmente a Secretaria de Obras integra a Secretaria de Infraestrutura do município.

### 4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

“A atividade pública é financiada com recursos públicos direcionados exclusivamente para a prestação de serviços públicos, visando à melhoria do bem-estar da sociedade” (PESSOA, 2016, p. 67). Tomando por base essa citação e, tendo como referência os procedimentos de pesquisa definidos no Capítulo III, buscou-se com este capítulo apresentar os resultados referentes ao atendimento do primeiro objetivo da pesquisa: a) Verificar como a localização dos recursos advindos do Estado em Florianópolis, no período de 2000 a 2017, interfere na lógica das movimentações demográficas e socioeconômicas da população e nos padrões socioespaciais em que a cidade vinha se transformando.

A investigação das desigualdades sociais da área conurbada de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu desenvolvida por Sugai (2015), observou a localização dos investimentos públicos (Hospitais públicos, Instituições Estatais, praças, parques urbanos, áreas arborizadas e jardins, além dos investimentos viários mais significativos e sua pavimentação) executados no período de 1970 a 2000, nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal) dos municípios. Sugai comprovou em sua Tese que ao executar “avenidas, rodovias, vias expressas, aterros, pontes, viadutos, hospitais, edifícios públicos, saneamento básico, redes de abastecimento de água e de energia elétrica, teatros, parques, praças, museus, bibliotecas, campi universitários” (SUGAI, 2015, p. 181), o Estado teve um papel fundamental no processo de produção do espaço urbano até o fim do Século passado, e que “a sua distribuição espacial não ocorreu de forma geograficamente equilibrada, uniforme, homogênea ou determinada pelas demandas [...] que a localização desses investimentos não ocorreu de forma aleatória e também não foi calcada apenas em decisões técnicas” (SUGAI, 2015, p. 181).

A autora ainda constatou que essa lógica “está vinculada à distribuição das classes sociais no espaço intraurbano” (SUGAI, 2015, p. 181), em que o “Estado, como ficou evidenciado, transferiu e aproximou as suas edificações na mesma direção do crescimento das áreas residenciais das camadas de alta renda” Sugai (2015, p. 185). Segundo ela, “as instituições públicas de caráter técnico-administrativas, de terceiro grau, as fundações, autarquias e empresas públicas, procuram também desenvolver os mesmos deslocamentos espaciais que os da classe dominante” (SUGAI, 2015, p. 185).

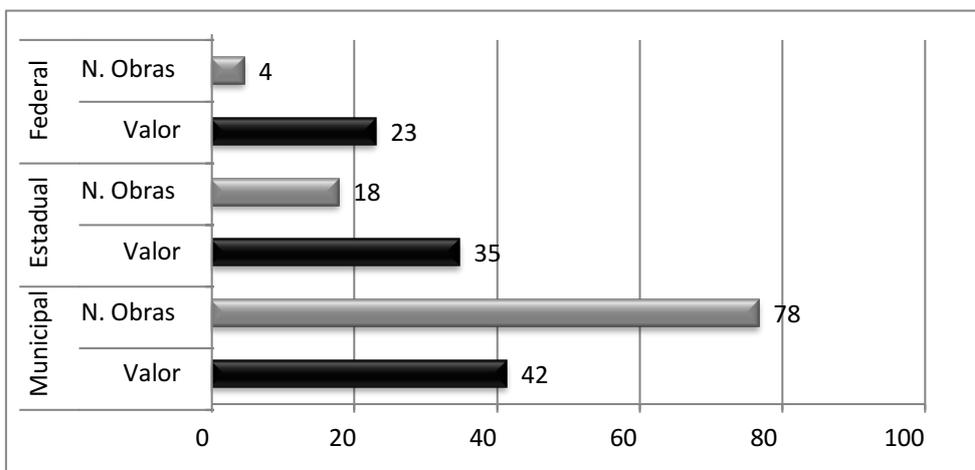
Com isso, houve a apropriação populacional das camadas de alta renda em áreas contíguas ao centro urbano e nos Balneários situados ao Norte da Ilha evidenciando que a distribuição espacial destes investimentos, por seguir os interesses da classe dominante, “está vinculada à distribuição das classes sociais no espaço intraurbano” (SUGAI, 2015, p. 181).

A partir do Século I, com o mapeamento das obras Federais, Estaduais e Municipais em todo o município foi possível identificar a atuação do Estado em Florianópolis por meio da espacialização da localização dos novos investimentos públicos realizados e concluídos com o

seu ano de implantação, valor praticado e órgão ou Secretaria responsável por sua execução. O estudo identificou que, no período compreendido entre 2000 e 2017, foram investidos no município, um total de R 597.038.573,00 em 386 novas obras.

O Governo Municipal foi a esfera pública que disponibilizou o maior valor em recurso para o município, totalizando R 294.477.194,00, como também implantou o maior número de novas obras, 300 concluídas, que estão distribuídas em praticamente todo o território de Florianópolis (Gráfico 7), abrangendo por completo o município.

Gráfico 7. Investimentos em Florianópolis – dados por esfera atuante – 2000-2017.



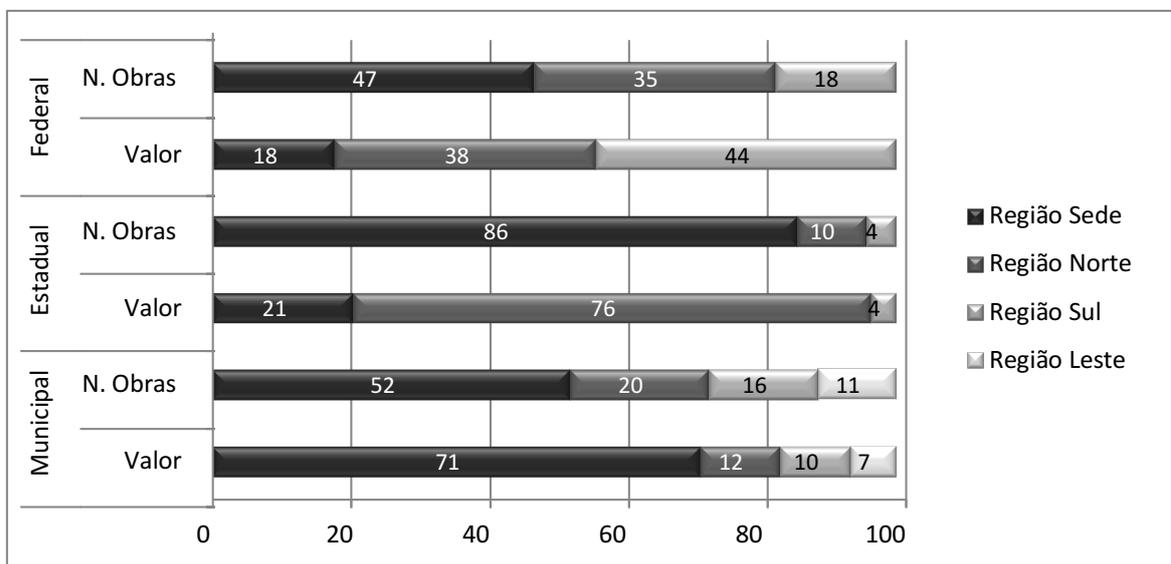
Fonte: Elaboração própria.

Avaliando a sua localização por região administrativa, verificou-se que em número de obras a região Sede foi a que teve o maior percentual de investimentos nas três esferas públicas (221), bem como maior volume de recursos investidos considerando o somatório total destes. Este maior volume foi definido pelo aporte de recursos feito pelo Governo Municipal, em um percentual de 71 somente na região Administrativa Sede. Já se estratificarmos a análise, veremos que tanto o Governo Federal quanto o Estadual, destinaram os seus maiores valores para outras regiões. O Governo Federal aplicou 44 de seus investimentos na região Sul e 38 na região Norte, enquanto o Governo Estadual aportou 76 do total dos recursos na região Norte (Gráfico 8 e Mapa 11).

Com o somatório dos investimentos realizados pelas três esferas governamentais, a região Sede se destaca tanto em número de obras quanto em valor disponibilizado (Gráfico 9). Entretanto, ao analisar separadamente as regiões administrativas Sede Continental e Insular, os dados confirmam o já apresentado no fim do Século passado. Das 386 obras implantadas no município, apenas 32, ou 8, localizam-se no Continente. E, ao avaliar os valores investidos nas três esferas, constata-se que apenas 15 de todo o recurso disponibilizado para o município foi implantado na região Continental. Esse dado corrobora com os índices

apresentados no Século anterior, que já indicavam a falta de recursos para a região Continental de Florianópolis, e a sua conseqüente segregação perante a Ilha.

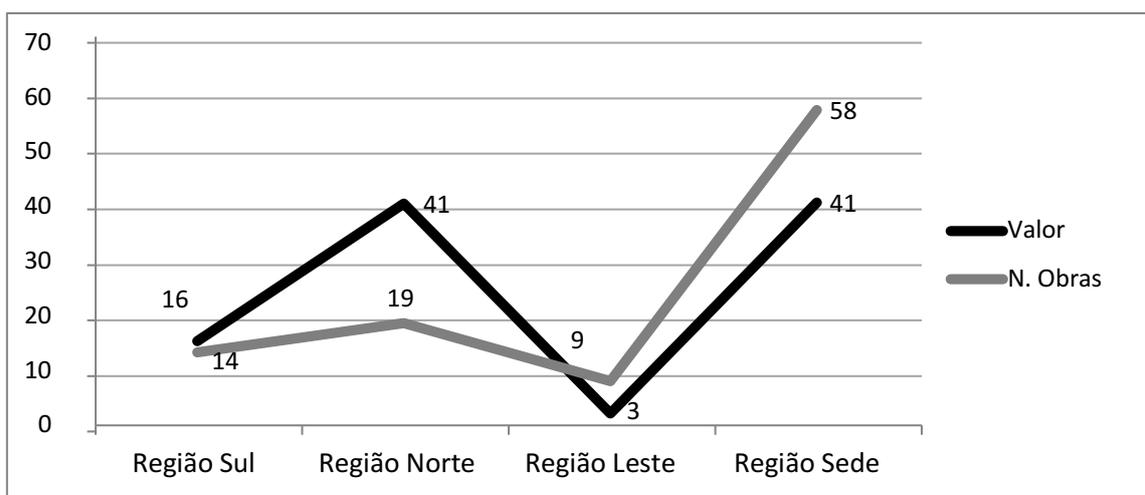
Gráfico 8. Investimentos Municipais em Florianópolis – dados por região – 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria.

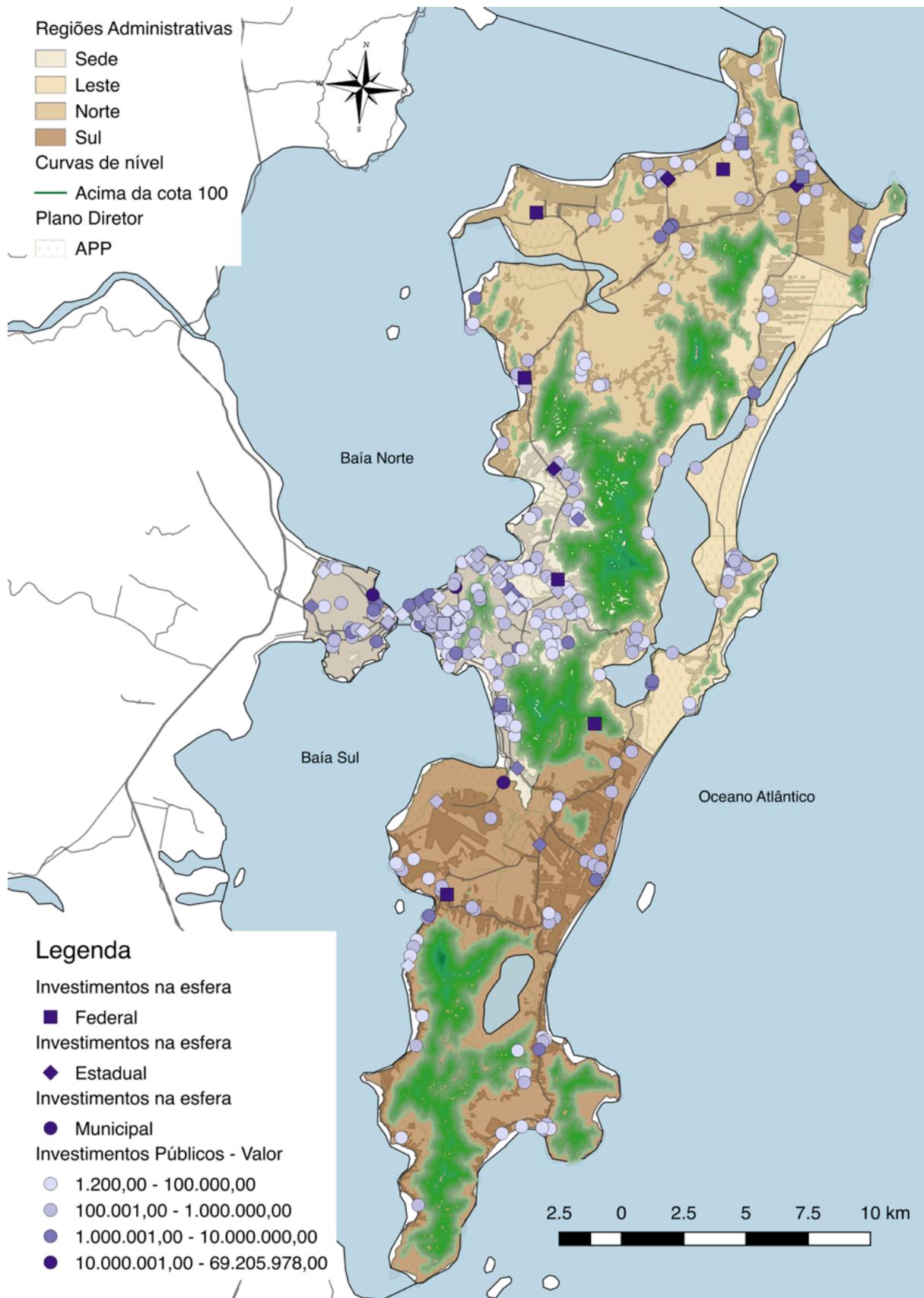
A região administrativa Norte apresenta o segundo maior percentual em número de obras (74), e aparece equiparada com a região administrativa Sede quanto ao valor investido. Ambas tiveram em suas áreas de abrangência, um valor aproximado de R 240 milhões de reais dos recursos implementados no período, financiadas, na região Norte, principalmente pelo Governo Estadual (Gráfico 9).

Gráfico 9. Investimentos Municipais Totais em Florianópolis – dados por região – 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 11. Investimentos em Florianópolis – dados por região e valor – 2000-2017.

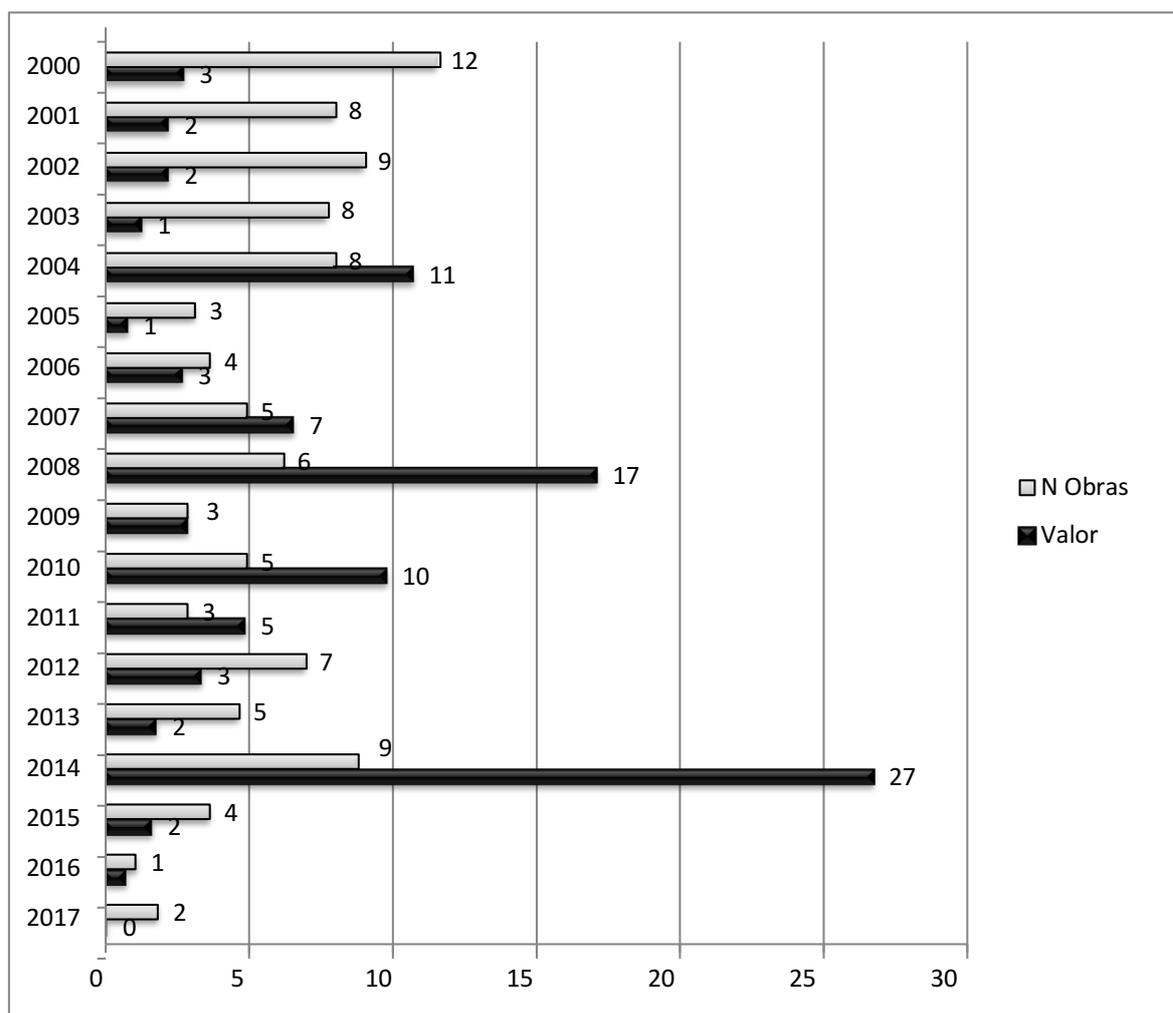


Fonte: Elaboração própria.

Posteriormente vem a região Sul, com um valor de recursos investido de R 93 milhões de reais, em 54 obras, executadas em sua maior parte (64), pelo Governo Federal. Em contraponto, está a Leste, como a região administrativa menos favorecida pelo Estado, em ambas análises, tanto em número de obras quanto em valor investido. Somente o governo Municipal atuou na região. Não houve a identificação da atuação nem do Governo Estadual, nem do Governo Federal na porção Leste, neste período. Para as comunidades locais da região Leste e Sede Continental do município, as restrições desses investimentos representam a pouca abrangência do Estado frente aos investimentos de qualquer natureza para a população.

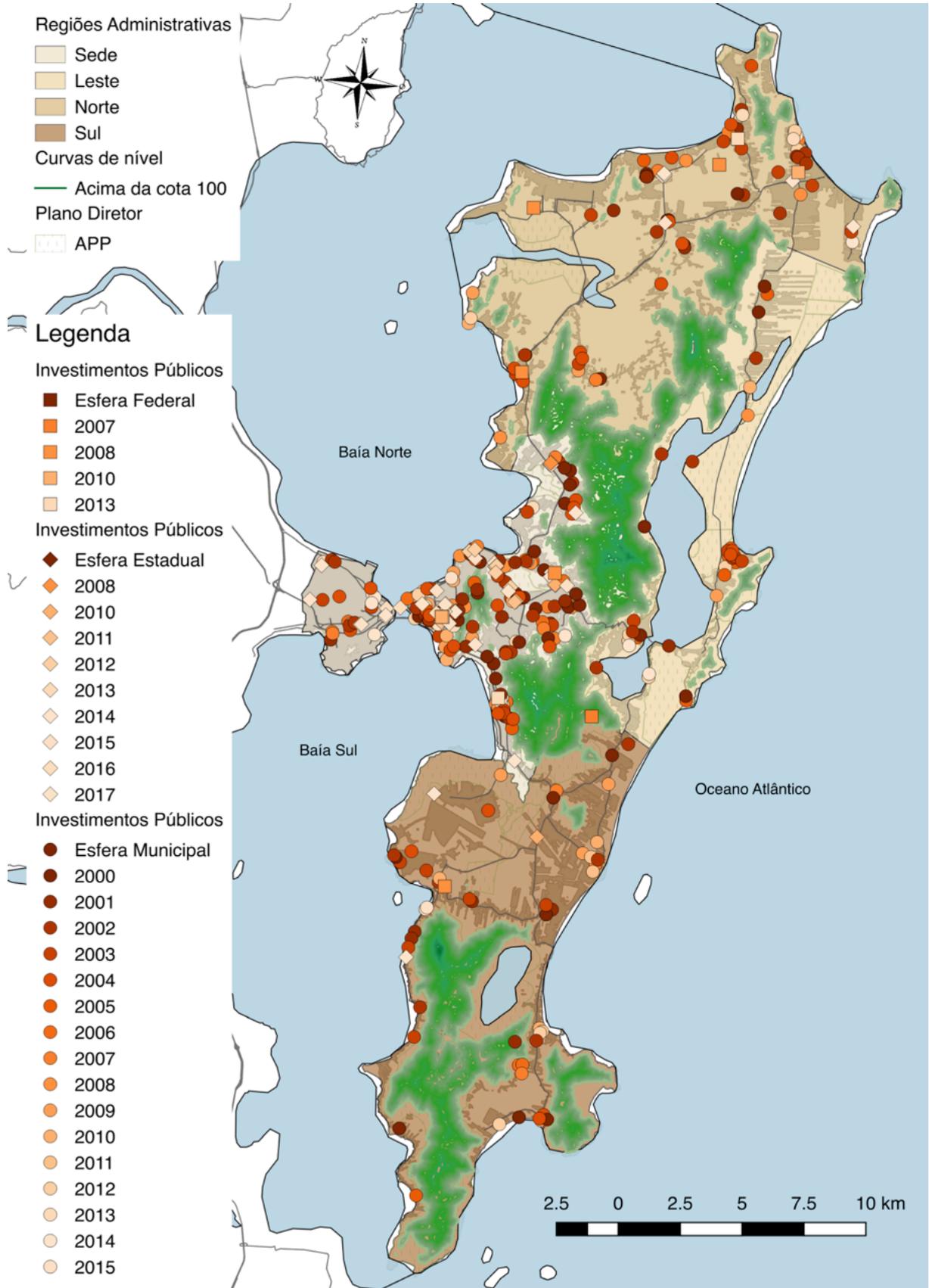
Em relação ao ano de implantação destes recursos (Mapa 12 e Gráfico 10), o maior percentual em valor investido (27) foi encontrado no ano de 2014. Foram mais de R 16 milhões de reais investidos basicamente pelo Governo Estadual (89) e o restante pelo Governo Municipal (11). Após, vem os anos de 2008 com 17 e 2004 com 11. Quanto ao número de obras, o maior percentual ocorreu em 2000 (12), 2002 e 2014 apresentaram um índice de 9, e com 8, estão os anos de 2001, 2003 e 2004.

Gráfico 10. Investimentos realizados em Florianópolis – dados por ano – 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria.

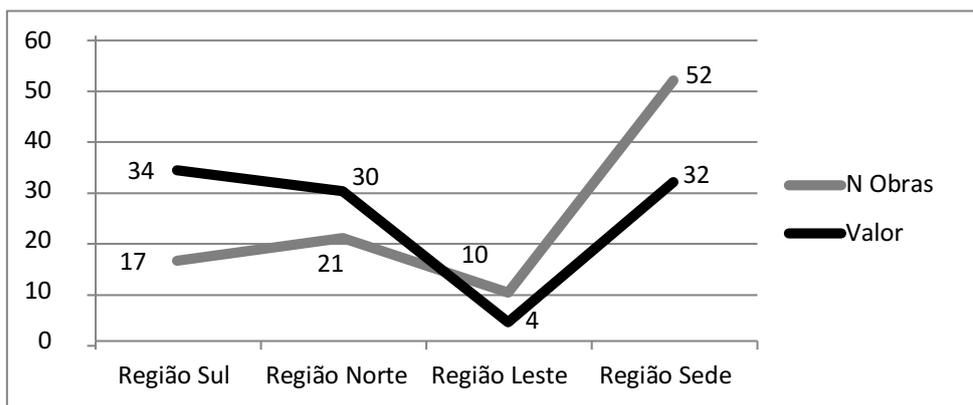
Mapa 12. Investimentos Públicos em Florianópolis – dados por ano – 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria.

Os dez primeiros anos da análise concentraram a implantação e conclusão de 271 obras executadas no município. Isso representa 71 dos investimentos realizados, com um valor total de aproximadamente R 260 milhões de reais, ou 44 do total dos recursos disponibilizados basicamente nas regiões administrativas Sede, Norte e Sul. A região administrativa Leste, como constatado em todo o período do estudo, foi a menos atendida, com somente 4 de todo o valor implementado (Gráfico 11).

Gráfico 11. Investimentos realizados em Florianópolis – dados por região – 2000-2010.



Fonte: Elaboração própria.

Ao avaliar a dinâmica populacional do município, identifica-se que a região Sede é que possui a maior população do município, são 249.477 habitantes de acordo com os dados do Censo de 2010. Ao relacionar esses dados aos investimentos públicos, verifica-se que, nesta mesma área, ocorre o maior número de novas obras do Estado, nas suas três esferas (Tabela 9).

Tabela 9. Crescimento demográfico e renda média x novos investimentos públicos – 2000-2010.

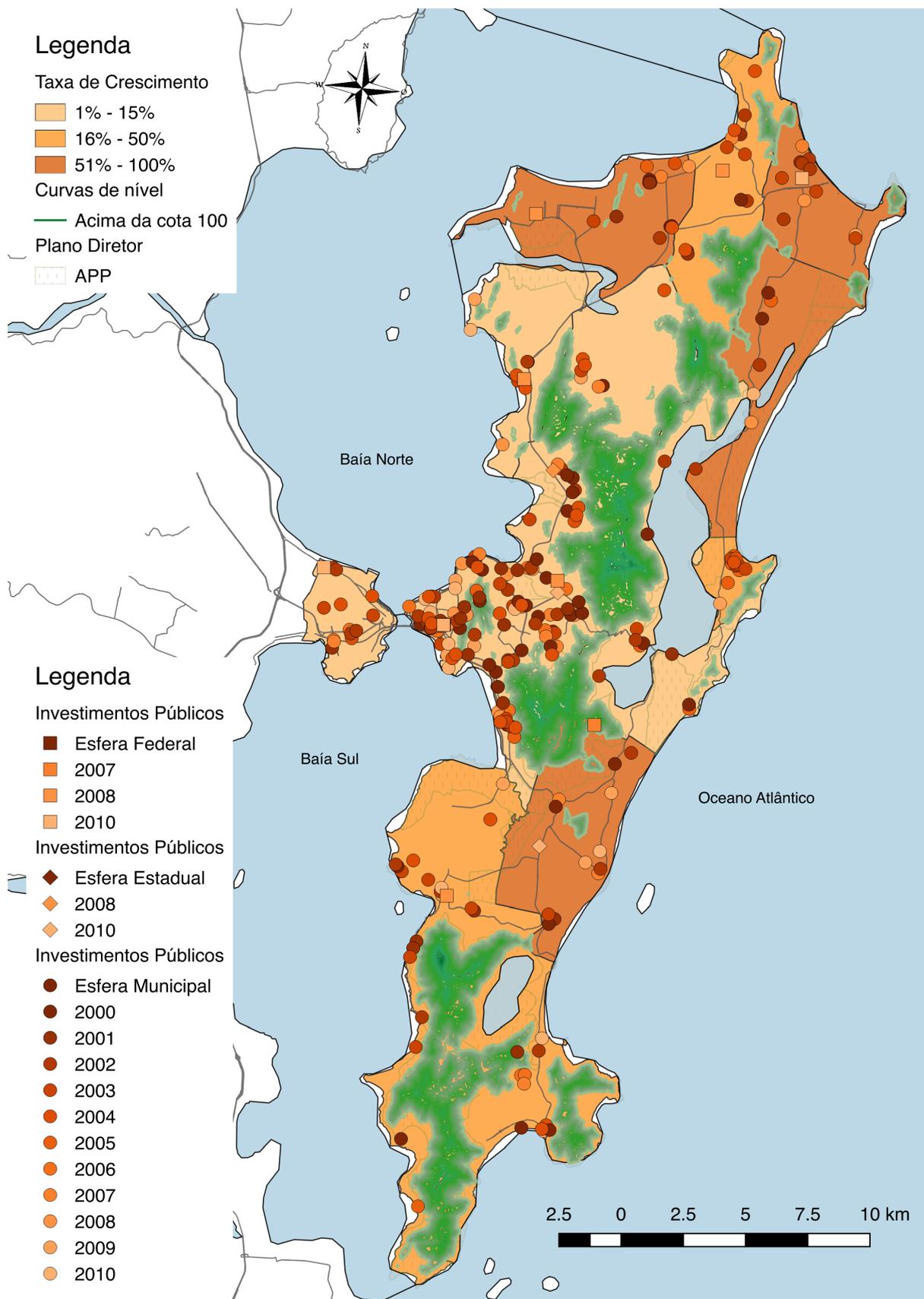
Região Administrativa	População		Taxa Crescimento	Renda Média	Investimento Público
	Censo 2000	Censo 2010			
Região Sede	228.869	249.477	9	1.901	32
Região Leste	18.434	25.882	40	1.339	4
Região Norte	42.353	67.795	60	1.469	30
Região Sul	42.529	61.650	45	1.287	34

Fonte dos dados: IBGE, Censo 2000 e 2010: População residente, por sexo e situação do domicílio (bairro).

Fonte: Elaboração própria.

Ao levar em conta a taxa de crescimento demográfico do município, entre 2000 e 2010, com os investimentos realizados no período (Mapa 13 e Tabela 9), é possível constatar 141 obras que foram implantadas na região administrativa Sede, correspondendo 32 do total dos recursos implantados no município até o ano de 2010. Esta região concentra a população com a maior renda média familiar mensal, mas possui uma baixa dinâmica populacional, com uma pequena taxa de crescimento no período, de apenas 9.

Mapa 13. Taxa de crescimento demográfico x novos investimentos públicos – 2000-2010.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: IBGE, Censos de 2000 e 2010.

Na região administrativa Norte, foram implantadas 57 novas obras, com 30 do investimento total no período. Mas aqui ocorre a maior taxa de crescimento populacional do município, atingindo 60, com a segunda população de maior renda média. De forma semelhante, isso ocorre na região Sul, quando há a implantação de 45 novas obras que somam 34 dos recursos disponibilizados, mas concentrando, em seu extremo a população com a menor renda média apresentada no período. A região Leste obteve um crescimento populacional um pouco menor que as demais, 40, com apenas 28 obras implantadas, ou 4 dos recursos totais implementados entre 2000 e 2010 (Mapa 13).

De um modo geral, todas as regiões da Ilha tiveram investimentos disponibilizados e acréscimo populacional, mas a região Leste segue como a menos favorecida. Essa é uma região que possui um sítio com grandes áreas de preservação naturais, ou seja, com menos áreas disponíveis para a ocupação da mancha urbana, mas, mesmo assim, apresentou uma taxa de crescimento significativa, que não justifica a falta de investimentos, como é o caso do Distrito do Campeche (localizado mais ao Sul), somente ele dobrou a sua população com uma taxa de crescimento de 66.

Reunindo essas informações com as movimentações demográficas e socioeconômicas da população do município e tomando por base os dados disponibilizados nos dois Censos demográficos realizados no período estudado, foram identificadas informações relativas ao crescimento urbano que devem ser consideradas, ao revelar como estes investimentos realizados na Ilha implicam em mudanças nos padrões socioespaciais da cidade, principalmente quando comparados ao Século anterior.

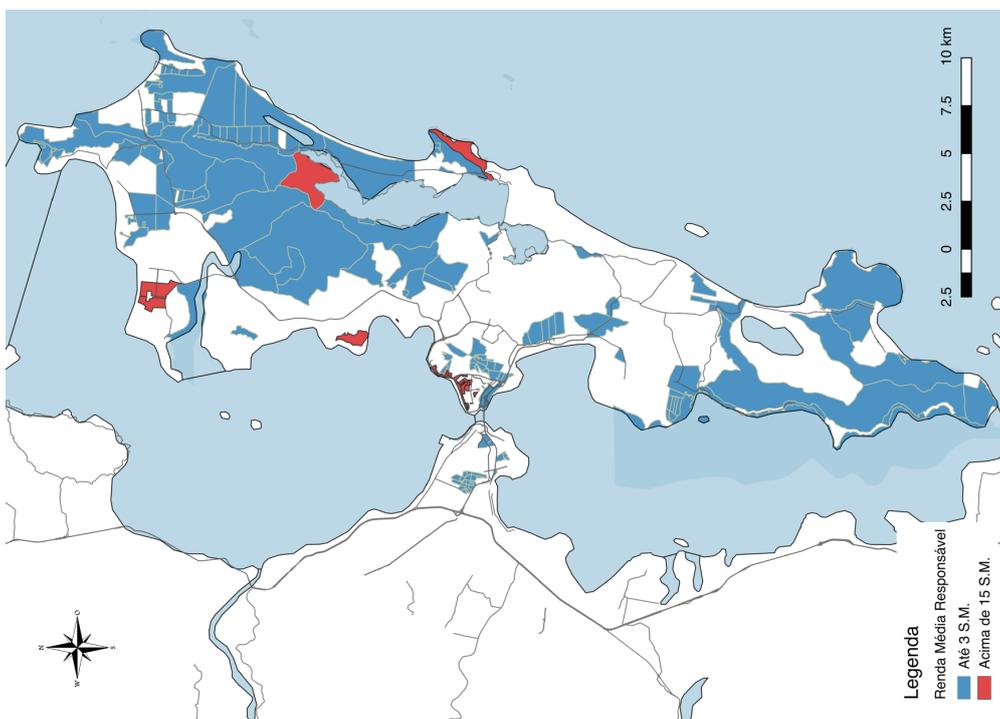
Os dados do IBGE relativos ao Censo de 2000 demonstram que haviam no município mais porções de estratos sociais dos chefes de domicílio com um rendimento nominal mensal superior a 15 salários mínimos<sup>60</sup>, do que estratos populacionais com chefes de domicílio que recebiam até dois salários mínimos. No Mapa 14, verifica-se a grande concentração das camadas de alta renda em toda a Ilha, mas em especial na região Central (na Avenida de Contorno Norte-Ilha, Bairros Centro e Agrônômica), nas margens da SC-404 logo após a Avenida Madre Benvenuta (nos bairros Santa Mônica, Córrego Grande e Itacorubi e uma faixa no Pantanal) sentido região Leste, contornando boa parte da Lagoa da Conceição. No sentido Norte, a população de alta renda se concentra no Bairro Cacupé, próximo a SC-401 e ao Norte da Ilha, em Jurerê e na Praia Brava. As camadas de baixa renda estão distribuídas nos extremos geográficos, Norte e Sul, da Ilha e na região Central, no maciço do Morro da Cruz, bairro José Mendes e em alguns pontos a oeste da Lagoa da Conceição. O Censo de 2000 informa que, a partir de então, há o interesse da classe de mais alta renda para a região Leste da Ilha, e não somente para o Norte como constatado no Século anterior.

---

<sup>60</sup> Salário mínimo de 2000 no valor de R 151,00.

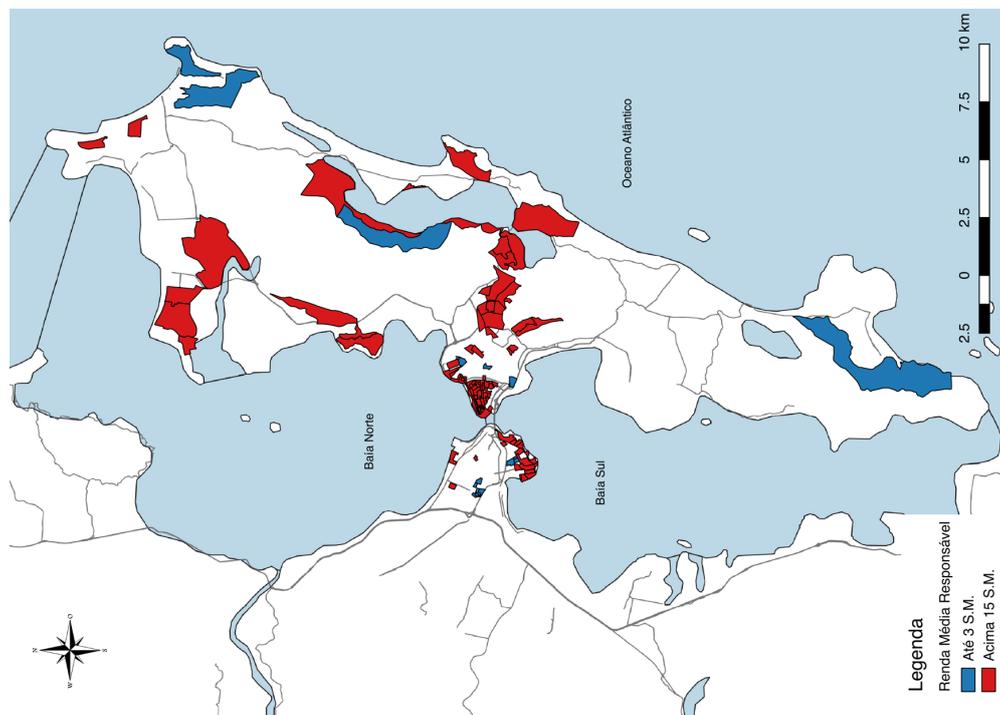
No entanto, no Censo de 2010 (Mapa 15), confere-se um significativo aumento da população com renda média do responsável de até dois salários mínimos<sup>61</sup>, distribuídas em todas as regiões, especialmente nas Norte e Leste. Já a população de alta renda, com ganho médio do responsável acima dos 15 salários mínimos se localizou na região central, próxima a Av. Beira-Mar Norte, mantendo a tendência do período anterior, no Distrito de Cacupé ao Norte, e na região Leste da Ilha, no Distrito da Lagoa da Conceição e na parte ao Sul da Barra da Lagoa.

Mapa 14. População por extremos de renda em 2010.



Fonte dos dados: IBGE, Censo de 2010 – Renda média do responsável pelo domicílio por Setor Censitário.  
 Fonte: Elaboração própria.

Mapa 15. População por extremos de renda em 2000.



Fonte dos dados: IBGE, Censo de 2000 – Renda média do responsável pelo domicílio por Setor Censitário.  
 Fonte: Elaboração própria.

<sup>61</sup> Salário mínimo de 2010 no valor de R 510,00.

Se comparada às informações apresentadas no Censo de 2000 (Mapa 14), os dados dos setores censitários do Censo de 2010 demonstram a identificação de novas manchas urbanas em áreas que ainda não estavam ocupadas. A comparação direta entre ambos os Censos<sup>62</sup> (2000 e 2010) não pode ocorrer, mas o que pode ser verificado são as manchas que se formaram, a partir das novas informações coletadas, e que não fizeram parte do Censo de 2000, como é o caso de alguns vazios localizados na Ilha, que somente foram aparecer no Censo de 2010 e áreas de grandes proporções na porção Continental, que apresentaram significativos acréscimo em suas manchas (Mapa 15), demonstrando a concentração das populações com o valor do rendimento nominal médio mensal das responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento), de até três salários mínimos.

Além da concentração da pobreza na parte continental do município, verifica-se um empobrecimento da população insular nesse período (Mapa 14 *versus* Mapa 15), que indicam, no Século I, alterações nos padrões socioespaciais em que a cidade vinha se transformando, com mudanças nos padrões de crescimento dos estratos sociais da população de baixa renda, em manchas urbanas localizadas na região Central da Ilha (especialmente no Morro da Cruz, nos bairros José Mendes e em algumas parcelas dos bairros Monte Verde e Saco Grande), em todos os bairros da região Norte (grandes manchas urbanas concentradas no bairro Ratoes, e no entroncamento da SC-401 com a SC-404 – bairros Vargem de Fora e Vargem Grande e Vargem do Bom Jesus) e na região Leste (sobretudo em São João do Rio Vermelho e na região mais ao norte da Lagoa da Conceição).

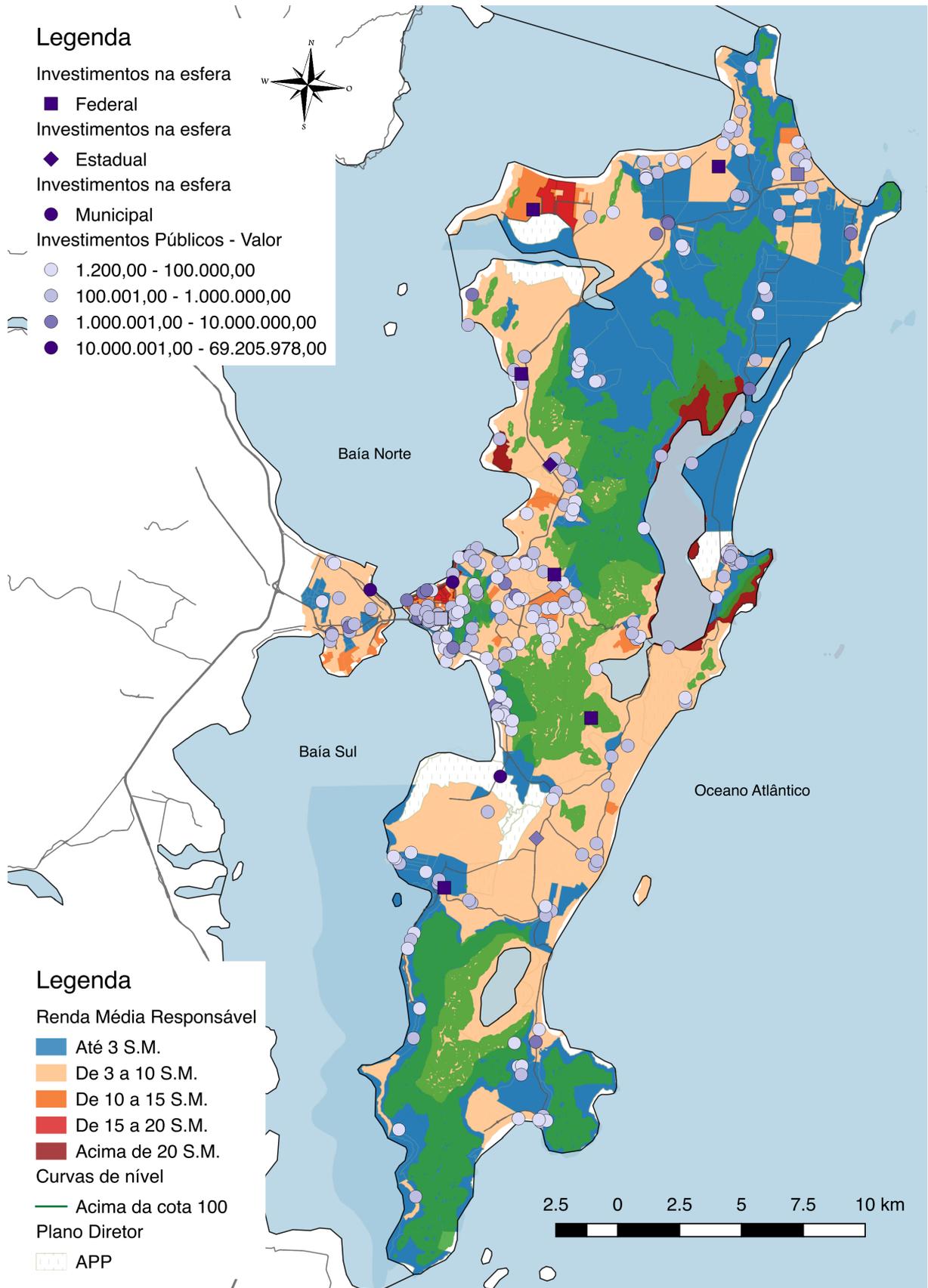
Os estudos realizados até o ano 2000 demonstram que o Estado investiu em determinados pontos da cidade para abrir frente ao mercado imobiliário, atendendo possivelmente os setores de mais alta renda. Mas a partir de 2010, com a população se acomodando em áreas já beneficiadas por essa infraestrutura e pelas centralidades que foram sendo geradas, o Estado manteve a localização de seus investimentos na região administrava Sede (especialmente a Insular) e em tantos outros pontos da Ilha, não havendo evidências claras de priorização dos extremos da renda da população (Mapa 16).

Identifica-se, portanto, que existe uma geografia da desigualdade, pois ela continua sendo localizada, mas não se pode garantir, da mesma forma que o ocorrido no Século anterior, que a localização espacial dos investimentos está sendo direcionada para a mitigação desse processo de segregação. Isso porque regiões que obtiveram uma maior abrangência da atuação do Estado no início do Século I, possuem em suas áreas estratos sociais de alta e baixa renda, da mesma forma que regiões pouco beneficiadas também o tem.

---

<sup>62</sup> Há que se apontar aqui, no entanto, que os setores censitários sofreram modificações no período alterando as unidades territoriais anteriormente estabelecidas e que, em suas manchas, áreas de preservação permanente são desconsideradas.

Mapa 16. Renda média do responsável em 2010 x novos investimentos públicos – 2000-2010.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: IBGE, Censo de 2010.

Então, pergunta-se como a região administrativa com a menor taxa de crescimento média, foi a região em que a atuação do Estado se fez mais presente, seja em quantidade de obras quanto em valor de recurso investido

Sugai (2015) já identificava em 2000 (Figura 10 – ver p. 87) que a região Sede era alvo da concentração da localização do Estado por meio dos novos investimentos que vinham sendo realizados até o fim do Século passado, por mais que ela enfocasse seus estudos em alguns investimentos específicos (investimentos viários mais significativos e pavimentação instituições estatais hospitais públicos praças, parques urbanos, áreas arborizadas e jardins). A autora já averiguava que, em 1970, “dos hospitais públicos, todos se localizavam em Florianópolis e na Ilha” (SUGAI, 2015, p. 121). Na década de 1970, a autora identificou que:

[...] iniciou-se uma sequência de construções de novas sedes de diversos edifícios públicos, em especial, do governo do Estado e da União. Esses novos edifícios públicos foram localizados, em sua absoluta maioria, nos bairros situados na área de influência da Via de Contorno Norte, na Ilha, nos seguintes bairros: Agrônômica, Trindade, Itacorubi, Pantanal, Santa Mônica e Saco Grande (SUGAI, 2015, p.125).

Ou seja, todas obras instaladas na região administrativa sede – Insular. Sugai (2015, p. 126) descreve que desde o processo de execução da Via de Contorno Norte, na década de 1980, houve “a implantação de pelo menos mais de 20 sedes de empresas estatais na região” tanto das esferas Estadual, quanto Federal, o que ocasionou uma grande concentração dessas instituições na região administrativa central, muito em função da sua “condição de capital” que tornava Florianópolis área administrativa do Estado de Santa Catarina.

A partir de 2000, essa concentração de investimentos na região administrativa Sede foi mantida, mas agora os interesses estão voltados para as demandas sociais, com a construção de equipamentos de ensino (redes Municipal e Estadual) e saúde, revitalização de praças, além de planos de saneamento e de habitação social e, de algumas obras viárias de revitalização das ruas e rodovias existentes, implantação de ciclovias, passarelas e calçadas em busca de melhorias sociais e ambientais. Isso pode se justificar em parte, porque, conforme descreve Sugai (2015, p. 187), foi a partir de 2000 que:

[...] começaram a surgir questionamentos e ações mais incisivas dos movimentos sociais, das organizações populares e das associações de moradores, os quais começaram a obter resultados positivos nessas disputas. Deve-se ressaltar, portanto, a importância da participação da população nas decisões sobre alocação dos recursos e dos investimentos como garantia de um espaço intraurbano mais justo e equilibrado, pois, como a análise desse processo evidenciou, mais do que decisões técnicas, a localização e distribuição de investimentos públicos nas áreas entrar urbanas envolvem decisões políticas.

Avaliando de forma individual a taxa de crescimento demográfico dos bairros que compõem a região administrativa Sede, verifica-se que há uma significativa diferenciação, cuja média de 9 não consegue evidenciar, que vai do extremo de uma taxa negativa de crescimento (67) a outra positiva, que chega a atingir um índice de 119.

Os bairros Balneário, Capoeiras, Coqueiros e Itaguaçu, localizados no Continente, foram os que apresentaram taxas negativas de crescimento, ou seja, com redução das suas populações nesse período de 10 anos (Mapa 17). Quanto aos investimentos realizados, somente o bairro Balneário teve investimentos implantados. Os outros três bairros não apresentaram qualquer obra pública neste período. Dos demais bairros com taxa de crescimento positiva, cinco deles, obtiveram 24 investimentos municipais realizados, em um valor total de pouco mais de R 80 milhões de reais. Localizando os extremos de população na região (Mapa 18), somente uma comunidade com renda média do responsável de até três S.M. foi beneficiada. Para a população com renda de 10 a 15 S.M., nenhum investimento foi realizado.

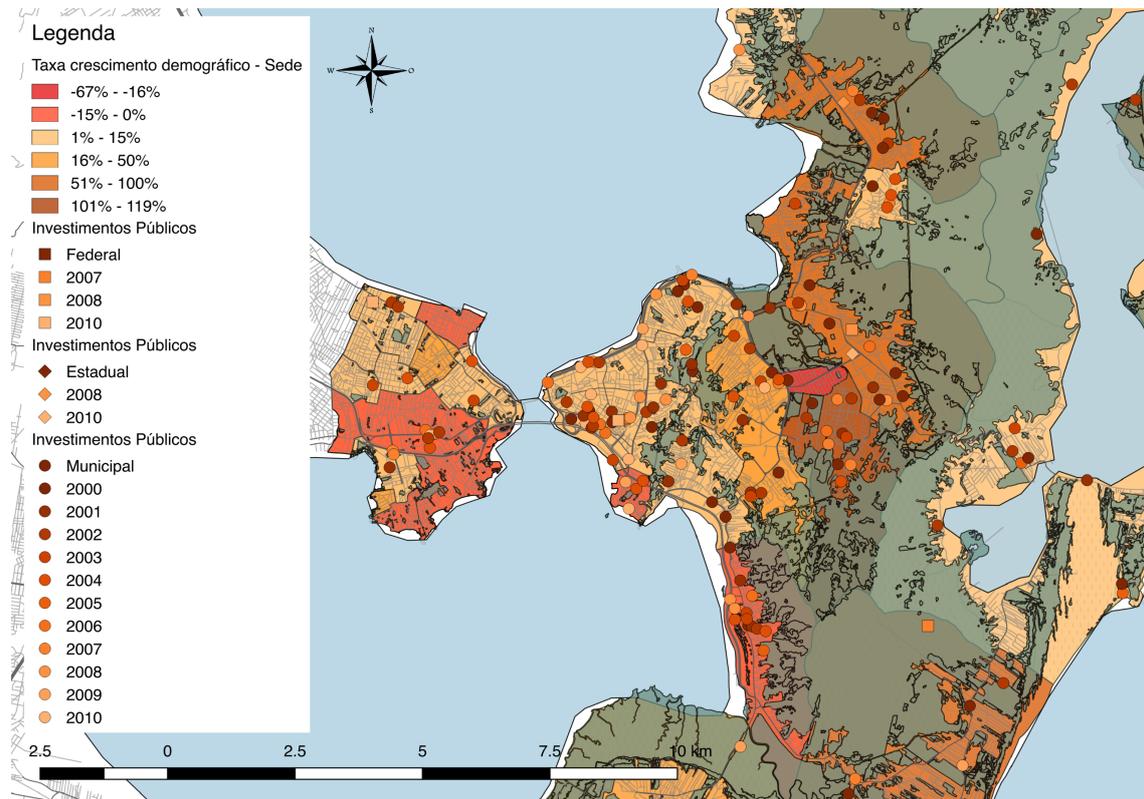
Já na porção territorial da Ilha, o bairro José Mendes apresentou uma taxa de crescimento negativa de 4 (Mapa 17), com um decréscimo populacional, e o bairro Costeira do Pirajubaé se manteve praticamente estável. Ambos tiveram investimentos municipais realizados que, em grande parte, foram voltados para o beneficiamento das comunidades locais com algumas obras viárias. E, de forma discrepante, aparece o bairro Santa Mônica<sup>63</sup> com uma diminuição populacional significativa (Mapa 18). O Censo de 2000 levantou 5.081 residentes no bairro e, no Censo de 2010, esse número caiu para 1.658 pessoas, ou seja, o bairro apresentou uma taxa de crescimento demográfica negativa de 67. Nesse mesmo período, um único investimento público foi ali realizado, uma obra de infraestrutura viária de acesso às pontes sobre o Rio Três Córregos, executada em 2000, no valor de quase R 100 mil reais.

O bairro Centro também apresentou um baixo processo de transformação, com uma taxa de crescimento de apenas 1 em 10 anos (Mapa 17), mas este é o local que concentra a maior parte dos investimentos realizados desde a década de 1970 até os dias atuais, bem como a maior população do município, quase 20 da população total. Margeando a Av. Beira -Mar Norte, encontram-se os estratos sociais de maior renda média do responsável do município (acima de 20 S.M.), seguidos nos quarteirões posteriores, pela população com renda de 10 a 20 S.M (Mapa 18). Como a região é delimitada em suas bordas pelo mar e no centro pela montanha, esta concentra, da mesma forma, uma parcela da população com a menor renda média do responsável identificada, até três S.M., localizada na porção oeste do maciço do Morro da Cruz e ao norte do bairro José Mendes. Com isso, para morar na região central a população faz a apropriação de áreas não recomendadas quanto à ocupação, ou seja, as encostas dos morros que, com o passar do tempo, foram sendo materializadas tendo o aval do poder público.

---

<sup>63</sup> Nesse período, houve no Bairro Santa Mônica, uma mudança de perfil de uso no lugar, do residencial para o predominantemente comercial.

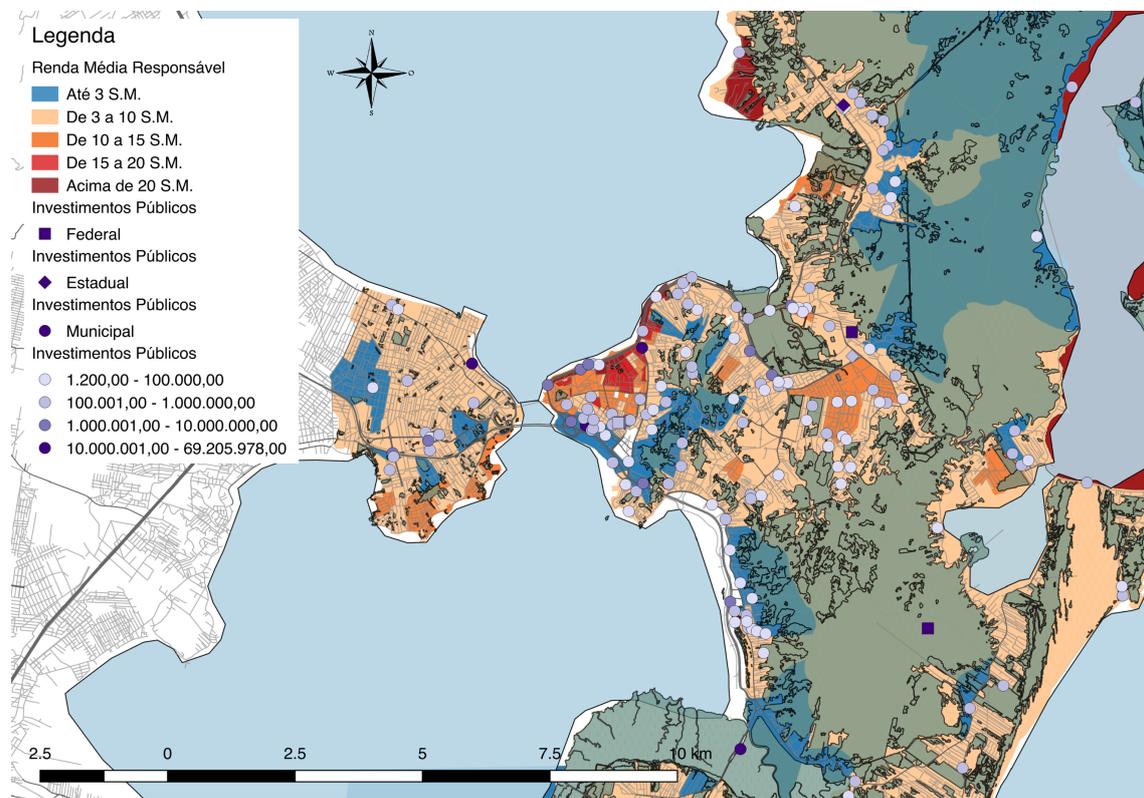
Mapa 17. Taxa de crescimento demográfico x novos investimentos públicos – Sede – 2000-2010.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: IBGE, Censos de 2000 e 2010.

Mapa 18. Renda média do responsável x novos investimentos públicos – Sede – 2000-2010.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: IBGE, Censo de 2010.

Sugai (2015, p. 44) descreve que até o fim do Século “a localização espacial e o mapeamento das camadas sociais por faixa de renda [...] serviram de indicador e referência para se conhecer a distribuição espaço temporal dos investimentos públicos e o processo de segregação espacial na conurbação Metropolitana”.

A partir do início do Século I, os dados dos Censos exibem o processo de construção desigual do espaço urbano na região administrativa Sede (Mapa 18), que pôde ser verificada de forma semelhante em todo o município (Mapa 16), com um aumento considerável das desigualdades em 2010.

A população com renda nominal média mensal das responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento), por setor censitário de até 3 S.M. (Censo Demográfico do IBGE, 2010), está localizada na região administrativa Sede Continental e nas encostas dos morros centrais na porção Insular. Os estratos sociais com renda média de 3 a 10 S. M. predominam na ocupação tanto da região administrativa Sede Insular quanto na Continental. A população com renda média do responsável de 10 a 15 S.M. ocupa a região central, algumas áreas dos bairros Itacorubi e Córrego Grande, que margeiam a SC-404 (ligação para o Leste da Ilha), outras do bairro João Paulo (sentido Norte da Ilha) e nos bairros que margeiam a Baía Sul Continental. Os estratos sociais com renda de 15 a 20 S.M. estão localizados em alguns quarteirões do Centro e da Agrônômica, enquanto a classe social com renda média do responsável superior aos 20 S.M. se mantém concentrada nas margens da Av. Beira-Mar Norte e no bairro Cacupé (ligação para o norte da Região administrativa Sede Insular).

Deste modo, na região administrativa Sede, considerando a relação existente entre Ilha e Continente, a pesquisa revela que a geografia da desigualdade continua sendo localizada e que, da mesma forma que o ocorrido no Século anterior, a localização espacial dos investimentos pode ser a responsável por esse processo segregativo, visto que na região Continental, menos atendida pelo Estado, vivem predominantemente os estratos sociais com renda de até 10 S.M. do município.

Por sua vez, a atualização dos dados referentes aos investimentos públicos realizados durante o início do Século I examina a permanência e a consolidação desse processo de ocupação da região administrativa Sede Insular, que gerou novas e continuadas ações do Estado, beneficiando alguns setores da cidade e promovendo o crescimento populacional dos bairros adjacentes localizados ao Norte e a Leste da região, como são os casos dos bairros Córrego Grande, Itacorubi, João Paulo e Saco Grande, que tiveram no período de 2000 a 2010, uma taxa de crescimento populacional superior aos 50.

Os bairros Córrego Grande, Itacorubi e João Paulo concentram em determinados locais parcelas da população com o valor do rendimento nominal médio mensal das responsáveis

por domicílios particulares permanentes (com rendimento), por setor censitário de 10 a 15 S.M, enquanto o bairro Saco Grande concentra estratos populacionais com renda média do responsável de 3 a 10 S.M. Nenhum destes bairros apresenta mancha urbana com renda média do responsável de 1 a 3 S.M, segundo os dados do Censo de 2010.

Destes, o bairro Itacorubi faz a ligação para a região Leste da Ilha, pela SC-404, e os bairros João Paulo e Saco Grande conectam o Centro ao Norte da Ilha, pela SC-401, respectivamente, a região menos atendida pelos investimentos públicos e a segunda região mais beneficiada pelo Estado no período estudado, de 2000 a 2017.

Portanto, buscando responder ao primeiro objetivo do trabalho, a análise da lógica de localização dos recursos públicos advindos do Estado em Florianópolis, no período de 2000 a 2017, demonstrou a sua distribuição em boa parte do território do município, contudo com significativa concentração na região administrada Sede Insular. Neste sentido, considerando o exposto acima, identificam-se nestas – SC-401 (eixo de ligação da região Sede para a região Norte) e SC-404 (eixo de ligação da região Sede para a região Leste) – as duas áreas de estudo nas quais serão estabelecidas as análises aproximadas da produção do espaço urbano.

Os dois eixos selecionados provêm de investimentos realizados em um processo histórico, que promoveram alterações muito além do seu entorno imediato. A SC-401 prioritariamente pelos investimentos realizados no sistema viário a partir da sua duplicação ocorrida ainda no fim do Século passado, e a SC-404, pela concentração de edifícios públicos institucionais, implantados a partir da década de 1970, e conforme descrição na análise aproximada da via, no próximo capítulo.

V

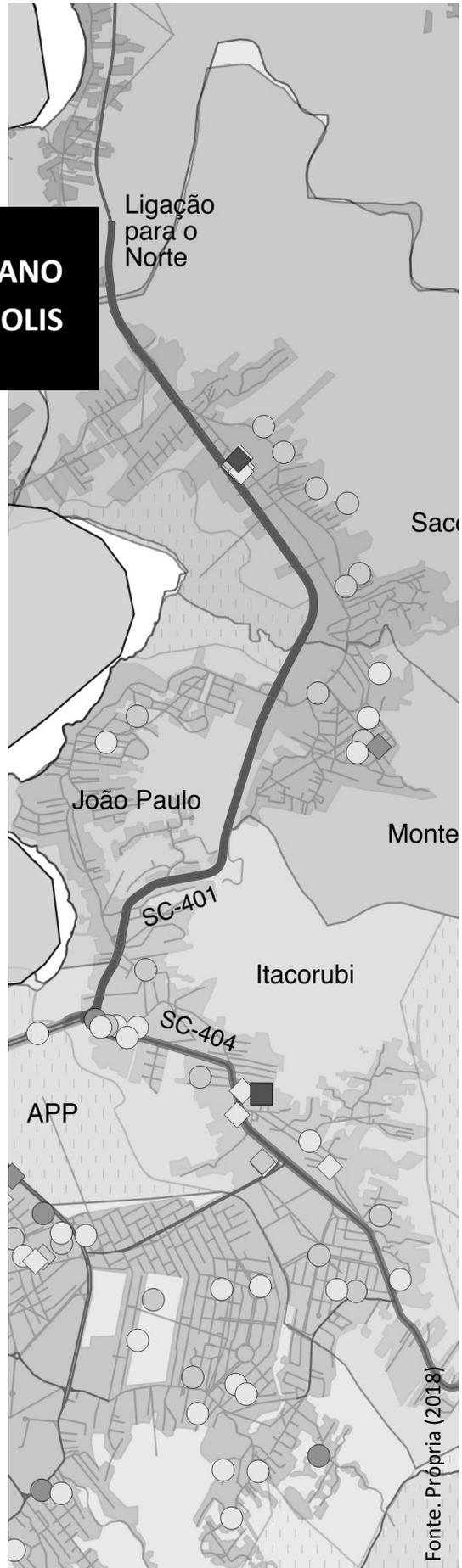
**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO  
EM FLORIANÓPOLIS**

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO  
EIXO NORTE- SC-401**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO  
EIXO LESTE- SC-404**

**CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**



Fonte: Própria (2018)

## 5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Toda a conformação, produção do espaço, é encaminhada a partir dos processos e dos agentes responsáveis pelo crescimento urbano com importantes reflexos na forma urbana, mesmo que os estudos nem sempre demonstrem. Na pesquisa proposta, tal relação é necessária para que se entenda a ligação entre a forma e a atuação do Estado.

A forma urbana de Florianópolis, particularmente a sua Ilha, é conformada por um sítio bastante descontínuo de características montanhosas e com diversas áreas de preservação naturais (incluindo montanhas, lagoas, mangues, banhados, dunas, entre outros) que atingem aproximadamente 45 da área total territorial insular, visto que a população foi se acomodando no território em áreas passíveis de habitação (Quadro 5).

Quadro 5. Pré-existências naturais da Ilha e a acomodação da população em diferentes bairros.



Fonte: LabURB UFSC (2016).

Essas pré-existências naturais determinaram, conseqüentemente, um sistema viário formado por poucos caminhos de conexão entre os diferentes lugares, a partir de um traçado irregular gerado pela “geometria das propriedades agrícolas que lhes deram origem” (REIS, 2012, p. 137). O tipo “espinha de peixe” (grifo nosso) é o traçado típico, pois segue “o antigo caminho rural estruturando vias perpendiculares” (REIS, 2012, p. 138). É complementado em partes pelo traçado irregular e, em raras exceções, pela malha regular (loteamentos planejados).

No traçado espinha de peixe, encontram-se as principais ligações para as regiões Norte, Leste e Sul da Ilha, com grande intensidade de fluxo, em função das suas ligações aos balneários. Dessa forma, o processo de crescimento e expansão do território urbano de Florianópolis é resultado de um traçado preexistente, originário em sua maior parte do parcelamento de áreas agrícolas caracterizadas por “pequenas propriedades longitudinais situadas de forma perpendicular aos caminhos” (REIS, 2012, p. 127).

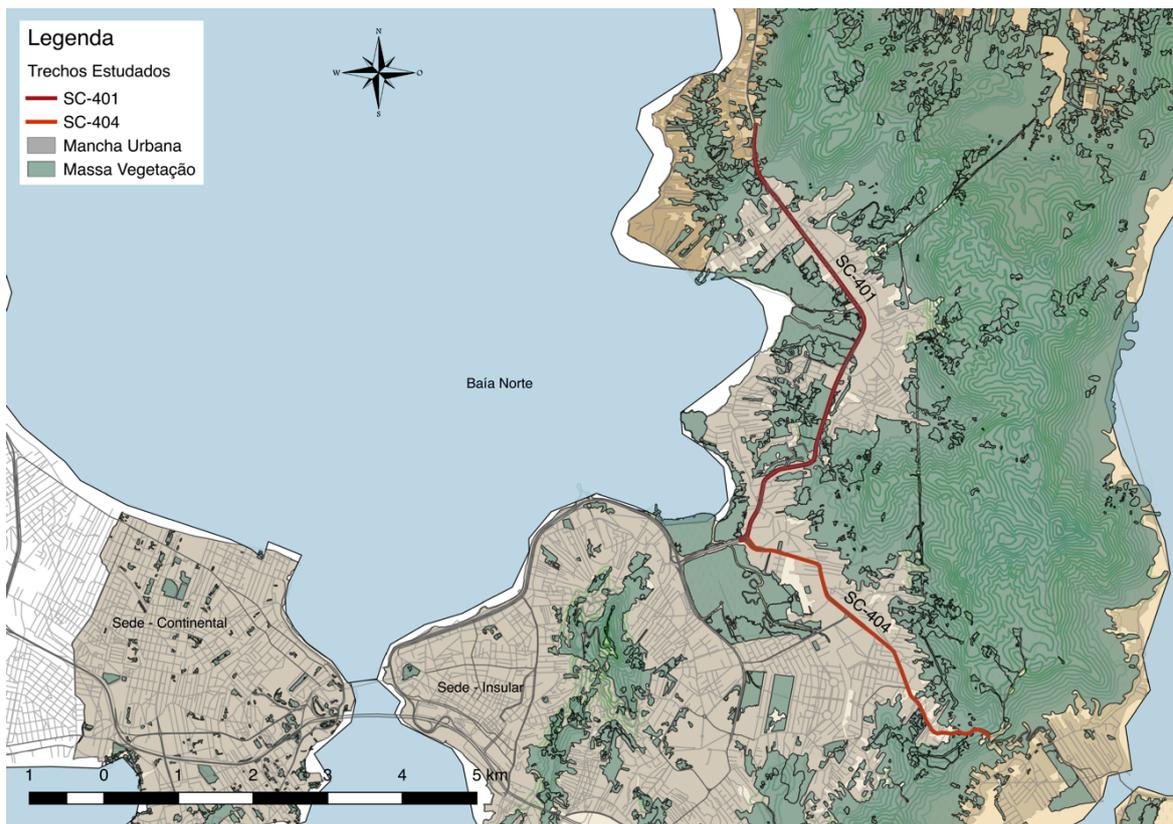
Especialmente para as regiões Norte e Leste da Ilha, quem organiza o parcelamento ainda na década de 1950 são as antigas estradas gerais, Rodovias Virgílio Várzea e Amaro Antônio Vieira, que articulam os bairros que as margeiam, Saco Grande, João Paulo e Itacorubi. As rodovias SC-401 e SC-404, eixos também em espinha de peixe, reproduzem de certa forma, o movimento das estradas gerais como alternativa consolidada a partir dos anos 1970. Pela série de investimentos realizados no período anterior ao estudo, a pesquisa constatou que essas rodovias, são fruto de investimentos passados. Os investimentos viários realizados na SC-401 e os investimentos institucionais realizados na SC-404 até o ano 2000, foram os que promoveram as grandes mudanças estruturais que permanecem até hoje nestes lugares.

Portanto, após a identificação da dinâmica que se estabeleceu em Florianópolis por meio da localização dos investimentos públicos realizados no período anterior ao estudo, e àquele identificado a partir de 2000 no município, foram estabelecidos nestes, os dois casos de estudo, que contemplam em suas características, elementos importantes relacionados à produção do espaço urbano por meio da forma urbana e que são focos específicos do estudo proposto. Os critérios utilizados nesta classificação foram as regiões com maiores e menores investimentos *versus* maior desenvolvimento urbano, como já explicitado no Capítulo IV.

Esta etapa de análise, descrita na metodologia, foi aplicada nos dois casos de estudo, conforme descrição abaixo (Mapas 19 e 20 e Figura 11):

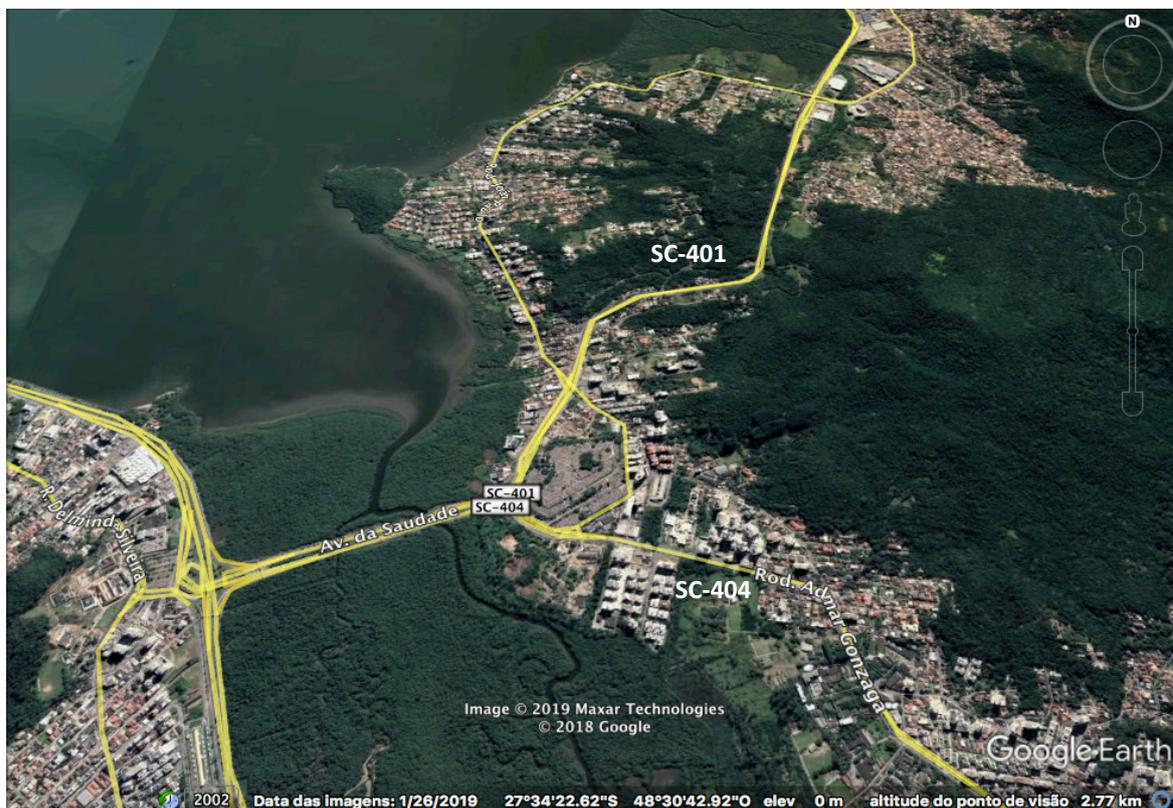
- SC-401: Rodovia José Carlos Daux, no trecho compreendido entre a Avenida da Saudade e a Estrada Haroldo Soares Glavan. Esse eixo pertence à zona administrativa Sede - Insular, e liga a região Norte, setor que obteve o maior número de investimentos do Estado
- SC-404: Rodovia Admar Gonzaga, entre a Avenida da Saudade e a Rua Condomínio Portal do Itacorubi. Esse eixo pertence à zona administrativa Sede – Insular, e liga a região Leste, setor que obteve o menor número de investimentos do Estado.

Mapa 19. Demarcação das regiões selecionadas para a análise morfológica.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 11. Vista aérea de parte dos trechos estudados das SC-401 e SC-404.

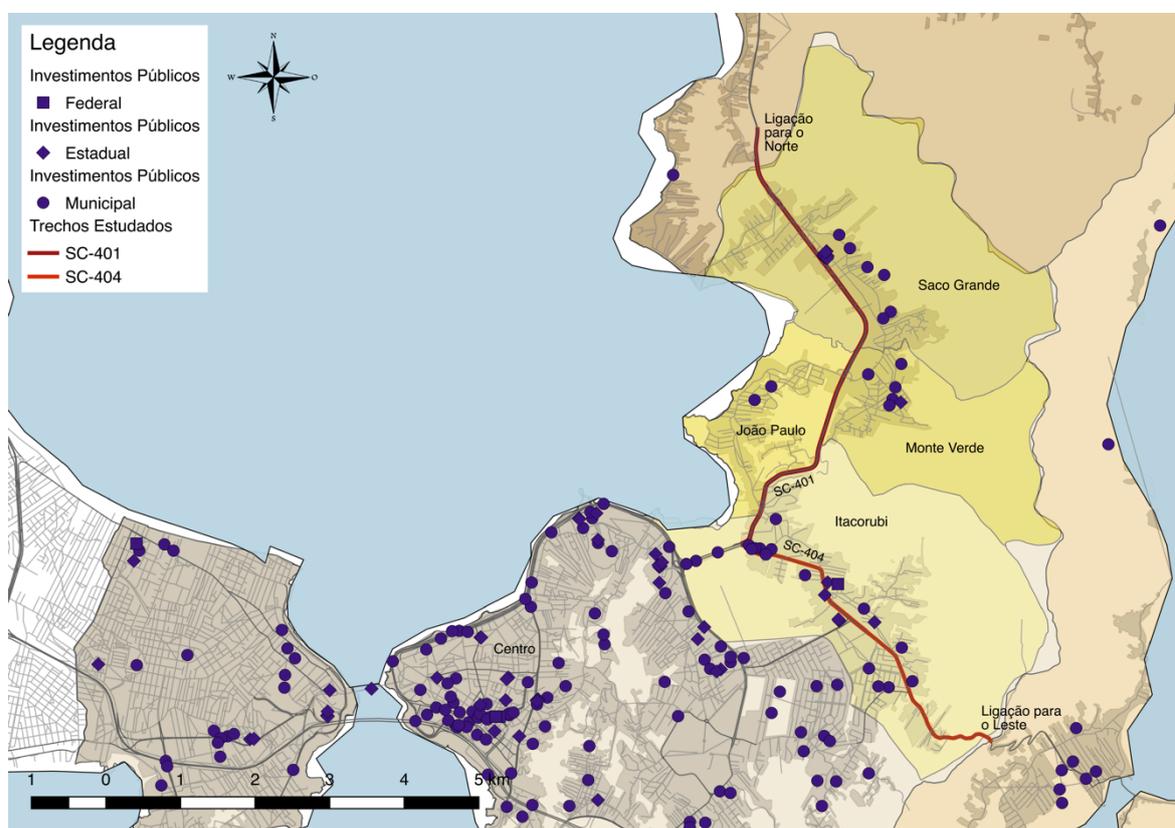


Fonte: Google Earth (2019).

O parcelamento das propriedades localizadas ao longo destes eixos foi constituído em grandes áreas de terras que acomodam os mais diversos usos. Os investimentos públicos realizados no município fizeram a apropriação da maior parte destas características físicas e administrativas (por ser a capital do Estado) e, assim, configuram o território da Ilha por mais de 50 anos.

Na SC-401, localizam-se os bairros, João Paulo (56) e Saco Grande (52), que tiveram no período compreendido entre 2000 e 2010 um crescimento populacional superior aos 50 (Censo Demográfico do IBGE, 2010), conforme já apresentado no Mapa 17 (Ver página 126). Na SC-404, região menos atendida pelo Estado, o bairro Itacorubi (52), também obteve um crescimento populacional acima dos 50.

Mapa 20. Demarcação dos bairros e eixos selecionados para a análise da forma urbana.



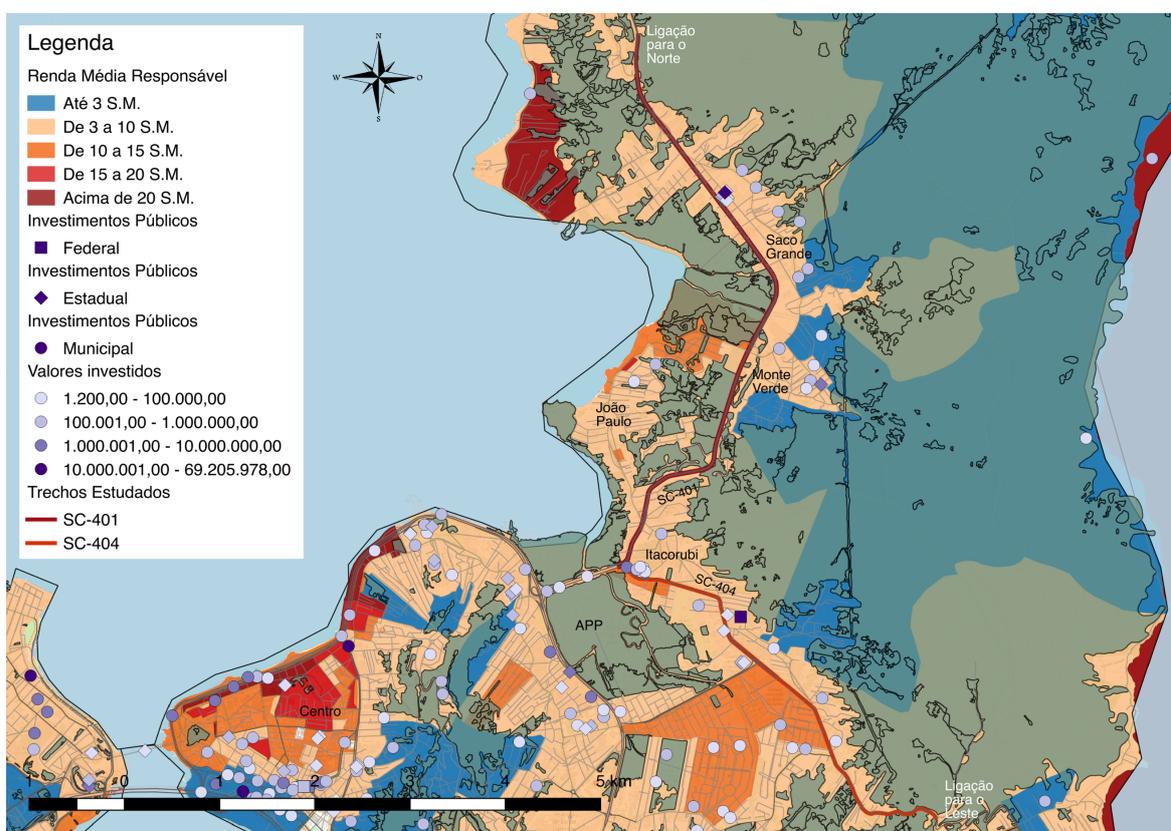
Fonte: Elaboração própria.

Influenciados pela dinâmica da natalidade e das migrações, o crescimento populacional acima dos 50 nestes bairros, Itacorubi, João Paulo e Saco Grande, demonstra, em um período de 10 anos (Censos Demográficos de 2000 e 2010), a acomodação do dobro da sua população previamente estabelecida em 2000. O bairro Monte Verde (as margens da SC-401) possui uma taxa de crescimento também positiva, porém menor, de 4.

Ao considerar o valor do rendimento nominal médio mensal das responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento), por setor censitário, identifica-se que os eixos

Norte e Leste da análise possuem uma renda média predominantemente de 3 a 10 S.M<sup>64</sup>. distribuídas de forma semelhante nos quatro bairros do estudo, João Paulo, Monte Verde, Saco Grande e Itacorubi. Estratos sociais com renda de até 3 S.M. estão localizados principalmente nas acomodações próximas ao maciço montanhoso dos bairros Monte Verde, Saco Grande e Itacorubi, bem como apenas três manchas populacionais com renda de 10 a 15 S.M. têm destaque no entroncamento viário dos eixos das SC-401 e SC-404, mais ao norte do bairro João Paulo e outra maior se concentra nas imediações da Universidade do Estado de Santa Catarina na SC-404 (Mapa 21).

Mapa 21. Renda média do responsável x novos investimentos públicos nos trechos estudados.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: IBGE, Censo de 2010.

Logo, considerando os novos investimentos realizados com a dinâmica imobiliária ocorrida nas áreas analisadas e os dados socioeconômicos da população residente dos bairros, apresenta-se no decorrer do trabalho o estudo morfológico das duas regiões. O estudo foi concentrado na identificação das parcelas que margeiam as SC-401 e SC-404, pois são estas as que fazem frente com os dois eixos definidos. Nesse sentido, foram estudados 117 lotes na SC-401 e 86 na SC-404, que obtiveram entre o período de 2000 a 2018 o uso e ou a sua ocupação, modificados.

<sup>64</sup> Considerando o salário mínimo de 2010, no valor de R\$ 510,00.

## 5.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO EIXO NORTE – SC-401

A análise do eixo da SC-401 revela o foco estrutural da via na mobilidade do automóvel, em vias rápidas e exclusivas para veículos, de caixa larga, duplicada nos dois sentidos. Em alguns pontos de sua extensão, ela é interligada às ruas estreitas que fazem sua conexão com os bairros adjacentes. A configuração do eixo respondeu às circunstâncias do sítio frente aos elementos naturais que o eixo apresenta e a um traçado originário do Século passado, em espinha de peixe, acompanhando o caminho rural pré-existente.

Desconsiderando a ideia de calçada como espaço de vivência, identifica-se a ausência de um planejamento compatível com a escala do pedestre, pois esta é praticamente inexistente. Somente em alguns momentos, próximos às áreas com o uso do solo mais consolidado, surgem calçadas e passarelas para o pedestre fazer a travessia (Figuras 12 e 13).

Formada em seu eixo por amplas parcelas urbanas, antes mesmo antes da sua duplicação, ocorrida na década de 1990, a rodovia é caracterizada por um tipo de ocupação “voltada a atrair o fluxo dos balneários: lojas de materiais de construção, mobiliário, jardinagem, grandes equipamentos de lazer” (REIS, 2012, p. 140).

Além destas, “mantinha-se” e são mantidas até os dias atuais, ao longo de sua extensão, “grandes vazios urbanos, fruto da estruturação nos Séculos precedentes, da existência de grandes áreas de preservação ambiental e da especulação imobiliária” (SUGAI, 2015, p. 118).

Figura 12. Vista aérea da SC-401, região próxima ao Primavera Garden Center.



Fonte: LabUrb UFSC (2016).

Figura 13. Vista aérea da SC-401, região próxima ao Centro Comercial Square SC.



Fonte: LabUrb UFSC (2016).

No período estudado, a SC-401 apresentou um único investimento implantado diretamente na via, o Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina (Figura 14). Conforme descrito no capítulo anterior, somente neste equipamento foram investidos mais de R 20 milhões de reais (R 20.467.878,00), em diferentes obras que ocorreram de 2008 até 2017. Foram diversos investimentos destinados à reforma e manutenção do edifício do antigo Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), para que fossem desenvolvidas as adaptações necessárias às atividades administrativas do Estado.

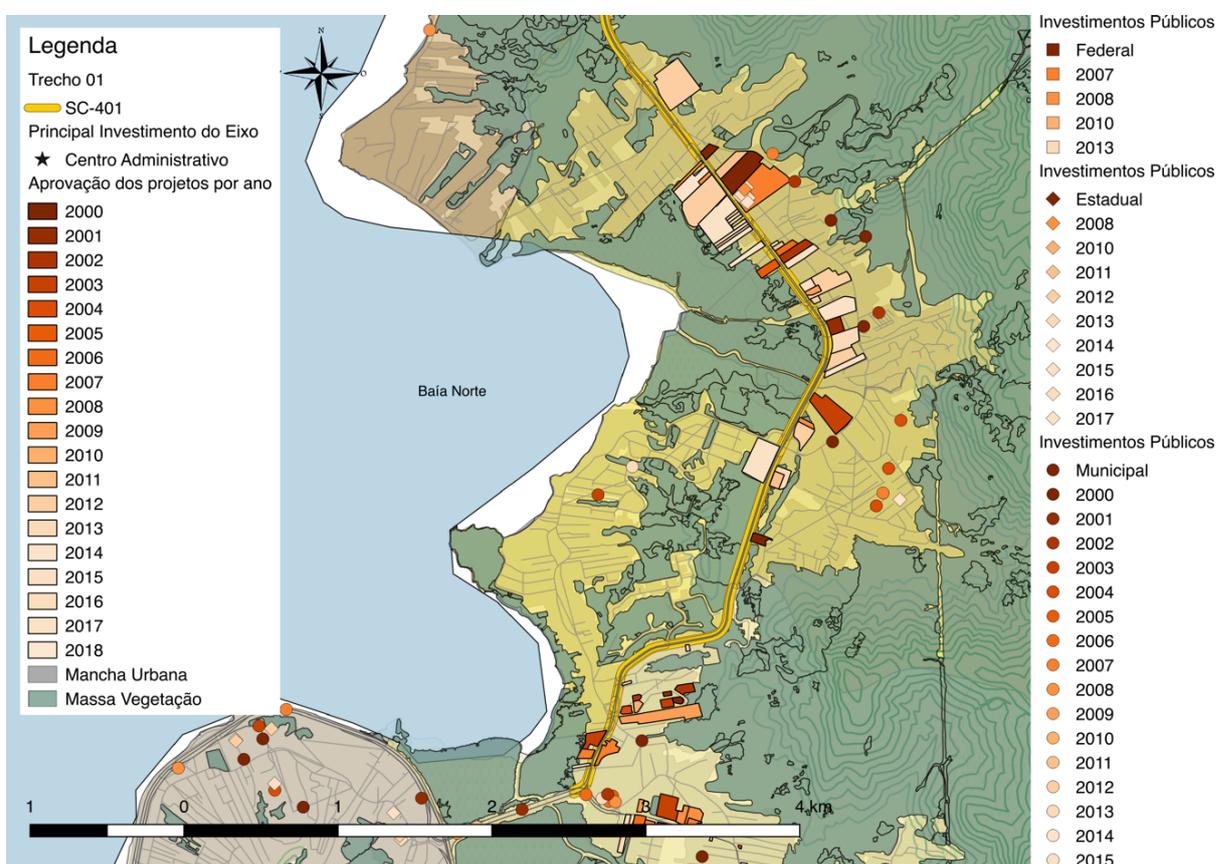
Figura 14. Vista aérea do Centro Administrativo.



Fonte: LabUrb UFSC (2016).

Em 2002, ocorreu a realização de outros dois investimentos municipais no bairro antes das obras do Estado, isto é, a construção de uma Creche Modelo, e a execução de calçadas em um trecho da Rua Virgílio Várzea (antiga estrada geral, paralela a SC-401), em 2007. Ainda no bairro Saco Grande, mas em um trecho mais central, houve a implementação das obras municipais de construção de um Centro de Saúde, de uma outra Creche Modelo e de uma Escola Básica para os moradores do bairro Saco Grande, realizadas em 2000, e de um Centro de Capacitação Profissional executado em 2002 (Mapa 22). A localização dos investimentos comunitários na Rodovia Virgílio Várzea e nas vias adjacentes a ela, demonstram a importância da antiga estrada geral no contexto urbano e na dinâmica de crescimento das comunidades dos bairros Monte Verde e Saco Grande, inclusive na área informal.

Mapa 22. Investimentos públicos por ano de implantação versus aprovação dos projetos.



Fonte: Elaboração própria.

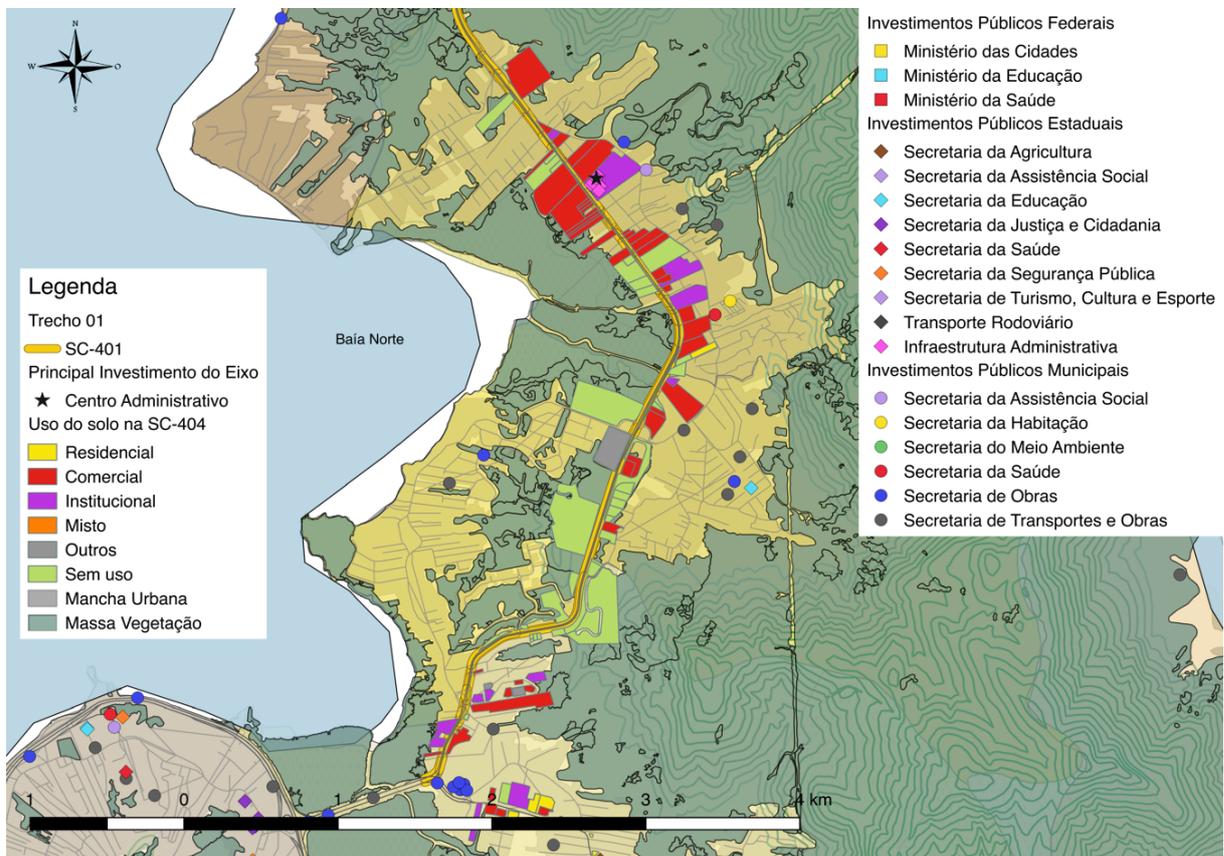
Fonte dos dados: SMDU – PMF (2019).

O uso do solo no entorno imediato ao Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina é formado por 90 de parcelas comerciais e apenas duas institucionais (Mapa 23), com 76 de suas aprovações estabelecidas a partir de 2008 (Mapa 22), ano em que iniciaram as obras de instalação do Centro Administrativo. Todas estas aprovações foram encaminhadas pelo Mercado Imobiliário. Dos 16 projetos aprovados neste trecho, apenas dois foram realizados até 2002. Todas as demais modificações de uso do solo ocorreram após a implantação dos investimentos, visto que praticamente 80 das parcelas foram destinadas ao uso comercial, dois lotes apresentaram o uso institucional e apenas um residencial (Mapa 23).

No bairro Monte Verde, cinco investimentos municipais foram realizados: ampliação e reforma de uma creche modelo (2000), pavimentação e drenagem da Servidão Olga Lacerda (ambas em 2004) e urbanização e revitalização da Praça Osni Ferreira (2004 e 2007). Também foram realizadas a construção de uma Escola Básica pelo Governo Estadual, em 2014 (Mapa 22). Aqui, 62 dos projetos aprovados na via tiveram modificação de uso do solo a partir de 2008, retratando o mesmo ocorrido nas proximidades do Centro Administrativo, onde 75 das parcelas são comerciais. Há apenas um lote institucional aprovado em 2006 e outro em 2017, com as obras de implantação do crematório no Cemitério jardim da Paz (que possui da mesma forma, o entorno 100 comercial, com aprovações realizadas todas antes da sua instalação) (Mapa 23).

No eixo inicial da via, próximo ao entroncamento com a SC-404, o bairro Itacorubi com um único investimento educacional realizado em 2000 (construção de uma Creche Modelo), teve praticamente 80 dos projetos de uso do solo aprovados nos 10 primeiros anos da análise, isto é, até 2010 (Mapa 22). Do total de aprovações, 50 foram destinados ao uso comercial, 35 para o uso institucional e 15 para dois projetos implementados no Parque Tecnológico Alpha (Mapa 23).

Mapa 23. Uso do solo na SC-401 versus investimentos por Secretaria Pública.



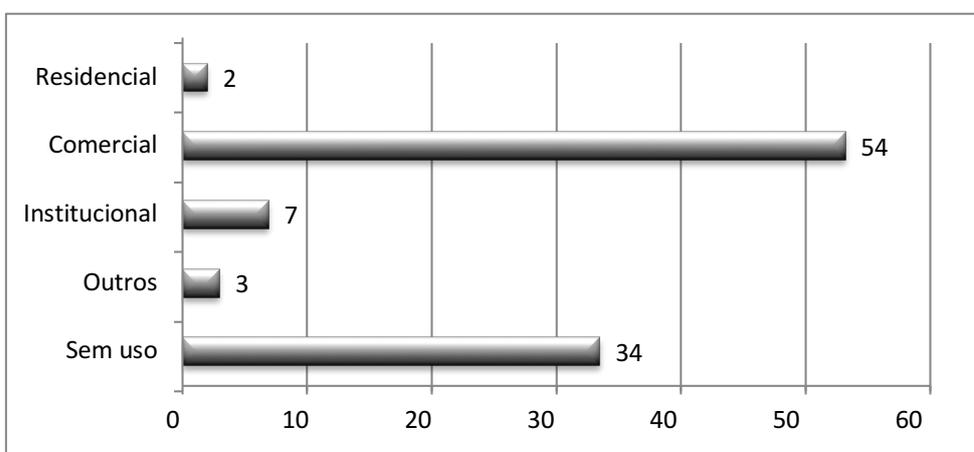
Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: SMDU – PMF (2019).

De forma resumida, dos 117 lotes identificados no eixo da SC-401, 63 deles ou 54 possuem uso comercial, 7 possuem uso institucional e apenas 2 possuem uso residencial, sendo que 63 deles foram implantados após 2008, ou seja, quando iniciaram as obras do Centro Administrativo do Estado.

As exceções são encontradas nas parcelas aprovadas até 2010 no bairro Itacorubi, no qual identifica-se uma maior dependência da dinâmica ocorrida em suas imediações em razão da proximidade ao Centro e à SC-404. Destes, ainda foram computadas 40 parcelas sem uso na via, o que representa 34 do percentual total (Mapa 23 e Gráfico 12).

Gráfico 12. Classificação do uso do solo na SC-401.



Fonte: Elaboração própria.

O uso do solo revela o atendimento ao planejamento proposto, a partir do momento em que o comércio se concentrou em mais de 50 dos lotes da via. O Plano Diretor de 1997 (Lei nº 1, 1997) já previa para o eixo, em praticamente toda a sua extensão, Áreas Mistas de Serviços (AMS) nas quais prevaleceriam as atividades de serviço pesado. Neste zoneamento, o lote e testada mínima eram de, respectivamente, 1.500 m<sup>2</sup> e 25 m em construções com um número máximo de dois pavimentos em uma densidade média de 175 hab/ha.

No Plano Diretor aprovado em 2014, as mesmas parcelas localizadas no sentido Bairro-Centro foram mantidas em Áreas Mistas de Serviços (AMS) de até dois pavimentos, mas, no Plano Diretor atual, tais parcelas possuem índices de lote e testada mínima de, respectivamente, 450 m<sup>2</sup> e 15 m. As parcelas localizadas no sentido Centro-Bairro passaram a compor as Áreas Mistas Centrais, com lote e testada mínima de, respectivamente, 600 m<sup>2</sup> e 15 m, e possibilidade de edificação com até seis pavimentos no eixo da via.

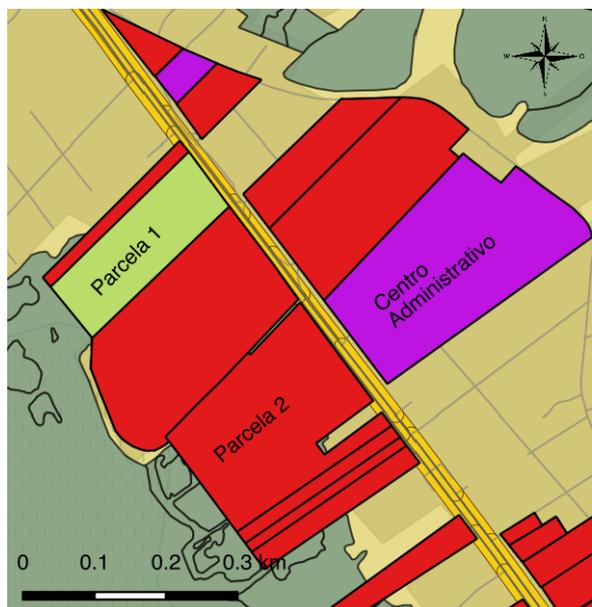
No planejamento proposto na década de 1990 (Lei nº 1, 1997), apenas as parcelas nas quais estão a Associação Catarinense de Medicina, aparentemente o local onde atualmente está o Floripa Shopping e o lote destinado ao Cemitério Jardim da Paz eram consideradas Áreas Comunitárias Institucionais (ACI). No planejamento previsto em 2014, além da Associação

Catarinense de Medicina e o Cemitério, foram consideradas ACIs, as parcelas do Centro Administrativo do Estado e do SENAI/CTAI Campus Florianópolis. Já a parcela do Shopping, passou a ser AMC, definida como “de alta densidade, complexidade e miscigenação, destinada a usos residenciais, comerciais e de serviços” (Lei n 482, 2014).

Os quarteirões, de forma bastante irregular, adaptam-se conforme a fisiografia do lugar, dividindo-se em parcelas quase que em sua totalidade, com grandes formatos (largas e profundas) que atingem quase que em toda a sua extensão, em seus fundos de lotes os eixos viários paralelos, como é o caso da Rodovia Virgílio Várzea. Aqui aparece novamente a importância da estrada geral na estrutura permanente do traçado da Ilha.

As parcelas mapeadas no estudo possuem em média 12 mil m<sup>2</sup> cada, em áreas variantes até os 100 mil m<sup>2</sup>. No caso dos exemplos abaixo (Mapas 24 e 25), a parcela sem uso em verde (Parcela 1) possuía, originalmente, uma área total de 73.699,08 m<sup>2</sup>. Com o seu desmembramento em 2001, as parcelas ficaram com uma área de 68.699,08 m<sup>2</sup> e duas de 2.500,00 m<sup>2</sup>. Já a parcela comercial destacada em vermelho (Parcela 2), de uma área total de 118.845,76 m<sup>2</sup>, foi desmembrada em 2002 em cinco lotes de aproximadamente 2 mil m<sup>2</sup> cada um, mantendo uma parcela maior, com 108.674,58 m<sup>2</sup>. A primeira pertencente aos promotores imobiliários, e a segunda aos proprietários fundiários.

Mapa 24. Tipo de parcelas existentes até 2001.



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 25. Desmembramentos das parcelas a partir de 2001.



Fonte: Elaboração própria.

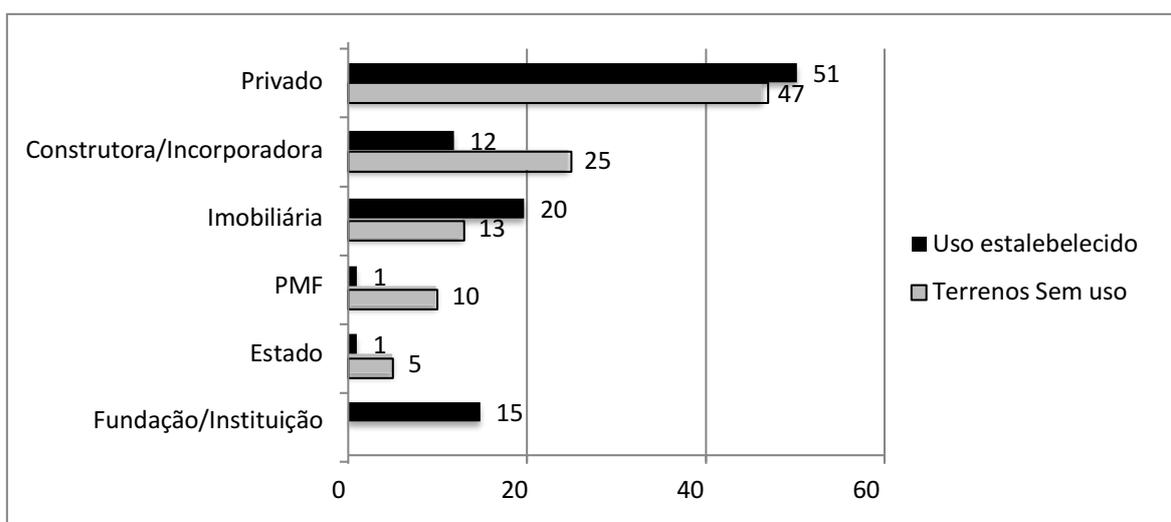
A análise morfológica relativa ao tecido urbano e ao uso do solo mostrou a forte relação existente entre a forma urbana e os grandes equipamentos que ali se instalam, pois tanto as parcelas originais quanto as alterações sofridas ao longo do tempo pelos desmembramentos não revelam um padrão estabelecido na forma dos lotes da SC-401. Conforme apresentado

nos mapas (23, 24 e 25), diferentes formas e tamanhos compõem os mais variados tipos de parcela da via, mas sempre com lotes que podem ser considerados de grandes dimensões. Identifica-se na dinâmica estabelecida a tendência ao desmembramento e não ao parcelamento do solo. Não há abertura de vias secundárias, de áreas com destinação residencial. Sempre a relação que predomina é a com a SC, com o uso comercial ou de grandes serviços.

Mais próximo ao Centro e à SC-404, no bairro Itacorubi, o planejamento da década de 1990 previa Áreas Residenciais Predominantes (ARP) em algumas parcelas, intercaladas com Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL). As ARPs, no caso, mantinham as grandes áreas das parcelas, com lotes mínimos variando entre 360 e 1.500 m<sup>2</sup>, ou seja, conservando, em alguns lotes, as definições das AMS. No planejamento de 2014, por estarem mais consolidados, os limites de ocupações destas áreas praticamente não sofreram alterações.

O tratamento da forma urbana no eixo da SC-401 demonstra uma configuração espacial composta por parcelas edificadas em que o uso comercial é predominante, intercalada em partes por espaços livres que provocam áreas de maior descontinuidade do tecido edificado, definidos em sua grande maioria por Áreas de Preservação Permanente e de Uso Limitado, cobertas por vegetação. O uso institucional ficou reservado ao lote do Centro Administrativo do Estado, basicamente o único equipamento público implementado na via com funções administrativas do Governo, assim como outras parcelas institucionais relacionadas à saúde e à educação.

Gráfico 13. Percentual dos agentes da produção do espaço da SC-401, desde 2000, e da futura ocupação, a partir da posse das parcelas sem uso.



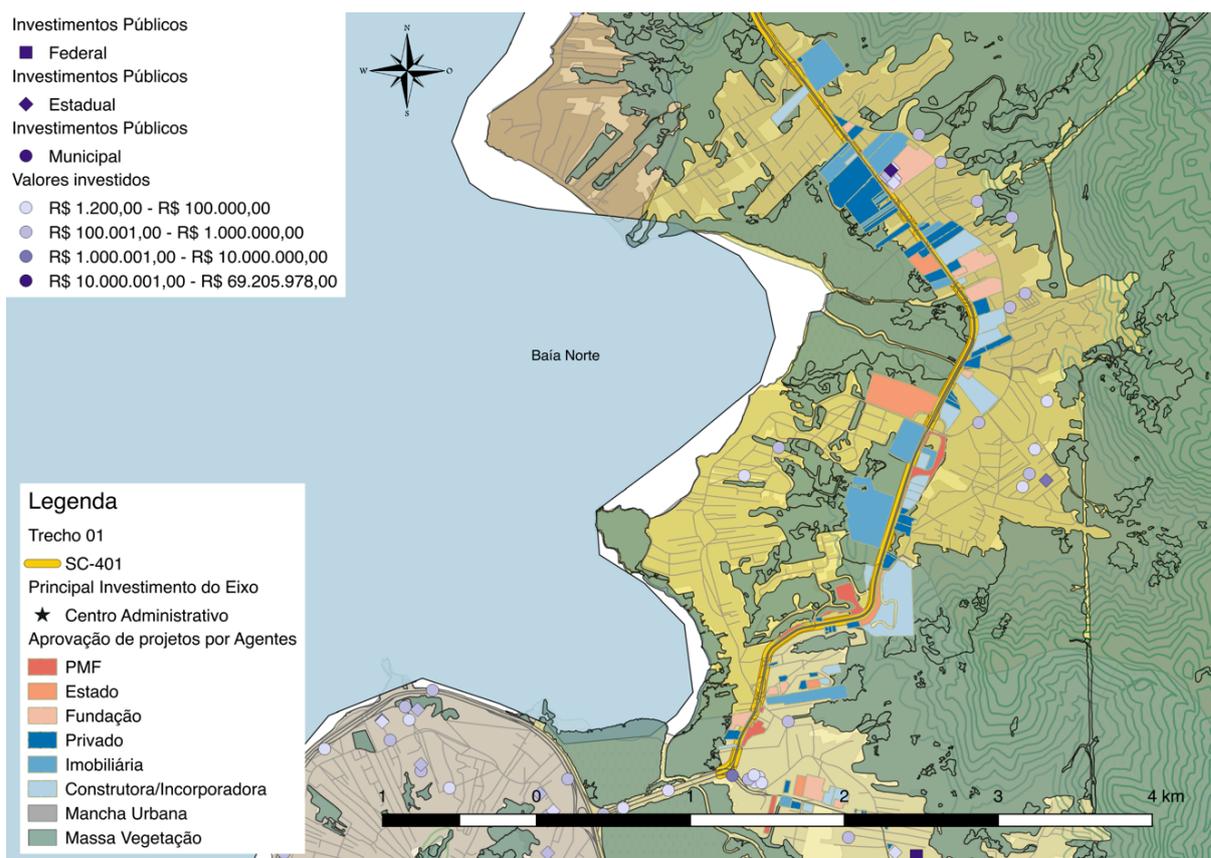
Fonte: Elaboração própria.

O mercado imobiliário, por meio da atuação do setor privado, construtoras/incorporadoras e das imobiliárias, foi o agente responsável por 83 da produção do espaço urbano na SC -401,

versus um percentual de 17 referente ao Estado, a partir da atuação das suas diferentes esferas governamentais com as Fundações e Instituições públicas (Gráfico 13 e Mapa 26).

Das áreas vazias relativas às 40 parcelas sem uso, a pesquisa identificou que a perspectiva futura de sua ocupação (pela posse dos terrenos) vem 85 do mercado imobiliário, enquanto 15 pertence ao Estado. Ou seja, seguirá a tendência do que já foi implementado anteriormente (Gráfico 13 e Mapa 26).

Mapa 26. Atuação dos agentes na aprovação dos projetos da SC-401 a partir de 2000.



Fonte: Elaboração própria.

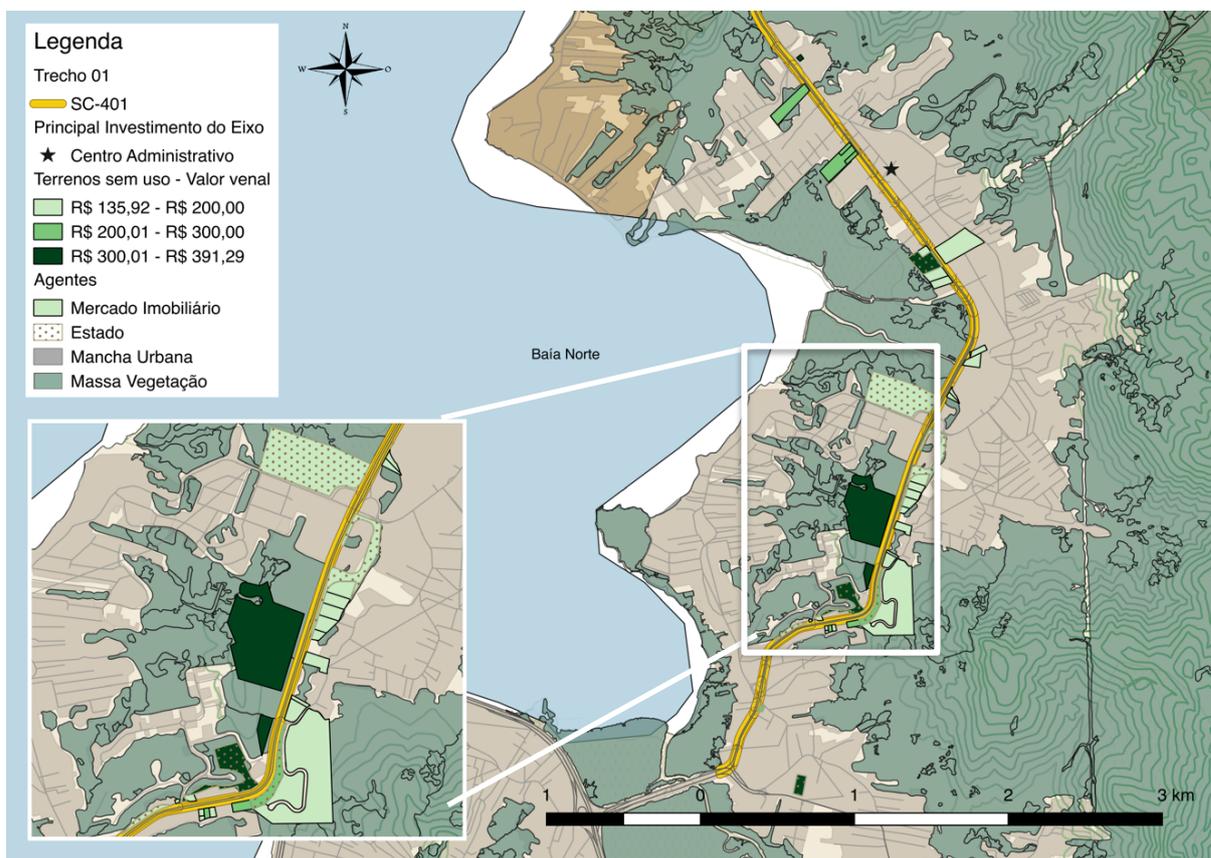
Fonte dos dados: SMDU – PMF, 2019.

Quanto ao valor venal do m<sup>2</sup> territorial destas parcelas, este é modificado consideravelmente e não possui uma localização específica. Terrenos mais próximos à área central possuem parcelas que variam do valor mais baixo apresentado, até o mais alto. Parcelas sem uso, localizadas mais próximas ao Centro Administrativo, encontram-se na faixa intermediária de valor médio estimado. Dos cinco lotes que possuem o maior valor de venda por m<sup>2</sup>, três são do mercado imobiliário e dois são do Estado (Mapa 27).

Além destes, verifica-se que o Estado possui seis lotes disponíveis à sua ocupação no eixo da SC-401: um situado no bairro Itacorubi e outro no bairro Monte Verde, além de três localizados no bairro João Paulo (ampliação do Mapa 27), ou seja, em áreas muito mais próximas ao Centro da cidade do que aquele onde foi instalado o Centro Administrativo. A

outra parcela pertencente ao Estado, localizada no bairro Saco Grande, com o maior valor venal do m<sup>2</sup> estimado no eixo, está em frente a um dos maiores lotes disponíveis à ocupação do mercado imobiliário (de posse de uma construtora/incorporadora), e ao lado de outros três também pertencentes aos proprietários fundiários e as imobiliárias.

Mapa 27. Valor venal do m<sup>2</sup> territorial x agentes das parcelas sem uso na SC-401.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: SMF – PMF, 2019.

Ou seja, o Estado fez um investimento mais longe, em uma parcela mais afastada do centro da cidade, em um edifício já existente, buscando ter a apropriação de alguma infraestrutura que o local já possuía, mesmo havendo terreno público vago disponível para implantar a sua Sede Administrativa em áreas mais próximas.

Tomando por base essas considerações, identifica-se que o Estado age reforçando a lógica do setor privado, a partir do momento que leva o seu investimento para mais longe da centralidade, gerando um eixo longo de investimentos, em que 85 dos terrenos em estoque são de posse do mercado imobiliário.

Dos lotes com o uso estabelecido no período estudado, constatou-se que o valor venal do m<sup>2</sup> territorial dos imóveis na SC-401 ficou cinco vezes maior que o realizado na década anterior. A Planta Genérica de Valores (PGV) de 2001 estimava o valor venal de R 46,00 por m<sup>2</sup> para os imóveis localizados no eixo da SC-401. Quando da aprovação em 20 de dezembro de 2013

da Lei Complementar n.º 480, que atualizaria o valor do m<sup>2</sup> territorial de todos os imóveis implantados no município a partir de 1 de janeiro de 2014, o valor venal estimado do m<sup>2</sup> territorial dos lotes localizados no eixo da SC passou para R 242,87.

Ao considerar os investimentos públicos realizados no mesmo período, em um intervalo de 12 anos, foi possível verificar que foram 10 vezes maiores. De 2000 a 2001, a média anual de investimentos foi de aproximadamente R 770 mil reais, enquanto no período posterior o valor médio foi o dobro, próximo de R 1.500 milhões de reais por ano. Isso demonstra que na SC-401 houve um processo de valorização do lugar provocado pela concentração de investimentos, visto que o valor do m<sup>2</sup> territorial estabelecido na legislação foi igualmente impulsionado pela valorização dos imóveis.

Quanto aos Planos Diretores propostos, percebe-se a clara intenção do planejamento atual em densificar o eixo, a partir do momento em que reduz praticamente pela metade os parâmetros de lote e testada mínima das parcelas, e permite uma densidade muito maior, através do acréscimo no número de pavimentos. Com o incentivo nos índices construtivos, o Estado promove um maior parcelamento da terra urbana e conseqüentemente uma maior diversidade de usos, em uma região em que a oferta de imóveis de posse do mercado imobiliário é bastante forte.

Assim, confere-se ao próprio setor público a atuação na mesma lógica do setor privado, principalmente ao considerar os recursos relativos à implantação do Centro Administrativo do Governo do Estado. Tal como afirma Sugai (2015, p. 197), “abriu novas frentes para o capital imobiliário”, e que com o tempo vai motivando uma maior valorização do lugar, à medida que o estoque vai baixando.

### **5.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO EIXO LESTE – SC-404**

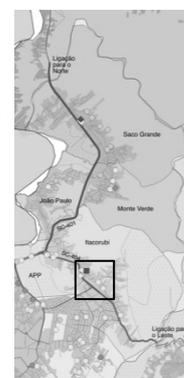
A SC-404 é marcada por uma via de intensidade mediana de fluxo, com dois sentidos, praticamente plana, pelo menos no trecho estudado. Em sua extensão, faz a ligação com outras importantes avenidas dos bairros vizinhos, como a Madre Benvenuta, e em quase toda a sua extensão é interligada a ruas estreitas que fazem a conexão desta com os bairros circunvizinhos (Córrego Grande e Santa Mônica). “No Itacorubi, pela SC-404 passam os veículos em direção à Lagoa da Conceição e ao Leste da Ilha” (REIS, 2012, p. 140). Por estar em uma área de expansão urbana conurbada com os demais bairros, e pelo intenso uso residencial que apresenta, a via possui calçadas quase que em sua totalidade. Em alguns trechos, possui também ciclovias conectadas a uma rede mais ampla (Figuras 15 e 16).

Figura 15. Vista aérea da SC-404, região próxima ao Jardim Botânico de Florianópolis.



Fonte: LabUrb UFSC (2016).

Figura 16. Vista aérea da SC-404, região próxima a UDESC.



Fonte: LabUrb UFSC (2016).

No seu trecho inicial, no entroncamento com a SC-401 estão localizados alguns importantes equipamentos institucionais que atendem a todo o município, como o Cemitério Municipal São Francisco de Assis e, ao lado oposto, sentido bairro, o “Centro de Transferência de Resíduos Sólidos (CTReS), com Estação de Transbordo da COMCAP, centro de triagem gerenciado por associação de catadores, espaço de educação ambiental e o Museu do Lixo” (COMCAP, 2019). Nesse espaço, é feita a triagem do lixo recolhido em todos os bairros e o posterior envio do material, não reciclável, para o aterro municipal, que se encontra na Região Metropolitana. Um pouco mais à frente, localiza-se de um lado o Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) e do outro o Jardim Botânico da cidade, em uma área com grandes proporções com lago e pista de caminhada, academia ao ar livre, parque infantil e galeria com exposições temporárias.

Próximo ao Campus da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), estão a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a Fundação Escola do Governo (ENA), o Departamento de Fitotecnia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina (SAR) e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

Já em frente a UDESC (Figura 18), na Avenida Madre Benvenuta, está a sede da empresa de telecomunicações “Oi”. Ao lado na SC-404, estão o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), a Companhia Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e a sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

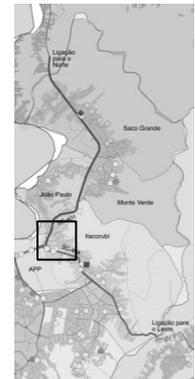
Na via, localizam-se também a sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE) e da UniSociesc Florianópolis, uma Instituição de ensino superior.

A série de equipamentos públicos implantados, em sua maioria no Século passado, está comumente instalada em amplas parcelas que se intercalam em lotes menores pelo uso residencial e, em alguns momentos, comerciais.

A partir do Século I, a SC -404 possui a implantação de mais de um investimento, que também totaliza a disponibilidade de mais de R 7.800 milhões de reais na região, porém com as suas localizações distribuídas em diferentes trechos. No entroncamento com a SC-401, encontram-se os investimentos municipais realizados no Cemitério São Francisco de Assis, estimados em R 360 mil reais e executados nos anos de 2002, 2005, 2006, 2008 e 2013 (Figura 17) com as obras de construção do elevador entre a Avenida da Saudade e Rodovia SC-404, em 2006, executada com um valor superior a R 7 milhões de reais. Ambos, de caráter mais repulsivo, de possível desvalorização (do ponto de vista do capital) do entorno imediato, enquanto o segundo, viário, com um perfil mais valorizador no seu entorno próximo, em função das facilidades de acesso e ligações que promove.

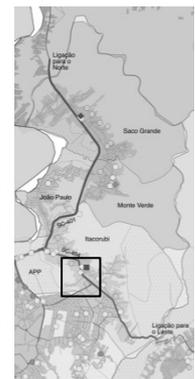
No encontro da Avenida Madre Benvenuta com a SC-404, o Governo do Estado promoveu em 2010, 2012 e 2015, as obras de outro equipamento que proporciona valor ao meio que se instala, com a ampliação do Campus da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), avaliadas em um valor total de R 209 mil reais (Figura 18).

Figura 17. Cemitério São Francisco de Assis e elevado da SC-404.



Fonte: Google Earth (2019).

Figura 18. UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina).

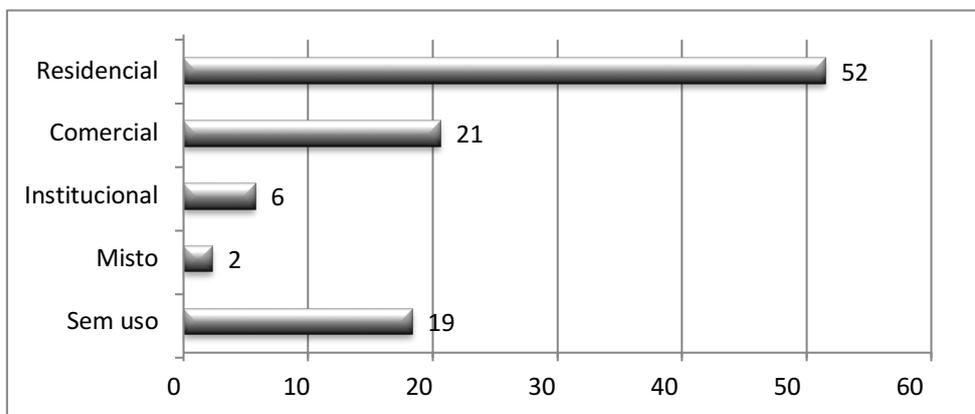


Fonte: Google Earth (2019).

Além destes apresentados, foram estabelecidos pelo município, nas proximidades da via, investimentos relacionados à infraestrutura urbana, em obras de execução de canais (2000) para minimizar problemas decorrentes da acumulação de fortes chuvas e implantação de passarela para pedestres com alargamento de ponte (2006). O Governo Estadual executou obras de ampliação e reforma do edifício da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) em 2014 e a acessibilidade ao prédio da CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), em 2015, e o Governo Federal promoveu em 2008, as obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário da Bacia Hidrográfica F, avaliada somente ela, em mais de R 20 milhões de reais (Mapa 28).

Na SC-404, foram identificadas 86 aprovações de projeto no período estudado, de 2000 a 2018 (Gráfico 14 e Mapas 28 e 29). O uso do solo a partir destas parcelas representa a predominância do uso residencial na via em um percentual de 52 dos lotes, 21 possuem uso comercial, 6 uso institucional e somente 2 uso misto (comercial e residencial), 70 das aprovações realizadas após 2007, ou seja, posteriores ao início das obras de infraestrutura viária do elevado da SC-404. O ano de 2002 foi o que obteve o maior número de aprovações, seguido por 2014, 2013 e 2016. Além destes, identificaram-se 16 terrenos que ainda não possuem a sua utilização definida. Estes representam um percentual de 19 em áreas que ainda não foram edificadas.

Gráfico 14. Classificação do uso do solo na SC-404.

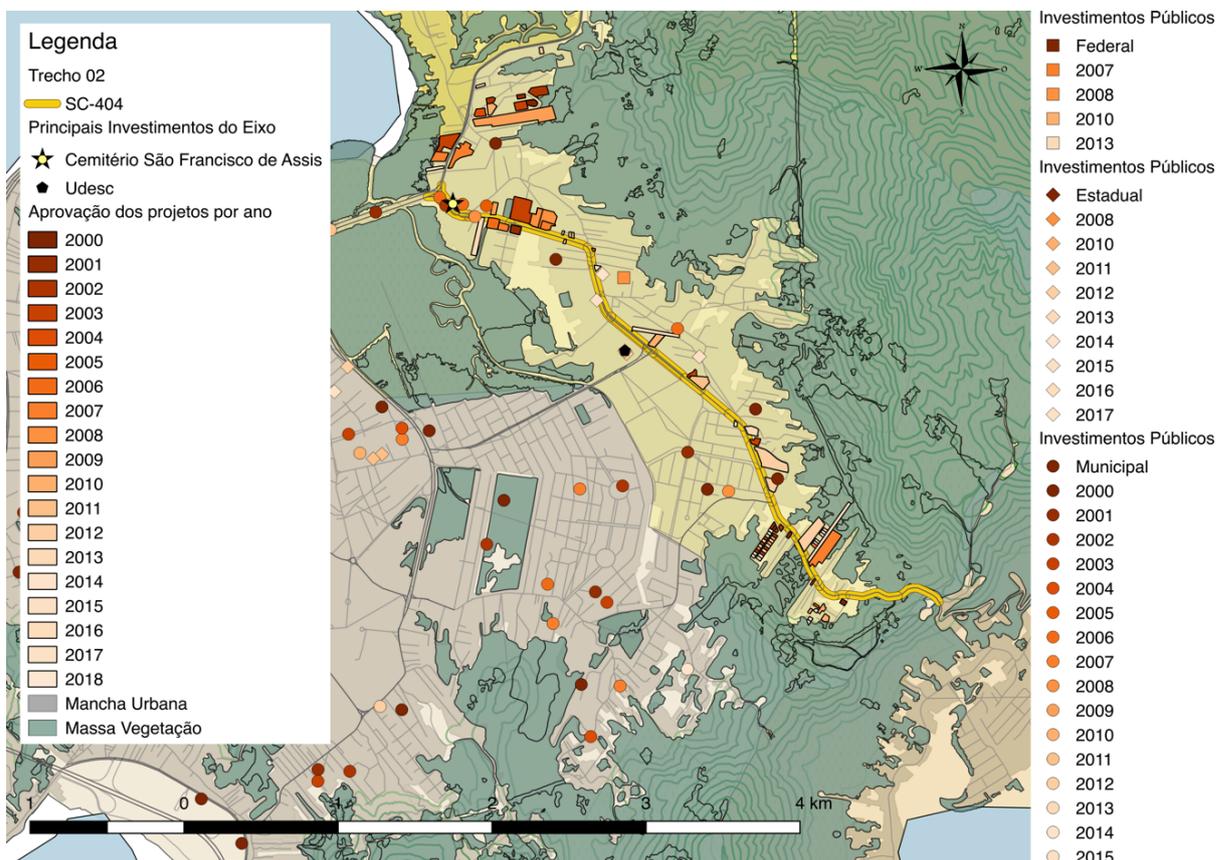


Fonte: Elaboração própria.

O solo no entorno imediato dos principais investimentos realizados diretamente na via, SC-404, foi destinado a diferentes usos. A região de influência do Cemitério apresenta 50 do uso comercial, 33 institucional e 17 residencial. Há ainda uma parcela sem uso pertencente ao Estado. Apenas a parcela residencial foi aprovada antes das melhorias do cemitério, uma parcela institucional foi aprovada em 2003 e todas as demais aprovações, 66, foram realizadas a partir de 2006, ou seja, em paralelo aos investimentos realizados no Cemitério, e a partir das obras de construção do elevado entre a Avenida da Saudade e a SC-404. Os agentes atuantes neste caso foram o mercado imobiliário em sua grande parte, seguido pelo Estado, com a aprovação de três projetos nas maiores parcelas disponíveis. Já na do entorno

imediate da UDESC, o uso residencial predomina, e os promotores fundiários e imobiliários (construtoras/incorporadoras) foram os agentes responsáveis por este processo. Aqui as aprovações ocorreram concomitantemente à execução das obras na Universidade, em 2010 e 2015.

Mapa 28. Investimentos públicos por ano de implantação versus aprovação dos projetos.



Fonte: Elaboração própria.

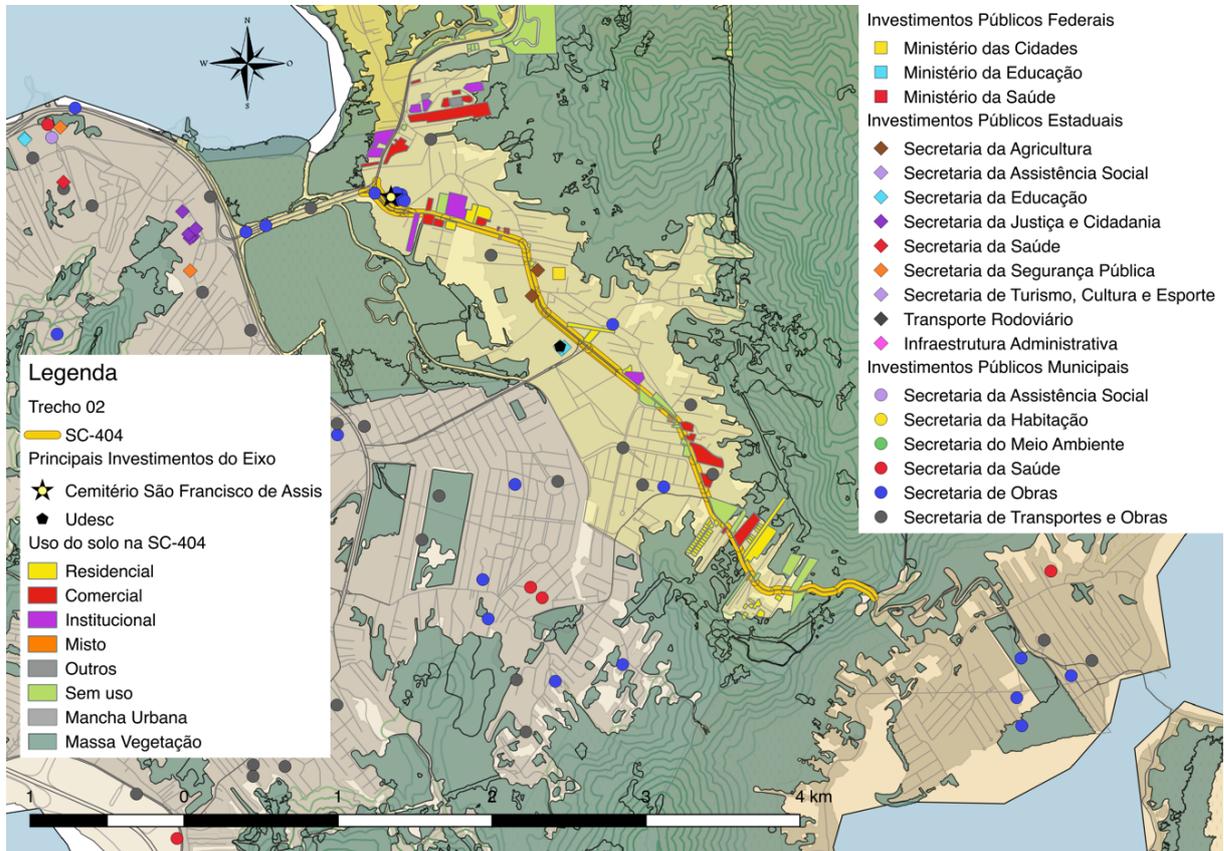
Fonte dos dados: SMDU – PMF (2019).

O Plano Diretor de 1997 (Lei n. 1, 1997) já previa para o eixo, em praticamente toda a sua extensão, Áreas Comunitárias Institucionais (ACI) com as Áreas Residenciais Predominantes (ARP) e Exclusivas (ARE). Esse dado revela a predominância do uso residencial no trecho estudado, bem como a localização dos principais investimentos realizados na via, pertencentes ao zoneamento de Áreas Comunitárias Institucionais (ACI) desde a sua implantação, por se tratarem de equipamentos de serviços públicos. As ACIs possuem limites de ocupação definidos caso a caso, pelo “Órgão Municipal de Planejamento, levando-se em conta os limites de ocupação mais adequados às zonas circunvizinhas à área” (Lei n. 1, 1997).

Na mesma Lei, nas Áreas Residenciais nas quais a habitação é predominante, o lote mínimo poderia atingir 1.500 m<sup>2</sup> com testada mínima que deveria ser superior a 30 m em algumas regiões, com um número máximo de até doze pavimentos em uma densidade média de 975 hab/ha. Nas Áreas Residenciais Exclusivas, esses índices chegavam até 5.000 m<sup>2</sup> e 35 m como

lote e testada mínimas. Mas aqui o número máximo de pavimentos se mantinha em dois, em uma densidade média de 165 hab/ha.

Mapa 29. Uso do solo na SC-404 versus investimentos por Secretaria Pública.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: SMDU – PMF (2019).

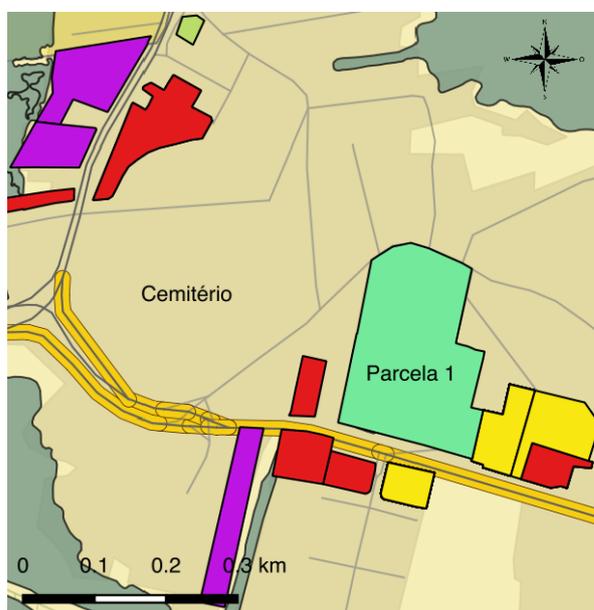
No entorno do Cemitério próximo à SC-401, com as Áreas Mistas de Serviços (AMC) localizadas na borda da SC-401 e as áreas residenciais, prevaleciam os usos das Áreas Mistas de Centrais (AMC) e Áreas Verdes de Lazer (AVL), esta última classificada como “espaços urbanos ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da cobertura vegetal, à prática de atividades de lazer e recreação, e à proteção ou ornamentação de obras viárias” (Lei n 1, 1997). As AMCs seguiam em partes os limites ocupacionais das ARPs quanto à testada mínima (30m) e o número de pavimentos (12), porém seu lote mínimo atingia um índice máximo de 1.020 m<sup>2</sup> em uma densidade média de 1.095 hab/ha.

No planejamento proposto em 2014 pelo Plano Diretor, Lei n 482, 2014, estas mesmas parcelas localizadas no entorno imediato ao Cemitério passaram a fazer parte de ACIs em função dos novos usos comunitários estabelecidos. A Área Mista Central (AMC) foi mantida em uma pequena mancha vizinha ao Cemitério, e outra foi localizada mais ao norte, mas agora com limites de ocupações de 600 m<sup>2</sup> e 15 m, como lote e testada mínimas em edificações de até seis pavimentos. Mesma situação ocorrida no entorno imediato da UDESC, em que as ACIs e a AMC dominam o zoneamento. As Áreas Residenciais Mista e Predominante somente vão

se concentrar nas bordas do eixo, quando mais afastadas da área central. Os limites de ocupações aqui atingem índices de 450 m<sup>2</sup> e 15 m, 360 m<sup>2</sup> e 12 m, como respectivamente, lotes e testadas mínimas, em construções de no máximo cinco e dois pavimentos.

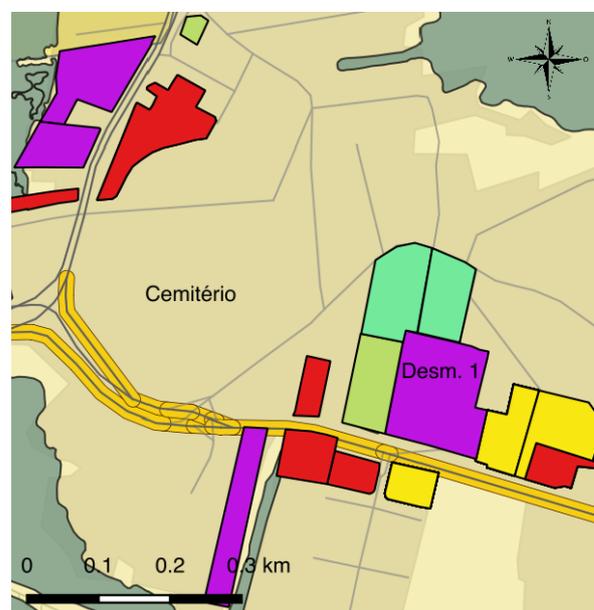
Na SC-404, os quarteirões de forma irregular são adaptados à geografia física, acomodando parcelas de diferentes formatos, alguns deles bastante profundos em função das características do sítio em que se encontram, que possuem em média 3.500 m<sup>2</sup>. Neste exemplo de desmembramento (Mapas 30 e 31), uma ampla parcela (Parcela 1), originalmente com 45.431,41 m<sup>2</sup>, sofreu a sua subdivisão em quatro novos lotes de 8.043,14 m<sup>2</sup> a 19.145,74 m<sup>2</sup>, uma delas destinada ao uso Institucional.

Mapa 30. Tipo de parcela existente até 2006.



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 31. Desmembramento de parcela a partir de 2006.

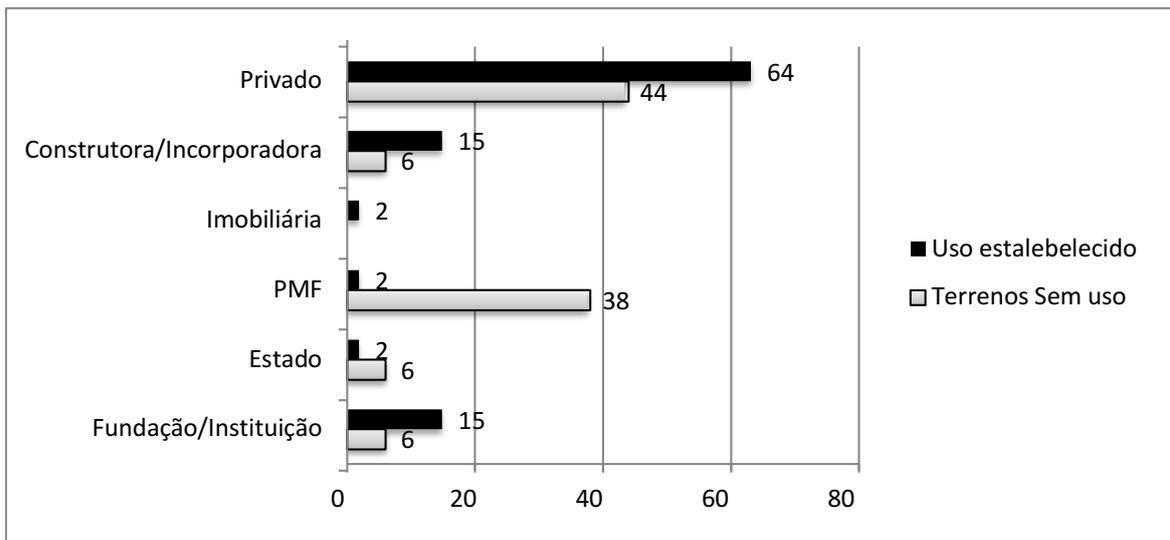


Fonte: Elaboração própria.

O estudo morfológico do tecido urbano da SC-404 identificou que não há um padrão constituído na forma dos lotes, nem pelo uso estabelecido, visto que diferentes formas e tamanhos, os mais variados possíveis, representam os diversos tipos de uso da região, mas demonstrou a presente relação entre a forma do lote e o edifício instalado, ou seja, amplas parcelas abrigam grandes equipamentos implementados.

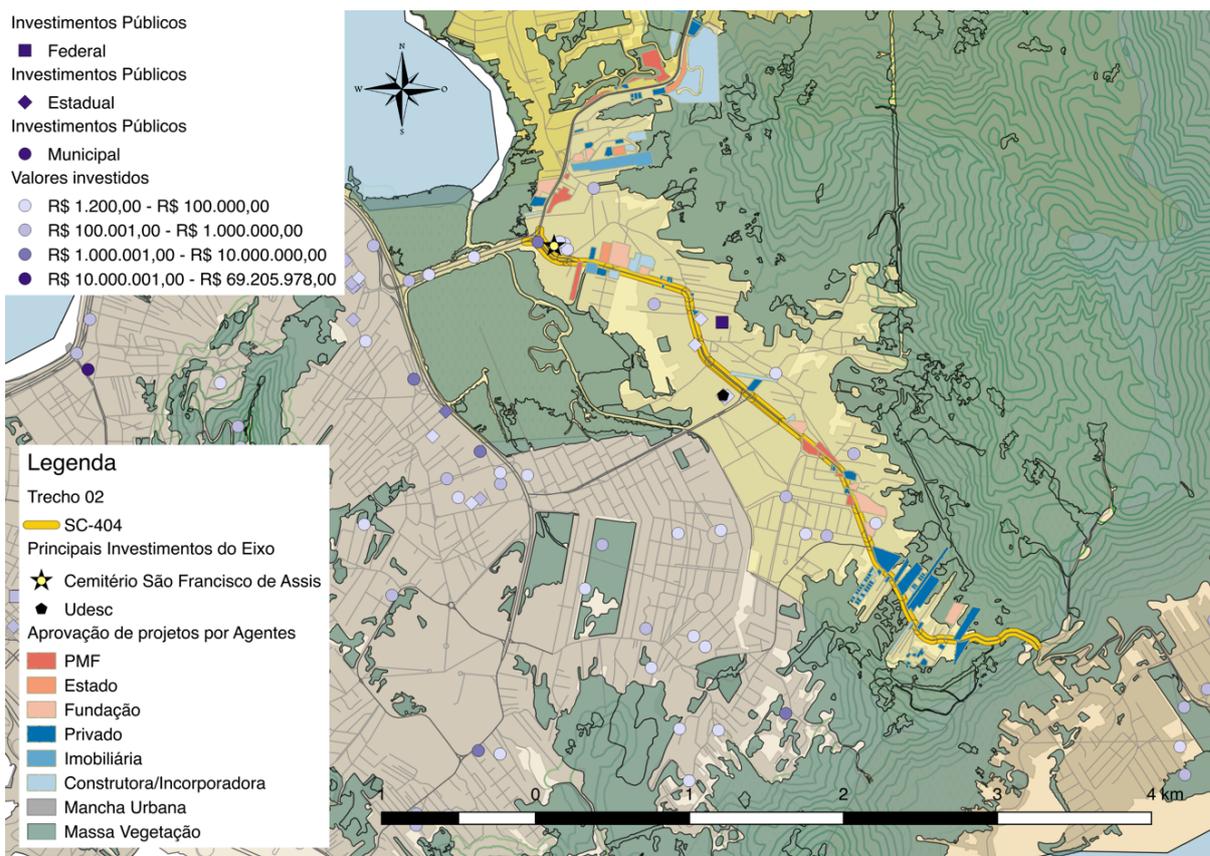
Da mesma forma que o ocorrido na SC-401, o principal agente atuante na produção do espaço da SC-404 (Gráfico 15 e Mapa 32), no Século I, foi o mercado imobiliário por meio da atuação do setor privado, construtoras/incorporadoras e das imobiliárias, com um percentual de 81 de todos os projetos aprovados. Mas neste eixo o Estado se fez mais presente, com um percentual de 19 da produção da via, por meio das Fundações e Instituições, Prefeitura Municipal e Governo Estadual.

Gráfico 15. Percentual dos agentes da produção do espaço da SC-404, desde 2000, e da futura ocupação, a partir da posse das parcelas sem uso.



Fonte: Elaboração própria.

Mapa 32. Atuação dos agentes na aprovação dos projetos da SC-404 a partir de 2000.



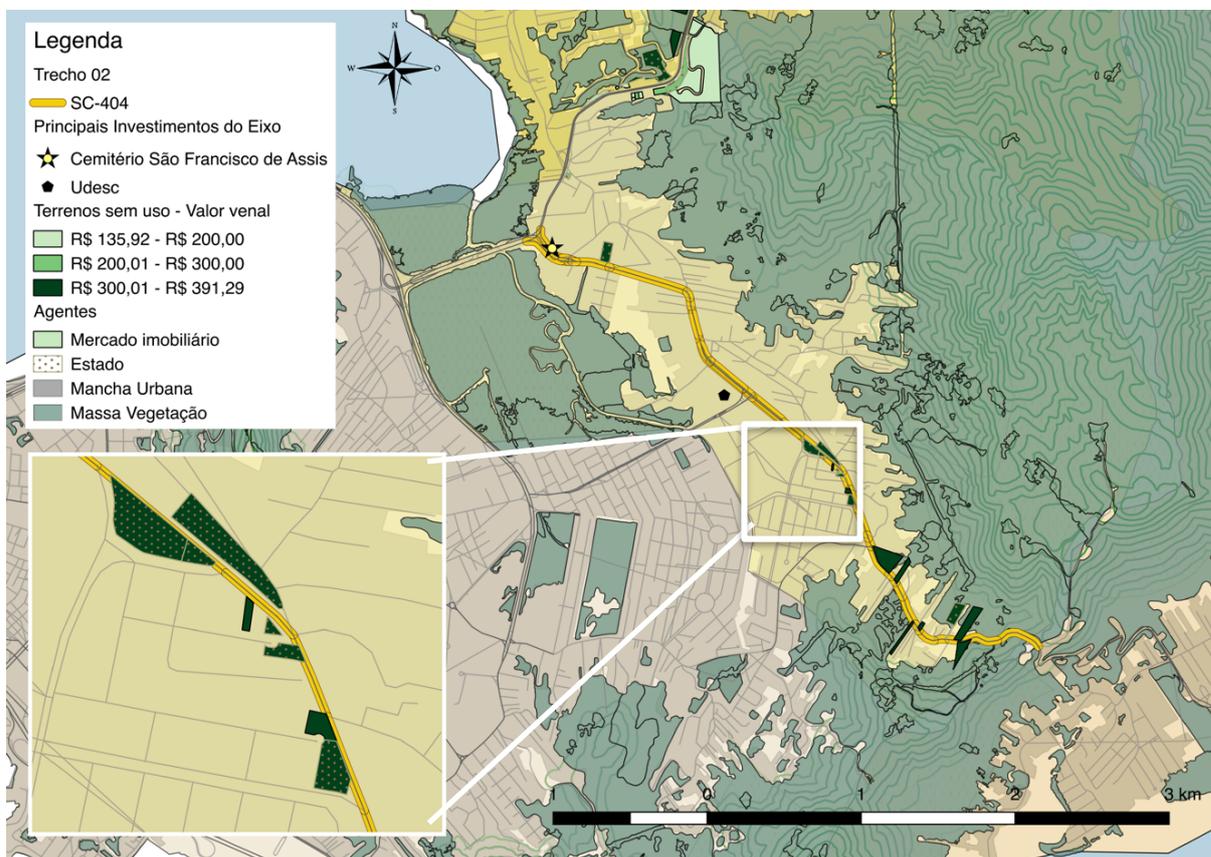
Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: SMDU – PMF (2019).

Dos terrenos sem uso na via, que totalizam 16 parcelas, 50 pertence ao mercado imobiliário e 50 ao Estado (Gráfico 15 e Mapa 32), segundo os dados da Secretaria Municipal da Fazenda (2019). 38 das parcelas do Estado pertencem à Prefeitura Municipal que possui cinco lotes

ainda disponíveis ao uso no eixo da SC-404 e os proprietários fundiários detêm 44 dos terrenos privados na via. Não há terreno sendo oferecido para venda em imobiliária na via, e todos possuem o valor venal do m<sup>2</sup> territorial acima dos R 300,00 (Mapa 33).

Mapa 33. Valor venal do m<sup>2</sup> territorial x agentes das parcelas sem uso na SC-404.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: SMDU – PMF (2019).

No estudo dos índices construtivos dos Planos Diretores propostos para a SC-404, percebe-se pelo planejamento atual, a intenção do Estado na diversidade de usos, quando este reduz pela metade os parâmetros de lote e testada mínima das parcelas, e a busca pela diminuição na densidade local, a partir do momento em que permite a construção da metade do número de pavimentos da via.

Com o mesmo percentual de estoque de imóveis na via que o mercado imobiliário, ou seja, com posse de 50 dos lotes ainda disponíveis ao uso na via, o Estado assume na SC-404, um importante papel como garantidor do direito à cidade, quando da destinação de uso dessas áreas. São terrenos com grandes dimensões, de 1 mil, 3 mil e quase 7 mil m<sup>2</sup> que possuem geometrias difíceis de se trabalhar, mas alguns com testadas generosas para a via. Essas áreas poderiam ser perfeitamente utilizadas para a implantação de equipamentos de lazer para o bairro, ou outro que atendessem ao uso residencial predominante no eixo e suas adjacências.

Dos lotes com o uso estabelecido no período estudado, identificou-se que o valor venal do m<sup>2</sup> territorial dos imóveis na SC-404 ficou 15 vezes maior que o realizado na década anterior. A Planta Genérica de Valores (PGV) de 2001 estimava o valor venal do m<sup>2</sup> territorial para os imóveis localizados no eixo da SC-404 em R 92,44. Com a aprovação PGV de 2013, o valor venal do m<sup>2</sup> territorial dos lotes localizados no eixo da SC passou para R 1.454,40 a partir de 1 de janeiro de 2014.

Avaliando os investimentos públicos realizados no mesmo período, de 2002 a 2013, verificou-se que estes foram 80 vezes maiores. Com um valor médio de pouco mais de R 186 mil reais por ano para um valor médio anual de quase R 2.500 milhões de reais, totalizando em um período de 12 anos, quase 30 milhões de reais. Isso evidencia que na SC-404 houve um processo significativo de valorização dos imóveis em que o valor do m<sup>2</sup> territorial estabelecido na legislação foi impulsionado pela extraordinária acumulação de investimentos no eixo da via.

Os dados demonstram que, pela concentração de investimentos na SC-404, houve um processo de valorização do lugar, muito maior que o ocorrido na SC-401. Tanto a via, SC-404, quanto o próprio bairro Itacorubi possuem uma forte articulação e proximidade com as áreas mais centrais e consolidadas da Ilha que abrigam a população de maior renda média do município. Além disso, como descrito anteriormente, a via foi alvo de uma série de investimentos públicos já em décadas anteriores ao estudo aqui apresentado. Essa significativa quantidade de obras e de valor investido na região, seja no Século passado, seja no Século atual, caracteriza uma forma de investimento circular, ou seja, o Estado investe onde já há mais renda populacional. E quanto mais o Estado investe, maior é a valorização da terra e a concentração de renda neste mesmo local. Com isso, tem-se um círculo vicioso que envolve investimento, valorização do lugar e concentração de renda.

#### **5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Com o exposto acima, foram apresentados neste capítulo os resultados referentes ao atendimento aos outros dois objetivos da pesquisa: b) Avaliar a relação da implantação dos investimentos públicos com as transformações morfológicas resultantes no tecido urbano e uso do solo em dois eixos de grande inversão de recursos em Florianópolis no período de 2000 a 2018 c) Examinar como os investimentos públicos interferiram na, ou reforçaram a lógica de valorização da terra urbana.

Conforme justificado no início do Capítulo, os eixos analisados representam as vias que fazem as principais ligações para as regiões Norte e Leste da Ilha, respectivamente, segunda região mais favorecida pela atuação do Estado e região menos atendida. Trata-se de duas realidades cujo processo de inserção no contexto urbano da cidade foi determinado pelos investimentos públicos realizados em um momento histórico anterior ao estudado na pesquisa, e que neste

momento está tendo efeitos. Estas vias localizam, a partir de 2000, três importantes equipamentos em que os Governos Estaduais e Municipais atuaram diretamente. Os demais investimentos realizados no Eixo como um todo e seu entorno variam quanto ao uso do solo, de acordo com as características que cada investimento apresenta (Quadro 6 e Gráfico 16).

Quadro 6. Síntese dos principais pontos realizados nas análises das SC-401 e SC-404.

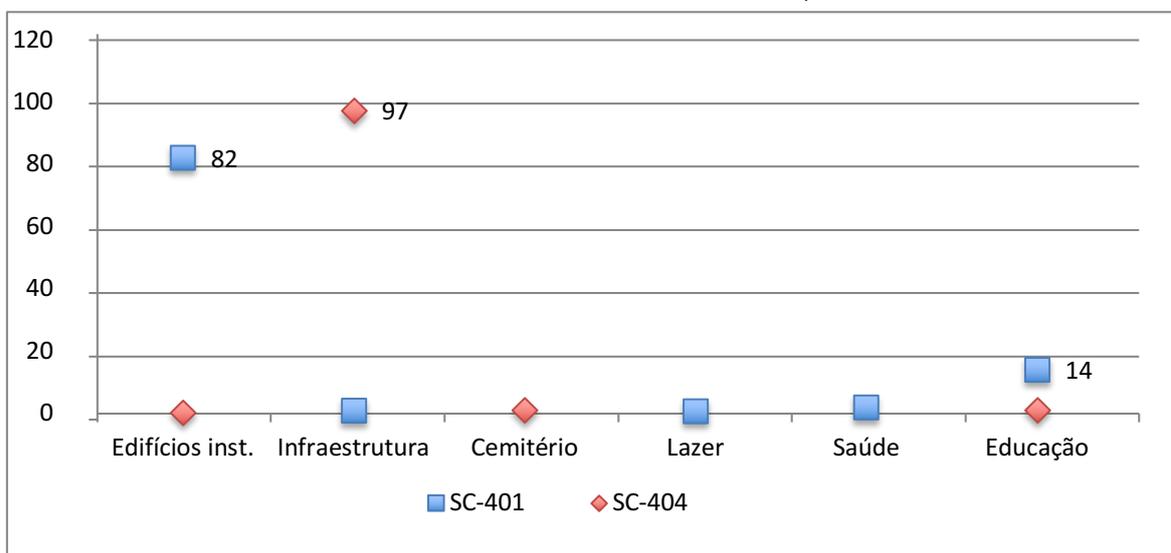
SC-401	SC-404
<p>O principal investimento realizado no eixo foi desenvolvido pelo Estado em uma obra de Infraestrutura Administrativa: Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina</p> <p>13 obras em um valor total de R 20 milhões</p> <p>Os demais investimentos realizados próximo ao eixo foram: 7 obras em Educação, 3 obras em Infraestrutura, 2 obras em Praças Públicas e 1 obra na área da Saúde, totalizando quase R 4.500 mil</p> <p>Valor total investido: R 25.000 milhões</p>	<p>Os três principais investimentos no eixo foram realizados pela Secretaria de Obras do Município e pela Secretaria de Educação do Estado: Cemitério Municipal São Francisco de Assis Elevado na Av. da Saudade/Rodovia SC-404 e UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina</p> <p>9 obras em um valor total de R 7,8 milhões</p> <p>Os demais investimentos realizados próximo ao eixo foram: 4 obras Infraestrutura, 1 obra em Educação e 2 obras em Edifícios Institucionais, totalizando mais de R 22 milhões.</p> <p>Valor total investido: R 30.000 milhões</p>
<p>PGV 2001: Valor venal m<sup>2</sup> territorial R 46,00 PGV 2014: Valor venal m<sup>2</sup> territorial R 242,87</p>	<p>PGV 2001: Valor venal m<sup>2</sup> territorial R 92,44 PGV 2014: Valor venal m<sup>2</sup> territorial R 1.454,40</p>
<p>Uso do solo no entorno imediato do Principal Investimento: Comercial</p> <p>O Mercado imobiliário foi o principal agente atuante</p>	<p>Uso do solo no entorno imediato dos Principais Investimentos: Residencial</p> <p>O Mercado imobiliário e o Estado foram os agentes atuantes</p>
<p>Uso do solo predominante no eixo: Comercial O Mercado imobiliário foi o principal agente atuante</p> <p>O Mercado imobiliário é o principal agente atuante nas parcelas ainda disponíveis ao uso</p>	<p>Uso do solo predominante no eixo: Residencial O Mercado imobiliário foi o principal agente atuante</p> <p>O Mercado imobiliário e o Estado são os agentes atuantes nas parcelas ainda disponíveis ao uso</p>

Fonte: Elaboração própria.

A SC-401, eixo que liga a região administrativa Sede para a região com o maior número de investimentos, Norte, possui em sua linha de análise a implantação de somente um

investimento público, um equipamento institucional executado pelo Estado, que concentrou, em um único local, um valor investido de mais de 20 milhões de reais. O Centro Administrativo corresponde a uma atividade de médio porte, que não envolve o uso cotidiano da população. Por ser a Sede do Governo do Estado, a prestação de serviços é realizada para todo o Estado e não somente no município. No mesmo local, encontra-se ainda o Teatro Pedro Ivo, que realiza a “utilização e operacionalização do Centro de Convivência e de Eventos” (Teatro Pedro Ivo, 2019) da Sede administrativa. A dinâmica urbana da região abrangente ao equipamento foi bastante ativa, com uma série de aprovações de uso do solo, em sua totalidade comerciais, intensificadas com o início das obras de reformas de adaptações dos prédios. O mercado imobiliário, por meio dos proprietários fundiários, foi o responsável por esse desenvolvimento, seguido dos promotores imobiliários (imobiliárias e construtoras/incorporadoras) (Quadros 6 e 7).

Gráfico 16. Investimentos realizados nos Eixos das SC-401 e SC-404, desde 2000.



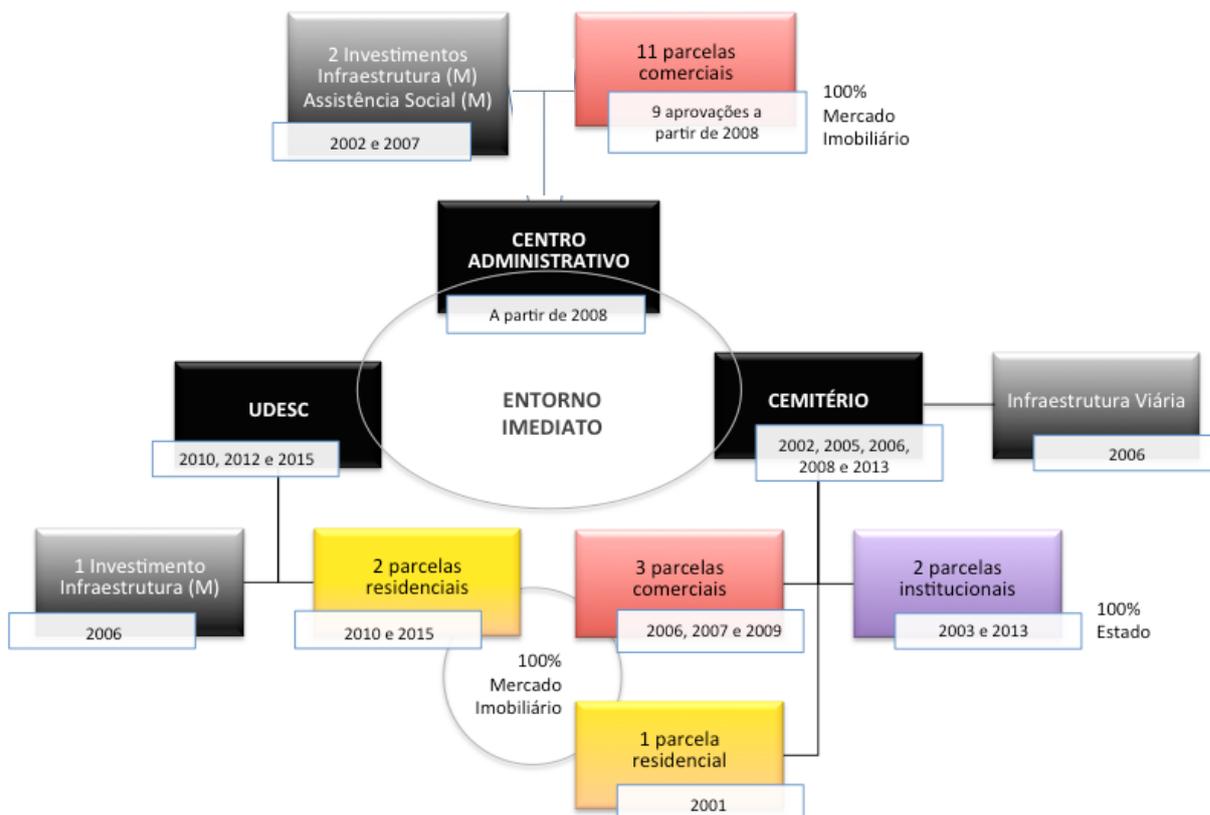
Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ver Quadro 6.

A SC-404, eixo que liga a região administrativa Sede para a região menos atendida pelo Estado, Leste, possui em seu eixo dois principais equipamentos que tiveram obras realizadas no período. Juntos, tais investimentos totalizam quase 570 mil reais (Quadro 6). Um voltado ao serviço público municipal, Cemitério São Francisco de Assis, e o outro um equipamento educacional voltado para a Universidade do Estado de SC (UDESC).

O Cemitério São Francisco de Assis apresenta entorno misto, no qual o comércio e os edifícios institucionais são os usos diretamente relacionados, e cujos agentes responsáveis por sua produção são o Mercado Imobiliário e o Estado. Os cemitérios compõem usos peculiares que podem trazer desconforto à sua vizinhança. Por isso, nem sempre são compatíveis com as demais atividades do local em que se encontram. Isso é demonstrado pelas alterações no uso do solo ocorridas logo após ou no mesmo ano das obras públicas realizadas no Cemitério (Quadros 6 e 7).

Quadro 7. Síntese do uso do solo e da atuação dos agentes no entorno imediato dos principais investimentos públicos realizados nas SC-401 e SC-404 – dados por ano.



Fonte: Elaboração própria.

A Universidade do Estado de SC (UEDESC) apresenta no seu entorno imediato o uso residencial em que o mercado imobiliário, por meio dos proprietários fundiários, foi o responsável pelo desenvolvimento (Quadro 6). No equipamento educacional, foi possível identificar que, no mesmo ano de realização das obras públicas na UEDESC, aconteceram aprovações de dois novos projetos residenciais. As universidades são atividades de grande porte, em função da ampla área que seus equipamentos utilizam, e pela concentração de pessoas e veículos que elas geram, mas nem por isso o uso residencial deixa de ser bem-vindo. Esses equipamentos possuem uma forte atração por residências, tanto por unidades de menor porte, apartamentos para estudantes, quanto famílias com poder aquisitivo intermediário que buscam a proximidade dos serviços diários e da ampla abrangência oferecidas nas centralidades que estes equipamentos geram (Quadro 7).

Os três equipamentos já estavam implantados e tiveram, a partir de 2000, obras de ampliações e melhorias para que fossem adequados aos novos usos estabelecidos ou as novas necessidades apresentadas. Todos atendem às demandas municipais, sendo que dois deles estão relacionados ao envolvimento esporádico da população, ao passo que a Universidade,

para algumas parcelas populacionais que estão em fase de estudo ou os seus funcionários, tem uso diário.

É importante salientar que alguns equipamentos urbanos possuem um caráter mais repulsivo e de desvalorização do entorno que de valorização e atração. No caso, o Cemitério é um deles, assim como o Centro de transferência e reciclagem do município (COMPAP) e o Instituto Médico Legal (IML), equipamentos concentrados próximos ao início da SC-404 (entroncamento com a SC-401). Tais equipamentos repelem o uso residencial, mas são articulados potencialmente com os usos institucionais e comerciais que possuem uma rotina diária e semanal estabelecida, como é o identificado pelas aprovações de projetos ocorridos no seu entorno<sup>65</sup>.

A pesquisa constatou igualmente que a tipologia das parcelas é compatível com os lugares onde estão localizadas. A configuração do parcelamento proposto na SC-401 tem relação direta com o uso predominante da via, comércio de grande porte implantado em generosas parcelas fundiárias. Aqui, tanto o uso quanto a configuração do parcelamento lindeiro predominante na via (grandes parcelas) estão mais associados ao seu perfil de via arterial de alta velocidade (ligação do centro com os bairros importantes do Norte) e com um significativo grau de consolidação do tecido urbano adjacente relacionado com a pouca atratividade que aquelas características possuem para a instalação de populações de maior renda. A SC-404, via também de perfil arterial de médio porte e velocidade, apresenta parcelas de tamanho menor, porém com mais mesclas de usos em razão da predominância do uso residencial, mas que mantém, principalmente próximo da SC-401, a sua forte característica institucional proveniente do Século anterior.

O tratamento da forma urbana nos dois eixos demonstra as configurações espaciais compostas em partes por espaços livres (na maioria das vezes repletos de vegetação) e edificações, em que a forma e o tamanho dos lotes não configuram qualquer tipo de padrão para o tecido urbano encontrado nos eixos como, por exemplo, o uso específico estabelecido em lotes com áreas (tamanho) homogêneas. Entretanto, identifica-se como tendência a necessidade de grandes áreas para abrigar edifícios com grandes proporções, mesmo que seja para usos diferentes em cada um dos eixos. Enquanto na SC-401 os grandes lotes pertencentes ao setor privado tendem a ser destinados para usos comerciais, na SC-404 os grandes lotes privados tendem a ser reservados para uso residencial.

Há também diferença na relação estabelecida entre a via e o tecido urbano do entorno, nos dois casos. Percebe-se que, embora exista uma variedade de tamanhos nos lotes do tecido

---

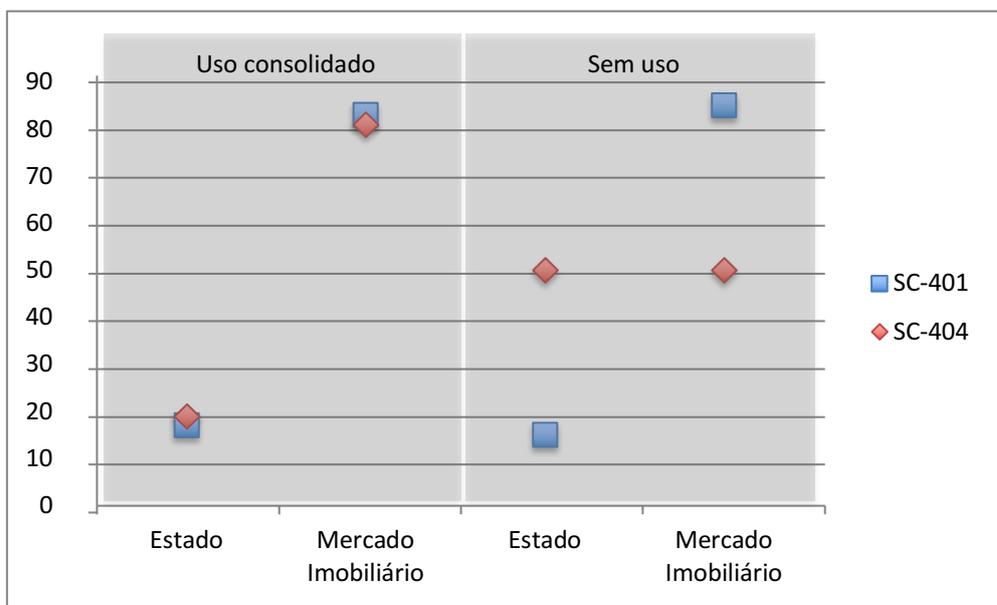
<sup>65</sup> O mesmo ocorre no entorno do Cemitério Jardim da Paz, localizado na SC-401. O cemitério é um equipamento privado instalado nas margens da SC-401 há mais de 50 anos, mas o crematório foi implantado recentemente, no ano de 2017. A pesquisa identificou que, no tocante às aprovações de projetos, todas foram voltadas para áreas comerciais, sendo que nenhuma delas ocorreu após a sua instalação.

urbano no entorno das vias, há uma diferença na tendência do parcelamento, com a mescla de perfil maior nas parcelas da SC-404 que na SC-401 e, principalmente, quanto ao uso de tais parcelas em cada um dos trechos. Há muitas parcelas das grandes áreas na SC-404 destinadas aos condomínios residenciais (em especial os verticais) que intensificam a densificação do bairro Itacorubi, se não voltadas para a via, muito próximas a ela e com ligação direta por meio das ruelas que estão interligadas, diferente dos bairros Saco Grande e Monte Verde que têm centralidades próprias, bem como uma malha viária interna com vias que não se ligam e não estão articuladas diretamente com a Rodovia Virgílio Várzea e com a SC-401.

Associado aos demais limites ocupacionais, como Taxa de Ocupação (TO) e Índice de Aproveitamento (IA), o planejamento previsto no eixo da SC-401, em 2014, promoverá o aumento da densidade populacional destas áreas. Já o planejamento proposto para a SC-404, principalmente pela alteração na redução do número de pavimentos da via, possivelmente busca manter a densidade existente, bem como a qualidade da paisagem. No caso da SC-401, o acréscimo de densidade dos edifícios pode mudar o perfil hoje estabelecido na região pelas modificações nas dimensões e geometrias das parcelas que a via apresenta.

Esse planejamento vai impactar ao mesmo tempo os terrenos vagos, ou seja, aqueles ainda não edificadas. Na SC-401, todos os lotes disponíveis ao uso chegam a 1/3 das parcelas da via, e pertencem, quase que em sua totalidade, ao mercado imobiliário, porém, na SC-404, o percentual é o mesmo, 50 das parcelas ainda não edificadas pertencem ao mercado imobiliário e a outra metade pertence ao Estado e as Fundações/Instituições (Gráfico 17).

Gráfico 17. Percentual dos agentes na produção do espaço das SC-401 e SC-404, desde 2000.



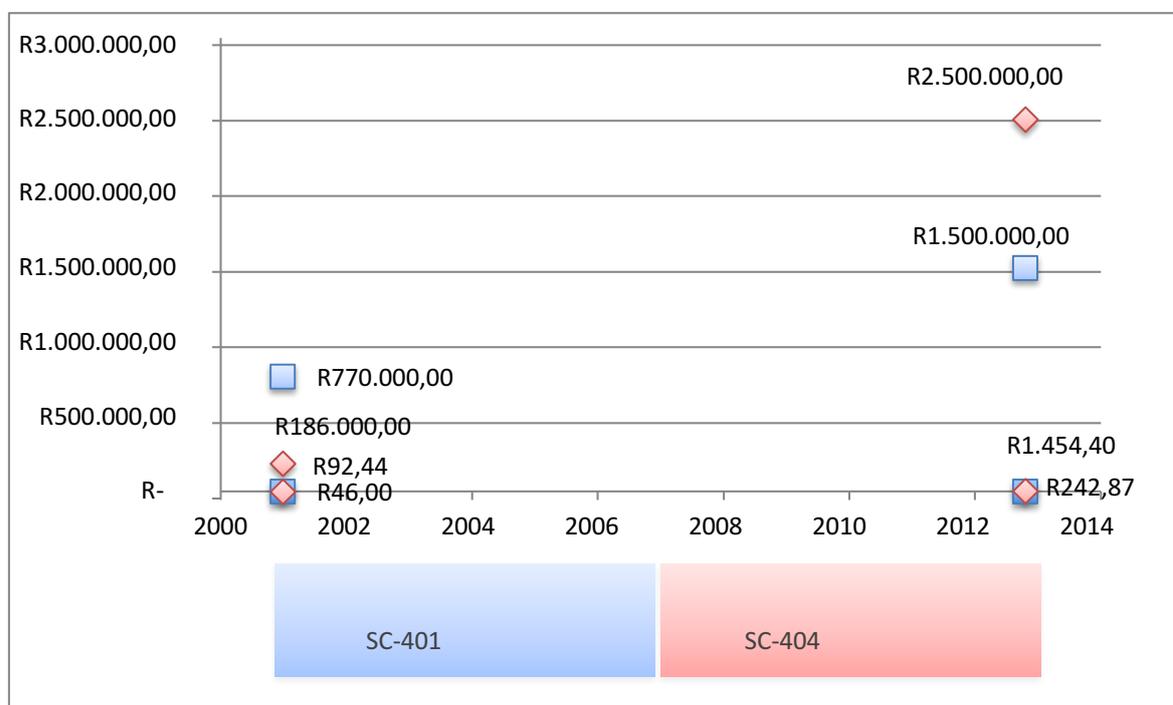
Fonte: Elaboração própria.

Isso significa que, na SC-401, a pressão pelo investimento do Estado em uma área mais afastada, com muitos lotes a venda, vem do mercado imobiliário, ao passo que o arranjo

espacial estabelecido na SC-404 teve (no Século ) e ainda terá (no Século I) forte influência do Estado.

Quanto ao valor do uso da terra, avaliando em conjunto os dois eixos do estudo, verifica-se que o valor venal do m<sup>2</sup> territorial estimado nas Plantas Genéricas de Valores (PGVs) na SC-404 é muito maior (6x) que o estabelecido na SC-401 (mesmo nas parcelas próximas ao Cemitério), da mesma forma que os investimentos realizados na via nesse período. Em 12 anos, da implementação de um valor anual menor de R 200 mil reais na SC -404 até 2001, chega-se à situação anual de R 2.500 mil reais até 2014. Esse valor é superior aos investimentos realizados na SC-401, que tiveram o dobro dos investimentos anuais entre as duas promulgações das Leis (Gráfico 18).

Gráfico 18. PGV x Investimentos anuais das SC-401 e SC-404.



Fonte: Elaboração própria.

Tanto o uso quanto a configuração do parcelamento predominante da via estão mais associados aos seus perfis. Uma possível justificativa para o baixo valor venal do m<sup>2</sup> territorial da via SC-401, em relação à SC-404, está mais associada ao perfil de via arterial que esta configura e do grau de consolidação do tecido urbano adjacente. Por sua função de ligação do Centro aos bairros da região Norte, gera-se uma relação repulsiva à alta renda. Com isso, a população de mais baixa renda se estabelece, bem como faz a apropriação de áreas relativamente centrais e providas de infraestrutura. Por outro lado, tem-se na SC-404, em uma via mediana, a consolidação de um tecido urbano adjacente à malha urbana que a rodeia, provida de infraestrutura em toda a sua extensão, acomodando uma população de maior poder aquisitivo, que pode pagar pela alta valorização destas terras.

A localização do investimento é, então, uma variável econômica que promove a valorização do lugar, pois, no eixo em que ocorre a ligação entre as regiões que tiveram a maior atuação do Estado, região administrativa Sede e região Norte – SC-401, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários atuaram mais fortemente, ao passo que também mantiveram a maior quantidade de terrenos vagos para uma futura ocupação. Na SC-404, o Estado concentra hoje a mesma quantidade dos terrenos ainda passíveis de utilização que o mercado imobiliário, e o valor venal do m<sup>2</sup> da terra atinge um valor superior a 6x ao comercializado no eixo que conecta a região Norte. Neste caso, a localização dos terrenos ainda disponíveis com um uso específico está valorizada pela produção pública que ocorreu na via, ao longo de tal período, e pela proximidade das áreas vizinhas ao Córrego Grande e Santa Mônica, bairros que fazem conurbação da área central urbana com o bairro Itacorubi.

Para conhecimento, valores venais acima de R1.454,40 o m<sup>2</sup>, na Ilha, em ordem crescente, somente são encontrados nos bairros Córrego Grande e Santa Mônica (vizinhos ao Itacorubi – mantêm o mesmo valor) e Trindade, em trechos dos Balneários Jurerê e Jurerê Internacional e na Rua das Gaivotas em Ingleses. De forma muito superior aparece nos bairros Centro, chegando a um índice de até R 9.331,74 e na Agrônômica, com valores que variam de R 4.015,29 a R 9.872,98 o m<sup>2</sup>.

Em contrapartida, regiões apresentadas no Mapa 18 (ver p. 126), que concentram a população com rendimento nominal médio mensal das responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento), acima dos 20 S.M. possuem, no bairro Cacupé (ao Norte) e na Lagoa da Conceição/Barra da Lagoa e Praia Mole (Leste) valores venais do m<sup>2</sup> territorial estimado em pouco mais R 1mil reais.

Assim, a paisagem urbana dos dois eixos estudados revela a produção do espaço urbano desenvolvido a partir da estrutura morfológica da cidade, tanto na gênese do seu traçado urbano, quanto nas localizações dos investimentos pré-existentes ao período de estudo definido na pesquisa, que produziram e vem produzindo, no Século I, alterações muito além do seu entorno imediato.

O estudo demonstra ainda a interdependência do plano, do tecido urbano e do uso do solo, como resultado da interação da tomada de decisão dos agentes sociais e econômicos que a moldam/transformam por um longo período de tempo.

# VI

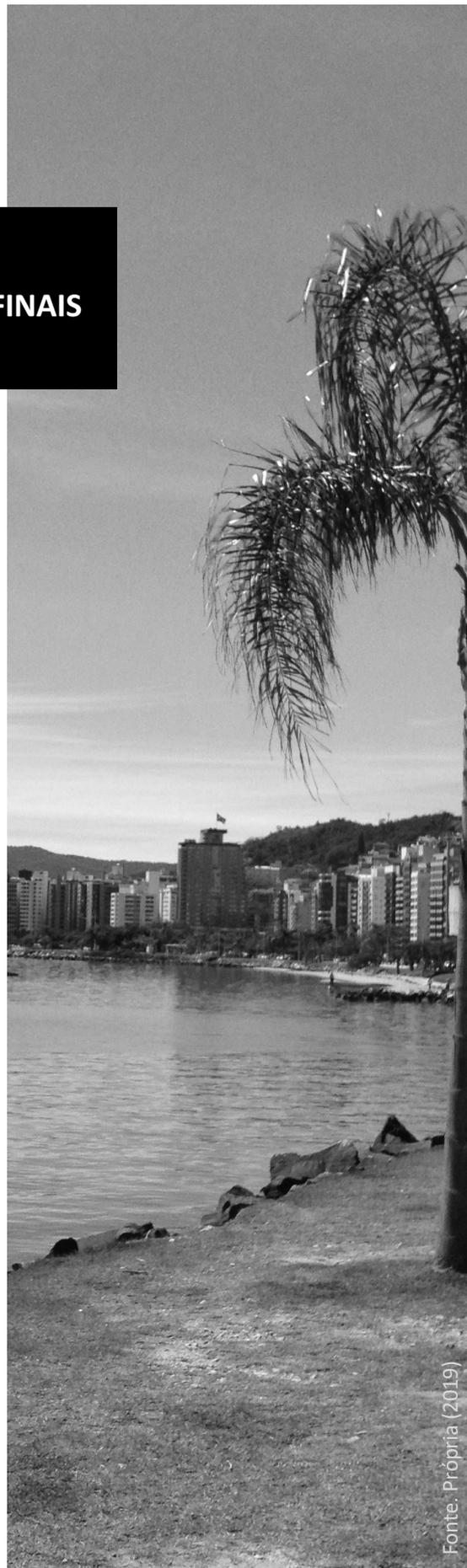
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**DAS ABORDAGENS DA PESQUISA  
E DOS PROCEDIMENTOS  
METODOLÓGICOS ADOTADOS**

**DA RESPOSTA AOS OBJETIVOS E  
ÀS PERGUNTAS DA PESQUISA**

**LIMITAÇÕES DO TRABALHO**

**RECOMENDAÇÕES PARA  
PESQUISAS FUTURAS**



## 6.1 DAS ABORDAGENS DA PESQUISA E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

O trabalho surgiu da inquietação frente ao entendimento da forma física da cidade, a partir da influência da atuação do Estado por intermédio de seus investimentos públicos. Pesquisas desta natureza tratam da investigação do Estado nos processos socioeconômicos da população, mas não abordam como tais ações influenciam diretamente o processo de produção do espaço das cidades, diferencial proposto no estudo.

Dessa forma, o primeiro campo teórico estudado tratou da busca por respostas para a questão dos investimentos públicos realizados no município de Florianópolis a partir do Século I, tomando por base o ocorrido em seu processo histórico, bem com o entendimento dos padrões de estruturação que estes promoveram na dinâmica urbana do município, refletida na distribuição e acomodação dos estratos sociais que vivem na cidade. A pesquisa seguiu inicialmente uma linha de estudo já desenvolvida antes por Sugai (2015), porém é importante esclarecer que, em razão da complexidade identificada de que outras variáveis poderiam estar interferindo no processo de produção, encaminhou-se o estudo desta maneira para buscar esclarecer.

Em continuidade ao primeiro, o segundo campo teórico explorado focou os estudos diante dos questionamentos de interferência da atuação do Estado diretamente no tecido urbano. Aspectos da forma urbana, como uso do solo e tipo de parcela, foram considerados na pesquisa com a identificação também do valor da terra urbana, ou seja, elementos primordiais nos processos de construção e valorização do lugar. Com os métodos adotados, a morfologia urbana, em especial a abordagem histórico-geográfica, conseguiu esclarecer com um certo rigor as dinâmicas da forma urbana em dois estudos de caso específicos.

Em uma pesquisa de estudo teórico empírico, com caráter exploratório, em que o levantamento de dados e variáveis é parte crucial para o seu bom desempenho, e analítica de abordagem qualitativa, em que os fatos deverão estar registrados e analisados para que as correlações sejam identificadas, e ainda, com estratégia de estudo de caso, a disponibilidade dos dados de forma aberta e transparente nos órgãos governamentais foi fundamental em todo o processo. Desde as variáveis exploradas na pesquisa em tabelas ou fichas cadastrais, até o incremento destes dados em mapas base, que geraram, por fim, gráficos e imagens para a compreensão dos fenômenos.

Nesse sentido, considera-se que a abordagem da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados comprovaram a relação existente entre investimentos públicos, processo de crescimento e formas urbanas resultantes a partir do momento que as estruturas urbanas são modificadas ou alteradas em função da atuação do Estado.

## 6.2 DA RESPOSTA AOS OBJETIVOS E ÀS PERGUNTAS DA PESQUISA

Os resultados encontrados por meio do estudo possibilitaram compreender como os reflexos da ação do Estado promoveram a construção do espaço urbano de Florianópolis/SC a partir da implantação de seus investimentos públicos. Com o reconhecimento do território (por intermédio da dinâmica urbana), da identificação dos elementos morfológicos e do uso do solo, foi possível verificar como ocorreram as transformações e os processos de crescimento da forma urbana da Ilha, com base no reflexo da atuação do Estado, em um espaço produzido por um conjunto de agentes e outras variáveis (como localização, renda e uso do solo) que interferem em tal processo.

A pesquisa constatou que, com base na tendência apresentada no Século anterior, a partir do ano 2000, o município de Florianópolis seguiu sendo alvo de uma série de investimentos públicos que se mantiveram, porém em menor proporção.

A União centralizou de maneira igualitária em toda a Ilha, investimentos essenciais para as obras de saneamento relativas à implantação do sistema de esgotamento sanitário no município, mas foi a esfera Municipal a que investiu a maior quantidade e o maior número de recursos, distribuindo a sua atuação em praticamente todo o município. Foram muitas obras voltadas para infraestrutura urbana, mas também houve uma grande atenção com as obras de cunho social, em novas implantações, ampliações e revitalizações de equipamentos comunitários de atendimento à população em Escolas, Creches, Praças, equipamentos esportivos, habitação e saúde.

Identificou-se uma explícita mudança quanto ao perfil dos investimentos realizados no município no Século I . Diferentemente das obras em infraestrutura viária no Século passado, constatou-se agora a predominância de outra tipologia, mais voltada ao atendimento das necessidades da população que, conseqüentemente, se reflete no espaço de maneira diferente do sistema viário, acaba trazendo alterações na forma da produção do próprio espaço, bem como promovem em seu entorno imediato novas oportunidades de uso, inclusive, que atendam ou que se moldem as novas características do sítio.

A implantação de uma escola ou de um equipamento de saúde, por exemplo, ou mesmo a execução de um parque ou um edifício administrativo em determinado lugar, geram centralidades que precisam de um sistema de apoio paralelo à sua instalação. São necessários acessos específicos aos referidos locais, áreas de estacionamento que interferem diretamente na estrutura urbana local, o que justifica, seguramente, a ocorrência dos elevados percentuais em obras viárias, realizadas pelo Estado e Município.

Contudo os investimentos que envolveram os maiores valores pontuais em localizações específicas, foram as promovidas pelo Governo Estadual. Destas, a implantação do Centro de

Eventos Governador Luís Henrique da Silveira com as suas obras de acesso e construção do Elevado em Canasvieiras foram as mais expressivas. Investimentos na infraestrutura viária, como as duplicações das SC-401 e SC-403, aparecem em segundo lugar, seguidas pelas obras necessárias para implantação do Centro Administrativo do Estado na SC-401.

A região administrativa Sede foi a mais beneficiada, seguida pela região Norte, sendo que pouquíssimas obras foram destinadas à região administrativa Leste, fazendo com que essa se apresentasse como aquela em que o Estado fez a menor atuação.

A localização destas obras, especialmente as do Estado, que envolveram os maiores recursos do município, confirmam o interesse do Governo em desenvolver as regiões administrativas Sede e Norte que, por sua vez, refletiram em alterações na estrutura dos espaços e em altas taxa de crescimento. Bairros da região administrativa Sede e Distritos das regiões administrativas Norte e Leste, foram os que apresentaram taxas de crescimento superiores a 50, ou seja, mais do que duplicaram as suas populações em um período de 10 anos.

No entanto, diferente do apresentado no Século anterior, a localização destes novos investimentos não contribuiu diretamente com a distribuição sociodemográfica da população do município, visto que, tanto as regiões que obtiveram maior atenção quanto aquelas em que o Estado praticamente não se fez presente, receberam acomodações de estratos sociais de extremos de renda.

Com taxas de crescimento também acima dos 50 entre o período de 2000 a 2010, o estudo aproximado dos bairros e dos eixos da região administrativa Sede Ilha, que levam as regiões com maior e menor atenção do Estado, revelou em sua maioria o interesse da população de classe média do município, prioritariamente para o uso comercial na SC-401 (ligação para o Norte) e residencial na SC-404 (Ligação para o Leste), apesar deste último já concentrar grande parte dos equipamentos institucionais da Ilha.

No estudo morfológico, em um curto período de tempo (se considerarmos a média de estudos das cidades), verifica-se que nem sempre é possível que sejam identificadas alterações profundas na forma urbana, como é o caso do sistema viário do município que, no período da análise, não expôs mudanças.

A tese aprofunda os estudos em duas realidades urbanas onde o traçado foi definido quase que integralmente em períodos anteriores àquele definido pela pesquisa, e, portanto, constata que as alterações aconteceram tão somente em variáveis de caráter local, no parcelamento e nas modificações de usos do solo. Por ser o traçado, a variável formal que participa diretamente da definição dos distintos lugares da estrutura urbana, encontra-se nele, alterações para muito além do seu entorno imediato.

Mas é importante esclarecer que os eixos analisados resultam de investimentos públicos realizados no período anterior a pesquisa, principalmente pela conexão que estas realizam com as demais regiões da Ilha. Ambas SCs possuíram no Século , a implantação de uma série de investimentos, de diferentes tipos e escalas, que definiram não somente a acessibilidade dessas áreas, como as condições de localização destas áreas no contexto do tecido urbano. Por isso, no estudo aqui realizado essas rodovias não apresentaram profundas alterações em sua estrutura urbana. Os investimentos públicos nestes sistemas viários restringiram-se basicamente ao melhoramento das vias.

É relevante destacar também, a semelhança quanto ao desenho e dinâmica urbana dos dois perfis analisados. Ambas rodovias não tiveram diretamente no seu eixo, o maior volume de investimentos realizados no período estudado. Os investimentos se distribuíram, principalmente se considerarmos os municipais, nas estradas gerais ou em áreas próximas destas, que tiveram por sua vez importantes transformações, inclusive nas áreas informais. São nessas estradas e nas suas ramificações que há a concentração da população residencial destes lugares.

Mesmo assim, a pesquisa demonstrou que tanto os aspectos de localização quanto do uso do solo foram os que sofreram mais impactos na forma urbana no tocante à implantação dos investimentos em determinado lugar. Essas alterações ocorreram tão somente em escalas locais, em especial na tipologia das edificações, adensamento construtivo, mudança de usos do solo e, em escala bem menor, no parcelamento da terra. Dos aspectos da forma que impactaram o tecido urbano, foram identificados os fatores relativos ao desmembramento das parcelas existentes nos Eixos estudados, que apresentaram maior conexão acerca das implantações dos investimentos realizados na SC-404.

A pesquisa estabeleceu ainda o entendimento do uso do solo relacionado ao ano de implantação. Identificou-se que, independentemente do tipo de investimento praticado pelo Estado, após a sua implantação, ocorreram grande parte das novas aprovações de projetos nos dois eixos estudados. As alterações foram promovidas basicamente pelo Mercado Imobiliário, no caso da SC-401 tanto pelo Mercado Imobiliário quanto pelo Estado na SC-404.

Além de permitir a reflexão sobre o próprio processo de planejamento, foram constatadas as interfaces entre as diferentes esferas de intervenção no espaço da cidade em que o Mercado Imobiliário, pela posse das terras, é o principal agente produtor, exercendo o maior controle de desenvolvimento destas áreas, principalmente pelo o que foi identificado na SC-401. Aqui, o Estado passa a atuar na lógica do Mercado Imobiliário.

Diferentemente da SC-401, a SC-404 pela proximidade com o tecido urbano existente, o Estado demonstra, ao atuar com o Mercado Imobiliário tanto nas aprovações já realizadas quanto no estoque de lotes que a via ainda possui, o interesse público no controle de um

espaço em que o valor venal do m<sup>2</sup> territorial figura como um impactante fator na produção do espaço, em função da valorização dos imóveis ocorrida no período observado. Aqui o Estado atua como regulador do próprio preço da terra.

O eixo da SC-404, caracterizado já no Século anterior como local de implantação de equipamentos institucionais, apresentou no estudo o mesmo cenário, em que a localização e a atração do uso público, em um município muito pulverizado, reflete na valorização do valor final da propriedade. Essa valorização é reflexo direto da acessibilidade e localização que este lugar adquiriu no contexto da cidade.

Nesse sentido, afirma-se que a atuação dos agentes públicos se reflete diretamente na produção do espaço urbano, a partir do momento que sua localização promove alterações na estrutura morfológica da cidade, modificando a forma física do tecido urbano e do uso do solo que a moldam/transformam. Esses componentes da forma urbana não são apenas resultados dos processos sociais, são também condição para que esses processos sociais se implantem.

Quanto a localização, esta é uma dimensão urbana fundamental e é uma variável intimamente relacionada à forma urbana. Logo, a localização dos investimentos é o elemento essencial para revelar a realidade das desigualdades socioeconômicas nas cidades, porque gera valor, promovendo o aumento da produção imobiliária e, conseqüentemente, o aumento do preço da terra dos imóveis do entorno imediato. Em alguns casos, em seu entorno próximo também.

A partir do ano 2000, vivenciando um outro momento histórico, o Brasil de maneira geral, passa por uma nova fase de crescimento, em um processo de redemocratização e retomada dos investimentos, em que, de um salário mínimo de R 151,00 (ano de 2000), a população passa a ter em 2017, um valor superior a R 900,00. Isso modifica o poder de compra das pessoas, inclusive, na forma de viver e utilizar o espaço urbano, não só relativo ao investimento público, mas também frente ao capital imobiliário que obteve, a partir de então, condições mais favoráveis para a comercialização.

Portanto, enquanto contributo acadêmico e científico, o estudo identificou que a produção socioespacial do espaço urbano e a valorização fundiária das parcelas urbanas é reflexo da influência dos investimentos públicos implementados em localizações específicas, que tem no Estado o seu principal promotor. A pesquisa identificou, ainda, como tais processos estavam alinhados aos planos propostos de organização do território refletindo na sua implementação.

Por fim, corrobora-se o **pressuposto da pesquisa** de que o Estado, ao investir, altera estruturas morfológicas existentes e estas, quando implementadas, reforçam a articulação entre agentes do mercado imobiliário e Estado na valorização da terra e direcionamento do crescimento urbano.

O Estado, então, no papel de representante político administrativo de uma sociedade, deve garantir, por meio de políticas públicas eficientes, buscar condições favoráveis para a

implementação dos recursos de acordo com as necessidades individuais e coletivas de uma sociedade, visto que as disputas por estes recursos sempre existiram e continuarão existindo, mas é preciso considerar que estas devem minimizar o processo de acumulação de capital, como forma de facilitar o acesso às condições básicas de sobrevivência da população.

Por intermédio de políticas públicas eficientes, o Estado deve promover a distribuição desigual de infraestrutura urbana e comunitária, a fim de garantir condições igualitárias de acesso de todos, à todos os serviços públicos básicos. São necessárias ações nas diferentes escalas do Governo que promovam a redistribuição de equipamentos e infraestrutura urbana, e que inclua a população em geral, para que se obtenha a redução das desigualdades tanto no ponto de vista de renda quanto no acesso as oportunidades territoriais.

Neste jogo de interesses e de poder, a produção do espaço é materializada no ambiente urbano a partir de um planejamento realizado por diferentes agentes, pois tanto a implantação do equipamento público quanto a realização do equipamento privado atingem proporções coletivas com a localização no ambiente urbano. Assim, toda ação planejada, incorporada principalmente pelo Estado, tem um peso maior na produção de um espaço justo e igualitário, por ser este o responsável primário do direito a cidade para todos.

### **6.3 LIMITAÇÕES DO TRABALHO**

Embora o estudo ofereça uma importante contribuição para o entendimento das relações entre processos e formas urbanas, algumas limitações foram encontradas.

Trabalhar o município de Florianópolis (Ilha e Continente) separadamente da sua área conurbada foi uma delas. Por estar o município em um aglomerado urbano de grandes relações, ao estudá-lo de forma conjunta possibilitaria a compreensão da dinâmica urbana dos investimentos públicos de grande abrangência, como o sistema viário que conecta os diferentes municípios, por exemplo. Cabe salientar que o estudo não se ateve a um tipo específico de investimento, mas sim, na análise de todo o montante realizado no município pelas três esferas públicas, desde o ano de 2000.

E a disponibilidade das informações: a lacuna de dados de valorização dos imóveis e das taxas de crescimento populacional e de renda do município, podem ser consideradas, da mesma forma, algumas limitações do estudo. Mas cabe ressaltar que por ser essa, uma pesquisa de abordagem qualitativa, os números apresentados indicam uma referência, servindo como um “balizador” (grifo nosso) do atual estado destes indicadores nos períodos identificados.

Apesar destas limitações, a proposta metodológica apresentada e o estudo produzido buscaram avançar o conhecimento na área, pela peculiaridade da pesquisa.

#### 6.4 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Apoiada na abordagem histórico-geográfica, a tese contribuiu com o entendimento da influência do Estado, por meio dos investimentos públicos, na produção do espaço urbano. Dos três elementos definidos por Conzen que compõem a análise do plano urbano na Escola Inglesa, a pesquisa se apropriou de dois, isto é, as ruas (e seus arranjos em um sistema de ruas) e os lotes (e sua agregação em quarteirões), não trabalhando os edifícios (ou sua implantação), mas somente a identificação do uso do solo.

Logo, como recomendações para futuros trabalhos poderiam estar os estudos que considerassem em suas análises os demais elementos da abordagem histórico-geográfica não trabalhados aqui, incluindo certamente o edifício, tanto em duas quanto em três dimensões. A visão do “tipo edilício” (grifo nosso) utilizado de maneira complementar na abordagem histórica-geográfica poderia investigar se há relação da influência (ou não) dos investimentos públicos com possíveis alterações tipológicas e suas transformações no edifício.

Também seriam de grande importância, estudos que se utilizassem da mesma metodologia noutros casos de estudo, a fim de verificar por exemplo, se há a influência dos investimentos públicos na produção do espaço urbano e no processo de valorização fundiária em outros municípios, e se estes, interferem ou não na lógica das movimentações demográficas e socioeconômicas da população e nos padrões morfológicos, em que estas cidades vinham ou vêm se transformando.

Da mesma forma, estudos futuros que prevejam a expansão da pesquisa para o conjunto dos municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis (área conurbada) podem revelar uma série de outras características da realidade socioespacial destes lugares, especialmente tendo em vista que nestes municípios se concentram grande parte das atividades econômicas da urbe, e uma expressiva porção da população, especialmente a de baixa renda.

## REFERÊNCIAS

AEVEDO, Rogério Cabral ENSSLIN, Leonardo LACERDA, Rogério Tadeu de Oliveira FRANÇA, Lisiane Anderson GONÁLE, Cindy Johanna Ibarra JUNGLES, Antônio Edésio ENSSLIN, Sandra Rolim. Avaliação de desempenho do processo de orçamento: estudo de caso em uma obra de Construção Civil. **Ambiente Construído** (Online), v. 11, p. 85-104. 2011.

BORTOLUI, Sandro César ENSSLIN, Sandra Rolim ENSSLIN, Leonardo VALMORBIDA, Sandra Mara Iesbik. A avaliação de desempenho em redes de pequenas e médias empresas: Estado da arte para as delimitações postas pelo pesquisador. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 4, n. 2, p. 202-222. 2011.

BRASIL. Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, 10 jul. 2001. 180 da Independência e 113 da República.

CAIA. Caixa Econômica Federal. **Habitar Brasil (BID)**. Programas de Habitação, c2018. Disponível em: [http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_hab\\_itacao/habitar\\_brasil\\_bid/](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_hab_itacao/habitar_brasil_bid/). Acesso em: 25 fev. 2018.

CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. Planejamento, democracia e desenvolvimento no Brasil: perspectivas à luz das capacidades estatais e instrumentos governamentais. In: Calixtre André Bojikian Biancarelli, André Martins CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. p. 79-114.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri SOUA, Marcelo Lopes de SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 53-73.

\_\_\_\_\_. Utopia da gestão democrática da cidade. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010. p. 26-31.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CATALDI, Giancarlo MAFFEI, Gian Luigi VACCARO, Paolo. Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual. **Revista de morfologia urbana**. Porto, v.2, n.1, p. 25-36. 2014 [2002].

CERVO, Amado Luiz BERVIAN, Pedro Alcindo. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COLELLA, Viviana. Recent Metropolitan Transformations and Territorial Projects: The North Coast of Buenos Aires. **Spaces & Flows: An International Journal of Urban & Extra Urban Studies**, v.3 (3), p.1-14, 2013.

COMCAP, Companhia Melhoramentos da Capital. **Evolução da limpeza pública na Capital**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.phpcmsevolucaodalimpezapublicanacapitalmenu1submenuidsobre> . Acesso em: 29 ago. 2019.

CONEN, Michael Robert Gnter. **Thinking About Urban Form: Papers on Urban Morphology, 1932-1998**. Peter Lang: Oxford, 2004.

\_\_\_\_\_. **Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis**. London: George Philip, 1960.

Corrêa, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri SOUA, Marcelo Lopes de SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 41-51.

Corrêa, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Stael Alvarenga Pereira NETT O, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DANTHON, Joris. **Analyse du tissu urbain: la méthode physiologique**. Regards sur la ville, c2013. Disponível em: <https://regardssurlaville.wordpress.com/2013/12/28/analyse-du-tissu-urbain-la-methode-physiologique/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DC. Diário Catarinense. **Primeiros 300m de faixa do BRT em Florianópolis devem ficar prontos em dois meses**. NSC Total, c2017a. Disponível em:

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/03/primeiros-300m-de-faixa-do-brt-em-florianopolis-devem-ficar-prontos-em-dois-meses-9754068.html>. Acesso em: 22 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Infraestrutura de SC conclui estudo sobre locais para desembarque de cruzeiros em Florianópolis.** NSC DC, c2017b. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/11/secretaria-de-infraestrutura-de-sc-conclui-estudo-sobre-locais-para-desembarque-de-cruzeiros-em-florianopolis-9987032.html>. Acesso em: 25 set. 2017.

DEÁK, Csaba. **Á busca das categorias da produção do espaço.** 2001. 213 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FIT, Paulo Roberto. **Geoprocessamento Sem Complicação.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FLORIANÓPOLIS (Estado). Lei n 480, de 20 de dezembro de 2013. Altera o Anexo I do art. 233 e dá nova redação aos arts. 225, 240, 244, ao inciso IV do art. 279, aos arts. 280, 285, aos incisos III e IV do art. 288, aos arts. 479 e 507, e inclui o 4 ao art. 56 a Lei Complementar n 007, de 06 de janeiro de 1997, e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina**, Santa Catarina, 26 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n 97, de 28 de dezembro de 2001. Altera dispositivos da Lei Complementar n 7/97, relativos ao IPTU e a indexação dos valores fixados na legislação tributária. **Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina**, Santa Catarina, 28 dez. 2001.

FLORIPA AIRPORT. **Liberada licença ambiental para obra da via de acesso ao novo aeroporto.** Imprensa, c2018. Disponível em: <https://www.floripa-airport.com/noticias/liberada-licenca-ambiental-para-obra-da-via-de-acesso-ao-novo-aeroporto-.html>. Acesso em 20 fev. 2018.

GEOPROCESSAMENTO – PMF. **Geoprocessamento Corporativo.** Prefeitura Municipal de Florianópolis, c2016. Disponível em: <http://geo.pmf.sc.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. In: **Revista da Administração de Empresas.** São Paulo: v.35, n.2. p. 57-63. Mar/Abr. 1995.

GRAFMEYER, Yves. **Sociologia Urbana.** Mem Martins: Publicações Europa-América, 1995.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.29, p. 73-89, Jul./Dez. 2012. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/Marília. Esta versão foi cotejada com a publicada na *New Left Review*, n. 53, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPEA, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Portal, c2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 10 set. 2017.

INSTITUTO POLIS. **O que é direito à cidade** Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Planejamento urbano no Brasil: um esboço histórico**. Plano de Curso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB – Programa de pós-graduação. 1976. Revisado por KOHLSDORF, Nara em 2002.

KROPF, Karl. **The Handbook of Urban Morphology**. est Sussex: iley, 2017.

LABURB UFSC.. **Oficina Quapá-SEL**. Programa de Pós-Graduação em arquitetura e Urbanismo, UFSC, 2016.

LACERDA, Rogério Tadeu de Oliveira ENSSLIN, Leonardo ENSSLIN, Sandra Rolim. A performance measurement framework in portfolio management: a constructivist case. **Management Decision**, v. 49, p. 1-15. 2011.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundacao Calouste Gulbenkian, 2014 [1990].

LAVILLE, Christian DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEVBRE, Henri/ELDEN, Stuart KOFMAN, Eleonore. **Key ritings**. Londres: Bloomsbury, 2017 [2003].

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991 [1974].

\_\_\_\_\_. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1981. [SEP]

LIMA, Júnia Maria Ferrari. Bairro Concórdia em Belo Horizonte: uma discussão sobre o papel do Estado na dinâmica imobiliária. In: MENDONÇA, Jupira Gomes e COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Estado e Capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Com Arte, 2011. p. 255-274.

LOPES, Camila de Queiroz Pimentel. **Persistência Nativitana: uma análise morfológica**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MARAT-MENDES, Teresa. Adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência. Algumas considerações sobre as propriedades das formas urbanas. **Revista de morfologia urbana**. Porto, v.3, n.2, p. 132-134. Dez. 2015.

MARICATO, Ermínia. **As cidades, o mosquito e as reformas**. Região e Redes, c2016. Disponível em: <http://www.resbr.net.br/as-cidades-o-mosquito-a-reforma-politica-e-urbana/.p8EApPwab9>. Acesso em: 06 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.

MENDONÇA, Jupira Gomes COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Estado e Capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Com Arte, 2011.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. **Urban morphology**. Birmingham, v.1, p. 3-10, Mar. 1997.

ND Online. **Obras de acesso ao aeroporto de Florianópolis avançam enquanto nova empresa faz transição**, Notícias, c2017. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/obras-de-acesso-ao-aeroporto-de-florianopolis-avancam-enquanto-nova-empresa-faz-transicao>. Acesso em 20 fev. 2018.

OLIVEIRA, Vitor (ed.). J..R . **Whitehand and the Historic -geographical Approach to Urban Morphology**. Porto: Springer International Publishing, 2019.

\_\_\_\_\_. **Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso-brasileiros**. Porto: Urban Forms books, 2018. [SEP]

\_\_\_\_\_. Morfologia urbana: diferentes abordagens. **Revista de Morfologia Urbana**. , v.4, n.2, p. 65-84, Dez. 2016.

OLIVEIRA, Vitor PINHO, Paulo. Urban form and planning in Lisbon and Oporto. **Planning Perspectives**, v.23, p. 81–105, Jan. 2008.

PAIVA, Filipe Manuel Lopes. Modelo de avaliação da sustentabilidade de equipamentos públicos. 2013. 11 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade do Porto, Porto, 2013.

PANERAI, Philippe CASTE, Jean DEPAULE, Jean -Charles tradução: Alexandre Salvaterra. Formas urbanas: a dissolução da quadra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PAC. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Ministério do Planejamento, c2017. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Mapa**. Ministério do Planejamento, c2017. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/mapa>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PGO, Bolívar CAMPOS NETO, Carlos Álvares da Silva. **O PAC e o Setor Elétrico: desafios para o abastecimento do mercado brasileiro (2007-2010)**. Brasília: IPEA, n.1329, Fev. 2008.

PELUSO JNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte: Ed. da UFSC, 1991.

PESSOA, Ruy Silva. Investimento Federal: elementos para avaliação do processo de execução. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. IPEA, n.13, p. 67-68, Jan.-jun. 2016.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço público. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2005. P.35-60.

PINÇON-CHARLOT, Monique Rendu, Paul. Distance spatiale, distance sociale aux équipements collectifs en Ile-de-France: des conditions de la pratique aux pratiques. In: **Revue française de sociologie**, 1982, n.23, v.4, p. 667-696.

PINTADI, Silvana. Espaço e Estado: políticas urbanas em discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. P. 231.

PMF. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Projetos de mobilidade Urbana – BRT Floripa. Arquivos, c2017. Disponível em:

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29\\_05\\_2017\\_15.31.17.00f1dd37dc322efb b92df6f7581800f5.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_05_2017_15.31.17.00f1dd37dc322efb b92df6f7581800f5.pdf). Acesso em: 20 ago. 2017.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

RIGOTTI, Thais Toledo. **O aumento da base cálculo do IPTU em Florianópolis – Análise da (in)constitucionalidade da Lei Complementar municipal n 480**. 2014. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel e Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RIO, Paulo Marcos Borges. A natimorta TécnoPolis do Campeche em Florianópolis- delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2005. P.61-84.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Luchas por el derecho a la ciudad. **Scripta Nova**, Barcelona, v., n.218(91), p. 10-31, Ago. 2006.

REOSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná**. 2009. 268 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROVAI, Gabriela. Antes de ser aterrada, Baía Norte, em Florianópolis, tinha águas limpas próprias para o banho. **Diário Catarinense**, Florianópolis, c2012. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/floripatequerobem/19,0,3705218,Antes-de-ser-aterrada-Baia-Norte-em-Florianopolis-tinha-aguas-limpas-proprias-para-o-banho.html>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SABOYA, Renato Tibiriçá de. O estudo da forma urbana em Santa Catarina, Brasil. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 12, e20190269, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692020000100401Ingenrmiso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692020000100401Ingenrmiso). Acesso em: 14 Jun 2020.

SAMUELS, Ivor. Prefácio. In: OLIVEIRA, Vitor (ed.). **Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso-brasileiros**. Porto: Urban Forms books, 2018. <sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

SAMSON, A. Le Rôle et les Instruments de la Planification Urbaine Face aux Mécanismes Fonciers et Immobiliers des Villes du Tiers-Monde. In: DURAND-LASSERVE, Alain (org). **La croissance périphérique des villes du Tiers-Monde: le rôle de la promotion foncierne et immobilire**. Talence: CEGET – Travaux et Documents de Géographie Tropicale, 1980.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1985].

SARAIVA, André Filipe Pereira. **A análise morfológica como suporte ao planejamento urbano: o caso de estudo da Porta de Cascais**. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

SCHFER, Karine Lise. **Forma urbana e equipamentos comunitários como referenciais na elaboração de projetos urbanísticos: o caso de Navegantes – SC**. 2012. 275 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SICOP/SC - Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas. **Mapa da Transparência**. Governo do Estado de Santa Catarina, c2017. Disponível em: <http://www.sicop.sc.gov.br/mapa//map>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SILVA, Gustavo Resgala. O papel do Estado na produção da periferia Norte, a partir da implantação dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital, Santa Luzia-RMBH. In: MENDONÇA, Jupira Gomes e COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Estado e Capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Com Arte, 2011. p. 231-255.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. <sup>[11]</sup>Aspectos da segregação urbana que caracteriza o desenho da cidade. In: IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016, Porto Alegre. **Anais IV ENANPARQ**. Porto Alegre.

SOUA, Frederico Hartmann de CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva. Avaliação dos investimentos do PAC: uma comparação das metodologias utilizadas pela casa civil, ong contas abertas e Ipea. **Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, n.11 33p. Brasília: Ipea, Dez. 2010.

SOUA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016 [2013].

\_\_\_\_\_. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [2001].

SOUA, Maria Adélia A. de. **O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente.** DEÁK, Csaba SCHIFFER Sueli (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. 2 ed. (atualizada). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. P. 111-144.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 41-51.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço urbano: Escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri SOUA, Marcelo Lopes de SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do Espaço Urbano. São Paulo: Contexto, 2016. p. 123-145.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000).** Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

\_\_\_\_\_. **Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis.** 2002. 244 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TASCA, Jorge Eduardo ENSSLIN, Leonardo ENSSLIN, Sandra Rolim ALVES, Maria Bernardete Martins. An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal of European Industrial Training**, v. 34, n. 7, p. 631-655. 2010.

TEIEIRA, Vanessa Moura de Lacerda FONSECA, Carolina Moretti MAENOD, Fabien. Produção da cidade: quais dados para quais questões **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 65, p. 159-176, dez. 2016.

TOURAINÉ, Alain. **Production de la société.** Paris: Seuil, 1973.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v.87, p. 139-165. 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização de agentes sociais nos estudos da geografia urbana: avanço ou recuo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri SOUA, Marcelo Lopes de SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 75-96.

AICYK, Cleomir ENSSLIN, Eduardo Rolim. Avaliação de produção científica de pesquisadores: mapeamento das publicações científicas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 97-112, ago. 2013.

EISS, Raquel. **A dinâmica urbana: da compreensão à construção de um modelo de identificação dos padrões de crescimento urbano por meio das métricas espaciais da paisagem: o caso do Distrito da Lagoa da Conceição.** 2016. 311 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

HITEHAND, Jeremy . R. Editorial Comment. Learning the language of Urban Morphology. **Urban Morphology**, v.15, n.2, p. 95-96, 2011.

\_\_\_\_\_. Conzenian Urban Morphology and Urban Landscapes. In: **6th International Space Syntax Symposium**, Istanbul, 2007, Proceedings... Istanbul: Faculty of Architecture of Istanbul Technical University (ITU), 2007.

\_\_\_\_\_. British urban morphology: the Conzenian tradition. **Urban Morphology**, v.5, n.2, p. 103-109, 2001.

\_\_\_\_\_. Recent Advances in Urban Morphology. **Urban Studies**, v.29, ns.3/4, p. 619-636, 1992.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel – Fapesp – Lincoln Institute, 2001 [1998].

\_\_\_\_\_. **A terra como capital.** In: Espaço Debates, ano V, n.16. 1985.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Inovações e permanências na gestão de cidades e na gestão do desenvolvimento local no Brasil: novas contradições, novos conteúdos In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2003. P. 232-243.

A satellite-style grayscale map of a coastal region, showing a large body of water on the right and a landmass on the left. A black rectangular box is overlaid on the left side of the map, containing the word 'APÊNDICES' in white, bold, uppercase letters. The map shows various geographical features like rivers, forests, and urban areas.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE 01**

**APÊNDICE 02**

## APÊNDICE 01

A investigação de artigos científicos foi realizada por meio da plataforma “Portal Periódicos da CAPES”, em que o pesquisador faz uma busca por trabalhos científicos publicados nas diversas bases de dados armazenadas no portal, a partir da inserção de palavras-chaves afins ao seu tema de estudo. No caso desta pesquisa, foram utilizados os seguintes temas centrais:

1) Produção do Espaço Urbano:

Para este tópico, foram utilizadas as seguintes palavras-chave no comando de busca: (“production of urban space OR “ production of space).

2) Morfologia Urbana:

Para este tópico, foi utilizada a expressão urban morphology” como palavra -chave no comando de busca.

3) Investimento Público:

Para este tópico, central da pesquisa, foi utilizada a expressão “public investment” como palavra-chave no comando de busca.

Para a seleção dos artigos optou-se por utilizar os termos “Production of space” e Urban morphology” como expressão “é exato” para a esta resultar em trabalhos mais coerentes com a pesquisa. Os demais termos foram pesquisados como “contém”, para se obter uma maior abrangência nos resultados.

A partir destas palavras-chave, foram feitas cinco buscas no Portal de Periódicos da CAPES, de 15 a 17 de agosto de 2017, apresentadas conforme a seguir.

Na busca 01, foram utilizadas na busca a expressão exata “Production of urban space” com a expressão que contenha urban morphology” AND “public investment” (Figura 19). Optou-se pela expressão exata no primeiro termo, para filtrar a pesquisa com trabalhos que realmente tivessem relação com a pesquisa aqui estudada.

A busca por “assunto” no Portal de Periódicos da CAPES, com abrangência de todas as bases disponíveis no portal, resultou em 28 trabalhos, compreendendo o período de 1992 a 2017. Destes, 23 estavam disponíveis para a consulta, nos seguintes periódicos:

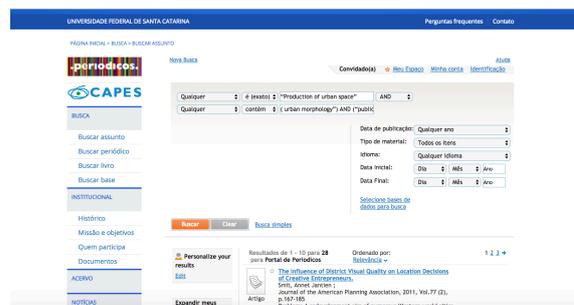
- Annales: Series Historia et Sociologia
- European Planning Studies
- International Social Science Journal
- Journal of Early Modern History
- Journal of Urban Design
- Nationalities Papers
- Papers in Regional Science
- Planning Perspectives

- Planning Theory Practice
- Reference Research Book News

Após leitura dos resumos, foram selecionados apenas seis, pois eram estes os que mais se aproximavam da temática da Tese.

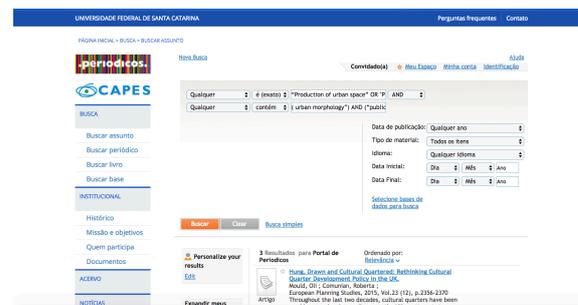
Na busca 02, foram utilizadas na busca a expressão exata “Production of urban space” OR “Production of space” com a expressão que contenha urban morphology” AND “public investment” (Figura 20). Optou-se pela expressão exata no primeiro termo, para filtrar a pesquisa com trabalhos que realmente tivessem relação com a pesquisa aqui estudada. A pesquisa resultou em apenas três artigos, sendo que um destes, já havia sido selecionado na busca 01.

Figura 19. Busca 01 realizada no Portal de Periódicos CAPES.



Fonte: Portal de Periódicos CAPES, 2017.

Figura 20. Busca 02 realizada no Portal de Periódicos CAPES.

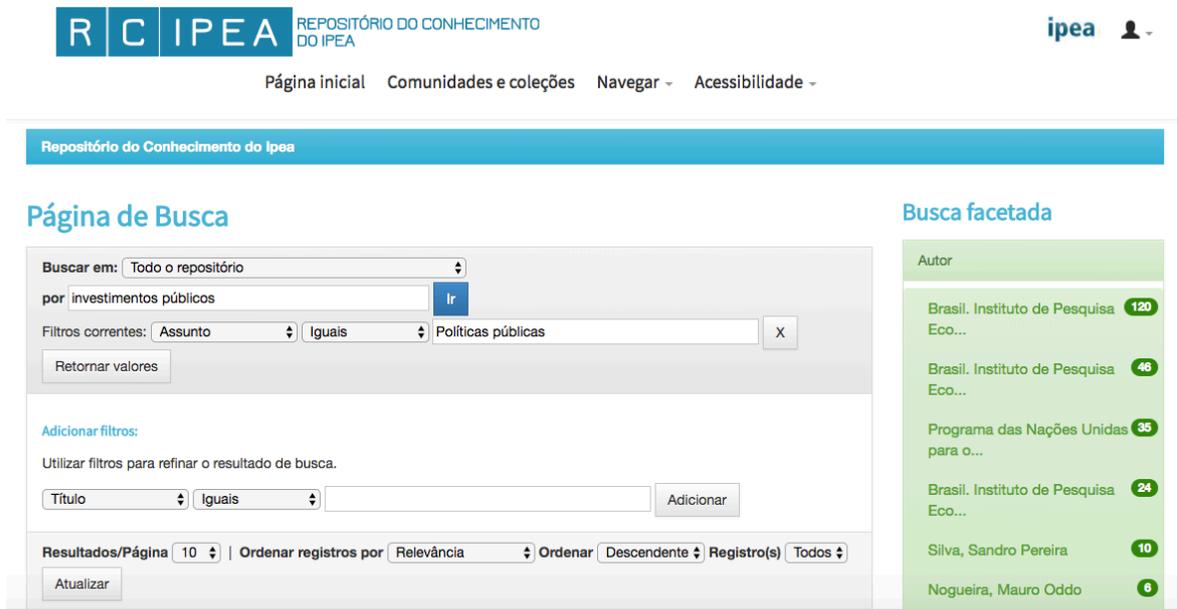


Fonte: Portal de Periódicos CAPES, 2017.

Como as pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES não atingiu um resultado amplo, optou-se pela busca por referenciais teóricos sobre “Investimentos Públicos” e “Políticas Públicas” no site do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, uma Fundação Pública Federal do Brasil vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. “Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.” (IPEA, 2017).

Em sua biblioteca digital – Repositório do Conhecimento do IPEA, acessada através do link: <http://repositorio.ipea.gov.br/>, “são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas, impressas, e eventos” (IPEA, 2017). Dessa forma, foi possível fazer a busca no portal com as palavras-chaves “Investimentos Públicos” e “Políticas Públicas”. Na pesquisa, houve a classificação de 435 trabalhos entre Textos para Discussão (TD), Artigos e Livros, 288 publicados entre os anos 2000 e 2017, 159 entre 2000 e 2009 e apenas 8 entre 1990 e 1999. Fazendo uma leitura sobre os títulos apresentados, foram selecionados aproximadamente 10 destes trabalhos, por apresentarem maior proximidade ao estudo aqui proposto (Figura 21).

Figura 21. Pesquisa realizada no Repositório do Conhecimento do IPEA.



**R C IPEA** REPOSITÓRIO DO CONHECIMENTO DO IPEA

Página inicial Comunidades e coleções Navegar - Acessibilidade -

Repositório do Conhecimento do Ipea

### Página de Busca

Buscar em: Todo o repositório

por investimentos públicos Ir

Filtros correntes: Assunto Iguais Políticas públicas X

Retornar valores

Adicionar filtros:

Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Título Iguais Adicionar

Resultados/Página 10 | Ordenar registros por Relevância Ordenar Descendente Registro(s) Todos

Atualizar

### Busca facetada

Autor

- Brasil. Instituto de Pesquisa Eco... 120
- Brasil. Instituto de Pesquisa Eco... 46
- Programa das Nações Unidas para o... 35
- Brasil. Instituto de Pesquisa Eco... 24
- Silva, Sandro Pereira 10
- Nogueira, Mauro Oddo 6

Fonte: Repositório do Conhecimento do IPEA, 2017.

Com essas leituras, foi possível identificar o conhecimento produzido por diversos autores, em suas pesquisas, confirmando ainda mais a relevância do trabalho aqui apresentado.

## APÊNDICE 02

Abaixo são listados todos os investimentos públicos mapeados na pesquisa para o município de Florianópolis/SC, a partir da coleta de dados realizada por meio de consultas on-line no site do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Mapa das Obras (PAC Mapa, 2017) para as obras Federais e no Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina – Mapa da Transparência (SICOP/SC, 2017), para as obras Estaduais. A relação dos investimentos públicos Municipais foi disponibilizada em tabelas, *in loco*, pela Secretaria de Infraestrutura do Município.

Estes dados abertos divulgados pelos Governos Federais são informações de consulta pública, acessíveis a qualquer cidadão.

INVESTIMENTOS FEDERAIS		R\$ 138.205.335,00	17 investimentos
id	Título	Valor	Ano Órgão Situação
<b>Região Sede da Ilha</b>		<b>R\$ 24.714.939,00</b>	<b>8 investimentos</b>
23631	Ampliação do SES da bacia F do sistema Insular	R\$ 22.145.197,00	2008 MCidades Concluído
27732	Assistência Técnica - Comunidades Costeiras I e II	R\$ 56.947,00	2008 MCidades Concluído
27730	Assistência Técnica - Comunidade Rio Tavares (Seta)	R\$ 46.677,00	2008 MCidades Concluído
27734	Assistência Técnica - Comunidade Aranha Céu e Mac Laren	R\$ 53.227,00	2008 MCidades Concluído
27733	Assistência Técnica - Comunidade Nova Jerusalen	R\$ 49.844,00	2008 MCidades Concluído
27731	Assistência Técnica - Comunidade Vila Aparecida	R\$ 43.873,00	2008 MCidades Concluído
9811	UBS II - Continente	R\$ 533.333,00	2010 MSaude Concluído
36991	Creches e Pré-escolas - Tipo A Costeira	R\$ 1.785.841,00	2013 MEducacao Concluído
<b>Região Leste da Ilha</b>		<b>R\$ -</b>	<b>0</b>
<b>Região Norte da Ilha</b>		<b>R\$ 52.954.079,00</b>	<b>6 investimentos</b>
23366	Implantação do SES no Bairro de Santo Antônio de Lisboa	R\$ 11.398.047,00	2008 MCidades Concluído
23630	Ampliação do SES dos Bairros Jurerê e Daniela	R\$ 13.898.894,00	2008 MCidades Concluído
23625	Ampliação do SES nos Bairros de Canavieiras e Cachoeiras	R\$ 23.777.590,00	2008 MCidades Concluído
29671	Urbanização - Recanto dos Ingleses	R\$ 2.182.827,00	2010 MCidades Concluído
11377	UBS I	R\$ 200.000,00	2010 MSaude Concluído
75701	Creches e Pré-escolas - Tipo B	R\$ 1.496.721,00	2013 MEducacao Concluído
<b>Região Sul</b>		<b>R\$ 60.536.317,00</b>	<b>3 investimentos</b>
23278	Implantação do SES no Bairro de Campeche	R\$ 33.070.951,00	2007 MCidades Concluído
23368	Implantação do SES no Bairro de Ribeirão da Ilha	R\$ 12.870.704,00	2008 MCidades Concluído
24888	Ampliação da ETA de Morro dos Quadros	R\$ 14.594.662,00	2010 MCidades Concluído

INVESTIMENTOS ESTADUAIS		R\$ 209.356.044,00	69 investimentos		
id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
	<b>Região Sede</b>	<b>R\$ 43.148.866,00</b>	<b>59 investimentos</b>		
4	Elaboração de projetos para Construção e reforma de prédios públicos	R\$ 14.474.910,00	2008	Infraestrutura Administrativa	Concluído
8	Ampliação do Campus I da UDESC - Florianópolis	R\$ 115.674,00	2010	Educação	Concluído
92	Identidade visual das escolas estaduais	R\$ 176.764,00	2011	Educação	Concluído
322	Reforma do Centro Administrativo do Governo	R\$ 224.913,00	2011	Infraestrutura Administrativa	Concluído
405	Ampliação do Colégio Feliciano Nunes Pires - PMSC	R\$ 45.000,00	2011	Segurança Pública	Concluído
409	Construção da Creche PMSC em Florianópolis	R\$ 104.032,00	2011	Segurança Pública	Concluído
18	Ampliação da Penitenciária Grande Florianópolis	R\$ 374.649,00	2012	Justiça e Cidadania	Concluído
20	Ampliação do Campus I da UDESC - Florianópolis	R\$ 10.000,00	2012	Educação	Concluído
34	Ampliação e reforma da 6CE_ Delegacia de Polícia de Florianópolis	R\$ 227.406,00	2012	Segurança Pública	Concluído
40	Ampliação EEB Prof. Padre Anchieta	R\$ 41.478,00	2012	Educação	Concluído
48	Construção do Centro de Ensino do Corpo de Bombeiros	R\$ 2.702.568,00	2012	Segurança Pública	Concluído
185	Projetos de engenharia para Penitenciárias em Santa Catarina	R\$ 26.790,00	2012	Justiça e Cidadania	Concluído
355	Reforma da Secretaria de Estado da Fazenda - Centro Administrativo	R\$ 107.703,00	2012	Infraestrutura Admin.	Concluído
369	Reforma do Centro Administrativo do Governo	R\$ 79.075,00	2012	Infraestrutura Admin.	Concluído
425	Construção da base do Pelotão de Choque da PMSC	R\$ 620.476,00	2012	Segurança Pública	Concluído
434	Elaboração de projetos de engenharia	R\$ 1.200,00	2012	Segurança Pública	Concluído
13	Ampliação da Penitenciária Grande Florianópolis	R\$ 899.811,00	2013	Justiça e Cidadania	Concluído
155	Manutenção do Centro Administrativo do Governo	R\$ 76.864,00	2013	Infraestrutura Administrativa	Concluído
178	Projeto para execução da Barragem a jusante da Lagoa do Cavera	R\$ 146.981,00	2013	Transporte Rodoviário	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
179	Projetos de engenharia para quartéis da PM	R\$ 11.100,00	2013	Segurança Pública	Concluído
313	Reforma do Centro Administrativo - bloco III	R\$ 21.895,00	2013	Infraestrutura Admin.	Concluído
314	Reforma do Centro Administrativo do Governo do Estado de SC	R\$ 421.025,00	2013	Infraestrutura Admin.	Concluído
377	Restauração e Ampliação do Museu de Comunicação e Caso do Jornalista	R\$ 3.701.338,00	2013	Educação	Concluído
25	Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para Construção das Policlínicas	R\$ 157.035,00	2014	Saúde	Concluído
29	Construção de nova UTI do Hospital Governador Celso Ramos	R\$ 920.244,00	2014	Saúde	Concluído
42	EEB Prof. Laura Lima - Florianópolis	R\$ 1.878.924,00	2014	Educação	Concluído
43	EEB América Dutra Machado - Florianópolis	R\$ 1.952.948,00	2014	Educação	Concluído
320	Implantação de Banco de Alimentos	R\$ 19.574,00	2014	Assistência social	Concluído
322	Implantação de Unidades de Apoio e Distribuição de alimentos	R\$ 72.100,00	2014	Assistência social	Concluído
438	EEB Getúlio Vargas - Florianópolis	R\$ 56.117,00	2014	Educação	Concluído
565	Revitalização SC-400 trecho: Entr. SC-402 - Daniela	R\$ 533.377,00	2014	Transporte Rodoviário	Concluído
566	Revitalização SC-406 trecho: Ingleses - Lagoa da Conceição (Florianópolis)	R\$ 2.350.295,00	2014	Transporte Rodoviário	Concluído
586	Revitalização SC-406 trecho: Morro das Pedras - Pântano do Sul (Florianópolis)	R\$ 1.710.486,00	2014	Transporte Rodoviário	Concluído
705	Implantação Ciclovias, Calçadas, Faixas de Pedestres SC-405 Trevo do Rio Tavares	R\$ 2.354.131,00	2014	Transporte Rodoviário	Concluído
749	Implantação de 3 cozinhas comunitária	R\$ 76.234,00	2014	Assistência social	Concluído
752	Implantação de Restaurante Popular	R\$ 86.670,00	2014	Assistência social	Concluído
955	Ampliação da Penitenciária Grande Florianópolis	R\$ 331.803,00	2014	Justiça e Cidadania	Concluído
973	Ampliação e Reforma na EPAGRI	R\$ 64.923,00	2014	Agricultura	Concluído
975	Ampliação na EEB Rosa Torres de Miranda	R\$ 20.500,00	2014	Educação	Concluído
1212	Manutenção do Centro Administrativo do Estado	R\$ 14.819,00	2014	Infraestrutura Admin.	Concluído
1464	Reforma da Secretaria de Estado da Fazenda - Centro Administrativo	R\$ 462.871,00	2014	Infraestrutura Admin.	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
54	Ampliação da Casa do Albergado - Agronômica	R\$ 120.754,00	2015	Justiça e Cidadania	Concluído
66	Ampliação do Campus I da UDESC - Florianópolis	R\$ 83.375,00	2015	Educação	Concluído
69	Ampliação do Hospital Infantil Joana de Gusmão	R\$ 348.183,00	2015	Saúde	Concluído
82	Construção de subst. no Hospital Gov. Celso Ramos	R\$ 25.140,00	2015	Saúde	Concluído
196	Manutenção do Centro Administrativo do Estado	R\$ 252.657,00	2015	Infraestrutura Admin.	Concluído
308	Reforma do Centro Administrativo do Estado	R\$ 172.116,00	2015	Infraestrutura Admin.	Concluído
358	Acessibilidade ao prédio da Cidasc em Florianópolis	R\$ 14.940,00	2015	Agricultura	Concluído
244	Construção de ranchos na cabeceira da Ponte Hercílio Luz	R\$ 91.207,00	2016	Transporte Rodoviário	Concluído
256	Projeto de Cabeamento Estruturado da Nova Sede	R\$ 14.980,00	2016	Segurança Pública	Concluído
450	Reforma do Centro Administrativo	R\$ 208.769,00	2016	Infraestrutura Admin.	Concluído
63	Construção do Muro do Pelotão da Lagoa da Conceição	R\$ 11.700,00	2017	Segurança Pública	Concluído
235	Construção da rampa e reforma c/ readeq. do lavabo do CEBM/CBMSC.	R\$ 42.347,00	2017	Segurança Pública	Concluído
353	Ex. de Serv. no Terreno do Bloco C da Sede Adm. da SSP	R\$ 66.827,00	2017	Segurança Pública	Concluído
379	Projeto Arquitetônico, Elétrico, Hidrossanitário e Preventivo do CMDG	R\$ 13.100,00	2017	Segurança Pública	Concluído
390	Projeto Preventivo - bloco V - Centro Administrativo	R\$ 12.880,00	2017	Infraestrutura Admin.	Concluído
506	Execução serviços de rede elétrica p/ atender demanda dos climatizadores de ar no Inst. Estadual de Educação	R\$ 57.807,00	2017	Educação	Concluído
145	Reforma da Secretaria de Estado da Fazenda - Centro Administrativo	R\$ 3.918.726,00	2016	Infraestrutura Administrativa	Andamento
319	Revitalização das fachadas e cobertura do Teatro Pedro Ivo Campos	R\$ 18.655,00	2017	Infraestrutura Admin.	Andamento

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
<b>Região Leste</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	
<b>Região Norte</b>		<b>R\$</b>	<b>158.509.971,00</b>	<b>7 investimentos</b>	
87	Duplicação SC-401 Jurerê - Ingleses	R\$	26.854.621,00	2011	Transporte Rodoviário
436	Centro de Eventos Governador Luís Henrique da Silveira	R\$	69.205.978,00	2014	Turismo, Cultura e Esporte
666	Elevado de Canasvieiras e do Acesso ao Centro de Eventos Governador Luís Henrique da Silveira	R\$	14.092.880,00	2014	Transporte Rodoviário
716	Duplicação da SC 403 trecho: SC-401 - Ingleses	R\$	44.851.872,00	2014	Transporte Rodoviário
720	Aumento de capacidade da via municipal de acesso ao Costão do Santinho	R\$	1.335.795,00	2014	Transporte Rodoviário
888	Construção do Stand de Tiro da Polícia Civil em Florianópolis	R\$	865.826,00	2014	Segurança Pública
10	Execução de Passarela na SC-401 trecho: Canasvieiras - Entr. SC-404 (Itacorubi)	R\$	1.302.999,00	2015	Transporte Rodoviário
<b>Região Sul</b>		<b>R\$</b>	<b>7.697.207,00</b>	<b>3 investimentos</b>	
20	Construção da Escola Jovem do sul da Ilha	R\$	7.420.517,00	2010	Educação
152	EEB Dom Jaime de Barros Câmara - Florianópolis	R\$	26.691,00	2014	Educação
946	Ampliação Batalhão de Operações Aéreas de Florianópolis	R\$	249.999,00	2014	Segurança Pública

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS		R\$ 249.477.194,00	300 investimentos		
id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
	<b>Sede</b>	<b>R\$ 177.923.326,00</b>	<b>157 investimentos</b>		
171	Construção do Núcleo de atendimento à Família	R\$ 36.403,00	2000	Sec. Ass. Social	Concluído
175	Const. 41unid. Habitac. Com. Chico Mendes, N. Senhora da Glória e N. Horiz.	R\$ 502.494,00	2000	Sec. M. Habitação	Concluído
47	Construção do Centro de Saúde II, na localidade de Saco Grande II	R\$ 497.655,00	2000	Sec. M. Saúde	Concluído
73	Construção do Centro de Saúde II Saco dos Limões	R\$ 123.798,00	2000	Sec. M. Saúde	Concluído
	Construção Creche modelo padrão da PMF	R\$ 102.605,00	2000	SMT0	Concluído
	Construção do muro de contenção Escola Básica Anísio Teixeira	R\$ 5.400,00	2000	SMT0	Concluído
	Implantação da ligação da via de contorno norte Hospital Infantil	R\$ 626.847,00	2000	SMT0	Concluído
	Execução de canal na Rua Buriti	R\$ 208.611,00	2000	SMT0	Concluído
	Ponte sobre o Rio Três Córrego ou Sertão (Ramo 22 e 23)	R\$ 247.063,00	2000	SMT0	Concluído
	Construção de canal e recuperação do pavimento na Rua Frederico Veras	R\$ 24.539,00	2000	SMT0	Concluído
	Mirante do Morro da Cruz	R\$ 109.644,00	2000	SMT0	Concluído
33	Complexo Viário Rita Maria	R\$ 7.440.721,00	2000	SMT0	Concluído
	Acesso às pontes sobre o Rio Três Córregos	R\$ 97.588,00	2000	SMT0	Concluído
	Construção da Creche modelo PMF na local. de Saco Grande II	R\$ 153.157,00	2000	SMT0	Concluído
	Construção da Escola Básica na localidade de Saco Grande II	R\$ 643.446,00	2000	SMT0	Concluído
	Urbanização da Praça Fernando Machado	R\$ 138.325,00	2000	SMT0	Concluído
	Urbanização da Praça Miguel Ângelo Sedrez	R\$ 85.780,00	2000	SMT0	Concluído
	Construção de acesso ao terminal de Integração da Agrônômica trecho trindade	R\$ 1.130.072,00	2000	SMT0	Concluído
	Complementação do Riacho do Chagas	R\$ 129.882,00	2000	SMT0	Concluído
	Canal na Rua Salavtina Feliciano dos Santos	R\$ 37.945,00	2000	SMT0	Concluído
	Execução de ala na ponte Manoel Rosa dos Santos	R\$ 4.230,00	2000	SMT0	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
	Execução de muro de contenção na Rua Antônio Copete	R\$ 22.495,00	2000	SMTO	Concluído
	Execução de muro de contenção e obras complementares na Rua Mário Nappi	R\$ 14.764,00	2000	SMTO	Concluído
189	Ampliação e reforma da Creche Orlandina Cordeiro	R\$ 150.100,00	2000	SMTO	Concluído
	Construção sala de informática e cobertura quadra E. B. Vitor Miguel de Souza	R\$ 126.883,00	2000	SMTO	Concluído
	Construção de acesso ao Terminal de Integração de Saco dos Limões	R\$ 53.999,00	2000	SMTO	Concluído
	Obra de infraestrutura no calçadão Rua Conselheiro Mafra entre Rua Pedro I. e B. G	R\$ 24.761,00	2000	SMTO	Concluído
143	Construção de Centro Social de Múltiplo Uso	R\$ 112.307,00	2001	Sec. Ass. Social	Concluído
46	Remanejamento conjunto Habitacional, equipe Chico Mendes, Nossa Senhora Glória e N Horizonte, Projeto regional Amostra	R\$ 8.489.132,00	2001	Sec. M. Habitação	Concluído
4	Construção do Posto de Saúde II	R\$ 389.909,00	2001	Sec. M. Saúde	Concluído
202	Ampliação do Centro de Múltiplo uso para Implantação de Posto de Saúde	R\$ 39.570,00	2001	Sec. M. Saúde	Concluído
2	Desvio para execução dos viadutos sobre a Av. Gustavo Richard	R\$ 149.412,00	2001	SMTO	Concluído
64	Ampliação e reforma da E.B. Beatriz de Souza Brito	R\$ 247.571,00	2001	SMTO	Concluído
	Ampliação e reforma da Creche Mons. Frederico Hobold	R\$ 96.030,00	2001	SMTO	Concluído
	Prolongamento do Canal na Rua José Boiteux	R\$ 99.003,00	2001	SMTO	Concluído
	Acesso ao Terminal de Integração do Centro	R\$ 142.099,00	2001	SMTO	Concluído
	Complementação das obras do Mirante do Morro do Antão	R\$ 167.306,00	2001	SMTO	Concluído
	Ampliação e reforma da Escola José Jacinto Cardoso	R\$ 147.237,00	2001	SMTO	Concluído
	Alargamento da Via Marginal da Av. Irineu Bornhausen	R\$ 148.196,00	2001	SMTO	Concluído
	Pontilhão na Servidão Av. Jorge Lacerda - João Cândio Jaceques	R\$ 23.435,00	2001	SMTO	Concluído
	Construção do Ginásio de Tênis de Mesa	R\$ 161.859,00	2001	SMTO	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
10	Execução de Travessia no Canal da Av. Itamarati com Buriti	R\$ 115.168,00	2001	SMTO	Concluído
42	Execução de canal na Rua Major Costa	R\$ 19.842,00	2001	SMTO	Concluído
47	Implantação de canteiro, ciclovia e passeio na Avenida da Saudade	R\$ 24.764,00	2001	SMTO	Concluído
73	Construção da Creche na localidade de Saco Grande	R\$ 482.869,00	2002	Sec. Ass. Social	Concluído
18	Const. Centro de Capacitação Profissional da Vila Cachoeira	R\$ 104.968,00	2002	Sec. M. Habitação	Concluído
27	Construção de abrigo de taxi, junto a Praça XV	R\$ 20.954,00	2002	SMO	Concluído
87	Execução de Carneira e passeio no Cemitério São Francisco de Assis	R\$ 74.786,00	2002	SMO	Concluído
8	Urbanização na Praça Breno Pinheiros Valladares	R\$ 44.501,00	2002	SMTO	Concluído
23	Implantação de acesso ao Posto Policial no final da R. Custódio Firminio V.	R\$ 260.333,00	2002	SMTO	Concluído
25	Implantação das obras de Acesso ao Terminal de Integração da Trindade - CI-11	R\$ 1.824.682,00	2002	SMTO	Concluído
34	Construção dos Terminais de Integração de Capoeiras e Jardim Atlântico	R\$ 5.063.825,00	2002	SMTO	Concluído
49	Reurbanização da Praça dos Namorados	R\$ 51.421,00	2002	SMTO	Concluído
60	Obras de Acesso do Terminal de Integração de Capoeiras	R\$ 774.001,00	2002	SMTO	Concluído
61	Obras de Acesso do Terminal de Integração do Jardim Atlântico	R\$ 207.004,00	2002	SMTO	Concluído
111	Pontilhão na Rua Coronel José Félix Vieira	R\$ 15.978,00	2002	SMTO	Concluído
158	Construção, drenagem e pavimentação do prolongamento da Rua Debrandino Machado	R\$ 93.532,00	2002	SMTO	Concluído
164	Urbanização da área verde no loteamento Costa Azul	R\$ 11.000,00	2002	SMTO	Concluído
165	Praça Comunitária na Rua Prof. Marcos Cardoso Filho	R\$ 76.998,00	2002	SMTO	Concluído
170	Urbanização da Avenida Paulo Fontes	R\$ 368.388,00	2002	SMTO	Concluído
351	Construção de galpão para Apoio de atividades de Papeleiro	R\$ 127.846,00	2003	Sec. Ass. Social	Concluído
362	Ampliação e reforma da Edificação do Núcleo de Atenção Psicossocial - NAPS	R\$ 273.449,00	2003	Sec. M. Saúde	Concluído
353	Construção do Centro de Saúde da Trindade	R\$ 770.000,00	2003	Sec. M. Saúde	Concluído
528	Construção do Posto de Saúde da Prainha	R\$ 311.820,00	2003	Sec. M. Saúde	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
531	Construção muro confecção grades p/ estacionamento Centro Saúde Monte Cristo	R\$ 16.695,00	2003	Sec. M. Saúde	Concluído
532	Construção Deposito Lixo Centro de Saúde do Córrego Grande	R\$ 3.271,00	2003	Sec. M. Saúde	Concluído
14	Construção ginásio de esportes e sala de aula na Escola Básica Beatriz de Souza Brito	R\$ 298.623,00	2003	SMT0	Concluído
35	Pontilhão na Servidão Joaquim	R\$ 13.414,00	2003	SMT0	Concluído
275	Alargamento na Rua Trajano Margarida	R\$ 5.165,00	2003	SMT0	Concluído
517	Construção da Escola Adotiva Liberato Valentim	R\$ 744.211,00	2003	SMT0	Concluído
551	Construção Provisória salas aula pré-fabricadas, sanitários p/ acomodação E. B. Adotiva Liberato Valentim	R\$ 67.572,00	2003	SMT0	Concluído
284	Execução 296 módulos Sanitários Comunitários Vila Aparecida, Agronômica, Itacorubi, Saco dos Limões e Morro da Caixa	R\$ 629.556,00	2004	Sec. M. Saúde	Concluído
335	Construção Centro de Saúde na Comunidade da Colônia	R\$ 750.924,00	2004	Sec. M. Saúde	Concluído
263	Const. Canal/caixas/captação R. Prof. Adriano Mosimann e R. Carlos Alb. Campos	R\$ 40.543,00	2004	SMT0	Concluído
286	Construção de Canal Capeado na Servidão Virgulina Perfeito da Silva	R\$ 17.207,00	2004	SMT0	Concluído
310	Implantação do prolongamento da Rua Pedro Ivo	R\$ 187.735,00	2004	SMT0	Concluído
316	Implantação das obras de acesso da Av. Beira Mar Norte para o Hospital Infantil	R\$ 528.914,00	2004	SMT0	Concluído
341	pavimentação e drenagem na Servidão Olga Lacerda	R\$ 48.629,00	2004	SMT0	Concluído
449	Pontilhão na Rua do Engenho Velho	R\$ 65.958,00	2004	SMT0	Concluído
454	Ampliação e Reforma da Creche Morro da Queimada	R\$ 133.125,00	2004	SMT0	Concluído
468	Urbanização na Praça Osni Ferreira	R\$ 57.775,00	2004	SMT0	Concluído
491	Obras de Implantação da via Marginal da principal coletora (PC 1) - Beira Mar Continental	R\$ 42.860.329,00	2004	SMT0	Concluído
504	Construção de pista de skate na Trindade	R\$ 69.803,00	2004	SMT0	Concluído
518	Prolongamento da Servidão Santino Raup de Sá	R\$ 39.595,00	2004	SMT0	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
582	Execução de passeio na Rua Conselheiro Mafra	R\$ 117.947,00	2004	SMTO	Concluído
602	Construção Habitação e Urbanização das áreas de intervenção: Sistema Água potável e vias	R\$ 7.998.969,00	2004	SMTO	Concluído
48	Implantação de salas aula EB Luiz C da Luz e EDA Liberato Valen. Costeira do Pirajubaé	R\$ 88.881,00	2005	SMO	Concluído
168	Const. gaveta mortuária no cemitério São Francisco de Assis	R\$ 25.037,00	2005	SMO	Concluído
513	Urbanização da Praça e Rua F - Morro do Antão	R\$ 71.597,00	2005	SMO	Concluído
13	Construção de gaveta mortuária	R\$ 56.356,00	2006	SMO	Concluído
26	Const. da E. Profis. e Centro de Atendimento Terceira Idade de Capoeiras	R\$ 410.986,00	2006	SMO	Concluído
47	Acesso para ônibus Continental/TICEN	R\$ 106.236,00	2006	SMO	Concluído
77	Construção do Elevado Av. Ivo Silveira rótula c/ R. Patrício Cal. de Andrade	R\$ 3.017.623,00	2006	SMO	Concluído
78	Urban. na Av. Hercílio Luz, R Anita Garibaldi até Hermann Blumenau	R\$ 210.627,00	2006	SMO	Concluído
127	Construção Elevado SC 401, trecho cemitério Itacorubi Rod Ademar Gonzaga Av. da Saudade	R\$ 7.240.023,00	2006	SMO	Concluído
184	Infraestrutura e urban. Av. Beira Mar ligação Florianópolis com São José	R\$ 4.739.402,00	2006	SMO	Concluído
306	Passarela concreto armado c/ alargamento da ponte na Rua Antônio Amaro Vieira	R\$ 43.977,00	2006	SMO	Concluído
308	Execução de cortina em concreto na Rua João do Pio Duarte	R\$ 149.980,00	2006	SMO	Concluído
340	Cortina de concreto com tirante na Servidão João de Deus	R\$ 26.165,00	2006	SMO	Concluído
357	Execução da Praça da Fraternidade	R\$ 73.217,00	2006	SMO	Concluído
343	Acesso ao terminal de Florianópolis na Av. Gustavo Richard	R\$ 37.643,00	2006	SMO	Concluído
5	Construção Elevado Av. Ivo Silveira Rot. c/ rua Patrício Caldeira Andrade	R\$ 1.255.429,00	2007	SMO	Concluído
332	Construção do Campo da Gruta - Operação Tapete Verde	R\$ 319.645,00	2007	SMO	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
367	Construção Elevado Av. Ivo Silveira a rua Patrício Caldeira de Andrade	R\$ 252.275,00	2007	SMO	Concluído
397	Revitalização da Av. Hercílio Luz - Operação Tapete Verde	R\$ 1.100.715,00	2007	SMO	Concluído
507	Execução calçadas em concreto R Virgílio Várzea, incluindo placa cimentada	R\$ 119.575,00	2007	SMO	Concluído
659	Execução de ciclofaixas no bairro Agrônômica	R\$ 360.915,00	2007	SMO	Concluído
680	Revitalização Marginal Av. Jornalista R. de Arruda Ramos Almirante Lam. até Rua Arno Hoes.	R\$ 149.566,00	2007	SMO	Concluído
684	Revitalização da Praça Edson Pereira do nascimento	R\$ 51.344,00	2007	SMO	Concluído
686	Revitalização da Praça Osni Ferreira	R\$ 133.259,00	2007	SMO	Concluído
695	Revitalização da Praça do CONFLIA	R\$ 33.769,00	2007	SMO	Concluído
697	Implantação de calçadas na Rua Durval Manoel Bento	R\$ 50.127,00	2007	SMO	Concluído
60	Revitalização da Avenida Mauro Ramos	R\$ 198.889,00	2008	SMO	Concluído
344	Construção Praça de esporte e lazer da Costeira bairro Costeira do Pirajubae	R\$ 1.779.918,00	2008	SMO	Concluído
363	Construção de gaveta mortuária no Cemitério São Francisco de Assis	R\$ 67.488,00	2008	SMO	Concluído
402	Revitalização da Praça Rotary Club - Beira Mar	R\$ 89.007,00	2008	SMO	Concluído
415	Construção da Praça Caiçara	R\$ 147.126,00	2008	SMO	Concluído
420	Construção do campo de futebol e vestiário	R\$ 461.595,00	2008	SMO	Concluído
484	Execução e recuperação de Praças	R\$ 149.894,00	2008	SMO	Concluído
343	Revitalização Av. Hercílio Luz 3a Etapa Trecho entre a Rua João Pinto até Av. Gustavo Richard	R\$ 517.192,00	2008	SMO	Concluído
328	Retorno Av. Saudade - Elevado Vilson Kleinubing	R\$ 142.275,00	2008	SMO	Concluído
819	Construção de quadra de esportes	R\$ 139.551,00	2009	SMO	Concluído
824	Construção da escadaria na Rua Bento Custodio Machado	R\$ 41.002,00	2009	SMO	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
1021	Revitalização Praça Celso Ramos Etapa I - entre as Ruas Edmundo Pinto da Luz e João Carvalho	R\$ 148.231,00	2009	SMO	Concluído
30	Elaboração projeto executivo e execução obra de urbanização e revitalização Av. Beira Mar Norte	R\$ 10.012.147,00	2010	SMO	Concluído
180	Revitalização passeio da praia do Curtume	R\$ 81.763,00	2010	SMO	Concluído
304	Construção Posto Policial localizado na Praça Santos Dumont	R\$ 75.723,00	2010	SMO	Concluído
583	Alargamento Av. Ivo Silveira próximo Viaduto Via Expressa Capoeiras	R\$ 59.949,00	2010	SMO	Concluído
587	Implantação de rampa para deficiente - Servidão Siqueira	R\$ 76.171,00	2010	SMO	Concluído
698	Revitalização Rua Vidal Ramos	R\$ 476.077,00	2010	SMO	Concluído
780	Restauração do pavimento da Av. Beira Mar Norte	R\$ 9.216.673,00	2010	SMO	Concluído
925	Construção Elevado Interseção Av. Paulo Fontes c Rua Antônio Pereira Oliveira Neto	R\$ 10.495.400,00	2010	SMO	Concluído
406	Revitalização e recuperação de decks manguezal do Itacorubi Av. Beira Mar Norte e Av. da Saudade	R\$ 41.669,00	2011	SMO	Concluído
831	Escadaria na Travessa Aurino Marques da Silva	R\$ 112.642,00	2011	SMO	Concluído
832	Escadaria na Travessa Laudimir de Oliveira	R\$ 67.818,00	2011	SMO	Concluído
311	Revitalização do Terminal Cidade de Florianópolis	R\$ 504.139,00	2012	SMO	Concluído
362	Revitalização Rua Jerônimo Coelho - R Tenente Silveira a Av. Paulo Fontes	R\$ 299.304,00	2012	SMO	Concluído
368	Revitalização acesso a Passarela da Ponte Pedro Ivo Campos	R\$ 28.818,00	2012	SMO	Concluído
417	Revitalização de vias Centro Norte	R\$ 8.662.850,00	2012	SMO	Concluído
680	Revitalização Rua Deputado Antônio Edu Vieira	R\$ 2.472.688,00	2012	SMO	Concluído
435	Revitalização, adequação e terraplanagem Cemitério Municipal São Francisco de Assis	R\$ 136.042,00	2013	SMO	Concluído
436	Revitalização do Terminal Cidade de Florianópolis	R\$ 82.753,00	2013	SMO	Concluído
551	Urbanização, paisagismo e construção de acesso a UPA do Jardim Atlântico	R\$ 525.244,00	2013	SMO	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
994	Restauração da Ala Norte, Ala Sul e Vão Central do Mercado Público Municipal de Florianópolis	R\$ 450.923,00	2013	SMO	Concluído
1075	Construção de cerca metálica, junto ao terreno situado no aterro da Baía Sul	R\$ 281.492,00	2013	SMO	Concluído
1076	Revitalização da Praça Antônio Cabreira no Bairro João Paulo, incluindo Implantação de galeria	R\$ 387.279,00	2013	SMO	Concluído
334	Implantação acesso E E Fundamental da Costa Nunes pela Av. Jorge Lacerda	R\$ 756.684,00	2014	SMO	Concluído
627	Revitalização diversas Ruas: Saco dos Limões, Ingleses, Canasvieiras e Agronômica	R\$ 3.643.207,00	2014	SMO	Concluído
628	Revitalização das Ruas Santos Saraiva e Dib Cherem	R\$ 1.084.812,00	2014	SMO	Concluído
629	Revitalização Ruas 14 de Julho, Fulvio Aducci e Cel. Pedro Demoro	R\$ 2.129.734,00	2014	SMO	Concluído
630	Revitalização R General Eurico G Dutra, General Liberato Bittencourt e Marechal Max Schramm	R\$ 3.898.054,00	2014	SMO	Concluído
631	Revitalização R Desembargado Pedro Silva e Avenida Eng. Max de Souza	R\$ 2.831.208,00	2014	SMO	Concluído
5	Implantação da Marginal da Av Beira Mar Norte - ETAPA I	R\$ 581.722,00	2015	SMO	Concluído
13	Reforma e ampliação pista de skateboard na Costeira do Pirajubae	R\$ 745.138,00	2015	SMO	Concluído
402	Infraestrutura e urbanização do vão central do Mercado Público Municipal	R\$ 741.201,00	2015	SMO	Concluído
403	Execução de estrutura metálica e cobertura do vão central Mercado Público Municipal	R\$ 3.923.123,00	2015	SMO	Concluído
496	Instalação de paracisos Terminais de Integração de Florianópolis/SC	R\$ 67.980,00	2015	SMO	Concluído

id	Título	Valor		Ano	Órgão	Situação
		R\$	R\$			
	<b>Leste</b>	<b>16.527.268,00</b>	<b>34 investimentos</b>			
	Atracadouro de barcos na Lagoa da Conceição	R\$ 83.275,00	2000	SMT0	Concluído	
	Ampliação e reforma da Escola Desdobrada Retiro da Lagoa	R\$ 22.565,00	2000	SMT0	Concluído	
	Ampliação da Escola Reunida Costa da Lagoa	R\$ 33.412,00	2000	SMT0	Concluído	
	Ampliação da Creche no Rio Vermelho	R\$ 24.600,00	2000	SMT0	Concluído	
181	Construção quadra de esportes e recuperação da existente na Escola B Rio Vermelho	R\$ 51.550,00	2000	SMT0	Concluído	
5	Construção e Recuperação de passeio na Av. das Rendeiras	R\$ 125.824,00	2001	SMT0	Concluído	
41	Construção de Trapiches na Costa da Lagoa	R\$ 420.509,00	2002	SMT0	Concluído	
16	Ampliação da Escola Básica Municipal Acácio Garibaldi S. Thiago	R\$ 369.487,00	2002	SMT0	Concluído	
62	Obras de Acesso do Terminal de Integração da Lagoa da Conceição	R\$ 544.849,00	2002	SMT0	Concluído	
110	Construção de Quadra de Esporte no Canto da Lagoa	R\$ 46.561,00	2002	SMT0	Concluído	
149	Construção de Trapiches para travessia Costa da Lagoa - Rio Vermelho	R\$ 137.200,00	2002	SMT0	Concluído	
59	Construção da Escola Municipal no Distrito de Rio Vermelho	R\$ 996.173,00	2002	SMT0	Concluído	
529	Construção do Centro de Saúde da Costa da Lagoa	R\$ 199.785,00	2003	Sec. M. Saúde	Concluído	
368	Conclusão obra de Ampliação na E. B. Municipal Acácio Garibaldi S. Thiago	R\$ 281.953,00	2003	SMT0	Concluído	
543	Construção da Sede da Intendência da Barra da Lagoa	R\$ 78.574,00	2003	SMT0	Concluído	
544	Construção da Creche na Barra da Lagoa	R\$ 262.054,00	2003	SMT0	Concluído	
303	Ginásio/Equipamento poliesportivo coberto 25x42 com arquibancada e banheiro	R\$ 444.478,00	2004	SMT0	Concluído	
397	Conclusão da obra de Ampliação na E. B. Mun. Acácio Garibaldi S. Thiago	R\$ 308.388,00	2004	SMT0	Concluído	
12	Construção creche Barra da Lagoa, mod. PMF-200 salas c/pátio coberto	R\$ 146.275,00	2005	SMT0	Concluído	

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
211	Construção de uma quadra de esporte polivalente na Barra da Lagoa	R\$ 131.842,00	2005	SMO	Concluído
330	Revitalização do Centrinho da Lagoa da Conceição	R\$ 530.088,00	2005	SMO	Concluído
331	Reurbanização e revitalização da Praia da Joaquina	R\$ 870.991,00	2005	SMO	Concluído
352	Reurbanização da Barra da Lagoa	R\$ 1.281.276,00	2005	SMO	Concluído
9	Ginásio/equipamento poliesportivo coberto c/ arquibancada e banheiro	R\$ 251.197,00	2005	SMO	Concluído
519	Construção da Capela Mortuária	R\$ 117.007,00	2005	SMO	Concluído
535	Passeio na Rua João Gualberto Soares, trecho 2	R\$ 499.526,00	2008	SMO	Concluído
862	Execução canal Servidão que parte n.2270, Rod. Jornalista Manoel Menezes	R\$ 32.582,00	2009	SMO	Concluído
908	Revitalização Rua João Gualberto Soares - Rod. In. João Nunes Viera/Servidão Mercedes M. Luiza	R\$ 2.830.974,00	2010	SMO	Concluído
490	Revitalização da Rua Osni Ortiga (1a Etapa)	R\$ 1.166.446,00	2012	SMO	Concluído
537	Construção da Capela Mortuária da Barra da Lagoa	R\$ 78.606,00	2012	SMO	Concluído
657	Revitalização no acesso a Igreja Nossa Senhora da Conceição	R\$ 90.053,00	2012	SMO	Concluído
696	Construção da capela mortuária da Lagoa da Conceição	R\$ 164.187,00	2012	SMO	Concluído
191	Revitalização da Rua Osni Ortiga - 2a etapa (passeio e ciclovia)	R\$ 3.319.994,00	2014	SMO	Concluído
1073	Revitalização da Praça Bento Silvério	R\$ 584.987,00	2014	SMO	Concluído

id	Título	Valor		Ano	Órgão	Situação
		R\$	61 investimentos			
	<b>Norte</b>	<b>R\$</b>	<b>29.289.074,00</b>			
48	Const. Centro de uso múltiplo Vargem do Bom Jesus - Vila União	R\$	123.173,00	2000	Sec. M. Saúde	Concluído
76	Construção da Creche modelo PMF na localidade de Ratonos	R\$	153.959,00	2000	Sec. Ass. Social	Concluído
	Construção de acessos ao Terminal de Integração de Canasvieiras - TICAN	R\$	1.357.041,00	2000	SMT0	Concluído
	Construção de acessos ao Terminal de Integração de Santo Antônio de Lisboa	R\$	262.000,00	2000	SMT0	Concluído
	Construção de duas quadras e reforma da Escola Básica Osmar Cunha	R\$	62.742,00	2000	SMT0	Concluído
	Construção da E. B. Ponta do Morro no Distrito da Vargem do Bom Jesus	R\$	951.125,00	2000	SMT0	Concluído
141	Construção do Centro de Saúde Cachoeira do Bom Jesus	R\$	219.915,00	2001	Sec. M. Saúde	Concluído
	Ampliação e Reforma na Escola Básica Gentil Matias da Silva	R\$	619.210,00	2001	SMT0	Concluído
144	Construção do Centro de Saúde de Canasvieiras	R\$	461.917,00	2001	Sec. M. Saúde	Concluído
54	Construção 01 sala EB Albert. Madal e 01 sala EB Donícia M. Vargem Grande	R\$	19.933,00	2001	SMT0	Concluído
	Construção de mini ginásio poliesportivo junto a Escola Básica Osmar Cunha	R\$	323.593,00	2001	SMT0	Concluído
	Construção de Pontilhão na Rua do Lamin	R\$	13.766,00	2001	SMT0	Concluído
	Canal na Praia de Fora I	R\$	47.952,00	2001	SMT0	Concluído
11	Ampliação junto a E.B. Osmar Cunha	R\$	50.343,00	2001	SMT0	Concluído
80	Const. Centro de Referência, na Vila União Rede Cidadão da Gente	R\$	149.793,00	2002	Sec. M. Habitação	Concluído
102	Const. de Creche na localidade de Ponta das Canas	R\$	311.066,00	2002	Sec. M. Habitação	Concluído
19	Execução de Ponte sobre o rio Ribeirão Capivari, na rua das gaivotas	R\$	335.281,00	2002	SMT0	Concluído
	Reforma sede do Esporte Clube Capivari, Esporte Clube Náutico, quadra Itacorubi	R\$	59.799,00	2002	SMT0	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
132	Prolongamento da pavimentação e drenagem na Rua Graciliano Manoel Gomes	R\$ 148.932,00	2002	SMTO	Concluído
24	Drenagem e pavimentação asfáltica da Rodovia Virgílio Várzea (trecho II)	R\$ 1.668.455,00	2002	SMTO	Concluído
63	Obras de Acesso do Terminal de Integração de Santo Antônio de Lisboa	R\$ 318.157,00	2002	SMTO	Concluído
466	Construção do Centro de Saúde de Ingleses	R\$ 764.502,00	2003	Sec. M. Saúde	Concluído
22	Const. da Sede da Intendência Distrital da Cachoeira do Bom Jesus	R\$ 72.404,00	2003	SMTO	Concluído
316	Urbanização no acesso a Creche e Escola Cachoeira do Bom Jesus	R\$ 19.077,00	2003	SMTO	Concluído
359	Construção da Sede da Intendência Distrital no Distrito de Ingleses	R\$ 88.518,00	2003	SMTO	Concluído
512	Construção de Escola na localidade do Santinho - Ingleses do Rio Vermelho	R\$ 1.991.189,00	2003	SMTO	Concluído
3	Ampliação e Reforma da Escola Desdobrada Praia de Fora	R\$ 104.758,00	2003	SMTO	Concluído
397	Execução serviços da nova entrada da energia elétrica p/ Escola Osmar Cunha	R\$ 52.305,00	2003	SMTO	Concluído
486	Reconstrução de Pontilhão na Servidão Estrela Cadente	R\$ 8.293,00	2003	SMTO	Concluído
502	Construção de gavetas mortuária no Cemitério de Santo Antônio de Lisboa	R\$ 22.876,00	2003	SMTO	Concluído
187	Urbanização junto a Creche Pontas das Canas	R\$ 94.120,00	2004	SMTO	Concluído
325	Urbanização e Construção de deck na Praia de Ponta das Canas	R\$ 72.510,00	2004	SMTO	Concluído
175	Construção da Capela Mortuária de Canasvieiras	R\$ 78.428,00	2004	SMTO	Concluído
343	Implantação do Centro Integrado do Mar - CEIMAR (1a etapa)	R\$ 336.005,00	2004	SMTO	Concluído
416	Construção de Pontilhão na Servidão Augusto da Cunha	R\$ 22.126,00	2004	SMTO	Concluído
417	Construção de Pontilhão na Servidão Augusto da Cunha	R\$ 10.238,00	2004	SMTO	Concluído
430	Canal na Servidão que parte da Estrada Manoel Leôncio S. Brito	R\$ 31.786,00	2004	SMTO	Concluído
452	Ampliação e reforma da Escola Básica Albertina Madalena Dias	R\$ 16.519,00	2004	SMTO	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
485	Ampliação e Reforma da Escola Paulo Fontes	R\$ 249.043,00	2004	SMTO	Concluído
511	Implantação e Ampliação infraestrutura, compl. das Praça de Integração Terminal TICAN TILAG TIRIO TSAN	R\$ 8.117.818,00	2004	SMTO	Concluído
339	Reestruturação dos acessos e revitalização da Orla de Canasvieiras	R\$ 940.042,00	2005	SMO	Concluído
682	Execução de passeio e ciclovia na Avenida Luiz Boiteux Piazza	R\$ 947.168,00	2007	SMO	Concluído
723	Revitalização da Praça Prof. Manoel Emídio Silveira	R\$ 55.197,00	2007	SMO	Concluído
678	Implantação da Praça das Nações Unidas	R\$ 149.997,00	2007	SMO	Concluído
396	Construção da Capela Mortuária	R\$ 53.929,00	2007	SMO	Concluído
458	Ciclovia e passeio na Rod João Gualberto Soares - Sítio Capivari	R\$ 12.150,00	2008	SMO	Concluído
323	Revitalização da Praia do Cacupé Grande	R\$ 719.897,00	2008	SMO	Concluído
564	Serviço entroncamento, pavimentação/passeio público Rua Murilo Antônio Bortoluzzi	R\$ 61.041,00	2008	SMO	Concluído
39	Urbanização Estrada Vereador Osnilo Lemos -drenagem pavimentação	R\$ 571.678,00	2009	SMO	Concluído
818	Construção da galeria celular de concreto Rua Estrela Cadente	R\$ 54.524,00	2009	SMO	Concluído
876	Revitalização Santo Antônio, Lisboa e Sambaqui – Rod. Gilson da Costa Xavier etc.	R\$ 3.808.746,00	2009	SMO	Concluído
18	Conservação e Restauração da Antiga Alfandega do Sambaqui	R\$ 189.707,00	2010	SMO	Concluído
230	Construção de rampa e deck de madeira na praia dos Ingleses	R\$ 121.664,00	2012	SMO	Concluído
361	Construção da Capela Mortuária no bairro Ingleses	R\$ 286.842,00	2012	SMO	Concluído
534	Terraplanagem no terreno da Intendência de Ingleses	R\$ 138.960,00	2012	SMO	Concluído
649	Construção Praça Rua das Gaivotas, entre as Rua dos Canudos e Brisamar	R\$ 116.968,00	2012	SMO	Concluído
189	Restauração do anexo da antiga alfândega de Sambaqui	R\$ 92.673,00	2012	SMO	Concluído
668	Revitalização das Ruas Santo Antônio de Lisboa	R\$ 962.661,00	2012	SMO	Concluído
83	Implantação de passagem de pedestre na Servidão Três Marias	R\$ 7.381,00	2013	SMO	Concluído
854	Execução deck de madeira na Rua Deputado Fernando Viegas	R\$ 99.947,00	2013	SMO	Concluído
1130	Construção de 01 (um) deck na Praia do Santinho	R\$ 87.235,00	2014	SMO	Concluído

id	Título	Valor		Ano	Órgão	Situação
		R\$	R\$			
	<b>Sul</b>	<b>25.737.526,00</b>	<b>48 investimentos</b>			
165	Construção da Creche modelo PMF na localidade de Rio Tavares	R\$ 164.242,00	2000	Sec. Ass. Social	Concluído	
195	Construção de creche modelo PMF na localidade do Morro das Pedras	R\$ 151.739,00	2000	Sec. Ass. Social	Concluído	
	Construção de acessos ao Terminal de Integração de Rio Tavares	R\$ 99.977,00	2000	SMT0	Concluído	
	Construção de canal na Servidão Anibal Vidal Ávila	R\$ 22.143,00	2000	SMT0	Concluído	
	Construção galpão para manutenção de embarcações pesqueiras	R\$ 60.119,00	2000	SMT0	Concluído	
	Ampliação e reforma da Escola Desdobrada Lupércio Belarmino da Silva	R\$ 64.018,00	2000	SMT0	Concluído	
	Ampliação e reforma do NEI - Tapera	R\$ 48.318,00	2000	SMT0	Concluído	
92	Construção da Creche modelo PMF "A" 1a, 2a e 3a etapas	R\$ 154.703,00	2001	Sec. Ass. Social	Concluído	
128	Construção do Galpão de Maricultura	R\$ 43.545,00	2001	Sec. Ass. Social	Concluído	
173	Implantação do Centro de Saúde do Ribeirão da Ilha	R\$ 239.238,00	2001	Sec. M. Saúde	Concluído	
62	Construção de Mirante e Abrigo no Parque Municipal da Lagoinha do Leste	R\$ 22.999,00	2001	FLORAM	Concluído	
	Construção de mini ginásio poliesportivo junto a Escola Básica Batista Pereira	R\$ 332.506,00	2001	SMT0	Concluído	
74	Construção da Creche na Fazenda do Rio Tavares	R\$ 321.063,00	2002	Sec. Ass. Social	Concluído	
81	Construção do Centro de Referência (Rede Cidadão da Gente)	R\$ 154.093,00	2002	Sec. M. Habitação	Concluído	
2	Reforma e Ampliação da Creche Ana Spyros Dimatos	R\$ 74.695,00	2002	SMT0	Concluído	
4	Ampliação e reforma do N.E.I. Campeche	R\$ 191.492,00	2002	SMT0	Concluído	
84	Execução de cortina em concreto armado e defesa metálica Rod. Baldicero Filomeno	R\$ 13.360,00	2002	SMT0	Concluído	
136	Construção da Escola Básica na Armação Pântano do Sul	R\$ 1.985.892,00	2002	SMT0	Concluído	
467	Construção do Centro de Saúde da Tapera	R\$ 651.355,00	2003	Sec. M. Saúde	Concluído	

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
317	Ampliação e Reforma da Creche Caetana Marcelina Dias - Rod. Baldicero Filomeno	R\$ 137.989,00	2003	SMT0	Concluído
356	Execução de sistema de tratamento de esgoto na Creche Ana Spyros Dimatos	R\$ 14.128,00	2003	SMT0	Concluído
357	Sistema de esgoto na Creche Francisca Idalina Lopes	R\$ 13.804,00	2003	SMT0	Concluído
360	contenção encosta e relocação da rede d'água Rod. Baldicero Filomeno Km 2 e 3	R\$ 135.828,00	2003	SMT0	Concluído
501	Construção da Capela Mortuária Ribeirão da Ilha	R\$ 90.935,00	2003	SMT0	Concluído
403	Construção do Centro de Saúde na Comunidade da Armação do Pântano do Sul	R\$ 804.651,00	2004	Sec. M. Saúde	Concluído
261	Construção de Pontilhão na Servidão Agra Filho	R\$ 63.991,00	2004	SMT0	Concluído
372	Construção da Creche Carianos, incluindo 8 salas, lavanderia e casa de bonecas	R\$ 656.164,00	2004	SMT0	Concluído
516	Construção de trapiche Armação Pântano do Sul	R\$ 54.549,00	2004	SMT0	Concluído
97	Reforma e Ampliação do NEI Caieira da Barra do Sul	R\$ 193.257,00	2005	SMO	Concluído
341	Pontilhão na Servidão Titânia	R\$ 11.800,00	2006	SMO	Concluído
381	Execução de deck na ilha das Campanhas	R\$ 57.354,00	2006	SMO	Concluído
156	Execução dos serviços de 32 ruas na Região Sul da Ilha de SC	R\$ 385.223,00	2007	SMO	Concluído
679	Execução de ciclovia e calçada na SC-405 - Trevo Campeche/Trevo Rio Tavares	R\$ 430.862,00	2007	SMO	Concluído
681	Execução de Ciclovia e Passeio na Avenida Pequeno Príncipe	R\$ 696.602,00	2007	SMO	Concluído
71	Construção da Praça Morro das Pedras	R\$ 184.531,00	2009	SMO	Concluído
143	Ampliação reforma do galpão para manutenção de embarcações	R\$ 181.065,00	2009	SMO	Concluído
875	Construção elevado Via Expressa Sul Rod SC 405 e Rod. Diomício Freitas, melhorias bairro Costeira Pirajubaé	R\$ 11.933.935,00	2009	SMO	Concluído
1019	Execução de deck e calçada na Av. Campeche Lagoinha Pequena - Rio Tavares	R\$ 175.794,00	2009	SMO	Concluído

id	Título	Valor	Ano	Órgão	Situação
582	Reforma acesso Praia da Armação, Av. Mauro Ramos e Rua Anita Garibaldi	R\$ 68.062,00	2010	SMO	Concluído
656	Construção Capela Mortuária do Campeche	R\$ 115.848,00	2010	SMO	Concluído
909	Urbanização da Rua do Juca	R\$ 510.690,00	2010	SMO	Concluído
38	Execução de escada acesso a Praia da Armação	R\$ 62.957,00	2011	SMO	Concluído
166	Execução travessia SC 405 ligação canal do Loteamento Norbecker	R\$ 1.074.404,00	2011	SMO	Concluído
701	Revitalização do trecho final da Avenida Pequeno Príncipe	R\$ 614.252,00	2011	SMO	Concluído
364	Construção de escada de madeira para acesso a Praia - Praia dos Açores	R\$ 44.672,00	2012	SMO	Concluído
667	Urbanização trecho da orla da Praia da Armação do Pântano do Sul	R\$ 749.671,00	2012	SMO	Concluído
962	Implantação passeio de deck na Rod Baldicero Filomeno	R\$ 156.729,00	2013	SMO	Concluído
409	Revitalização Rod. Baldicero Filomeno - Trecho Freguesia	R\$ 1.322.282,00	2015	SMO	Concluído